

MICHELINE M. TOMAZI ALMEIDA  
(ORGANIZADORA)

# ESTUDOS DO DISCURSO E COMPROMISSO SOCIAL



Estudos do discurso  
e  
compromisso social



Copyright © 2023, Micheline M. Tomazi Almeida (org.).

Copyright © 2023, Editora Milfontes.

Av. Eldes Scherrer Souza, 2162, Loja 205AB, Colina de Laranjeiras, Serra, ES, 29167-080

**Compra direta e fale conosco:** <https://editoramilfontes.com.br>

[comercial@editoramilfontes.com.br](mailto:comercial@editoramilfontes.com.br)

Brasil

### Editor Chefe

Prof. Dr. Bruno César Nascimento

### Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Aline Trigueiro (UFES) • Prof. Dr. André Ricardo Vasco Valle Pereira (UFES) • Prof. Dr. Anthony Pereira (King's College, Reino Unido) • Prof. Dr. Antônio Leal Oliveira (FDV) • Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior (UNICAMP) • Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS) • Prof. Dr. Arthur Octávio de Melo Araújo (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Catherine Reginensi (UENF) • Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM) • Cilmair Franceschetto (Arquivo Público do Estado do ES) • Prof. Dr. Cristiano P. Alencar Arrais (UFG) • Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS) • Prof. Dr. Edson Maciel Junior (UFES) • Prof. Dr. Eurico José Gomes Dias (Universidade do Porto) • Prof. Dr. Fábio Franzini (UNIFESP) • Prof. Dr.<sup>ª</sup>. Flavia Nico Vasconcelos (UVV) • Dr.<sup>ª</sup>. Flavia Ribeiro Botechia (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Fernanda Mussalim (UFU) • Prof. Dr. Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Helena Miranda Mollo (UFOP) • Prof. Dr. Heraldo Ferreira Borges (Mackenzie) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Janice Gusmão (PMS-Gestão) • Prof. Dr. João Pedro Silva Nunes (Universidade Nova de Lisboa, Portugal) • Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES) • Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Karina Anhezini (UNESP - Franca) • Prof. Dr. Leandro do Carmo Quintão (IFES-Cariacica) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Lucia Bogus (PUC/SP) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Luciana Nemer (UFF) • Prof. Dr. Márcio Seligmann-Silva (UNICAMP) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Maria Beatriz Nader (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Maria Cristina Dadalto (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Marina Temudo (Tropical Research Institute, Portugal) • Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (UFOP) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Marta Zorzal e Silva (UFES) • Prof. Dr. Nelson Camatta Moreira (FDV) • Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UVV) • Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Jr. (IUPERJ) • Prof. Dr. Paulo Roberto Neves da Costa (UFPR) • Prof. Dr. Rafael Cerqueira do Nascimento (IFES-Guarapari) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Rebeca Gontijo (UFRRJ) • Prof. Dr. Renato de Almeida Andrade (UFES) • Prof. Dr. Ricardo Marques de Mello (UNESPAR) • Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Me. Sátina Priscila Pimenta Mello (Multivix/ Estácio) • Prof. Dr. Sérgio Alberto Feldman (UFES) • Prof. Dr. Timothy Power (University of Oxford, Reino Unido) • Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (UNICAMP) • Prof. Dr. Ueber José de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Valdeí Lopes de Araujo (UFOP) • Prof. Dr. Vitor de Angelo (UVV) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Verónica Tozzi (Universidad de Buenos Aires) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Záira Bomfante dos Santos (CEUNES - UFES) • Prof. Dr. Wilberth Claython Ferreira Salgueiro (UFES) • Prof. Dr. William Berger (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Dra. Adriana Pereira Campos (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Dra. Carla Noura Teixeira (UNAMA) • Prof. Dr. Carlos Garriga (Universidad del Pais Vasco, Esp) • Prof. Dr. Claudio Jannotti da Rocha (UFES) • Prof. Dr. Claudio Madureira (UFES) • Prof. Dr. Daniel Miti-diero (UFRGS) • Prof. Dr. Edilton Meireles de Oliveira Santos (UFBA) • Prof. Dr. Gilberto Stürmer (PUC/RS) • Prof. Dr. Juliano Heinen (FMP) • Prof. Dr. Leonardo Carneiro da Cunha (UFPE) • Prof. Dr. Marco Antônio Rodrigues (UERJ) • Prof. Dr. Márcio Cammarosano (PUC/SP) • Prof.<sup>ª</sup>. Dra. Mariana Ribeiro Santiago (UNIMAR) • Prof. Dr. Platon Teixeira de Azevedo Neto (UFG) • Prof. Dr. Ricardo José de Brito Pereira (UDF) • Prof.<sup>ª</sup>. Dra. Viviane Coelho de Sellos-Koerr (UNICURITIBA)

Micheline M. Tomazi Almeida  
(Organizadora)

# Estudos do Discurso e Compromisso Social



Editora Milfontes  
Vitória, 2023

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

### **Revisão**

De responsabilidade exclusiva dos autores

### **Capa**

Imagem da capa:

*Não citada*

Autor:

*não citado, logo, tenho declarado que não existe intenção de violação de propriedade intelectual*

Aspectos:

Maria Luiza Fontana Nascimento

### **Projeto Gráfico e Editoração**

Bruno César Nascimento

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82e Estudos do discurso e compromisso social/ Micheline M. Tomazi Almeida (org.).  
Serra: Editora Milfontes, 2023.  
354 p.: 23 cm.

ISBN: 978-65-5389-066-4

PDF

Formato eletrônico

1. Discurso 2. Responsabilidade Social 3. GEDIM I. Almeida, Micheline  
M. Tomazi II. Título.

CDD 306.44

# Sumário

Prefácio ..... 7

Apresentação.....11

## *Parte I*

### *Estudos Críticos do Discurso sobre violências de gênero e étnico-raciais*

Como a globo manipulou o impeachment da Presidenta brasileira Dilma Rousseff .....17

*Teun A van Dijk*

A relevância de informações em textos jornalísticos sobre violência de homens contra mulheres .....65

*Micheline Mattedi Tomazi & Raquelli Natale*

Caso da menina de 10 Anos: a desumanização e a objetificação do corpo feminino apresentado pela Mídia Capixaba.....103

*Daniela Littig Endlich & Renata Barreto da Fonseca*

Do machismo à transfobia em letras sertanejas: o caso Lili.. 133

*Ariel Sessa & Josilene Ferreira*

*#JustiçaporMoise*: atores e interseccionalidades nos discursos digitais do macromovimento antirracista .....159

*Lidia Gurgel Neves-Hora, Camilla Reisler Cavalcanti & Fábio Malini*

O discurso machista em comentários no facebook sobre a notícia “mulher nega sexo e mata marido” .....189

*Tamiris Demoner, Micheline Mattedi Tomazi & Sabrina Wanzeler Garcia*

Representação social em notícias sobre assédio sexual contra mulheres em transporte público no Espírito Santo: uma análise crítica de discurso .....213

*Marta Aguiar da Silva*

Parte II

*Outros enfoques Linguísticos-discursivos*

Análise Crítica do Discurso: parâmetros de análise do discurso jornalístico.....243

*Georges Bitti Chilela*

Leitura, desigualdade social e manipulação discursiva .....275

*Anderson Ferreira, Izilda Maria Nardocci & Iasmim C. R. Brillhante*

Cenografia, instâncias enunciativas e a constituição da voz identitária no discurso literário periférico.....303

*Candido Ferreira de Souza Junior, Mário Acrísio Alves Junior &*

*Jarbas Vargas Nascimento*

Relações de discurso, organização tópica e dimensão epistêmica: recursos para a análise da “episteme em ação” ..... 325

*Gustavo Ximenes Cunha*

Sobre os autores .....349

## Prefácio

### O alinhamento entre o discurso e o compromisso social: uma meta a ser alcançada

**E**ste livro nos traz uma reflexão acerca dos discursos produzidos e a responsabilidade cidadã no que se refere ao compromisso social. Os discursos desvelados enquanto propulsores de desigualdades sociais são, por muitas vezes, reafirmados por meio de uma defesa de uma ideologia que tenta se justificar como válida ou estão inseridos no contexto das práticas sociais em forma de desculpas ou remendos, com a intenção de pormenorizarem o julgo social. Desta forma, é importante pensarmos no ideal de alinhamento entre o discurso e o compromisso social como forma de obter êxito diante do combate às desigualdades sociais.

Temos, em nossa sociedade, os abusos de poder representados por discursos claros, empregados de forma direta, em situações em que a tipicidade jurídica em si já a condena. Contudo, também temos discursos disfarçados pela boa construção, modalizados e polidos, porém desalinhados quanto aos compromissos sociais, à igualdade social, o respeito ao próximo etc., isto é, as práticas sociais não condizem com o aparente discurso inofensivo produzido.



Isso se dá porque há ideologias dominantes que circundam os discursos e esses denotam em representações sociais de grupos sociais interessados no poder social. Portanto, a cada situação em que analistas do discurso se debruçam para realçarem a importância de perceber as estratégias linguístico-discursivas que são empregadas em textos, falas e demais formas de propagação discursiva multissensorial, entramos em conflitos sociais integrados por campos ideológicos antagônicos, em que é preciso o analista tentar convencer muitas vezes a todas e todos que suas apreensões não passam de inferências pessoais dentro das ciências humanas e sociais, mas que há embasamentos teórico-metodológicos eficazes para o desvelamento do abuso de poder por meio dos discursos (VAN DIJK, 2017).

Há, também, no campo dos atores sociais, as práticas que não condizem, aparentemente e diante de um leitor não crítico, com os discursos e com as ideologias que as corroboram, trazendo o conceito de discurso falso ou hipócrita, enquanto um instrumento de uma imagem social positiva, enquanto pratica ações não condizentes com suas defesas públicas.

Nesse sentido, podemos recorrer às atribuições dos discursos "falsos" ou hipócritas desde a Grécia Antiga, conforme apontou Silveira (2001), em suas compilações de noções de hipocrisia, quando os sofistas entendiam essa forma de propagação discursiva válida enquanto um simulacro da verdade, ou seja, proposições apresentadas por meio da não-verdade. Para o autor, esses discursos não produzem sentido.

Ao questionarmos, portanto, o ultrapassado pensamento da escola sofística podemos considerar que, se discursos dissimulados tentam apresentar uma falsa moral ou um falso compromisso social, esses discursos são passíveis de desvelamento de suas reais intenções. As considerações sofistas quanto ao discurso já haviam sido rechaçadas pelos platônicos e aristotélicos. Percebemos a atemporalidade quanto à importância dos atuais analistas do discurso diante desse tipo de produção discursiva.

Silveira (2001) ainda perpassa pela história do discurso hipócrita até chegar à conclusão de que a hipocrisia somente pode ser rechaçada pelo conhecimento científico e pela racionalidade. Desse modo, compreendemos o papel dos analistas do discurso em trazer à luz da compreensão das reais intenções encontradas em discursos hipócritas.

Quando pensamos no papel da linguística para o desvelamento de discursos falsos que impedem um real compromisso social diante das relações de poder que se chocam e, dada a força de elites simbólicas que utilizam de meios e estratégias discursivas para manterem-se no poder, podemos utilizar o pensamento de van Dijk (2017) que compreende as relações de poder como construtos da sociedade, porém o autor rechaça o abuso de poder, que é exercido por um grupo privilegiado e que tem como característica controlar e fazer reproduzir discursos de dominação na sociedade.

Se há, portanto, abuso de poder fomentado pelos discursos opressores, como haver compromisso social nesse contexto? É nesse movimento que os analistas do discurso assumem o compromisso social de trazer à tona o que está por trás das produções discursivas que se prezam em manter dominações sociais e, conseqüentemente, desigualdades sociais.

Esse é o trabalho escrito trazido por diversos analistas do discurso neste livro, o desvelamento do abuso de poder, a crítica ao discurso produzido e o levantamento questões voltadas ao compromisso social que todo cidadão consciente de seus direitos e deveres devem ter. O papel do leitor é compreender a importância desse trabalho, enveredar-se nas nuances dos discursos produzidos pelas elites simbólicas, descobrir o fundamental papel dos analistas do discurso pela luta por construções discursivas comprometidas com o papel do discurso na sociedade e buscar alinhar o discurso ao compromisso social.

*Ariel Sessa*

*Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)*

*Vitória, 26 de julho de 2023.*

### Referências bibliográficas

SILVEIRA, F. E. *Reflexões sobre a natureza do poder político: o problema da hipocrisia*. Civitas (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 1, p. 147-168, 2001.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*; Judith Hoffnagel, Karina Falcone (org.). 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

## Apresentação

**E**ste livro representa todo o resultado de empenho de graduandos, mestrandos e doutorandos que desenvolveram pesquisas desde 2012 até então no Grupo de Estudos Sobre Discursos da Mídia – o Gedim, coordenado pela Dra. Micheline Mattedi Tomazi e composto por outros pesquisadores doutores, além de ter a colaboração estrangeira de Teun A. van Dijk. Esse grupo, registrado no CNPq, está ligado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo, pertencente à linha 2 de pesquisa, voltada para o Estudo Sobre Texto e Discurso.

Assim como os Estudos Críticos do Discurso vêm semeando e agregando pessoas, de diferentes partes do Brasil, engajadas no campo da pesquisa crítica e no papel do discurso na manutenção das relações desiguais de poder e de dominação, o Gedim tem desenvolvido pesquisas discursivas que se inscrevem em uma perspectiva crítica comprometida com a prática analítica do abuso de poder, da desigualdade social, dos movimentos de resistência e contradiscursos, assim como com os macro-movimentos sociais, a partir de uma proposta que se ocupa da interface entre discurso-cognição-sociedade.

Ao celebrar os 10 anos desde a fundação do Gedim, com a publicação desta obra, comemoramos também o desafio do fazer científico, principalmente na conjuntura atual, pós-pandêmica,

que conclama a todos nós um sentir-pensar voltado não só para si, mas para o outrem, para as relações de afeto, para o direito à vida, para a saúde pública, para os desafios democráticos e os nossos compromissos sociais em tempos de necropolítica, lógica capitalista, pandemia e ataques à democracia e à ciência.

Como fruto dessa colheita de uma década de pesquisa e de fazer científico-crítico, o Gedim entrega esta obra à comunidade acadêmica, à sociedade capixaba, aos pesquisadores e aos grupos de pesquisa que se interessam por temas sobre mídia e discurso, por meio de reflexões sobre discriminação, violência de gênero, política, desigualdades sociais, entre outras.

O livro encontra-se dividido em duas partes, por meio das quais identificamos o plano traçado ao longo desses dez anos de pesquisa no trabalho investigativo do grupo e de seus colaboradores alicerçados pelo compromisso social em combater, refletir, investigar e opor-se à desigualdade, à opressão e ao abuso de poder. *A primeira parte – Estudos Críticos do Discurso sobre violências de gênero e étnico-raciais* – deixa à mostra pesquisas que se ocuparam da violência em seus vários aspectos, contra refugiados, contra mulheres, contra crianças e adolescentes, contra a comunidade LGBTQIA+, cujas propostas são assinadas por pesquisadores que participam e desenvolvem pesquisas no Gedim.

O primeiro capítulo intitulado *How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff*, de Teun A. van Dijk, mostra como a Corporação Globo manipulou as informações para deslegitimar e encenar o golpe que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016.

O segundo capítulo, *A relevância das informações em textos jornalísticos sobre violência de homens contra mulheres*, assinado por Micheline Mattedi Tomazi e Raquelli Natale investiga, a partir de análise de notícias, notas e reportagens, publicadas no jornal A Tribuna, a cobertura jornalística na produção de textos, destacando e analisando os tópicos preferenciais para informar sobre violência de homens contra mulheres.

O terceiro capítulo, *Caso da menina de 10 anos: a desumanização e a objetificação do corpo feminino apresentado pela mídia capixaba*, as autoras Daniela Littig Endlich e Renata Barreto da Fonseca se dedicam a um estudo de caso que teve grande repercussão nacional envolvendo uma menina de 10 anos que após sucessivos estupros de seu tio engravidou e seu direito ao aborto, garantido por lei, foi questionado por grupos contrários ao procedimento e amplamente explorado pelas mídias. Nesse estudo de caso, as autoras coletaram 64 notícias publicadas pelo jornal A Gazeta, versão on-line, no período de 09 de agosto de 2020 a 30 de setembro de 2020, exploraram o assunto. Os resultados demonstram que o jornal em questão utilizou-se de um viés mercadológico ao noticiar o caso, construindo a imagem da menina de forma a transformá-la em mero objeto de disputa ideológica, desumanizando-a e objetificando-a. Além disso, o jornal deixa de enfatizar as ações negativas do tio da criança e não cumpre com o seu papel informativo e social para alertar à população sobre os grandes números de casos de abusos sexuais infantojuvenis que acontecem decorrentes de abusos cometidos por familiares próximos às vítimas.

O capítulo quatro, *Do machismo à transfobia em letras sertanejas: o caso Lili*, de Ariel Sessa e Josilene Ferreira, expõe como uma ideologia machista resulta em transfobia a partir da análise discursiva da letra da música *Lili*, de Pedro Motta e Henrique, mostrando como se efetiva a representação social do ideário feminino por meio de prática discursivas interpostas nas composições. Os autores mostram como foi desvelada a ideologia machista que, além de objetivar o elemento mulher, desqualifica a diversidade de gênero, mantendo uma cultura desigual quando relacionada ao grupo social composto por transexuais, travestis e transgêneros femininos.

O quinto capítulo, *#JustiçaPorMoise: atuação discursiva do macromovimento antirracista no ambiente digital*, escrito por Camilla Cavalcanti, Fábio Malini e Lidia Neves, analisa o caso do assassinato do refugiado congolês Moïse Mugenyi Kabagambe,

ocorrido em janeiro de 2022 no Rio de Janeiro, mostrando como atores sociais utilizam o Twitter para transmitir mensagens sobre racismo e solidariedade em suas mensagens. Com base em um estudo qualitativo sobre a representação do racismo nos tweets em torno da morte do congolês, os autores apresentam resultado que revelam não só a solidariedade e apoio ao antirracismo, como também uma indignação quanto à desigualdade que impera no país. Apesar de a comunicação digital ter uma natureza distribuída e efêmera, o agrupamento de atores sociais e a sobreposição de atuação dos macro-movimentos digitais fortalece o compromisso contra o racismo e as desigualdades, colocando-as em pauta na sociedade.

O sexto capítulo, *O discurso machista em comentários no Facebook sobre a notícia “Mulher nega sexo e mata marido”*, de Tamiris Demoner, Micheline Mattedi Tomazi e Sabrina Wanzeler Garcia, examina um caso de violência afetivo-conjugal que foi noticiado no jornal A Tribuna, no Espírito Santo, e ganhou repercussão nacional, após sua publicação na página do Facebook do grupo Não me Kahlo, em que a mulher se defende de um estupro marital e acaba tirando a vida de seu marido. Os comentários analisados demonstram que o estupro marital é justificável pelo discurso machista e a mulher é culpabilizada pelos internautas.

O último capítulo desta primeira parte, *Representação social em notícias sobre assédio sexual contra mulheres em transporte público no Espírito Santo: uma análise crítica de discurso*, de Marta Aguiar da Silva, trata a forma como o jornalismo naturaliza o assédio sexual sofrido por mulheres em transporte coletivo no Espírito Santo por meio de notícias publicadas no jornal on-line A Gazeta, além de como é feita a representação da vítima e do assediador. A autora espera que este movimento de análise em torno dessa temática possa vir a desnaturalizar esse tipo de assédio, considerado um problema sociocultural brasileiro.

*A segunda parte – Outros enfoques Linguísticos-discursivos – é dedicada a aspectos pontuais de estudos discursivos, abrangendo bases teóricas diferentes, mas que dialogam entre si por tratar o*

discurso de um ponto de vista analítico e crítico, a partir de uma série de problemas sociais que passam pelas lentes do analista do discurso.

Abre essa segunda parte o capítulo intitulado *Análise Crítica do Discurso: parâmetros de análise do discurso jornalístico*, de Georges Bitti Chilela, que apresenta um breve panorama da evolução histórica da Análise do Discurso Crítica a partir da proposta sociocognitiva dos Estudos Críticos do Discurso, de Teun A. van Dijk, trazendo, principalmente, suas contribuições para o discurso da mídia. O autor desenvolve uma amostragem sobre o uso de categorias para análise de textos jornalísticos com base na proposta de van Dijk.

O oitavo capítulo, *Leitura, desigualdade social e manipulação discursiva*, de Anderson Ferreira, Izilda Maria Nardocci e Iasmim C. R. Brillhante, examina a relação da leitura com a desigualdade social, evidenciando, na análise, a imbricação entre leitura e desigualdade social no e pelo discurso. Os resultados revelam que a desigualdade social na e pela leitura não se instala apenas nos modos de sua apropriação material (ensino, acesso a livros e a bens culturais), mas tem proeminência na maneira pela qual são lidos os discursos em circulação social em suas diversas formas materiais multimodais.

O nono capítulo, *Cenografia, instâncias enunciativas e a constituição da voz identitária no discurso literário periférico*, de Candido Ferreira de Souza Junior, Mário Acrísio Alves Junior e Jarbas Vargas Nascimento, examina a constituição da cenografia e a movimentação de instâncias enunciativas no discurso literário periférico *Canção Infantil*, escrito por César MC. Pelas lentes da Análise do Discurso de linha francesa, a partir da proposta de Maingueneau, os autores mostram que a cenografia engendrada no discurso da canção infantil movimenta um metaenunciador, que articula a sua própria enunciação e faz emergir um hiperenunciador, que se sobrepõe a todas as outras vozes, para validar e legitimar seus enunciados e dar voz às comunidades de periferia de metrópoles brasileiras.



O último capítulo, *Relações de discurso, organização tópica e dimensão epistêmica: recursos para a análise da “episteme em ação”*, assinado por Gustavo Ximenes Cunha, investiga o papel das relações de discurso (argumento, contra-argumento, reformulação, etc.) na negociação da relação de poderes (lugares) pelos interlocutores em cada turno, quando tornam públicas suas pretensões de poder na interação.

Este livro, portanto, é uma representação do compromisso social de pesquisadoras e pesquisadores que lutam por igualdade social e utilizam a pesquisa acadêmica como ferramenta em prol de um equilíbrio entre grupos sociais. Esperamos que nossas motivações pelo desenvolvimento de uma cultura social sem opressão possam se encontrar nos próximos capítulos deste livro, assim como ofertamos a vocês outros meios de encontro com o compromisso social, como os sites e redes sociais do Gedim, onde disponibilizamos vasto material, como apresentações, conferências, análises e reflexões sobre os discursos da mídia, Estudos Críticos do Discurso e teorias afins:

[gedim.ufes.br](http://gedim.ufes.br) (site oficial),

[@gedim\\_ufes](https://www.instagram.com/gedim_ufes) (Instagram),

<https://www.facebook.com/gedimufes> (Facebook) e

<https://www.youtube.com/c/gedimufes> (You Tube).

*Micheline Mattedi Tomazi*

## Parte I

---

# Estudos Críticos do Discurso sobre violências de gênero e étnico-raciais



# Como a globo manipulou o impeachment da Presidenta brasileira Dilma Rousseff<sup>1</sup>

*Teun A van Dijk<sup>2</sup>*

## Introdução

**E**m 31 de agosto de 2016, o Senado brasileiro votou a saída da Presidenta Dilma Rousseff porque ela teria feito ajustes no orçamento nacional por meio de operações financeiras "ilegais". Os meses seguintes preencheram-se de agressivos debates, tanto nas mídias de massa e na internet como na Câmara dos Deputados. Após oito anos da presidência bem-sucedida (2003-2010) de seu mundialmente famoso antecessor Lula e quatro anos de sua administração, Rousseff foi reeleita em 2014 com uma pequena maioria, mas com uma taxa de aprovação geral de 60%.

---

<sup>1</sup> Texto originalmente publicado em *Discourse & communication*, 11(2), 2017, p.199-229. Traduzido por Micheline Mattedi Tomazi; Camilla Reisler Cavalcanti - Graduada em Inglês/Português/Espanhol, Mestre em Estudos Linguísticos (UFES) e Doutoranda em Estudos Linguísticos/UFES; Georges Bitti Chilela - Mestrando em Estudos Linguísticos/UFES, Especialista em Estudos Avançados de Comunicação e Graduado em Comunicação Social-Jornalismo e em Letras-Português; Daniela Littig Endlich - Graduada em Letras-Português.

<sup>2</sup> Universidade Pompeu Fabra, Barcelona, Espanha.

Como foi que em 2016 não apenas tinha baixado drasticamente essa taxa de aprovação, mas também mais de dois terços de ambas as casas parlamentares decidiram acusá-la e condená-la por uma prática financeira que era comum entre os seus antecessores?

Neste capítulo, mostramos que esse impeachment foi o resultado de uma manipulação massiva da Globo, a maior corporação midiática do país e voz da classe média conservadora, e mais geralmente da oligarquia de direita economicamente dominante e sua agenda neoliberal ameaçando o avanço dos direitos sociais na jovem democracia do país. Essa manipulação da mídia é (uma crucial) parte (no controle da opinião pública) de uma campanha política e legal muito mais complexa, envolvendo diversas instituições, tais como os partidos conservadores, as duas casas parlamentares, a Polícia Federal (PF) e o Supremo Tribunal Federal (STF) (ver, por exemplo, Souza, 2016).

Junto com outros jornais e revistas conservadoras, o jornal *O Globo*, especialmente o *Jornal Nacional* (JN) da Rede Globo, o onnipresente noticiário noturno de TV, aumentou dramaticamente desde 2010 seus ataques anteriores (2005) contra Lula, Dilma e o governo do Partido dos Trabalhadores (PT; ver também Souza, 2011). A mídia seletivamente os culpou pela pior crise econômica de décadas e os acusou de corrupção, por exemplo, em conexão com a companhia de petróleo nacional, Petrobras.

Essa campanha midiática, exacerbando o descontentamento geral sobre a corrupção política generalizada e o ressentimento da direita contra a aliança governamental de esquerda liderada pelo PT, em março de 2016, instigou fortes manifestações pela classe média conservadora. Nesse contexto sociopolítico, parlamentares usaram as operações financeiras da presidência de Rousseff como pretexto para encerrar treze anos do PT no poder e, desse modo, a importante agenda social da esquerda.

Embora não seja surpreendente que a mídia conservadora critique um governo e uma Presidenta de esquerda, uma análise

sistemática dos editoriais do jornal *O Globo* em março e abril de 2016 mostra que a opinião do público e os protestos, e a consequente tomada de decisão política, foram sistematicamente *manipuladas* por coberturas tendenciosas e deturpadas. Mostraremos isso após um resumo da teoria da manipulação dentro do quadro mais amplo de nossa abordagem multidisciplinar e sociocognitiva em Estudos Críticos do Discurso (ECD).

### *Limitações*

Há muitas coisas que, infelizmente, este capítulo não oferece. Primeiramente, fornecemos apenas um resumo de algumas propriedades teóricas da manipulação e não uma nova teoria ou uma revisão das pesquisas anteriores sobre manipulação - o que exigiria um estudo muito amplo. Em segundo lugar, para compreender os editoriais do jornal *O Globo*, seria necessária uma seção mais extensa sobre o contexto sociopolítico no Brasil, bem como sobre os meios de comunicação de massa brasileiros, especialmente a corporação *Globo*. Terceiro, é impossível tecer uma análise completa dos editoriais no espaço de um único artigo, então nos concentramos apenas em algumas estratégias manipulativas típicas usadas nos editoriais de *O Globo*.

## **O contexto sociopolítico no Brasil**

O impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (geralmente chamada por seu primeiro nome, Dilma, como é costume no Brasil para políticos e outras pessoas famosas) deve ser analisado dentro de um complexo contexto sociopolítico de polarização entre a esquerda, liderada pelo PT, e a direita, liderada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), cujo candidato, José Serra, havia perdido as eleições de 2010 contra Dilma (para análise desse contexto sociopolítico recente do impeachment, ver, por exemplo, 2016; Souza, 2016; para mais antecedentes políticos gerais, ver Hunter, 2010; Power, 2000).

Desde a eleição do Presidente Lula em 2002, e sua reeleição em 2006 até hoje, os brasileiros de direita em geral, e a mídia em particular, têm procurado deslegitimá-lo, assim como seu partido, PT, apesar de seus sucessos espetaculares e internacionalmente renomados na luta contra a pobreza, como as políticas do *Bolsa Família* e da *Minha Casa, Minha Vida*. Essa oposição foi ainda mais exacerbada com a eleição de sua sucessora Dilma Rousseff em 2010, e especialmente com sua reeleição em 2014, quando ela ganhou (por pouco) contra o candidato da oposição Aécio Neves do PSDB.

As políticas progressistas do PT e partidos aliados contribuíram para refrear a pobreza de milhões de brasileiros e promoveram a fama internacional de Lula, razão suficiente para o ressentimento dos conservadores, partidos neoliberais, políticos e mídia (ver Hunter, 2010). Além disso, em 2005, o PT - assim como outros partidos - ficou envolvido no escândalo do *Mensalão*, um esquema corrupto para comprar votos a favor da legislação governamental - embora nunca tenha sido provado que o dinheiro realmente tenha comprado votos. Apesar de outros partidos também estarem envolvidos no escândalo do *Mensalão*, a mídia focou seletivamente no PT e seus políticos, assim como no próprio Lula.

A veemência dos editoriais e o viés das reportagens do jornal *O Globo* em 2016 não devem ser simplesmente explicados em termos da oposição ideológica ou partidária entre a direita e a esquerda. De muitas formas, o discurso da direita, também na mídia, mostra um profundo *ódio* a Lula, porque ele era o símbolo pessoal do PT como inimigo político ou por sua fama internacional e seus programas sociais bem-sucedidos. Como também mostraremos em nossa análise do discurso, há uma questão de profundo ressentimento de classe em um país em que a desigualdade de classe é particularmente profunda e resiliente. Lula sempre foi visto pela elite conservadora (branca) como o trabalhador metalúrgico de classe baixa que nas eleições de 2002 conseguiu derrotar o PSDB. O partido perdeu novamente a eleição

para Dilma em 2014 com o candidato Aécio Neves, governador do estado de Minas Gerais.

Durante a presidência de Dilma Rousseff, a história se repetiu com força em um ainda mais gigantesco escândalo de corrupção (algumas vezes chamado de *Petrolão*), envolvendo a companhia petroleira nacional, Petrobras, assim como outras grandes empresas, tais como a gigantesca empreiteira Odebrecht, acusada de pagar suborno a partidos e a políticos. A Operação *Lava-Jato* foi uma enorme investigação desse escândalo de corrupção, levando a acusações (e algumas condenações) de muitos empresários famosos, assim como de políticos de muitos partidos (ver detalhes em *Lava Jato* na Wikipédia). Mais uma vez, tanto os procuradores como o juiz Sérgio Moro, da cidade de Curitiba (o centro da operação *Lava Jato*), assim como a mídia, focaram especialmente no PT e em Lula. A própria Dilma nunca foi formalmente acusada por corrupção, mas a mídia ainda a associava rotineiramente com o escândalo e repetidamente a acusava (e Lula) de obstruir a operação oficial da *Lava Jato*.

Particularmente, graças à cobertura massiva da mídia desses grandes escândalos, a opinião pública já era muito negativa sobre a corrupção generalizada no Brasil, especialmente sobre os políticos, e mais especificamente, o PT, apesar da popularidade contínua de Lula e Dilma entre milhões de brasileiros. Ao mesmo tempo, em 2015, a crise econômica internacional também pode ser sentida no Brasil, e a situação econômica e financeira do país rapidamente se deteriorou como consequência dos preços mais baixos do petróleo, inflação e erros nas políticas econômicas. Isso contribuiu mais ainda para uma atmosfera geral de crise, incluindo o aumento dos preços, aumento de desempregados, e outras consequências sociais e financeiras, afetando grandes setores da população.

É nesse complexo cenário que a direita e a sua mídia em 2015 e 2016 viram uma oportunidade de finalmente quebrar o poder do PT e realizar o impeachment de Dilma Rousseff acusando-a de *pedaladas fiscais*, esquemas financeiros nos quais repasses devidos



a instituições financeiras eram propositalmente atrasados que com objetivo de cumprir metas fiscais e financiar seus programas sociais apesar de um orçamento nacional dramaticamente baixo. Embora governos conservadores anteriores tenham usado esquemas similares, neste caso uma grande parte dos políticos aproveitaram a oportunidade para acusar a Presidenta do “crime de responsabilidade”, uma das condições formais de impeachment no Brasil, que é uma democracia presidencial. Quando, em março de 2016, seu parceiro de coalizão, o sempre inconstante Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e seu Vice-Presidente, Michel Temer (PMDB), deixaram o governo, votos suficientes puderam ser reunidos para iniciar o processo de impeachment na Câmara de Deputados. O então poderoso e manipulador Presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), também acusado de corrupção e lavagem de dinheiro, tornou-se o principal inimigo da Presidenta depois que o PT não evitou acusações contra Cunha na Comissão de Ética parlamentar.

Uma das principais estratégias da mídia, que também observaremos nos editoriais de O Globo, é repetidamente salientar a legitimidade e a constitucionalidade do impeachment, uma repetição que por si só sugere que pode ter havido algumas dúvidas sobre sua legitimidade em primeiro lugar, geralmente questionada pelos principais juristas do país (ver também *Carta Capital, Intervozes*, 16 de Abril de 2016).

Enquanto isso, em meados de março de 2016, principalmente por conta da manipulação generalizada pela mídia, massivas manifestações (majoritariamente das classes média e alta conservadoras, que não possuíam tradição de mobilizações políticas) foram realizadas por todo o país contra o PT e Dilma, obviamente ampliada pela mesma mídia, e usada como um argumento populista para persuadir membros do parlamento (MPs) a votarem contra a Presidenta. A campanha a favor do impeachment também ganhou força porque permitiu que uma tática fosse além de uma polarização simplista entre esquerda (PT) e direita (PSDB) envolvendo ampla adesão de grande parte

da população. Amplas, porém menores, manifestações em favor de Dilma e mais geralmente em defesa da democracia também ganharam espaço, mas eram tipicamente ignoradas ou minimizadas pela mídia, embora elas tenham crescido depois do impeachment, contra a nova administração de Temer e suas políticas neoliberais.

Embora a teoria da manipulação (ver mais adiante) usualmente defenda que a manipulação é negativa porque é do interesse do manipulador e contra os interesses dos manipulados, no caso da mídia impressa da elite conservadora no Brasil, a maioria dos leitores são de classe média e dificilmente precisavam ser manipulados, porque a maioria deles provavelmente concordou com o que leu em primeiro lugar: que o PT era ruim e o seu poder precisava ser quebrado. Contudo, neste caso, a mídia foi crucial para motivar a classe média a dar o passo inusitado de se manifestar em massa, construindo ativamente suas razões para fazê-lo. O *JN* fez o mesmo, mas para uma muito maior, e popular, audiência.

Um importante pano de fundo para essas manifestações foram as manifestações locais, por exemplo, aquelas ocorridas em São Paulo em 2013 contra o aumento das tarifas de ônibus, cujos participantes eram frequentemente descritos pela mídia como "vândalos" (ver Silva e Marcondes, 2014). Isso significa que em 2016 já havia um *difundido potencial para protestos*, logo generalizado pela mídia ao país inteiro, embora desta vez não com 'vândalos' como protagonistas, mas todo o *povo* brasileiro. Obviamente, como nós poderemos ver em mais detalhes adiante, os protagonistas das manifestações em favor de Dilma eram apenas descritos em termos de manifestantes partidários radicais ("militantes") e não como parte do *povo*. Curiosamente, as manifestações de março de 2015 contra Dilma já pediam seu impeachment (ver Catozzo e Barcellos, 2016).

Por fim, mediante as recomendações da Câmara, presidida por Cunha, e sem o impedimento do STF (que deixou o parlamento decidir; ver Feres, 2016), era atribuição constitucionalmente prescrita ao Senado julgar a Presidenta, e mais do que a maioria de dois terços necessária, em 31 de agosto de 2016, finalmente

votou pelo seu impeachment. Curiosamente, contudo, o Senado não votou a favor da proposta de cercear seus direitos políticos, o que seria uma consequência normal de um impeachment.

Apesar das grandes manifestações em curso contra ele, e embora ninguém gostasse ou o admirasse, o Vice-Presidente Temer automaticamente se tornou o Presidente. Ele era visto pela esquerda não apenas como um traidor do governo liderado por Dilma, mas também como um dos principais responsáveis pelo que era geralmente visto como um golpe político contra ela. Todos os que se opõem ao impeachment de Dilma têm aplicado consistentemente o rótulo negativo de *golpista* a ele e ao seu governo, bem como à corporação Globo e demais meios de comunicação e políticos envolvidos no golpe.

Como que para contrabalançar o impeachment anterior de Dilma, em 12 de setembro de 2016, a Câmara finalmente destituiu o poderoso, mas odiado Eduardo Cunha, de sua filiação parlamentar (ele já havia sido suspenso anteriormente como Presidente da Câmara), perdendo, assim, sua imunidade parlamentar. Ele obviamente já não era mais necessário depois de seu papel no processo de impeachment e se tornou uma vergonha para a direita por causa de sua óbvia corrupção, lavagem de dinheiro e (mentiras sobre suas) contas bancárias na Suíça.

### **A Globo e a mídia brasileira**

O cenário da mídia no Brasil é dominado por um punhado (mais precisamente, quatro ou cinco) de famílias ricas conservadoras cujas empresas têm um monopólio virtual dos jornais e programas televisivos, assim como de outros serviços. Além do jornal *O Globo*, há a influente *Folha de São Paulo*, lida especificamente pelas elites empresariais e acadêmicas, que também teve um papel crítico na manipulação do processo de impeachment. O *Estado de São Paulo* (comumente chamado *Estadão*), junto com *O Globo*, apoiaram o golpe militar de 1964 – embora *O Globo* em 2013 tenha se desculpado pelo seu papel na

ditadura militar (ver Costa, 2015; Magnolo e Pereira, 2016). Essa era outra razão por que esses jornais eram geralmente qualificados como *golpistas* em muitas manifestações de protesto contra o impeachment. As vendas desses jornais eram relativamente baixas (em 2015, 320.000 para *O Globo* e 361.000 para *Folha*, de acordo com a Wikipédia) em um país enorme de mais de 200 milhões de pessoas.

Além desses amplos jornais, há revistas semanais, por exemplo, a *Época* (pertencente à *Globo*), assim como a *Istoé*, e especialmente a *Veja* (que vende mais de um milhão de cópias), todas participando na demonização midiática geral de Dilma, Lula e do PT (ver, por exemplo, MATOS, 2008; PORTO, 2012).

É notável que um país tão grande como o Brasil, com uma forte tradição de esquerda, não tenha um único jornal progressista, como, por exemplo, é o caso da Argentina (*Página 12*) ou México (*La Jornada*), e apenas uma revista semanal progressista, *Carta Capital*, para a elite de esquerda (mas vendendo apenas 75.000 cópias). Muitas pessoas (especialmente jovens), contudo, têm acesso à Internet para ler notícias e opiniões alternativas (55% dos brasileiros tinha acesso à Internet e 45% dos brasileiros usavam as mídias sociais em 2014). Isso significa que os principais jornais conservadores nos últimos anos têm perdido vendas e influência, especialmente com a população jovem e progressista, muitos dos quais têm apoiado Dilma e o PT. Mas a mídia conservadora, incluindo aqueles na internet, ainda dominava a opinião do público sobre o PT, o Lula, a Dilma e seu impeachment, e conseguiu orquestrar massivas manifestações contra eles.

O poder da mídia conservadora no Brasil é chamado, por vezes, de *Partido da Imprensa Golpista* (PIG; ver a entrada informativa na Wikipédia), dado suas ações políticas e influências como o "Quarto Poder" nas tomadas de decisões no Brasil. O objetivo geral deles, como foi nas eleições de 2010, é "O PT não deve ganhar" (Mauricio Dias, em *Carta Capital*, 5 de maio de 2010). O mesmo artigo crítico da Wikipédia não apenas lista vários exemplos de desinformação e abuso de poder da mídia, mas

também cita a opinião de José Antônio Camargo, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo e secretário-geral da Federação Nacional dos Jornalistas:

Distorcer, selecionar, divulgar opiniões como se fossem fatos não é exercer o jornalismo, mas, sim, manipular o noticiário cotidiano segundo interesses outros que não os de informar com veracidade. Se esses recursos são usados para influenciar ou determinar o resultado de uma eleição configura-se golpe com o objetivo de interferir na vontade popular. Não se trata aqui do uso da força, mas sim de técnicas de manipulação da opinião pública. Neste contexto, o uso do conceito 'golpe midiático' é perfeitamente compreensível.

Veremos adiante que esta opinião apropriadamente resume algumas das conclusões de nossa análise dos editoriais de *O Globo*.

### Corporação Globo

Dentro desse conglomerado de corporações midiáticas conservadoras, a Globo não é apenas a maior empresa de mídia do Brasil, mas também uma das quatro maiores empresas midiáticas da América Latina. O mais relevante para o contexto desse estudo não é apenas o jornal *O Globo* e seus ataques contínuos contra Lula, Dilma e o PT (ver, por exemplo, ALMEIDA e LIMA, 2016), mas também o jornal diário *JN*, um noticiário de TV transmitido todas as noites por volta das 20h30 entre duas novelas amplamente assistidas. Embora a audiência tenha caído nos últimos anos, ele continua sendo o programa de notícias mais influente, assistido por milhões de brasileiros. Como o segundo programa de TV mais assistido em 2015 no Brasil, ele teve aproximadamente 7.200.000 espectadores por minuto (segundo o Ibope). Para a maioria deles, o *JN* foi e é a única fonte de informação sobre o país em geral, e sobre o governo, corrupção e o processo de impeachment em particular (ver, por exemplo, BECKER e ALVES, 2015). Sem dúvida, a diminuição do apoio popular a Lula, Dilma e ao PT é um processo complexo com muitas causas diretas e indiretas, incluindo a crise

econômica e suas consequências sociais, a percepção pública da corrupção política e a operação Lava Jato, entre outras. De influência crucial, porém, é a forma como esses eventos foram concebidos pela mídia conservadora e, principalmente, como Dilma e Lula foram diabolicamente demonizados diariamente, especialmente pelo *JN*.

Como veremos adiante, uma das propriedades interessantes dos editoriais de *O Globo* em 2016 foi sua reação amarga à cobertura crítica do impeachment na imprensa internacional de qualidade, especialmente no *The Guardian*, onde o termo *golpe* foi usado (ver blog *Carta Capital, Intervozes*, 28 de abril de 2016; Comunidade PT, 12 de maio de 2016).

Em 21 de abril de 2016, o *Guardian* publicou um artigo de opinião do jornalista David Miranda - 'A verdadeira razão pela qual os inimigos de Dilma Rousseff querem seu impeachment' - no qual ele informava ao público internacional sobre o poder da Globo e outras mídias, e seus ricos proprietários, e como manipularam a opinião pública contra Dilma. O diretor da Globo, João Roberto Marinho, reagiu imediatamente com uma carta no *Guardian*, alegando que a mídia brasileira era independente e diversificada, que a Globo não tinha monopólio de notícias e que a Globo não incitava as manifestações de massa contra Dilma e o PT. Seus argumentos foram, por sua vez, ironicamente, examinados pelo próprio David Miranda em um longo artigo de opinião na crítica de mídia *The Intercept* (25 de abril de 2016), no qual detalhou ainda mais o papel da Globo na política brasileira como o 'principal braço de propaganda da oligarquia brasileira'. Ele lembrou que o *Repórteres Sem Fronteiras*, em seu último ranking internacional de liberdade de imprensa, colocou a mídia brasileira na escandalosamente baixa posição de 104. Ele também citou um artigo da *Economist* de junho de 2014 intitulado 'Dominação Globo', que informava que metade da população brasileira sintoniza no *JN* da Globo todos os dias. Essa estimativa pode ser muito alta, mas isso não significa que o *JN* não tenha uma presença dominante e tremenda influência no Brasil.

## Referencial teórico: Manipulação

Uma vez que não é o objetivo principal deste artigo contribuir para a teoria da manipulação, vamos apenas resumir brevemente alguns elementos da estrutura teórica aplicada neste estudo baseado em nosso trabalho anterior sobre manipulação e discurso (VAN DIJK, 2006) e em algum outro trabalho referido, mas não revisado, abaixo.

1. A manipulação é um fenômeno complexo que requer um *enquadramento multidisciplinar* (ver também De SAUSSURE e SCHULZ, 2005), apresentando

(a) um estudo *filosófico* da manipulação como antiética ou ilegítima, usada principalmente como um termo crítico para descrever a conduta dos outros, e quase nunca de nós mesmos;

(b) um estudo *sociológico* da manipulação como forma de interação social e forma de abuso de poder e, portanto, objeto relevante dos Estudos Críticos do Discurso.

(c) um estudo *político* de manipulação por políticos ou governos;

(d) um estudo de *comunicação* da manipulação pelos meios de comunicação de massa;

(e) um estudo *analítico do discurso* da manipulação como forma de texto ou fala;

(f) um estudo *cognitivo* dos processos mentais e representações envolvidas na manipulação.

2. A manipulação pode ser *interpessoal*, quando os indivíduos manipulam uns aos outros, ou *social*, quando organizações ou instituições poderosas manipulam coletividades de pessoas (como os leitores de um jornal, os eleitores ou a opinião pública em geral). Neste estudo, lidamos apenas com a *manipulação social*, embora tal manipulação possa

ser implementada localmente ou decretada na interação cotidiana de membros de grupos ou instituições.

3. A maioria dos estudos *psicológicos* de manipulação são experimentais e tendem a se concentrar em várias formas de *engano* interpessoal na interação e no discurso, o que, no entanto, não é a mesma coisa que manipulação. Tal engano pode ser descrito em termos de várias maneiras pelas quais o Princípio de Cooperação de Grice (1979) é violado, por exemplo, por implicaturas encobertas (ver MCCORNACK, 1992; e uma versão atualizada em MCCORNACK et al., 2014; ver também JACOBS et al., 1996; VAN SWOL et al., 2012).

4. A manipulação social como forma de *dominação ou abuso de poder* envolve organizações ou instituições como agentes manipuladores que fazem uso de recursos de poder, como acesso ou controle sobre o conhecimento ou o discurso público (ver, por exemplo, GOODIN, 1980; KEDAR, 1987; RIKER, 1986; STUHR e COCHRAN, 1990). Os alvos da manipulação são geralmente caracterizados por possuírem menos recursos, por exemplo, conhecimento, para resistir a tal dominação.

5. Corporações poderosas e outras organizações, bem como estados-nação, podem organizar seus recursos de poder comunicativo de várias maneiras, por exemplo, por meio de departamentos especiais de relações públicas, conferências de imprensa, comunicados à imprensa, entrevistas, campanhas, publicidade, propaganda e assim por diante - todos voltados para a comunicação de informações que geralmente são do interesse da organização, incluindo formas de auto apresentação positiva (ver ADAMS, 2006; DAY, 1999; KEY, 1989; MACKENZIE, 1984).

6. O principal objetivo *cognitivo* da manipulação é o *controle da mente*, ou seja, influenciar as *crenças* das pessoas, como seus modelos mentais (incluindo emoções) de eventos específicos, ou seus conhecimentos, atitudes ou



ideologias mais genéricas, geralmente sobre questões sociais importantes. O objetivo secundário e indireto é o *controle da ação*: que as pessoas ajam (votem, comprem, marchem, lutem etc.) sobre tais crenças ou emoções (ver também HART, 2013; VAN DIJK, 1998).

7. Mais especificamente, a manipulação discursiva muitas vezes envolve a comunicação da *definição da situação preferida*, definida como a formação ou mudança de *modelos mentais de situação*, como as identidades e papéis dos participantes envolvidos em um evento, qual ação ou evento está ocorrendo, e quais são suas causas e conseqüências (JOHNSON-LAIRD, 1983; VAN DIJK e KINTSCH, 1983).

Por exemplo, o discurso manipulador pode ocultar, ofuscar ou permanecer vago quanto à identidade de atores de elite ou organizações responsáveis por ações negativas (como a discriminação), por exemplo, por meio de sentenças passivas ou nominalizações (ver, por exemplo, FOWLER *et al.*, 1979; VAN DIJK, 2008b). Da mesma forma, ações ou eventos negativos podem ser descritos em termos eufemísticos (por exemplo, *descontentamento popular* em vez de *racismo*; ver, por exemplo, VAN DIJK, 1993). Essa análise cognitiva do papel dos modelos mentais na manipulação é bem diferente dos estudos populares sobre ‘controle mental’ (veja também JONES e FLAXMAN, 2015).

8. Diferente das formas legítimas de controle da mente e da ação, como educação ou persuasão, a manipulação geralmente é do *interesse* do manipulador e não do interesse do manipulado. Típico na manipulação é que as motivações, razões, objetivos ou interesses do manipulador são mais ou menos *encobertas* (ver, por exemplo, ADAMS, 2006; DIA, 1999; CHAVE, 1989; MACKENZIE, 1984).

9. Algumas das características cruciais da manipulação discursiva devem ser definidas em termos do *contexto comunicativo*, como o tipo e as características (identidade, papel, relações) dos participantes, os objetivos ou intenções

do discurso ou interação, bem como seus recursos sociais e cognitivos (Van Dijk, 2008b, 2009). Os estudos *pragmáticos* de manipulação focalizam tais aspectos do contexto. Assim, Billig e Marinho (2014) fazem uma distinção entre manipular *informações* e atos de manipular *pessoas* (ver também De SAUSSURE e SCHULZ, 2005; VÁZQUEZ ORTA e ALDEA GIMENO, 1991).

### Manipulação e discurso

Como vimos em alguns dos exemplos acima, o discurso manipulador pode influenciar ou controlar os modelos mentais dos destinatários, por exemplo, ocultando a identidade ou responsabilidade de ações negativas, a natureza das ações ou eventos, ou suas causas ou consequências, ou inversamente, atribuindo ações negativas a oponentes ou grupos externos.

Como veremos com mais detalhes a seguir em nosso estudo de caso, existem muitas estruturas discursivas e estratégias que podem ser usadas para controlar os modelos mentais desejados, além da estrutura gramatical das sentenças, como

- itens lexicais tendenciosos (por exemplo, depreciativos; ver, por exemplo, CHENG e LAM, 2010; Li, 2010):

1. implicações e implicaturas (ver, por exemplo, Jacobs *et al.*, 1996);
2. generalizações (BILMES, 2008; VAN DIJK, 1984, 1987) e metáforas (CHILTON, 2005; MEDHURST, 1990);
3. formas de descrição dos atores (VAN LEEUWEN, 1996);
4. granularidade e outros modos de descrição de situações ou eventos: mais ou menos precisos ou completos, detalhados ou vagos, próximos ou distantes, e assim por diante (BHATIA, 2005; VAN DIJK, 2014; ZHANG, 2015);
5. contar histórias (ver, por exemplo, AUVINEN *et al.*, 2013; VAN DIJK, 1984);

6. argumentação (BOIX, 2007; ILATOV, 1993; KIENPOINTER, 2005; NETTEL e ROQUE, 2012);
7. categorias superestruturais (esquemáticas), como manchetes em reportagens (VAN DIJK, 1988a, 1988b).

### *Corpus*

Nosso *corpus* é constituído pelos 18 editoriais sobre Dilma, Lula, PT e impeachment publicados no jornal *O Globo* durante os meses de março e abril de 2016, antecedendo estrategicamente a decisão da Câmara dos Deputados de instaurar o processo de impeachment contra a Presidenta. Os editoriais acompanham milhares de reportagens da Globo e de outras mídias conservadoras, apresentando sistematicamente uma desinformação grotescamente tendenciosa sobre Lula, Dilma e o PT. Os editoriais foram escolhidos como alvo deste capítulo porque formulam explicitamente as opiniões do jornal. Nós também devemos examinar brevemente as manchetes das notícias de primeira página sobre eles, porque essa informação é muitas vezes pressuposta nos editoriais (uma análise epistêmica completa das informações pressupostas em editoriais seria um interessante tema de estudo).

Os editoriais, tradicionalmente publicados no verso (página 18) da primeira parte do jornal (onde se localiza o noticiário nacional), variam em extensão entre 300 e 1000 palavras, e geralmente são compostos por quatro colunas com o marcador de gênero *Opinião* acima do título, e breves resumos entre as colunas.

### **Editorial como gênero**

Neste estudo, não nos aprofundaremos nos editoriais como gênero, pois nosso objetivo não é contribuir para nossa compreensão geral deles como tal. De fato, como gênero de mídia em jornais, apesar de muitos estudos aplicados, ainda não há uma teoria explícita de editoriais (mas ver, e.g. LE, 2010). Em nosso

trabalho anterior, muitas vezes lidamos com editoriais, mesmo de um ponto de vista teórico (VAN DIJK 1988a, 1988b, 1989, 1992). Mas à luz de nosso trabalho posterior sobre contexto (VAN DIJK, 2008a, 2009), precisamos de mais análise desse gênero em termos de análises sistemáticas da situação comunicativa, que além do cenário espaço-temporal, apresenta participantes em várias identidades (por exemplo, jornalista, editor), papéis (escritor, leitor), relações (por exemplo, editor sênior), uma atividade social (escrever um editorial) e seus objetivos (influenciar as opiniões dos leitores) e conhecimento do conhecimento dos leitores (neste caso, por exemplo, sobre Dilma, impeachment etc.).

Como gênero textual, os editoriais podem ter uma estrutura canônica (superestrutura) composta por categorias (movimentos), como Resumo dos Acontecimentos, Comentários/ Opinião sobre os Acontecimentos e Conclusão/Recomendação. Mais especificamente, os comentários ou recomendações serão organizados por estruturas argumentativas ou (outros) marcadores discursivos persuasivos. O estilo será uma linguagem relativamente formal (ver, por exemplo, BAGNALL, 1993; SIMON-VANDENBERGE, 1986; VAN DIJK 1988a, 1988b). As opiniões serão expressas em vários tipos de avaliação (por exemplo, julgamento sobre Lula, Dilma, PT ou impeachment; MARTIN e WHITE, 2005). A análise sistemática de um grande número de editoriais de O Globo revelaria estruturas mais específicas de seus editoriais como gênero nos jornais brasileiros, e o trabalho de campo precisaria ser realizado para saber mais sobre seu contexto comunicativo, como quem costuma escrever os editoriais.

## Métodos

Aqui, a análise sistemática do discurso global e local dos editoriais se concentrará principalmente nas propriedades que podem influenciar os modelos mentais e as atitudes dos leitores de formas que não são óbvias para eles e que, portanto, podem ser chamadas de manipuladoras. Tal influência pode consistir

na formação de modelos mentais preferenciais de eventos, ou na formação ou confirmação de atitudes que muitos leitores de O Globo já podem ter e com as quais podem concordar. A influência da Globo neste caso é crucial porque opiniões negativas sobre o Presidente ou sobre o PT podem, assim, ser legitimadas pelo jornal ou pelo conhecimento sobre opiniões e atitudes de outros leitores ou brasileiros, conforme noticiado pelo jornal.

Nessa perspectiva, focalizaremos primeiro nas macroestruturas semânticas (tópicos) das manchetes de primeira página e depois nas dos editoriais, antes de procedermos à análise das estruturas locais, especialmente as estruturas de semântica local, como a identificação e a descrição de atores, bem como as diversas estratégias de argumentação e legitimação. Os editoriais são um gênero persuasivo, portanto, é claro, focalizaremos nas propriedades voltadas para a manipulação de opiniões.

## **Análise das estruturas e estratégias de manipulação da Globo**

### *Manchetes*

Para entender os editoriais, devemos analisar brevemente o(s) principal(is) evento(s) das semanas que antecederam o processo de impeachment, especialmente porque os editoriais muitas vezes pressupõem o conhecimento de tais eventos e, na verdade, os comentam. No entanto, esse conhecimento pode ser derivado não apenas das notícias sobre os principais eventos do dia, mas também, de forma mais geral, da cobertura deles ou de eventos relacionados nas últimas semanas, senão meses. Tais notícias têm sido apresentadas não apenas em milhares de reportagens, mas também em colunas, reportagens, entrevistas e outros gêneros - e, portanto, exigiriam uma vasta análise epistêmica que vai muito além do escopo deste capítulo. Devemos, portanto, limitarmos nossa análise a uma breve descrição das manchetes de todas as principais chamadas da primeira página dos meses de março e abril de 2016, observando o tamanho e a

posição da manchete. Por definição, essas manchetes têm como uma de suas principais funções a expressão do nível superior da macroestrutura semântica da reportagem, ou seja, seu tema principal (VAN DIJK 1988a, 1988b). Mas as manchetes também servem para chamar a atenção para sua mensagem e podem ser ideologicamente tendenciosas. Isso significa que se, por exemplo, Lula está sendo acusado de algum ato criminoso, seja esse ou não o tema principal, isso pode ser expresso na manchete por conta da orientação ideológica da Globo, que enfatizará os aspectos negativos de seu inimigo ou do exogrupo, em geral ( ex. PT ou Esquerda, etc.).

Das 60 manchetes principais da primeira página entre março e abril de 2016, impressionantes 45 foram sobre Dilma, Lula, PT, impeachment ou sobre o governo (Dilma). Somente no final, após o processo de impeachment na Câmara, algumas das principais manchetes de primeira página se voltam para Temer (como Presidente em exercício) e seu governo. Muitas vezes, mais de uma matéria de primeira página é sobre Dilma ou Lula. Mesmo quando nenhum evento principal relacionado a eles aconteceu, eles podem ser mencionados nas manchetes de matérias menores de primeira página. Dependendo de sua interpretação (para a qual seria necessária uma análise detalhada da avaliação do discurso local), a maioria das manchetes acusa ou associa explicitamente Dilma ou Lula com atividades criminosas, geralmente por meio de denúncias da operação Lava Jato ou de muitos delatores envolvidos com a operação. Aqui estão alguns exemplos característicos (TN significa Título da Notícia):

- TN01 Delação de Delcídio põe Dilma no centro da Lava Jato Presidenta é acusada de interferir na investigação. Lula mandou silêncio de Cerveró (04 de março de 2016).
- TN02 Lava Jato força Lula a depor e petista apela à militância (05 de março de 2016).
- TN03 Lava Jato desmente versão de Lula sobre tríplice (06 de março de 2016).

- TN04 MP de São Paulo denuncia Lula por lavagem e falsidade (10 de março de 2016).
- TN05 MP pede prisão de Lula (11 de março de 2016).
- TN06 Brasil vai às ruas contra Lula e Dilma e a favor de Moro. Protesto pacífico reuniu 3,4 milhões de pessoas em 320 cidades de todos os estados e no Distrito Federal (14 de março de 2016).
- TN07 Dilma pode dar a Lula superpoderes no governo (15 de março de 2016).
- TN08 Diálogo ameaça Dilma (17 de março de 2016).
- TN09 Aliados de Dilma e Lula fazem atos em todos os estados. PT reúne 275 mil. 7% do público das manifestações pelo impeachment (19 de março de 2016).
- TN10 Defesa do Lula pede ao STF que pare Moro (21 de março de 2016).
- TN11 Supremo investiga se Dilma tentou obstruir Justiça (24 de março de 2016).
- TN12 Dilma usará Bolsa Família contra impeachment (04 de abril de 2016).
- TN13 Procurador acusa Dilma de tentar obstruir a justiça (08 de abril de 2016).
- TN14 Comissão aprova relatório pelo impeachment de Dilma (12 de abril de 2016).
- TN15 Por 337 votos, 25 mais que o necessário, Câmara aprova autorização para processo de impeachment da Presidente Dilma
- PERTO DO FIM (18 de abril de 2016).
- TN16 Ministros do STF: Dilma ofende instituições ao falar em golpe (21 de abril de 2016).

Uma primeira análise dessas manchetes mostra que na maioria delas nesses dois meses, e principalmente nas semanas cruciais que antecederam a votação na Câmara, O Globo define as (principais) notícias em termos de Dilma e/ou Lula como participantes ativos ou passivos de eventos ou atividades relacionadas a assuntos criminais ou legais. São representados como envolvidos ativamente no crime, pois a operação Lava Jato ou outros os acusam de crimes. Nas manchetes posteriores, o foco está nos acontecimentos na Câmara até 18 de abril quando em detalhe, com números precisos, a votação na Câmara é noticiada, seguida de uma manchete enorme em toda a página: PERTO DO FIM. Outras grandes manchetes, também com números, aparecem no dia 14 de abril, quando são noticiadas as manifestações massivas contra Dilma. Nesse caso, porém, a principal notícia da manifestação não se limita à primeira página, e continua em muitos outros artigos, colunas e fotos em nove páginas inteiras. Comentaremos essa notícia em nossa análise dos editoriais. No dia 19 de março, os manifestantes que apoiam Dilma também são notícia de primeira página, mas nesse caso em uma comparação negativa com o número de manifestantes contra Dilma, de modo a minimizar a relevância dos manifestantes a favor da Presidenta e o apoio numericamente muito menor que ela tem. A análise funcional da organização tópico-comentário e das manchetes muitas vezes coloca a Lava Jato, os delatores, a PF ou o Supremo Tribunal Federal (STF) na primeira posição do tópico como agentes de (principalmente) ações de acusação de Dilma e Lula que estão em posição de foco como pacientes semânticos de acusação. Apenas em algumas manchetes Dilma é foco e agente, por exemplo, quando ela é acusada diretamente de algum ato (negativo) como quando ela pode nomear Lula e dar-lhe poderes especiais ou quando ela (ameaça) parar o Bolsa Família.

Por várias semanas pelo menos (e de fato muitas semanas antes disso, desde 2014), a informação geral veiculada por essas manchetes e, portanto, repetida como a principal informação



nos modelos mentais de evento na memória dos leitores, é que (a) Dilma e Lula (são acusados) de atividades criminosas e (b) (portanto) Dilma foi cassada. Crucial também é a reiterada informação negativa sobre Lula, que é consistente com a atitude negativa da Globo sobre Lula, e por isso enfatizada. Tal retrato tem como objetivo principal deslegitimá-lo aos olhos de milhões de brasileiros que costumavam amá-lo ou admirá-lo. Mais relevante politicamente é que caso Lula fosse condenado por corrupção (supostamente uma empresa teria pagado a reforma de seu apartamento) ele não poderia ser candidato nas eleições de 2018, candidatura que seria uma ameaça à direita porque Lula, pelo menos até então, ainda era o político mais apreciado do país.

## Os editoriais

### *Temas e vieses principais*

Os temas gerais dos editoriais são, como seria de se esperar, semelhantes aos do principal noticiário do dia ou da véspera, como as acusações feitas contra Lula, Dilma ou o PT. Os (principais) tópicos para os 18 editoriais são mostrados na Tabela 1. Embora os editoriais (bastante longos, entre 300 e 1000 palavras) tratem geralmente de vários temas, é evidente não só pelas principais notícias de primeira página e suas manchetes, mas também especialmente pelos principais temas dos editoriais cujas questões são mais importantes para a Globo, e, portanto, enfatizados pela frequência e tamanho, bem como pelas estratégias semânticas e retóricas.

Em primeiro lugar, praticamente todos os editoriais repetem e engrandecem as supostas atividades criminosas de Dilma, especialmente de Lula, segundo denúncias da Lava Jato, ou de vários delatores, que vão desde corrupção (apartamento de Lula), obstrução da justiça (Lava Jato) e esquemas financeiros de Dilma para ajustar seu orçamento.

Em segundo lugar, os editoriais de várias maneiras defendem, legitimam (como ‘constitucionais’) e exercem pressão sobre o impeachment de Dilma. Terceiro, rejeitam como absurdas as acusações de Dilma e seus seguidores de que o impeachment é um ‘golpe’ parlamentar. Quarto, junto com a cobertura massiva dos noticiários, eles celebram as grandes manifestações contra Dilma, Lula e o PT, e marginalizam e deslegitimam as de seus seguidores. Por fim, legitimam a Operação Lava Jato e o juiz Moro, mas principalmente quando esses acusam Lula, Dilma ou petistas.

Que O Globo em suas pautas editoriais ataque Dilma, Lula e o PT é de se esperar de um jornal de direita, e - ainda que injustificado - não chega a ser manipulador, porque os leitores não esperam outra coisa. Como veremos com mais detalhes a seguir, os editoriais começam a ser manipuladores quando suas afirmações ou pressuposições dos fatos são tendenciosas ou falsas de maneira que os leitores não podem ou não irão verificar prontamente, porque, nesse caso, testemunhamos um controle epistêmico partidário e sistemático dos modelos mentais dos leitores.

Em primeiro lugar, tanto pelas reportagens dominantes e repetidas quanto pelos editoriais, especialmente pelo foco exclusivo nas denúncias da Operação Lava Jato, os leitores podem concluir equivocadamente que toda ou a maior parte da corrupção no país é perpetrada por Lula, Dilma ou o PT. Outros políticos e partidos são pouco discutidos nos editoriais, inicialmente nem mesmo Cunha, o poderoso e corrupto Presidente da Câmara, pelo menos enquanto ele agilizasse o processo de impeachment. Em outras palavras, a preocupação da Globo não é primordialmente a gigantesca corrupção do país (como sem dúvida alegaria), mas a deslegitimação do PT e de seu governo, especialmente do ex-Presidente Lula, visto como possível candidato às eleições de 2018.

Tabela 1: Manchetes e temas dos editoriais de março e abril (2016) em O Globo		
Data	Manchete	Tópicos principais
03 de março de 2016	<i>PT descontente é promessa de mais pressão sobre Dilma</i>	PT pressiona Dilma para mudar de Secretário de Justiça, mas resiste em limitar autonomia da Polícia Federal.
05 de março de 2016	<i>Uma reafirmação de princípios republicanos</i>	Informantes acusaram Lula de corrupção. Acusações também atingem Dilma. Operação Lava Jato é independente.
06 de março de 2016	<i>Em 13 anos de escândalos</i>	Treze anos de desastres econômicos e escândalos de corrupção devido ao governo do PT.
15 de março de 2016	<i>Um 'basta' das ruas a Dilma, Lula e PT</i>	Milhões de manifestantes contra Lula, Dilma e PT e a favor do Juiz Moro e da Operação Lava Jato. Iniciado processo de impeachment.
17 de março de 2016	<i>Lula e Dilma apostam tudo para sobreviver</i>	Dilma quer nomear Lula como ministro para protegê-lo contra a acusação.
18 de março de 2016	<i>Vale-tudo empurra Dilma e Lula a legalidade</i>	Conversa telefônica mostra que Dilma e Lula estão obstruindo a justiça.
19 de março de 2016	<i>O impeachment é uma saída institucional da crise</i>	As instituições e o parlamento devem iniciar o processo de impeachment imediatamente.
22 de março de 2016	<i>A preocupante ofensiva do governo contra a Lava-Jato</i>	Dilma nomeia novo ministro da Justiça que quer paralisar a Lava Jato. Instituições trabalham: Comissão de impeachment iniciada.
24 de março de 2016	<i>Dilma radicaliza e fala de um país imaginário</i>	Dilma compara impeachment com golpe militar de 1994 e só quer agitar seus fãs.

30 de março de 2016	<i>A farsa do 'golpe' construída pelo ulopetismo.</i>	PT manipula pessoas com acusação absurda de 'golpe'.
31 de março de 2016	<i>Tentativa desesperada com o velho fisiologismo</i>	Após a saída do PMDB do governo, Dilma faz indicações para conseguir votos contra o impeachment.
06 de abril de 2016	<i>Tempo no impeachment corre contra o país.</i>	A advogada-geral do Estado defende Dilma, mas não consegue convencer a comissão de impeachment.
08 de abril de 2016	<i>O consistente relatório da comissão do impeachment</i>	Relatório da comissão de impeachment faz retrato preciso das ações financeiras de Dilma.
12 de abril de 2016	<i>Dentro da Lei, dentro de Constituição</i>	Grande crise no país só pode ser resolvida pelo impeachment, que é legal e constitucional.
16 de abril de 2016	<i>STF acerta ao manter a tramitação do impeachment</i>	Não há direitos para o Supremo Tribunal intervir no processo de impeachment.
18 de abril de 2016	<i>Um passo para o impeachment</i>	Processo de impeachment aprovado no parlamento e Senado agora deve julgar Dilma.
20 de abril de 2016	<i>Bolivarianos e Dilma se isolam na farsa do 'golpe'</i>	Acusações ridículas de "golpe" da Venezuela, Bolívia e Equador. O impeachment é constitucional.
21 de abril de 2016	<i>Dilma põe interesses pessoais e do PT acima do país</i>	A acusação vergonhosa de 'golpe' de Dilma perante a ONU e a jornalistas estrangeiros.

PT: Partido dos Trabalhadores; PMDB: Partido Movimento Democrático Brasileiro; STF: Supremo Tribunal. Federal; ONU: Organização das Nações Unidas.

Em segundo lugar, a repetida ênfase na natureza legal e legítima do processo de impeachment, por exemplo, com referência à Constituição, ao Supremo Tribunal Federal e ao parlamento, é definida em termos genéricos, nomeadamente o que a Constituição menciona como impeachment. No entanto, isso não significa que *nesse caso específico* o impeachment fosse legal e legítimo quanto às decisões financeiras específicas do governo Dilma. Relacionado a esse ponto é que as reportagens e editoriais dificilmente dão atenção aos argumentos jurídicos de muitos especialistas contra o impeachment. Deixar de fornecer esta informação é, sem dúvida, uma forma de gestão manipulativa do conhecimento (omissão de informação).

Terceiro, a Globo acusa repetidamente Dilma, o PT e seus seguidores pelo uso da acusação "absurda" de que o impeachment é de fato um golpe político, mas não fornece informações sobre os argumentos jurídicos e políticos de especialistas no país, bem como da imprensa de qualidade internacional que apoia este julgamento. Esse é outro exemplo importante de omissão manipulativa.

Por fim, a ampla e positiva cobertura da opinião pública e das manifestações contra Dilma, Lula e o PT e a favor do impeachment, e sua cobertura marginal das manifestações contra o impeachment e a favor de Dilma, é mais do que viés partidário; é um argumento implícito em favor da natureza "democrática" de se livrar de um Presidente eleito.

### **Estratégias de Manipulação Local**

As estratégias gerais de *O Globo* em seus editoriais são implementadas localmente de muitas maneiras específicas, desde a derivação lexical de Lula, Dilma e do PT, por um lado, até seus muitos movimentos e estratégias semânticas e retóricas, por outro. Sem a pretensão de darmos uma explicação exaustiva, vamos examinar algumas estratégias típicas com maior detalhamento.

### *Léxicos depreciativos*

Além da habitual caracterização negativa de seus opositores políticos, como seria normal em editoriais, O *Globo* utiliza uma série de palavras específicas associadas à clássica retórica *anticomunista*. O PT e seus seguidores não são meramente chamados de *petistas*, *militantes* ou mais comumente rotulados com o termo pejorativo *lulopetistas*, associando os seguidores do PT a Lula. Eles são referidos metaforicamente de forma muito mais agressiva como *tropas de choque* (03 de março de 2016), implicando falsamente violência de estilo militar, ou *agitprop* (20 de abril de 2016), sugerindo falsamente que os seguidores de Dilma são agitadores comunistas.

### *Acusações Seletivas*

Vimos que a maioria das notícias e editoriais que antecedem o impeachment focam nas denúncias de corrupção contra o PT. Localmente, tais acusações seletivas são rotineiramente repetidas, por exemplo, como segue:

(1) Na verdade, soube-se depois que o aparelhamento lulopetista na Petrobras transcorreu paralelamente ao mensalão já a partir de 2003, início do primeiro mandato do Lula. (6 de março, 2016)

Além do uso do marcador epistêmico (*soube-se*) implicar certeza e não mera acusação, o envolvimento do PT no escândalo de corrupção da Petrobras não é apenas focado, mas também salientado em termos de esquema organizado, além de associá-lo ao anterior grande escândalo (o escândalo do *Mensalão* de compra de votos) no qual o PT (e outros partidos) esteve envolvido. Esse tipo de acusação mostrou-se padrão em quase todos os editoriais.

### *Pressuposições*

Uma estratégia de manipulação bem conhecida é usar pressuposições em vez de afirmações diretas, como é o caso do exemplo a seguir:

(2) Seria desastroso se, enquanto perseguia o dinheiro sujo, os investigadores fingissem não perceber que empreiteiras envolvidas no escândalo reformaram o sítio de Atibaia e o tal triplex de Guarujá. (5 de março, 2016).

Nesse complexo trecho sobre os investigadores da Lava Jato, o verbo factivo *perceber* pressupõe que as empreiteiras envolvidas no escândalo de corrupção reformaram o apartamento de Lula e o sítio (como pagamento por ele supostamente favorecer essas empresas). Isso foi apenas uma acusação e não um fato. Esse tipo de pressuposição funciona, portanto, como um argumento ardiloso e manipulador, sendo menos contestável do que uma assertiva direta.

### *Ressalvas*

No discurso ideológico polarizado, as ressalvas desempenham um papel crucial, como conhecemos da clássica negação racista ‘Eu não sou racista, mas...’, que combina a auto apresentação positiva com a bem detalhada outra apresentação negativa (VAN DIJK, 1984, 1987, 1992, 1993). O Globo, é claro, sabe que algumas de suas acusações e estratégias de deslegitimação são normativamente problemáticas. Então, o que acontece é que fazem uma afirmação duvidosa específica, seguida de uma afirmação normativa genérica como forma de auto apresentação positiva corretiva. Aqui está um exemplo típico:

(3) Nesta passagem, segundo Delcídio, Lula e Dilma teriam atuado juntos [...] Toda delação premiada requer comprovação. (5 de março, 2016)

Nesse caso, uma das acusações típicas contra Dilma e Lula, expressa por um dos delatores, linguisticamente marcada com o verbo auxiliar *teriam* (supostamente teriam agido em conjunto), é seguida pela ressalva que (obviamente) todas as acusações feitas durante a delação premiada precisam ter devidas comprovações.

Um caso de destaque durante aquelas semanas foi um grampo de uma conversa telefônica entre Lula e Dilma, na qual ela promete vagamente protegê-lo caso seja necessário (por exemplo, nomeando-o como ministro para obter foro privilegiado). Tanto no jornal impresso quanto em seu *Jornal Nacional*, a *Globo* também prestou bastante atenção a essa conversa, embora as escutas telefônicas da Presidenta, principalmente sua divulgação, sejam ilegais - como posteriormente confirmado pelo Supremo Tribunal Federal, criticando o juiz Moro por fazê-lo. A *Globo* percebe que pode estar infringindo a lei (embora nunca seja processada por isso) ao publicar o conteúdo da escuta, e assim o faz com um estranho aviso:

(4) (Os grampos de Moro talvez fossem ilegais). Importa mais, porém, o conteúdo das gravações. (18 de março, 2016)

Em primeiro lugar, a admissão de ilegalidade é mitigada por *talvez*. Em segundo lugar, a *Globo* parece fazer uma distinção entre as escutas e seu conteúdo, cuja importância neste caso (nomeadamente a estratégia de Dilma para proteger Lula) é enfatizada, anulando assim a admissão. Um aviso semelhante ocorre no seguinte fragmento:

(5) Mesmo sabendo que era investigado, Lula não se moderou ao telefone e permitiu que se registrassem em gravações legais memoráveis, típico de quem não se preocupa com a ética e limites da lei na defesa de interesses próprios. Em uma gravação específica – cuja legalidade será decidida pelo Supremo – Lula e Dilma deixaram claro que a prioridade, na semana passada, e apressar a nomeação do novo ministro, agora sub judice, para protegê-lo de eventual prisão. (22 de março, 2016).

O editorial primeiramente, em termos gerais, afirma que as escutas foram legais, mas depois admite em uma cláusula incorporada que sua legalidade será decidida pela Suprema Corte. No entanto, tanto semanticamente quanto sintaticamente, a ressalva é pouco proeminente nessa passagem, e a ética duvidosa



de Dilma e Lula assume o primeiro plano. Se não for formulada uma admissão adequada em um aviso legal, isso só pode ser feito de maneira indireta da seguinte forma:

(6) [...] Gravação de gente com foro privilegiado – Dilma no caso – precisa ser despachada para o Supremo. Zavascki alertou e não está em questão a legalidade daquele grampo, mas a divulgação dele como fez Moro. Este discorda, e apresentará ao ministro formalmente argumentos em contrário. Teori decidirá ou levará a questão ao pleno do STF. Simples desta forma. (24 de março, 2016).

No exemplo acima, a ilegalidade presente em grampear a Presidenta é explicitamente afirmada e reconhecida, embora mitigada pela condição de que tais escutas não sejam publicadas. Além disso, ao se referir ao juiz Moro, que tornou públicas as escutas, a *Globo*, em suas divergências e argumentos, legitima não apenas Moro (como fizeram em todas as suas coberturas deste e de outros casos), mas também a si mesma por ter publicado a escuta. Novamente, nessas várias formas de ressalvas como isenção de responsabilidade, não fica claro para os leitores que desconhecem os detalhes da lei se Moro e a *Globo* infringiram ou não a lei - o que obviamente equivale a uma forma de manipular a opinião pública.

#### *Auto apresentação positiva*

A estratégia dominante dos noticiários e editoriais de O *Globo* é a apresentação extremamente negativa de Dilma, Lula e do PT, embora outros partidos e políticos possam ocasionalmente ser mencionados negativamente quando acusados de corrupção ou lavagem de dinheiro. A (auto) apresentação positiva é geralmente voltada para as instituições do Estado, como o Supremo Tribunal Federal, a PF ou a Operação Lava Jato e o Juiz Moro.

O retrato de todos aqueles que pensam e dizem que o impeachment de Dilma é de fato um "golpe" político, incluindo a imprensa estrangeira é particularmente negativo. Os editoriais

não apenas argumentam amplamente contra essa acusação, mas também se engajam em uma forma bastante notável e excepcional de autorreferência e auto apresentação positiva que funciona como uma legitimação da própria opinião e cobertura da *Globo*:

(7) O jornalismo profissional demonstrando mais uma vez sua excelência, tem publicado livre e destemidamente tudo o que diz respeito ao que já pode ser rotulado como o maior esquema de corrupção que vitimou o Brasil. Em muitos casos está à frente das investigações escancarando o que de errado foi feito nesse país. Age, assim, sob a proteção da constituição que garante ampla liberdade de imprensa. (12 de março, 2016).

Além de asseverar seu próprio profissionalismo, ainda que indiretamente em termos de referência genérica ao jornalismo profissional em geral, a *Globo* se orgulha não apenas por denunciar o maior esquema de corrupção já ocorrido no Brasil, mas também por estar na linha de frente das investigações, como se a *Globo* fizesse parte da Operação Lava Jato. Ao mesmo tempo, na última frase, o faz por referência à liberdade de imprensa, neste caso não como um valor óbvio da sociedade democrática, mas muito mais especificamente como um argumento implícito que legitima sua cobertura e acusações, e como proteção contra acusações de seu viés sistemático e desinformação.

#### *Suspeitas e Acusações como Fatos*

Talvez a estratégia de manipulação mais difundida dos noticiários e editoriais da *Globo* durante esses meses seja apresentar suspeitas e acusações como fatos, ou seja, sem os marcadores comuns ou obrigatórios de dúvida ou afastamento (adjetivos como *suposto* ou verbos auxiliares). Na cobertura da gigantesca e bastante complicada operação Lava Jato e da corrupção da Petrobras e de outras empresas, fica assim muito difícil, senão impossível, para os leitores saberem o que são meras acusações ou suspeitas e o que foi comprovado em juízo:

(8) Configurou-se, assim, uma ação dos dois [Lula e Dilma] para obstruir a Lava-Jato, crime passível de punição nos tribunais. (18 de março, 2016)

Neste exemplo não se trata de suspeita: a suposta obstrução da justiça por Dilma e Lula é afirmada como fato e reforçada ao qualificá-la explicitamente como crime. Veja também:

(9) Há, ainda, a suspeita surgida de uma fita gravada por um assessor de Delcídio com o ministro da educação, Aloizio Mercadante, de que por meio do ministro, a Presidente estaria tentando impedir a delação do senador. Interpretações pelo juiz Sérgio Moro de gravações legais de conversa entre Lula, ainda não nomeado, Dilma, em outro momento, o ministro Jaques Wagner em que surgem indícios de tentativas de obstrução da justiça e defesa do ex-Presidente. Dos diálogos alimentam discussões. A questão deste tipo de interferência de Dilma cresceu ontem à noite, com a divulgação [...]. (17 de março, 2016).

Primeiramente, o trecho refere-se a uma suspeita de que Dilma teria tentado impedir a acusação do senador, suspeita devidamente expressa pelo verbo no futuro do pretérito indicativo *estaria* (estaria tentando). Da mesma forma, o trecho refere-se a interpretações do juiz Moro e provas de obstrução de justiça. No entanto, no final do trecho, após essas primeiras manifestações de dúvida ou distanciamento, a expressão tópica "a questão desse tipo de interferência de Dilma cresceu..." implica que tal interferência é um fato. Note-se também que, embora possa haver sérias dúvidas sobre a legalidade das escutas do juiz Moro, *O Globo* (novamente e rotineiramente) as qualifica como legais – tanto para legitimar Moro quanto para se proteger. Tal transformação de suspeita em fato é ainda mais explícita no exemplo a seguir:

(10) Seja como for, gravações legais de conversas telefônicas de Lula liberadas na noite de quarta pelo juiz Sérgio Moro implicariam de forma evidente o ex e a atual Presidente em gestões para barrar a Lavo-Jato, consideradas atos

de obstrução de justiça. Fica estabelecido então que para Dilma e Lula vale mesmo tudo para se manter no poder. (18 de março, 2016).

Seguindo sua estratégia editorial padrão, O *Globo* passa a enfatizar nesse trecho a legalidade das escutas, por exemplo, para sanar possíveis dúvidas do leitor. Emprega o adjetivo "evidente" ao transformar uma possível interpretação da conversa em um fato comprovado - acrescentando novamente que isso seria uma obstrução da justiça. Além disso, a frase final é ainda mais explícita ao afirmar que ficou *estabelecido* como fato que Dilma e Lula estão não apenas obstruindo a justiça, mas acrescentando um motivo político para isso: permanecer no poder.

### *Generalizações*

Uma estratégia retórica bem conhecida na outorapresentação negativa é elevar um único caso de (suposta) má conduta a uma característica geral do oponente:

(11) Também acontece uma catástrofe imensa no plano ético na economia. Nunca houve confiança absoluta no PT, mesmo quando o primeiro governo Lula aderiu ao receituário correto. (6 de março, 2016).

Além da hipérbole retórica ("catástrofe imensa") exagerando as políticas econômicas do governo Dilma, O *Globo*, nesse caso, expressa fielmente aspectos negativos. Atitudes conservadoras da oligarquia brasileira em relação ao PT e Lula, mesmo quando a economia estava indo bem e seguindo a ortodoxia neoliberal, mostram que esse julgamento é de fato uma forma de preconceito. Essa perspectiva histórica é especialmente esclarecedora para explicar a virulência da atitude anti-PT da *Globo* e da direita diante da crise econômica.

### *Jogo de Números*

Clássico e típico da cobertura noticiosa de membros externos ao grupo é o movimento retórico do jogo dos números, que sugere

precisão estatística e credibilidade, mas que, na verdade, é usado como meio estratégico para enfatizar as qualidades negativas dos oponentes ou a situação atribuída para eles. Aqui estão alguns exemplos:

(12) (Lula) Sua imagem foi arranhada: segundo recente pesquisa Datafolha 58% acham que ele ganhou de empreiteiras o triplex reformado de Guarujá, em troca de favores e 55% consideram o mesmo em relação ao sítio de Atibaia. (6 de março, 2016).

(13) Mas os milhões de manifestantes de domingo contra Dilma, Lula, PT e em favor de Sérgio Moro e Lava-jato – não importa se 3,6 segundo os PMs, ou 6,9, de acordo com os organizadores. (17 de março, 2016).

(14) Embora pesquisas mostrem que mais de 60% da população apoiam o impeachment, 33% defendem a Presidente Dilma Rousseff. (12 de abril, 2016).

O jogo dos números exerce várias funções nos exemplos. Em primeiro lugar, a referência à pesquisa de opinião enfatiza que Lula não tem mais o maciço apoio que costumava ter. Segundo, embora seja apenas uma questão de opinião pública, se a maioria do povo (embora pouco competente para julgar os fatos) acha que Lula é corrupto, então para a *Globo* isso significa confirmar uma suspeita. Da mesma forma, o próprio número (milhões) de manifestantes contra Dilma também parece implicar que Dilma não apenas perdeu sua popularidade, mas também é culpada de má conduta financeira e, portanto, deve ser cassada, como é mais explicitamente expresso no exemplo (14). Como se presume que os números não mentem, os editoriais podem, assim, manipular a própria opinião pública a que se referem e, ao mesmo tempo, os políticos, sempre pensando na reeleição.

#### *Deslegitimando a acusação de "Golpe"*

Vimos que a ampla visão crítica do impeachment de Dilma foi efetivamente resumida pelo slogan *Golpe*, também utilizado

em todo o mundo por muitos jornais. Não é surpreendente, então, que essa mesma noção tenha provocado reações furiosas da *Globo*, porque também lembra aos leitores a associação da *Globo* com o golpe e a ditadura militar de 1964. As ações financeiras de Dilma foram apenas um pretexto para seu impeachment, e o que realmente aconteceu foi um golpe parlamentar contra uma Presidenta eleita, uma conspiração na qual a própria *Globo* teve um papel importante. Não surpreende, portanto, que praticamente não haja comentários nos editoriais sobre os muitos argumentos contra a legalidade do impeachment. Assim, as reações à acusação de golpe não são racionais ou argumentativas, mas principalmente emocionais, como fica evidente nos vários exemplos a seguir, que citamos extensivamente por terem papel central nos editoriais autolegitimadores de O Globo:

(15) O PT, por sua vez, insiste no mantra do ‘golpe’, cada vez mais desafinado diante das evidências de que tudo tramite sob o manto da Constituição. (15 de março, 2016).

(16) Para compor o clima ficcional, a Presidente traçou o quadro de um país imaginário em que haveria um golpe em andamento contra ela. (24 de março, 2016).

(17) Na estratégia de defesa e nas ações de agitação e propaganda do PT e de uma Presidente acuada no Planalto, a palavra ‘golpe’ ganha grande relevância. ‘Golpe’ é curto, fácil de pronunciar e adequado para ser gritado em manifestações. (30 de março, 2016).

(18) [...] a militância criou termos paradoxais como ‘golpe constitucional’. Ora se é golpe não pode ser constitucional. [...] Pura manipulação, porque Brasil 2016 nada tem a ver com o de 1964. (30 de março, 2016).

(19) Numa ação típica de agitprop, agitação e propaganda, o PT disseminou a ideia de que *haveria* um ‘golpe’ em andamento no Brasil sob o disfarce de um processo de impeachment. Disciplinada a militância foi em frente. [...] (20 de abril, 2016).

(20) Retornou ao cantochão do ‘golpe’, o que já fizera em entrevistas à imprensa estrangeira. (20 de abril, 2016).

(21) Golpe com a participação do Supremo, no Brasil, seria candidato a entrar no Guinness no quesito bizarrice. (20 de abril, 2016).

### *Legitimação do Impeachment*

Justamente porque havia dúvidas generalizadas sobre a legalidade do impeachment ou sobre a criminalidade dos esquemas financeiros de Dilma, a *Globo* se engajou em argumentos repetidos e detalhados e outras estratégias persuasivas para legitimar (seu apoio ao) impeachment:

(22) [...] foi importante que a Câmara instalasse logo a comissão do impeachment. (19 de março, 2016).

(23) Ao mesmo tempo começa a funcionar a comissão do impeachment. É assim que deve ser: as instituições em funcionamento – Legislativo e Judiciário – para que se supere a crise sem qualquer desobediência à Constituição. (22 de março, 2016).

(24) Logo, inexistente qualquer justificativa razoável para a atuação para o Senado não dar início a fase de julgamento da Presidente com urgência máxima. Obedecidos todos os trâmites legais com respaldo do STF: chega a ser uma questão de segurança nacional. (18 de abril, 2016)

Os movimentos de legitimação aqui consistem em insistir que a decisão de impeachment seja tomada pela Câmara e pelo Judiciário, como instituições legítimas (e funcionais) do Estado, e pela aplicação da Constituição - implicando que não se trata, portanto, de golpe. Claro que isso é uma falácia, pois pressupõe que os órgãos do Estado não podem tomar decisões ilegais ou ilegítimas. Além disso, como no exemplo (24), o impeachment é até mesmo desnecessariamente legitimado em termos de segurança nacional.

### *Estratégias Populistas: a "rua"*

O principal objetivo da cobertura jornalística e dos editoriais da *Globo* sobre os acontecimentos do impeachment era influenciar a opinião pública e – direta e indiretamente, por meio de manifestações massivas – os políticos. Assim, encontramos repetidas referências metonímicas à *rua*:

(25) Mas os milhões de manifestantes de domingo contra Dilma, Lula, PT. (15 de março, 2016).

(26) Às favas com a histórica demonstração de repúdio aos dois e a seu partido dada nas ruas no domingo por milhões de brasileiros. (17 de março, 2016).

(27) Querer agitar as ruas com palavras de ordem agressivas para interferir nesse processo é trabalhar contra o país. E contra o próprio desejo de ficar no Planalto. (24 de março, 2016).

(28) Todas as forças políticas têm de combater a ideia tóxica de que tudo se resolverá nas ruas. Pois apenas agravará a situação contra os interesses de todos os brasileiros.

Tais estratégias populistas são formuladas antes de tudo em termos da estratégia retórica do jogo dos números como em “milhões” (25, 26). Em segundo lugar, essas manifestações são, naturalmente, manipuladas para uma interpretação apenas contra PT, Dilma e Lula, e não como (também) uma expressão contra a corrupção em geral. Mas é claro que *nossa* manifestação é julgada de forma muito diferente da manifestação deles, que no exemplo (27) é negativa em termos de “agitação” e “agressão”, e como “contra o país”! E no exemplo (28), encontramos a ressalva de sempre, de que é uma ideia venenosa que todos os problemas se resolvem na rua - uma grande contradição com a própria celebração da Marcha contra Dilma, Lula e o PT pela própria *Globo*.

#### *Deslegitimação de Lula e Dilma*

Como vimos nas manchetes e nas estratégias de manipulação dos editoriais, a principal estratégia de manipulação de O *Globo*



é a consistente demonização e deslegitimação de Lula e Dilma, condições cruciais para o impeachment de Dilma e para bloquear uma possível candidatura de Lula nas eleições presidenciais de 2018. Essa cobertura partidária tendenciosa, além do "normal" retrato negativo de seus oponentes, é manipuladora por causa de sua natureza hiperbólica (centenas de artigos de notícias e dezenas de editoriais em poucas semanas) e do interesse insignificante em formas graves de corrupção de outros partidos e políticos. O ataque contra Lula baseia-se na suspeita (até hoje não comprovada) de que a reforma de um apartamento teria sido paga por uma empresa, embora tenha sido comprovado que o apartamento nem estava em seu nome. (É claro que a *Globo* não informa sobre a enorme mansão usada pelo dono da *Globo*, João Roberto Marinho, em uma área de proteção ambiental em Paraty, e de propriedade de uma empresa envolvida na Lava Jato.) De sua parte, Dilma nunca havia sido acusada de corrupção, mas apenas de supostamente tentar bloquear as operações da Lava Jato (por exemplo, no caso de pagamentos feitos à sua campanha eleitoral).

A natureza manipuladora dessas acusações repetidas deriva, em primeiro lugar, da dificuldade que os leitores têm em distinguir entre fatos e acusações quando estas são repetidas diariamente. Em segundo lugar, a demonização de Lula e Dilma não é uma campanha geral imparcial contra a corrupção no país e, embora legitimada como interesse do país como um todo, é principalmente do interesse político da Direita, bem como seu porta-voz, a corporação *Globo*, para arrancar o poder político do PT. Aqui está uma das inúmeras passagens negativas sobre Lula nos editoriais, após a ideia de Dilma de proteger Lula ao indicá-lo como membro de seu gabinete:

(29) Importa para elas manter a militância reunida em defesa do projeto de poder, dar-lhe fôlego na venda da ilusão de que o inteligente e esperto ex-metalúrgico, torneiro mecânico de ofício, consertará os graves danos que ele mesmo ajudou a provocar na economia, e tudo isso só com

vontade política discurso e carisma [...] Queda vertiginosa de Lula [...] jararaca ferida no rabo, desejosa de vingança. (17 de março, 2016).

Em primeiro lugar, os seguidores de Lula são descritos pelo emprego do termo "militância", que implica violência. Em segundo lugar, a participação de Lula no governo é descrita como uma ilusão quando destinada a resolver a crise econômica. Mas a real atitude de O *Globo* em relação a Lula está expressa na frase irônica e pejorativa 'o inteligente e esperto ex-metalúrgico, torneiro mecânico de ofício', implicando a proposição 'Como um simples operário pode salvar o país? de uma crise econômica?'. Tal insulto é especialmente manipulador quando o jornal não lembra aos leitores que os maiores sucessos econômicos do Brasil ocorreram durante o governo Lula.

O editorial de 24 de abril de 2016 violentamente ataca Dilma por expressar a crença em que ela teria desonrado o país e suas instituições durante visita à Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York ao divulgar internacionalmente a acusação do golpe contra ela, como segue:

(30) [...] viajar para Nova York [...] pretexto para aproveitar o palanque internacional e fazer o discurso mentiroso do golpe. Assim Dilma assume a postura de dignitários da 'república das bananas' tendo um comportamento bizarro perante a diplomacia internacional. Pior: com a própria Presidente fazendo ataques a ordem instituída do seu país, contra o Congresso e o Supremo Tribunal Federal. Ineditismo absoluto – no mau sentido – na história do Brasil [...] Querem desinformar a imprensa internacional, na impossibilidade de fazer o mesmo com o jornalismo profissional brasileiro. [...] Agora a própria Presidente se vale da prerrogativa de ser representante máxima em fóruns diplomáticos para usar a tribuna da ONU de maneira oportunista, a fim de tratar de um problema político pessoal e do seu partido [...] Mas Dilma e o PT parecem acreditar na teoria do nazista Joseph Goebbels, de que uma mentira dita

mil vezes vira verdade mesmo que prejudiquem o Brasil. (21 de abril, 2016).

Ironicamente, Dilma nunca mencionou seu impeachment na ONU, mas O *Globo* apenas temia que ela o fizesse e, assim, antecipou o ataque contra ela para defender as instituições brasileiras, especialmente um impeachment que no exterior poderia ser visto como um golpe. Não surpreende, portanto, que o editorial formule sua avaliação com termos como "mentiroso", "bizarro", "ataque", "inédito", "oportunista" e assim por diante.

## Conclusão

Tendo como pano de fundo aquela situação sociopolítica do Brasil, a análise das manchetes e editoriais de O *Globo* mostrou que o jornal manipulou sistematicamente seus leitores, a opinião pública e os políticos para promover e legitimar um golpe como o impeachment constitucionalmente baseado em Dilma Rousseff. Objetivo atingido não apenas por extensas reportagens e editoriais diários sobre as supostas condutas criminosas de Dilma, Lula e do PT, mas também por meio das mais diversas estratégias discursivas, como apresentar denúncias como fatos, celebrar e legitimar o juiz anti-PT Moro, apresentar coberturas populista de manifestações, isenções de responsabilidade, retórica de jogo de números, auto apresentação positiva e ataque à acusação de que o impeachment fora de fato um golpe político.

O caráter manipulador dessa cobertura jornalística e editoriais, bem como do *Jornal Nacional* da Globo, é o foco na suposta má conduta de Lula e Dilma quanto a questões jurídicas que o público em geral não consegue compreender ou verificar. Ao omitir informações sobre os pareceres de juristas ou da imprensa internacional sobre os fundamentos do impeachment, por exemplo, o jornal não é apenas politicamente tendencioso, mas se envolve em desinformação séria sobre a Presidenta e o ex-Presidente. Um ponto essencial é que, por seu (óbvio) silêncio sobre os reais objetivos do impeachment, ou seja, acabar

definitivamente com o governo e o poder do PT, o jornal O Globo torna-se o porta-voz de uma conspiração ideológica da oligarquia conservadora para voltar ao poder político após 13 anos, confirmando e continuando seu poder econômico. Por causa do quase monopólio do telejornal da Globo, milhões de brasileiros têm pouco acesso a informações alternativas e mais equilibradas. É esse abuso de poder epistêmico e doxástico por corporações como a Globo que constitui um dos grandes problemas de sociedades democráticas como a brasileira.

## Agradecimentos

Pelas correções e sugestões, agradeço Patricia Gouveia, João Feres Júnior, Carmen-Rosa Caldas e Rodney Williamson.

## Referências:

ADAMS, Simon. *Propaganda in war and peace: Manipulating the Truth*. Chicago, IL: 2006.

ALMEIDA, A. T. S.; LIMA, V.T.L S. Dilma Rousseff na imprensa brasileira: Da reeleição ao processo de impeachment. *Revista Encontros*, v. 14, n. 26, p. 102-113, 2016.

AUVINEN, Tommi; AALTIO, Iris; BLOMQUIST, Kirsimarja. Constructing leadership by storytelling—the meaning of trust and narratives. *Leadership & Organization Development Journal*, v. 34, n. 6, p. 496–514, 2013.

BAGNALL, N. *Newspaper Language*. Oxford, Boston: Focal Press, 1993.

BECKER, Valdecir; ALVES, Kellyanne Carvalho. Análise da queda da audiência do Jornal Nacional e os impactos no telejornalismo. *Comunicação & Inovação*, v. 16, n. 32, p. 87-102, 2015.

BHATIA, Vijay Kumar; ENGBERG, Jan (Ed.). *Vagueness in normative texts*. New York: Peter Lang, 2005.

BILLIG, Michael; MARINHO, Cristina. Manipulating information and manipulating people: Examples from the 2004 Portuguese parliamentary celebration of the April Revolution. *Critical Discourse Studies*, v. 11, n. 2, p. 158-174, 2014.

BILMES, Jack. Generally speaking: Formulating an argument in the US

Federal Trade Commission. *Text & Talk*, v. 28, n. 2, p. 193–217, 2008.

BOIX, C. *Argumentation, Manipulation, Persuasion*. Paris: L'Harmattan, 2007.

CATOZZO, F.S.; BARCELLOS, Z.R. A Influência Da Midia nos Protestos Brasileiros de Junho 2013 e Março de 2015. In: *Paper XVII Congresso de Ciências de Comunicação na Região Sul*. Curitiba, 2016.

CHENG, Winnie; LAM, Phoenix. Media discourses in Hong Kong: Change in representation of human rights. *Text and Talk*, v. 30, n. 5, p. 507–527, 2010.

CHILTON, Paul A. Manipulation, memes and metaphors: The case of Mein Kampf. In: De Saussure, L.; Schulz, P. (ed.). *Manipulation and Ideologies in the Twentieth Century: Discourse Approaches to Politics, Society and Culture*. Amsterdam: John Benjamins, p. 15-43, 2005.

COSTA, Edwaldo. *Meia culpa: O globo e a ditadura militar*. Florianópolis, Brazil: Editora Insular, 2015.

DAY, Nancy. *Advertising: Information or Manipulation?*. Springfield, NJ: Enslow Publishers, 1999.

DE SAUSSURE, Louis; SCHULZ, Peter (Ed.). *Manipulation and ideologies in the twentieth century: Discourse, language, mind*. Philadelphia, PA: John Benjamins Publishing, 2005.

FERES, J. Impeachment é conluio entre a Justiça e a mídia. O Cafezinho, 14 May, 2016.

FOWLER, Roger et al. *Language and control*. London: Routledge & Kegan Paul, 2018.

GOODIN, R. *Manipulatory Politics*. New Haven, CT: Yale University Press, 1980.

HART, Christopher. Argumentation meets adapted cognition: Manipulation in media discourse on immigration. *Journal of pragmatics*, v. 59, p. 200-209, 2013.

HUNTER, Wendy. *The Transformation of the Workers' Party in Brazil, 1989–2009*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

ILATOV, Z. Z. Manipulations in argumentation. *Argumentation*, v. 7, n. 3, p. 359-367, 1993.

JACOBS, Scott; DAWSON, Edwin J.; BRASHERS, Dale. Information manipulation theory: A replication and assessment. *Communications Monographs*,

v. 63, n. 1, p. 70-82, 1996.

JOHNSON-LAIRD, Philip Nicholas. *Mental models: Towards a cognitive science of language, inference, and consciousness*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1983.

JONES, Marie D.; FLAXMAN, Larry. *Mind wars: A history of mind control, surveillance, and social engineering by the government, media, and secret societies*. Pompton Plains, NJ: New Page Books, 2015.

KEDAR, Leah (Ed.). *Power through discourse*. Norwood, NJ: Ablex, 1987.

KEY, W. B. *The Age of manipulation: The con in confidence, The sin in sincere*. New York: Henry Holt, 1989.

KIENPOINTNER, Manfred. Racist manipulation within Austrian, German, Dutch, French and Italian right-wing populism. In: De Saussure, L.; Schulz, P. (ed.). *Manipulation and Ideologies in the Twentieth Century: Discourse Approaches to Politics, Society and Culture*. Amsterdam: John Benjamins, p. 213-236, 2005.

LE, Elisabeth. *Editorials and the power of media: Interweaving of socio-cultural identities*. Philadelphia, PA: John Benjamins Publishing, 2010.

LI, Juan. Transitivity and lexical cohesion: Press representations of a political disaster and its actors. *Journal of Pragmatics*, v. 42, n. 12, p. 3444-3458, 2010.

MACKENZIE, John M. *Propaganda and empire: the manipulation of British public opinion, 1880–1960*. Manchester: Manchester University Press, 2017.

MAGNOLO, T. S.; PEREIRA, A. A. O papel desempenhado pelo jornal O Globo ao golpe de 64. In: *CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE*. p. 1-15, 2016.

MARCONDES, Valéria et al. Jornal Nacional e as manifestações contra o aumento das passagens. *Revista Grifos*, v. 23, n. 36/37, p. 85–95, 2014.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. *The language of evaluation: Appraisal in English*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

MATOS, Carolina. *Journalism and political democracy in Brazil*. Lanham, MD: Lexington Books, 2008.

MCCORNACK, Steven A. et al. Information manipulation theory 2: A propositional theory of deceptive discourse production. *Journal of Language and Social Psychology*, v. 33, n. 4, p. 348-377, 2014.

MCCORNACK, Steven A. Information manipulation theory. *Communications Monographs*, v. 59, n. 1, p. 1-16, 1992.

NETTEL, Ana Laura; ROQUE, Georges. Persuasive argumentation versus manipulation. *Argumentation*, v. 26, n. 1, p. 55-69, 2012.

PORTO, Mauro. *Media power and democratization in Brazil: TV Globo and the dilemmas of political accountability*. New York; London: Routledge, 2012.

POWER, Timothy J. *Political right in postauthoritarian Brazil: elites, institutions, and democratization*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2010.

RIKER, W. H. *The art of political manipulation*. New Haven, CT: Yale University Press, 1986.

SIMON-VANDENBERGEN, Anne-Marie; SLEMBROUCK, S. Aspects of style in British newspapers. Gent: *Studia Germanica Gandensia*, Seminarie voor Duitse Taalkunde, n. 9, p. 1-115, 1986.

SINGER, André et al. *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo, Brazil: Boitempo Editorial, 2016.

SOUZA, F. N. A imagem do governo brasileiro pelo Jornal Nacional da Rede Globo nas eleições presidenciais de 2002 e 2010. *Revista de Estudos da Comunicação*, v. 12, n. 28, p. 173-180, 2011.

SOUZA, J. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. São Paulo, Brazil: Leya, 2016.

STUHR, John J.; COCHRAN, Robin M. (Ed.). *Morals and the Media: Information, Entertainment, and Manipulation*. Eugene, OR: University of Oregon Books, 1990.

VAN DIJK, T. A. Prejudice in Discourse. An Analysis of Ethnic Prejudice in Cognition and Conversation. Amsterdam; Philadelphia, PA: John Benjamins, *Pragmatics and Beyond*, v. 5, n. 3, p. 1-170, 1984.

VAN DIJK, T. A. *Communicating racism: Ethnic prejudice in thought and talk*. Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc, 1987.

VAN DIJK, T. A. *News analysis: Case studies of international and national news in the press*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1988a.

VAN DIJK, T. A. *News as discourse*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1988b.

VAN DIJK, T. A. Race, riots and the press: An analysis of editorials in

the British press about the 1985 disorders. *Gazette (Leiden, Netherlands)*, v. 43, n. 3, p. 229-253, 1989.

VAN DIJK, T. A. Racism and argumentation: Race riot rhetoric in tabloid editorials. In: VAN EEMEREN, F.H. (ed.) *Argumentation illuminated*, Dordrecht: Foris, p. 242-259, 1992.

VAN DIJK, T. A. *Elite discourse and racism*. Newbury Park, CA: Sage, 1993.

VAN DIJK, T. A. Ideology: A multidisciplinary approach. *Ideology*. London: SAGE, p. 1-384, 1998.

VAN DIJK, T. A. Discourse and manipulation. *Discourse & society*, v. 17, n. 3, p. 359-383, 2006.

VAN DIJK, T. A. *Discourse and power*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008b.

VAN DIJK, T. A. *Society and discourse: How social contexts influence text and talk*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2009.

VAN DIJK, T. A. *Discourse and knowledge: A sociocognitive approach*. New York: Cambridge University Press, 2014.

VAN DIJK, T. A.; KINTSCH, W. *Strategies of discourse comprehension*. New York; Toronto, ON, Canada: Academic Press, 1983.

VAN LEEUWEN, T. J. The representation of social actors. In: Caldas-Coulthard, C.R.; Coulthard, M. (ed.). *Texts and practices: Readings in critical discourse analysis*, 32-70, 1996.

VAN SWOL, L. M.; BRAUN, M. T.; MALHOTRA, D. Evidence for the Pinocchio effect: Linguistic differences between lies, deception by omissions, and truths. *Discourse Processes*, v. 49, n. 2, p. 79-106, 2012.

VÁZQUEZ, I.; ALDEA, S. *Estrategia y manipulación del lenguaje: análisis pragmático del discurso publipropagandístico*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1991.

WANDER, P.; MEDHURST, M. J. *Cold War Rhetoric: Strategy, Metaphor, and Ideology*. New York: Greenwood Press, 1990.

ZHANG, G. Q. *Elastic language: How and why we stretch our words*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.





# A relevância de informações em textos jornalísticos sobre violência de homens contra mulheres

*Micheline Mattedi Tomazi*

*Raquelli Natale*

## Considerações iniciais

O problema da violência doméstica de homens contra mulheres no contexto das relações afetivas e conjugais é tema de estudos em diferentes áreas e tem sido também pesquisado no âmbito dos estudos discursivos, justamente por envolver a construção de estratégias linguísticas em textos que revelam estruturas discursivas como relações de poder, ideologias e representações sociais. Por ser um problema social, os discursos produzidos sobre violência de homens contra mulheres em textos jornalísticos nos permitem ir além das construções linguístico-discursivas por indicarem modos como a sociedade recebe e percebe informações consideradas relevantes sobre esse tipo de violência.

Dentre tantas formas de violência contra mulheres, interessam-nos, neste capítulo, os textos divulgados no jornal *A Tribuna* sobre violência doméstica praticada por homens que mantêm alguma relação afetiva com a mulher agredida.

Recorremos a casos de violência que ocorrem dentro de relações familiares e que podem envolver pessoas que coabitam ou não em uma mesma residência. Embora as questões sobre violência de gênero envolvam outros tipos de relações sociais, para este capítulo, estamos nos atendo apenas aos casos de violência doméstica em relações afetivo-conjugais (violências perpetradas por homens contra mulheres: companheiros, ex-companheiros, maridos, ex-maridos, namorados, ex-namorados, noivos, ex-noivos etc.).

A complexidade da violência de gênero é muito abrangente e requer um aprofundamento em questões e campos teóricos que remontam a diferentes perspectivas. Logo, sem ter a pretensão de esgotar discussões acerca de um tema tão complexo, partimos do ponto de vista discursivo, que considera o discurso como uma prática social, para compreender esse tipo de violência. Dessa forma, nosso objetivo é analisar e discutir como as informações sobre violência de homens contra mulheres são divulgadas nos textos jornalísticos. Especificamente, queremos investigar as seguintes questões: quais informações são consideradas mais relevantes na apresentação de um acontecimento de violência doméstica? Qual informação é topicalizada no título dos textos? Como o acontecimento é apresentado no texto? A topicalização das informações pode ser considerada uma estratégia para (re) produção do machismo estrutural e de estereótipos sobre o tema?

A discussão que propomos desenvolver tem sido objeto de pesquisa no Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia (Gedim) há dez anos e os resultados de análises de notícias jornalísticas publicadas nos jornais do estado do Espírito Santo têm demonstrado que os tópicos das manchetes dão relevância a diferentes informações: circunstâncias da agressão, localização do acontecimento, instrumento utilizado na agressão física, fontes de informação, entre outras. A ênfase nos detalhes da crueldade dos crimes contra mulheres também assume uma grande importância na construção das notícias, engendrando e retroalimentando discursos pré-estabelecidos sobre lugares de homens e mulheres, patriarcado, machismo estrutural, estereótipos e sexismo

(NATALE, 2015; 2020; TOMAZI & NATALE, 2015; TOMAZI, 2019, 2020; TOMAZI *et. al.*, 2016, entre outras). Nesse sentido, as análises aqui empreendidas enfatizarão as macroproposições, entendidas como elementos principais nas notícias sobre violência de homens contra mulheres, uma vez que o tópico (macroproposição) engendra um conjunto de dispositivos textuais-discursivos que aponta para a importância ou relevância dada ao tema, tendo, por conseguinte, implicações ideológicas (VAN DIJK, 1980, 2010, 2012, 2016, 2017).

Logo, embora este capítulo apresente discussões que são resultado de pesquisas do Gedim, a proposta é diferente de tudo o que foi exposto até o momento por categorizar, a partir das macroproposições, informações que apareceram com mais frequência nos textos estudados. A propósito, o corpus é constituído por notícias, reportagens e notas publicadas no jornal impresso *A Tribuna* durante os anos de 2014 a 2020. Em sua maioria, os textos são publicados no caderno “Polícia”, salvo quando se trata de reportagens especiais sobre algum caso que tenha tido uma repercussão maior na sociedade e/ou que traga informações sobre violência contra mulheres no Espírito Santo como políticas públicas, números de casos de violência etc.

Para este capítulo, trabalhamos apenas com notícias, notas e reportagens especiais que tragam casos de violência praticada por homens contra mulheres. Desconsideramos, portanto, os textos de opinião e os textos informativos sobre políticas públicas, aumento de casos de violência contra mulheres, atuação do poder público, entre outros temas que se apresentam com títulos como: Campanha para reduzir crimes contra a mulher tem início no dia 08 (03/2015); Terapia para agressor de mulheres (04/2016); Dezesesseis mulheres usam botão do pânico em Vitória (01/2017); Uma mulher assassinada a cada três dias no Estado (02/2018); Mais de 200 mulheres vítimas de violência durante Carnaval (02/2019); Mais mulheres são assassinadas na pandemia (12/2020).

Acampadas em uma perspectiva multidisciplinar e sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso (doravante

ACD) (VAN DIJK, 1980, 1988, 1990, 1991, 1999, 2010, 2012, 2016, 2017), procuramos investigar a cobertura jornalística na produção dos textos, destacando os tópicos preferenciais que, por questões discursivas, cognitivas e sociais, desempenham um papel fundamental sobre a importância e a relevância dada ao problema da violência de homens contra mulheres.

O capítulo, além desta parte introdutória, traz no próximo item os baseamentos teóricos e metodológicos da ACD, destacando a noção de macroproposição na construção dos textos jornalísticos. Na seção seguinte, apresentamos o corpus mais detalhadamente e alguns pressupostos que sustentam nossa pesquisa e direcionam a proposta de categorização e análise. Em seguida, elencamos a categorização com as análises e fechamos com uma reflexão sobre os resultados encontrados.

A partir da categorização realizada, mostramos que os resultados da pesquisa indicam que os tópicos mais relevantes sobre violência afetivo-conjugal em uma análise pela perspectiva da ACD podem nos ajudar a compreender relações de poder, o impacto da (re)produção de ideologias sexistas, machistas e misóginas na sociedade, bem como demonstrar que textos jornalísticos contribuem para reproduzir o machismo estrutural<sup>1</sup>, já que o problema em si, a violência doméstica, é ignorado, não problematizado e marginalizado.

### **Análise Crítica do Discurso e macroproposições na construção de textos jornalísticos**

O mecanismo de poder inerente ao campo jornalístico tem inspirado trabalhos em muitas disciplinas, entre elas, as abordagens de Análise Crítica do Discurso. Van Dijk (2017, p.28) explica que esses estudos têm mostrado “imagens tendenciosas,

---

1 Entendemos o machismo como decorrência da própria estrutura social, cuja reprodução sistêmica está nas práticas sociais e discursivas, consideradas normais, em nossa sociedade. O machismo estrutural não é um ato isolado de um indivíduo, mas um processo social sustentado pela história, pela família, pela política, pela economia, pela justiça, pelas mídias.

estereotipadas, sexistas, classistas ou racistas em textos, ilustrações e fotos” na grande mídia.

O quadro teórico-metodológico da abordagem sociocognitiva crítica procura mostrar ideologias no discurso por entender seu funcionamento ideológico. Nessa perspectiva discursiva, “as ideologias não são inatas, mas aprendidas, partilhadas e utilizadas para identificar, formar e manter grupos sociais e seu poder” (VAN DIJK, 2017, p. 15).

Essa proposta defende que, para se compreender a relação entre discurso e sociedade, é preciso passar pelo viés cognitivo, uma vez que nessa relação há uma preocupação em entender o modo como o discurso e suas estruturas são capazes de exercer o controle da mente. Por isso, três conceitos são fundamentais e possuem uma relação intrínseca: discurso, cognição e sociedade. O autor explica que

uma teoria sociocognitiva supõe que as estruturas sociais precisam ser interpretadas cognitivamente e que tais representações mentais afetam os processos envolvidos na produção e interpretação do discurso. O mesmo princípio vale para a relação inversa, a saber, como o discurso é capaz de afetar a estrutura social – especificamente por meio das representações mentais dos usuários da língua como atores sociais. (VAN DIJK, 2016, p. 09).

Van Dijk (2017, p.26) ainda pondera que “se o controle do discurso é uma forma maior de poder, controlar as mentes das pessoas é o outro modo fundamental de reproduzir a dominância e hegemonia”. Algumas condições de controle da mente são contextuais e outras são discursivas. Por exemplo, expressar um determinado tópico na manchete jornalística sobre violência contra mulher pode influenciar a forma como o acontecimento é definido em termos de modelo mental preferencial (VAN DIJK, 2017).

Por sua vez, Traquina (2016, p. 236) defende que as notícias fazem parte de “um processo de produção, conceituado como a

percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)". Segundo o autor, a grande questão do cotidiano jornalístico é justamente determinar, dentro do universo imenso de acontecimentos, aquele que ganha existência pública e se constitui como noticiável (*newsworthy*).

O desafio, portanto, é definir qual acontecimento é mais pertinente, ou seja, noticiável, levando em conta o evento mais recente. Assim, além do fato de os textos noticiosos serem produzidos dentro de uma organização institucional na qual jornalistas respeitam, quase sempre, a burocracia organizacional (estruturas sociais, ideológicas etc.), eles são definidos pelos "valores-notícia" - que compreendem quais acontecimentos serão noticiáveis ou não, quais merecem destaque e quais são insignificantes.

Desse modo, as instituições jornalísticas têm um papel social de formação de opinião, uma vez que a linguagem é utilizada para fins específicos de persuasão e, muitas vezes, de manipulação. Por isso, alguns acontecimentos noticiosos são transformados em verdadeiras práticas sociais estereotipadas e/ou preconceituosas, principalmente quando tratam de informações sobre grupos minoritários, uma vez que a notícia é construída do ponto de vista do grupo que possui acesso ao discurso jornalístico. De acordo com van Dijk (2012, p. 90), "através do acesso à mídia de massa, os grupos dominantes também podem ter acesso e, conseqüentemente, controle parcial sobre o público em geral".

Segundo Motta (2004), a narrativa jornalística é construída por *fait divers*, ou seja, por acontecimentos que interessam a leitores, como dramas e tragédias pessoais. Esse tipo de narrativa adquire uma dramaticidade como marca emblemática e, a partir dessa estratégia, jornalistas produzem narrativas cujos recursos dramáticos para criação do enredo serão capazes de mobilizar a atenção de leitores. Em outros termos, esse tipo de jornalismo aborda o crime ou tragédia como um espetáculo e apresenta acontecimentos "produzindo" personagens, contextos, índoles,

dramatizações e, até mesmo, julgamentos precoces, rápidos, acerca do ocorrido (ainda que tome por base informações superficiais) transformando a realidade em ficção, naquilo que Motta (2004) chama de “paradoxal coconstrução da realidade”.

Ao abordar esse estilo narrativo dramatizado, Motta (2004; 2013) explica que o jornalismo passa a ler a realidade como ficção e, mais do que isso, passa a reproduzir a notícia visualizando-a tal qual a “imaginação melodramática” o faria, ou seja: uma narrativa permeada por uma “moral oculta” (implícita) e também por um “modo (ou cultura) do excesso” que faz com que tal estrutura seja verificável no nível da linguagem e do tratamento dado ao fato. Assim, sujeitos da vida real são transformados em categorias construídas a partir de indicadores linguísticos assumindo o estatuto de “figuras da dramaturgia”.

Nesse sentido, o ato de narrar poderia ser traduzido em uma “técnica de enunciação dramática da realidade de modo a envolver o ouvinte na história narrada” (MOTTA, 2004, p. 7). A narrativa dramática não é ingênua, mas construída a partir de uma atitude argumentativa, um dispositivo persuasivo da linguagem, isto é, toda narrativa dramática é intencional: “as narrativas são dispositivos produtores de significados e sua estruturação como narrativa obedece a interesses do narrador (individual ou institucional)” (MOTTA, 2004, p.8).

Nesse sentido, vale retomar os dizeres de Montoro (2002) quando afirma que

as características dos discursos informativos sobre determinados fatos, fenômenos ou acontecimentos dependem essencialmente da conceitualização prévia dada à questão, pelo próprio enquadre noticioso, ou seja, pela forma de ordenar, selecionar e editar os acontecimentos representados e de ligá-los uns aos outros, tornando o processo comunicativo inteligível e acessível ao público. (MONTORO, 2002, p.303).

Por isso, van Dijk (1991) defende que acontecimentos jornalísticos estão carregados de pontos de vista que podem ser



encontrados na organização macroestrutural e na sinalização da notícia. É esse enquadre noticioso sobre acontecimento que nos interessa ao analisar a hierarquia tópica das notícias, cujo início se dá (ou não) no título, mas se estende à construção das informações na materialidade textual. Os relatos noticiosos seguem um esquema hierárquico que, segundo van Dijk (2017, p.67), é composto por categorias convencionais como “título, lead (formando em conjunto o sumário), acontecimentos principais, contexto, história (que formam em conjunto a categoria condições), reações verbais e comentários”.

Ainda para van Dijk (2017), os tópicos, isto é, os significados globais, podem estar organizados por esquemas que definem no relato noticioso a ordem do discurso, bem como a importância e a relevância. Nas notícias, geralmente a manchete expressa o tópico mais alto na hierarquia da macroestrutura semântica e, conseqüentemente, a informação mais importante, mas o tópico pode também estar expresso no *lead*, nos subtítulos, que teriam a função de resumir a ideia principal. Entretanto, nem sempre isso ocorre e, por questões ideológicas, informações são hierarquizadas e manipuladas. Portanto, por assumir uma função tática no texto, a macroestrutura é “uma forte sugestão estratégica para que os leitores a construam como a macroproposição tópica de seu modelo mental sobre o evento a ser representado” (VAN DIJK, 1980, p. 13). Nessa perspectiva, o leitor também pode modificar ou acrescentar uma opinião já formada em um modelo anterior sobre um determinado evento.

O autor explica ainda que

tópicos semanticamente subordinados (isto é, tópicos que organizam a informação local menor no texto) podem ser ‘elevados’ e postos no título, atribuindo-lhes assim mais proeminência, e vice versa: um tópico principal pode ser ‘subordinado’ e colocado num nível mais baixo do esquema, sendo concretizado na categoria das *circunstâncias* das notícias na imprensa (VAN DIJK, 2017, p. 129 – grifos do autor).

É nesse sentido que procuramos analisar textos jornalísticos sobre violência de homens contra mulheres, buscando compreender se essas variações de relevância e importância estão abertas ao controle ideológico. O estudo dos tópicos em manchetes e lead de notícias, por exemplo, pode nos levar a refletir sobre a informação que está sendo considerada mais importante e a que está sendo colocada em segundo plano.

### **Estrutura dos títulos dos textos jornalísticos sobre violência afetivo-conjugal: importância e relevância na hierarquia das informações**

Para esta análise, como já adiantamos, utilizamos textos jornalísticos publicados no jornal *A Tribuna* (doravante AT) no período de 2014 a 2020. As notícias são coletadas diariamente no aplicativo *A Tribuna Digital* onde temos acesso, por meio de assinatura paga, ao jornal em seu formato impresso. As notícias sobre violência de homens contra mulheres são publicadas no caderno “Polícia”, salvo casos que despertam muita comoção e ganham a capa do jornal seguidos de reportagem especial. As notícias são salvas em PDF e armazenadas em pastas específicas de acordo com o ano e mês de publicação.

O jornal *A Tribuna* foi fundado em 22 de setembro de 1938, na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo - ES e apresenta versão digital e impressa<sup>2</sup>. O *slogan* “O jornal do Espírito Santo” caracteriza hoje sua marca após mais de 80 anos de mercado informacional no ES. O perfil de leitor da versão impressa do jornal é definido a partir da classe social de leitores (50%, grupo C; 40%, grupos A e B; 10%, grupos D e E), da faixa etária (12% de leitores entre 10 a 19 anos; 20% de leitores com 50 anos ou mais; 68% de leitores com idade entre 20 a 49 anos), e do sexo (45% de leitores do sexo feminino; 55% de leitores do sexo masculino)<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> O jornal *A Gazeta*, principal concorrente de *A Tribuna*, encerrou em 30 de setembro de 2019 as tiragens impressas, permanecendo apenas com a versão online do jornal.

<sup>3</sup> Informações enviadas pela equipe de marketing do próprio

Neste capítulo, a categoria analisada é o tópico (macroproposição), portanto, daremos ênfase aos títulos, *leads* e partes do corpo das notícias que demonstrem a relevância do que é tido como informação mais importante sobre violência de homens contra mulheres. Para cada categoria apresentada, faremos uma análise de um caso específico, demonstrando como a notícia foi construída pelo jornal e, em nota, apresentamos outros exemplos de títulos que topicalizam as categorias elencadas. A escolha pela análise do tópico é feita justamente para mostrar como informações principais são apresentadas nos títulos e como a importância dada a um determinado tópico é uma estratégia que não pode ser desconsiderada pelo analista dos ECD.

Trata-se, portanto, de uma análise qualitativa e interpretativa, a partir de procedimentos teórico-metodológicos de abordagem sociocognitiva crítica do discurso, pela interface entre discurso, sociedade e cognição. Entre diversas categorias em níveis globais e locais, neste capítulo, a categoria analisada é o tópico que, dependendo da maneira como é construído nos textos, pode reforçar estereótipos e crenças machistas em nossa sociedade. É importante ressaltar que vivemos em um país misógino e que o machismo estrutural faz parte de nossas relações diárias.

Em trabalho anterior, Natale (2020) pesquisou 35 notícias de feminicídio de mulheres negras publicadas em dois jornais capixabas, *A Gazeta* e *A Tribuna*, durante o ano de 2013 e descreveu na análise desta categoria quatro macroproposições ou tópicos construídos a partir do estudo das notícias que tratavam especificamente da morte de mulheres negras. Segundo a autora, os tópicos nas notícias apontam para a morte de mulheres pelas seguintes razões patriarcais e sexistas: a) por causa de traição; b) por causa de ciúmes; c) porque os homens não aceitam o fim do relacionamento; d) com pessoas de classes sociais baixas, negras/pardas e que têm envolvimento com drogas (NATALE, 2020, p. 123).

Partindo dessa categorização dos tópicos das notícias, defendemos, inicialmente que, o número de mulheres negras que são mortas no Brasil é maior que o número de mulheres brancas e que a complexidade da violência doméstica nos remete aos eixos interseccionais como raça e classe, mas também à idade, à profissão, à escolaridade, e às relações de poder entre masculino e feminino nessa estrutura binária que ainda vigora em nossa sociedade.

Para nossa proposta, partimos das informações encontradas nos títulos dos textos publicados no jornal *A Tribuna* e definimos as seguintes categorias que aparecem como relevantes para “explicar, justificar ou informar” acontecimentos que envolvem crimes de agressões e feminicídios contra mulheres:

Quadro 1: Categorização dos tópicos mais relevantes para crimes contra mulheres nos textos jornalísticos do jornal <i>A Tribuna</i>
Ciúmes e traição da mulher
Fim de relacionamento seguido de suicídio pelo homem
Negação de sexo pela mulher (masculinidade ferida)
Uso de redes sociais pela mulher
Comportamento inadequado da mulher

Nessa categorização desconsideramos os casos de títulos cuja informação principal não expõe diretamente uma construção estereotipada ou machista da mulher. Em alguns textos, como veremos adiante, um tópico não exclui necessariamente outro e podemos encontrar informações que se somam como, por exemplo, traição e uso de redes sociais ou ciúmes e negação de sexo pela mulher.

Para esta análise, partimos do pressuposto, já evidenciado em trabalhos anteriores (TOMAZI, 2014; TOMAZI, 2019; TOMAZI, 2020; TOMAZI & NATALE 2015; NATALE, 2015; 2020), de que as relações desiguais de gênero entre homens e

mulheres associadas ao machismo estrutural, a uma cultura patriarcal e às masculinidades tóxicas são questões que precisam ser discutidas e desconstruídas na produção de textos jornalísticos, principalmente, visando um efeito de educação de homens com comportamentos violentos.

Por último, para efeito de organização, as notícias serão apresentadas nas análises da seguinte maneira: iniciais do jornal (AT), número da análise (1) e a indicação de data da publicação (20/11/2020), como no exemplo: (AT1) *Dona de casa é agredida pelo marido por ciúmes* (20/11/2020). Além disso, os nomes próprios citados nas notícias serão retomados apenas com as iniciais de cada nome.

## Uma proposta de categorização dos tópicos mais relevantes nos textos do jornal *A Tribuna*

### *O ciúme como informação mais relevante nos textos noticiosos*

Em junho de 2015, uma adolescente foi brutalmente assassinada pelo namorado por ele ter visto mensagens trocadas por ela e um colega de escola no Facebook e pressupor que estava sendo traído. A primeira notícia sobre o caso foi publicada na seção Polícia em menos de meia página no dia 20/06/2015 com o seguinte título: (AT1) *“Garota é assassinada e esquartejada por ciúmes”*.<sup>4</sup>

A construção discursiva diz pouco sobre os envolvidos na notícia, mas algumas informações são destacadas como relevantes no título que traz uma informação, ainda que genérica, de que houve um assassinato de uma “garota”, cuja escolha nos faz pensar em uma pessoa jovem do sexo feminino. O tópico da manchete é: assassinato e esquartejamento de uma garota motivado por ciúmes. Não há referência ao crime de ódio ocorrido contra a garota, que foi vítima de um feminicídio, nem mesmo a informação de que

---

<sup>4</sup> Esse tipo de manchete, topicalizando o ciúme como motivação para o crime e dando relevância aos atos cruéis dos agressores está presente em outras manchetes: *Açougueiro mata ex a facadas por ciúme* (AT, 09/04/2016); *Universitário sequestra e mata advogada por ciúme* (AT, 26/08/2017); *Marido agride mulher e põe fogo na casa por ciúmes* (AT, 22/10/2018).

se trata de mais um caso de feminicídio no ES. Logo, pelo título não é possível que o leitor reconheça os envolvidos a não ser o pressuposto de que “ciúme” é algo que ocorre no relacionamento entre pessoas que estão em um relacionamento amoroso e afetivo. No texto da notícia é possível identificar o motivo fútil: uma desconfiança do namorado que, após ver mensagens trocadas pela namorada com um colega de escola, pressupõe uma traição e comete um feminicídio com “requintes de crueldade”.

O título se divide em duas informações que adicionam uma ação ainda mais cruel: assassinada e (também) esquartejada. Uma ação que demonstra a perversidade do crime, indicando que o corpo da jovem foi cortado em pedaços e um suplício, uma espécie de condenação e castigo. Essas informações se somam à motivação/explicação pela causa de um ato cometido por um agente que é apagado do título, mas que é marcado discursivamente pela dominação do homem, reforçando a ideia de crime passional: “por ciúmes”.

Esse tipo de construção, como demonstrado em Tomazi (2020), permite uma mudança de perspectiva em relação ao homem que praticou a violência, já que a ênfase é dada à pessoa que sofreu o feminicídio, aparecendo em primeiro plano, enquanto há um apagamento que não só retira o foco do feminicida, como atenua sua culpa ao trazer a cultura do ciúme como próprio das masculinidades ou das relações afetivas.

Se o termo “assassinada” funciona como um apagamento do crime de ódio praticado contra a mulher, a violência extrema da mutilação e da desfiguração do corpo feminino, pelo item lexical “esquartejamento”, abarcam o sentido de menosprezo pela mulher e pelo seu corpo. Esse esquartejamento, presente em diversos casos de feminicídio, demonstra um profundo menosprezo ao corpo da mulher e nos remete ao território da dominação masculina (SEGATTO, 2011) e da objetificação do corpo.

O primeiro parágrafo da notícia reforça informações consideradas importantes, topicalizando um sentimento gerado

pela “suspeita” da infidelidade da namorada e a ambiguidade entre a suposta traição e a sua descoberta da traição: enquanto o item lexical “suspeita” gera dúvida, desconfiança ou presentimento, o termo “descoberta” remete a algo que foi achado, verificado e confirmado:

*Ciúmes causados por uma suposta traição, descoberta pelo Facebook, foi o motivo para que a adolescente M. S. de J., 16 anos, fosse morta e esquartejada. O suspeito é o namorado da vítima.*

Nesse trecho também é possível perceber a identidade da garota sendo revelada pelo nome próprio e sua idade, enquanto o feminicida é representado como “suspeito” e “namorado”. No corpo da notícia é possível saber que a garota foi encontrada dentro da casa e do quarto do namorado, além de detalhes de como o corpo foi encontrado. Em casos de feminicídio, o lugar onde ocorreu a violência é extremamente importante porque revela e confirma o quanto o lar ou a residência é um lugar de perigo para a mulher em situação de violência. Quando se trata do quarto do assassino, especialmente, entende-se que essa mulher assumiu o risco de morte indo até a casa dele.

No dia seguinte, o caso da “garota” ganha uma página inteira na seção Polícia, assinada por uma jornalista mulher e ratificada por uma editora também do sexo feminino<sup>5</sup>.

Em 21/06/2015, ao ganhar valor-notícia, o acontecimento é destacado no título a partir da seguinte estrutura:

*(AT2) Garota esquartejada por vingança*

LA desconfiou que estava sendo traído pela adolescente MSJ através da internet e a matou, em Cariacica

---

<sup>5</sup> Embora não tenhamos, pelo próprio espaço deste capítulo, interesse em abordar o tema de quem assina as notícias sobre violência de homens contra mulheres, é importante refletir sobre o papel que uma jornalista mulher assume ao escolher determinados tópicos como mais importantes nesse tipo de cobertura jornalística. No caso em análise, parece haver uma aceitação do “ciúme” como um sentimento naturalizado de que a mulher não pode trair e que é permitida tal atitude ao homem. É importante lembrar, é claro, que as decisões dos jornalistas na construção das notícias seguem os propósitos das empresas de comunicação.

Com o olhar frio, sem demonstrar arrependimento, e com ar de deboche enquanto conversava, o cabeleireiro L. A. dos S., de 19 anos, que confessou ter matado e esquartejado a namorada, a estudante M. de J. S., de 16, por desconfiar de traição, foi preso.

Na delegacia, ele ainda mandou um recado para as próximas garotas que ele possa vir a namorar quando sair da cadeia. “Se a próxima namorada que eu tiver me trair, vou fazer a mesma coisa que fiz com a M., eu vou matar também”, afirmou o acusado.

L. confessou que matou a estudante na tarde de quinta-feira, na casa onde morava, na rua Getúlio Vargas, no Morro do Quiabo, em Porto Novo, Cariacica. Ele relatou que cometeu o crime após flagrar mensagens que a namorada estaria trocando com um colega de escola, pelo Facebook.

“Eu descobri a traição e, na quinta, a gente começou a brigar. Ela tentou me dar uma facada, foi quando eu peguei um facão e meti nela. Dei uns golpes e ela morreu. Mas o que eu fiz é justificável porque ninguém merece ser traído”.

Após matar a estudante, L. usou facas, serras e um martelo para esquartejar o corpo da vítima e colocar algumas partes dentro de uma sacola preta. Outros membros do corpo foram encontrados enrolados em um lençol.

O acusado ficou com as partes do corpo da namorada dentro de casa por mais de 24 horas. Na noite de sexta-feira, no momento em que ele saiu de casa, foi pego por justiceiros do bairro, amarrado e espancado. O irmão dele, que também estava na rua na hora, também levou surra pelos moradores.

O cabeleireiro não soube dizer como os moradores descobriram que ele havia matado M. Ele negou que o irmão, um adolescente de 17 anos, tivesse participação no crime. Quando a PM chegou à casa do acusado, encontrou o rapaz amarrado em uma cadeira.

Os irmãos foram socorridos e levados para o Hospital São Lucas, em Vitória, onde foram medicados e receberam alta na madrugada de ontem. Em seguida, foram encaminhados para a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), onde prestaram depoimento.

L. foi autuado em flagrante pelo crime de ocultação de cadáver e será indiciado por feminicídio. Ele foi levado ao presídio. Já o irmão foi reintegrado à família. O corpo de M. foi liberado do DML na manhã de ontem.

(AT, 21/06/2015)



A manchete desta notícia é um exemplo claro de ausência da informação mais importante para o entendimento do acontecimento (TOMAZI, 2020). Se, de acordo com van Dijk (2017), a manchete tem implicações textuais e cognitivas importantes sobre o fato noticiado, porque pode influenciar o processo de compreensão das pessoas sobre o acontecimento, o apagamento da informação mais relevante contribui para uma compreensão equivocada daquilo que está sendo comunicado na notícia. O tópico só será encontrado no corpo do texto.

A manchete dá ênfase a duas informações: a crueldade do assassinato seguido de esquartejamento do corpo de uma garota e a possível motivação para a crueldade do crime, “por vingança”. No entanto, nenhuma dessas informações é relevante para o entendimento do ocorrido, já que o agente que cometeu o crime é apagado da manchete e a informação cria o pressuposto de que a garota fez algo de ruim com o assassino e, por esse motivo, sofreu as consequências de suas próprias ações, ou seja, a morte e, nesse caso, o esquartejamento foi um castigo, uma punição.

A implicação textual na construção de manchetes como essa tem efeitos cognitivos e ativam conhecimentos nos leitores antes mesmo que a notícia seja lida em sua totalidade. Ao ler o sintagma “por vingança”, o leitor ativa o conhecimento sobre “punição” e toda a interpretação do restante da notícia incidirá sobre uma crença patriarcal do tempo do Brasil Colônia: o homem traído podia matar em defesa da honra e a mulher seria castigada sempre que cometesse um ato que estivesse fora dos padrões tidos como “aceitáveis” pela sociedade.

No caso da notícia em apreço, a situação é ainda mais problemática quando se topicaliza uma morte cruel motivada por vingança pela traição, já que os atores sociais são dois jovens, uma garota de 16 anos e um jovem de 19 anos que estavam namorando e, embora a notícia do assassinato ganhe destaque no jornal, o leitor não é capaz de reconhecer em um primeiro momento que se trata do mesmo caso noticiado no dia anterior.

No lead da notícia, o leitor fica sabendo o nome próprio do feminicida e a “motivação” para o crime: uma desconfiança de traição da adolescente por meio da internet. O verbo “desconfiar” deixa pressuposto a incerteza da traição, estando apenas no nível da possibilidade. Também a informação de que a possível traição ocorreu “através da internet” polemiza o crime e cria uma expectativa tendenciosa sobre o tipo de relação existente entre esses atores sociais. Uma outra informação é apresentada no lead, a indicação do lugar onde ocorreu o crime, em Cariacica.

Chama atenção o tópico do próximo parágrafo da notícia dando ênfase à voz do assassino que, em tom de ameaça, reforça a sua masculinidade e sua coragem para matar a “próxima namorada”, caso seja traído novamente. Há uma relevância para as ações do autor do ato cruel ao descrever seu olhar frio, sua falta de arrependimento e seu deboche. Importante destacar, nessa parte da notícia, a posição que as palavras ocupam na estrutura composicional da informação na topicalização sentencial, enfatizando o perfil do assassino enquanto dava entrevista para o jornal e se colocava no lugar de destaque, o ator principal da narrativa.

A notícia segue dando detalhes do crime e destacando as falas do assassino após flagrar mensagens que a namorada “estaria trocando com um colega de escola, pelo Facebook”, ainda no nível da possibilidade.

Na sequência, em discurso direto, o criminoso, dando detalhes do crime, acrescenta: “mas o que eu fiz é justificável porque ninguém merece ser traído”. A notícia ainda destaca outra fala importante para o que estamos discutindo, o feminicida diz: “amava muito ela, mas ela pagou de doida”.

Duas violências são produzidas na voz desse ator social, o crime passional e o estereótipo presente no machismo recreativo que sustenta a ideia de que toda mulher é louca, descontrolada, inconsequente. Todas as informações sobre o crime reforçam questões importantes sobre o machismo e a antiga justificativa

de crime em defesa da honra. O jornal enfatiza aquilo que é importante para os homens enciumados e suas masculinidades tóxicas, coisificando a mulher, culpabilizando-a e justificando o assassinato com uma traição.

Diante da construção da notícia, o tópico é “matou porque foi traído” e a crítica que fazemos é justamente na repetição de padrões de comportamentos masculinos que pertencem ao imaginário de muitos homens em nossa sociedade. É interessante notar que é a honestidade e o caráter da garota que são colocados em primeiro plano, já que para o homem sempre existiu a crença de que é permitido ter várias mulheres, trair e reafirmar sua virilidade. A sexualidade do homem nada tem a ver com a sua honestidade ou o seu caráter em nossa sociedade, a mulher perde sua honestidade e sua vida por uma desconfiança de transgressão ao seu papel nessa relação desigual (MONTENEGRO, 2015). Segundo Pimentel (2011), o ciúme, a insegurança e a desconfiança são fatores capazes de fomentar cisões que pode levar a morte da mulher. Embora o ciúme seja um sentimento de estrutura complexa, a autora explica que seus fundamentos estão na gênese cultural do ciúme e da dominação masculina.

Para o agressor ciumento, o que importa não é a verdade em si, se ocorreu ou não uma traição por parte de sua parceira, mas o que ele acha que aconteceu. Como não há meios de controlar a parceira, o caminho é a morte. No caso analisado, a vítima é uma jovem de 16 anos que teve sua vida interrompida e sua história foi transformada em um espetáculo pela mídia, como exemplo daquilo que uma mulher não deve fazer em nossa sociedade, um estereótipo de mulher traidora, cujo castigo foi aplicado eficazmente pelo seu algoz. O fato de dar voz ao agressor para enfatizar a motivação do crime de ódio é mais uma estratégia que mitiga o feminicídio.

Esse tipo de manchete, topicalizando o ciúme como motivação para o crime e dando relevância a ações cruéis dos agressores, está presente em outras manchetes do corpus:

(AT3) *Açougueiro mata ex a facadas por ciúme* (09/04/2016)

O casal, que morou junto por dois anos, estava separado há quatro meses, segundo familiares da vítima, que disseram que *J. não se conformava com a separação*. O crime aconteceu na rua Josélio Cezar Andrade.

(AT4) *Universitário sequestra e mata advogada por ciúme* (26/08/2017)

...a vítima terminou o relacionamento de cinco anos que mantinha com R., em janeiro deste ano, porém o acusado *sentia ciúmes de G. e não aceitava a separação*.

As manchetes destacadas, AT3 e AT4, além de darem ênfase à motivação, colocam o agressor em primeiro plano empreendendo as ações expostas nos verbos “matar”. Entretanto, embora o agressor apareça em primeiro plano na estrutura da manchete, sua identidade é generalizada pelo uso da profissão, de seu lugar no relacionamento ou de sua ocupação, “indicando uma categorização desses agressores e uma ênfase na crueldade da agressão contra as mulheres que figuram como receptoras desse ato de crueldade” (TOMAZI, 2020, p.832).

Embora as informações destacadas nas manchetes acima indiquem o agressor, sua relação com a mulher (ex-mulher), a crueldade de suas ações e a motivação, o pressuposto é de que o homem agressor não se conformou com a separação, nutrindo pela mulher o sentimento de posse. Esses homens se sentem “permanentemente, autorizados a realizar seu projeto de dominação-exploração das mulheres, mesmo que, para isto, precisem utilizar-se de sua força física” (SAFFFIOTI, 2001, p. 121) ou de chegarem ao extremo da violência ao tirarem suas vidas.

Quando a mulher termina o relacionamento, a masculinidade, a virilidade, a honra e a posição do homem como dominador na sociedade, sua identidade e sexualidade funcionam como gatilhos para a agressão física e, muitas vezes, para o feminicídio. Nesses casos não nos parece haver uma separação

nas motivações dos crimes que ocorrem após o término de um relacionamento, já que as notícias fazem questão de destacar essas duas explicações de maneira conjunta: ciúme + não aceitação do fim do relacionamento. No corpo das notícias, percebemos que não há contextualização do problema que realmente envolve esses crimes que é a cultura do machismo e a desigualdade ainda binária entre homens e mulheres na sociedade.

### *O suicídio do agressor como informação relevante<sup>6</sup>*

Algumas manchetes relacionam o feminicídio da mulher, sua morte, seguida pelo suicídio do homem, nem sempre deixando clara a relação afetivo-conjugal estabelecida entre os envolvidos. O caso que escolhemos para análise ocorreu em fevereiro de 2014 e foi assunto de capa do jornal *A Tribuna* no dia 08/02/2014, a partir da seguinte chamada:

*(AT5) Despachante discute na terceira ponte, mata mulher e se suicida*  
CEB esfaqueou GRS cinco vezes enquanto ela dirigia o carro no sentido Vitória/Vila Velha. Desgovernado, o veículo se arrastou pela mureta até furar o pneu. Depois, ensanguentado, C correu e se jogou do vão central. Os dois já tinham tido um relacionamento amoroso. >18 e 19  
(AT, 08/02/2014, capa).

Na manchete de capa, aparece a imagem da mulher com a legenda “G, que tinha 31 anos, sonhava ser mãe”. Ao lado da foto dela está a foto do seu feminicida, em tamanho menor, mais próximo ao texto com as primeiras informações sobre o crime e o número das páginas onde se encontra a cobertura completa.

Já na manchete de capa, é possível recuperar as informações que foram relevantes para a construção que o jornal dá ao caso, a partir da sequenciação dos acontecimentos. A manchete é construída por uma oração complexa em que o conector “e” encaminha a argumentação para uma atenuação da violência

<sup>6</sup> Marido mata mulher e se suicida (04/03/2014); Marido mata a mulher e o enteado e se suicida (12/03/2016).

cometida pelo homem. Essa leitura é permitida pelo efeito construído pela voz passiva, em que o agente da ação consecutiva é o homem, que é também quem recebe a ação, ou seja, a relevância e focalização apontam para a violência cometida, no entanto ela é atenuada pela consequência negativa sofrida pelo homem. Esse homem tem sua posição destacada pela profissão e suas ações sequenciadas pelas escolhas verbais, culminando com o uso do conector “e” que não nos parece apontar para uma simples soma de suas ações, mas para a consequência delas: discutir, matar e se suicidar. A violência tem um efeito para o próprio homem, tanto que a vítima é praticamente apagada e genericamente identificada por “mulher”, embora seu nome próprio, sua foto e seu rosto estejam abaixo da manchete. Outra relevância focalizada na manchete é o lugar, “na terceira ponte”. Essa informação é importante, principalmente para os capixabas, que já possuem o conhecimento de que o lugar é marcado por muitos casos de suicídio e que, na maioria das vezes, esses casos não figuram como notícias nas páginas do jornal.

Na capa do jornal também é possível identificar os nomes completos dos envolvidos, além da ênfase no modo como a mulher foi morta pelo feminicida que a “esfaqueou”, verbo no pretérito perfeito do indicativo, quando ela dirigia o carro. A essa ação no passado, há a indicação da quantidade, uma estratégia utilizada pelo uso de números para enfatizar e chamar atenção para o que se quer enfatizar (VAN DIJK, 2010). A sequência de cinco facadas em uma mulher que estava dirigindo o carro aponta para o fato de que ela não teve quaisquer condições de tentar fugir de seu assassino, tanto que o carro fica desgovernado e bate na mureta da terceira ponte até furar o pneu. As ações do assassino, também suicida, são enfatizadas pelos verbos “correu” e “se jogou”, já a relação entre os envolvidos não é claramente esclarecida, quando aponta para um passado anterior ao acontecimento, indicando que eles “já tinham tido um relacionamento amoroso”. A expressão “relacionamento amoroso” só é esclarecida nas páginas 18 e 19, quando a mulher é representada como “ex-namorada” de um homem casado.

Na reportagem, o crime é tratado como “passional”, inclusive o termo “crime passional” é destacado no topo da notícia, em letras vermelhas, seguidas da manchete “Assassinato e suicídio na terceira ponte”.

O foco da informação da reportagem de duas páginas no caderno policial gira em torno das mortes e, principalmente, em torno do relacionamento dos envolvidos. Em um primeiro momento, a ênfase é dada à representação social dele que é tratado pelo nome próprio, como “despachante aduaneiro”, “dono de uma empresa”, dono de uma empresa “de comércio exterior” e “ex-namorado”; já a representação da vítima é feita pelos nomes próprios e pelos termos “ex-namorada” e “gerente de comércio exterior”. A página 18 traz, além das informações de que eles tinham um relacionamento conturbado “de 15 anos com várias idas e vindas”, as vozes das fontes próximas ao casal.

O sargento da Polícia Militar, que registrou a ocorrência informa que ela levou cinco facadas no peito e que ele tentou tirar o corpo dela para jogar no mar, antes de se jogar, mas não conseguiu. A vítima ainda estava viva, mas não resistiu aos ferimentos. O carro era dela, ela dirigia e a informação é que ela foi buscá-lo na empresa dele e que “eles tinham marcado um encontro”.

Uma outra voz utilizada como fonte é do primo da vítima que acredita que o suicídio só ocorreu porque o assassino viu a polícia devido ao grande engarrafamento que já ocorria na terceira ponte. A irmã da vítima aparece como fonte de uma entrevista, reforçando o tempo de relacionamento, a vontade que a vítima tinha de ser mãe e a insistência dele para que o relacionamento não acabasse.

Mas o que chama atenção é o destaque dado para duas outras fontes, uma mulher, apresentada como “esposa do empresário” e da “filha do empresário”. As duas, mãe e filha, constroem uma imagem negativa da vítima que já teria premeditado a “destruição da família”, o ciúme doentio dela e a recusa em aceitar o fim do relacionamento de 13 anos como o assassino, já casado há 20

anos com a mulher, dona de casa, que afirma em discurso direto: “Eu sempre soube do caso deles e, apesar de tudo, ele sempre foi um bom marido e um bom pai”. Essa voz em discurso direto é uma estratégia de ressalva para enfatizar aspectos positivos dele, enquanto desconstrói a imagem da mulher, a outra, a amante.

Em várias outras passagens, cuja fonte utilizada pelo jornal é a voz da esposa ou da filha, há estratégias para uma apresentação negativa dela: “ela não aceitava a felicidade deles, ela não aceitava o fim do relacionamento, ela falou que ia fazer da vida de C. um inferno, ela falou que ia destruir nossa família, ela falou que ia passar com o carro em cima de mim, ela foi demitida da empresa dele há duas semanas e aí começaram as ameaças, ela mandava mensagem para mim e para ele provocando, ela estava com inveja da felicidade dele com minha mãe, ela queria o que não tinha (uma família), ela queria ter um filho, ela tinha ciúmes de mim com meu pai, ela chegou a vir a porta da minha casa espionar, ela juntou dinheiro para ele fazer a reversão da vasectomia”.

Da mesma maneira, há várias estratégias para a construção de uma apresentação positiva dele como homem e como pai:

“ele sempre foi um bom marido e um bom pai, a nossa felicidade estava incomodando G., ele terminou com G. há mais de um ano, ele estava sendo perseguido por ela, ele sempre foi um bom pai e um bom marido, ele chegou a sair de casa para ficar com a outra, mas acabou voltando, estávamos felizes, ele não saiu para trabalhar com nenhuma faca, ele pediu para que ela nos deixasse em paz, ele sempre me falava que tinha se arrependido amargamente de ter conhecido ela, ele deve ter chegado no limite da raiva para fazer o que fez, foi com certeza um momento de ira, ele doou a vida por mim, meu irmão e minha mãe, acredito que ela ameaçou nossa família para ele ter feito isso, meu pai era muito protetor, cuidava muito bem da gente, ele não queria mais ter filhos”.

Como a irmã da vítima foi entrevistada, pode parecer que existiu uma relação de igualdade entre os contrapontos para a construção da imagem dos envolvidos, no entanto, ao ler a



entrevista, fica claro que o outro lado, a família da vítima, não teve o mesmo espaço no jornal, já que as perguntas são direcionadas aos seguintes enfoques: Como você ficou sabendo que sua irmã tinha sido morta? Como era sua irmã? Há quanto tempo eles tinham um relacionamento? Você esperava que isso acabaria acontecendo? Chama atenção o fato de que a irmã afirma que o relacionamento já existia há 15 anos e que há duas semanas eles se separaram de vez, que o relacionamento era mesmo conturbado, que ele continuava com a ex-mulher dele e que G. “não aguentava mais isso”. Ou seja, a declaração da irmã parece deixar claro que ele se referia à atual esposa como ex-mulher, mas continuava o casamento, e que a vítima não queria mais continuar nessa situação. A irmã deixa claro que G. decidiu acabar com a relação e que ele começou a enviar “mensagens ameaçadoras”, que “ele dizia que se ela não fosse dele, não seria de mais ninguém”, ele a perseguiu de carro ontem e eles marcaram de se encontrar, mesmo a irmã tendo pedido para que ela não fosse, já que ele havia prometido “tomar vários remédios para se matar”. G. foi na tentativa de dar “um ponto final de vez na relação”.

Essa análise indica como a manchete e, também, a notícia do feminicídio seguido de suicídio equiparam o sofrimento do assassino ao da vítima, como se ambos fossem igualmente vítimas de um “amor doentio”. Isso pode fazer com que o crime de gênero fique em segundo plano e os leitores se sensibilizem mais com o “sofrimento” do homem que preferiu a morte à possibilidade de viver sem a mulher.

Nesse caso, percebemos que toda a narrativa policialesca é contraditória e a relevância é dada a mais um “crime passionai” que acabou com a morte dos dois envolvidos. No entanto, em nenhum momento, o jornal explicita a traição do homem e seu caráter, ao manter, ao mesmo tempo, um casamento de 20 anos e um “namoro” de 15 anos (ou 13?) com sua funcionária na empresa. Embora ela não seja tratada por “amante”, fica evidente seu lugar na relação. A ação cometida (suicídio) e o lugar social (empresário) parecem ter mais importância na construção

da notícia, enquanto a traição do homem é naturalizada e até aceitável.

*A masculinidade ferida como informação mais relevante<sup>7</sup>*

Algumas notícias tematizam o assunto da violência sexual dentro do matrimônio e isso pode ser extremamente importante quando trabalhado em termos de educação e necessidade de políticas públicas e de prevenção da violência praticada pelo parceiro. Esse tipo de violência causa danos profundos na mulher (físico, emocional, psicológico), além de violar direitos humanos de mulheres que se encontram em relação de desigualdade diante do poder hierárquico e de masculinidades opressoras sustentadas por uma visão patriarcal, que se baseia no controle das mulheres, de seus corpos, de suas vidas. Embora, muitas vezes, seja uma violência que fica oculta ou mesmo subnotificada, alguns casos são noticiados a partir da tortura, do castigo, de punições cruéis e desumanas.

As notícias que apresentam a violência praticada pelo parceiro íntimo têm relação com a violência sexual dentro do matrimônio que, muitas vezes, permanece silenciada durante anos nas relações conjugais e ainda é vista como um tabu presente em nossa cultura. A ênfase das manchetes dessas notícias traz a motivação para a agressão a partir da negação da mulher ao ato sexual com o parceiro. As expressões “recusar sexo” e “negar sexo” prevalecem nas estruturas que colocam a mulher em primeiro plano na oração, apagando, na maioria das ocorrências, a figura do agressor ou colocando-o na posição de passiva na oração.

A título de exemplo, utilizamos uma nota publicada na página policial do jornal *A Tribuna*, na coluna *Giro Rápido*, em 18 de junho de 2020:

---

<sup>7</sup> Mulher recusa sexo e é espancada (12/2014); doméstica recusa sexo e é agredida (11/2014); Mulher apanha por se negar a fazer sexo (10/2014); Mulher nega sexo ao marido e leva surra (10/2015); Mulher é sequestrada e violentada pelo ex (13/08/2020).

*(AT6) Agredida após negar sexo ao companheiro*

Após negar ter relações sexuais com o marido, uma mulher de 24 anos, foi agredida na frente dos filhos pelo homem de 33 anos. O caso ocorreu na madrugada de ontem, em Nova Rosa da Penha, Cariacica.

A filha de 8 anos foi quem pediu ajuda em um Destacamento da Polícia Militar. O agressor foi preso em flagrante e encaminhado ao presídio.

(AT, 18/06/2020)

Embora haja o apagamento da mulher no título da nota, é possível inferir que se trata de um caso de agressão física praticada pelo seu parceiro íntimo, nomeado como “companheiro” no título e “marido” logo no início da nota. Em termos de informação relevante, tanto o título quanto a nota retomam a motivação a partir de uma estrutura que indica uma relação de posterioridade no tempo e sua consequência. Foi o fato de a mulher dizer não, negar um ato que soa como praticamente obrigatório na sociedade que levou o marido a agredi-la. É clara a culpabilização da mulher que foi agredida por ter se negado a cumprir uma “obrigação” e, portanto, a motivação da agressão se volta a favor do marido, que não esperava receber uma recusa, e contra a mulher, de quem se espera sempre o consentimento e nunca a negação.

Nesse sentido, as palavras de Saffioti (1994) parecem esclarecer que esse tipo de violência só é considerado como ato violento quando praticada por estranhos, sendo aceito como normal quando se trata do lugar da mulher no casamento, legitimando a cultura da violência machista, a qual nos faz entender como dever da mulher satisfazer seu marido. Segundo a autora:

Via de regra, a violação sexual só é considerada um ato violento quando praticada por estranhos ao contrato matrimonial, sendo aceita como normal quando ocorre no seio do casamento. Ou seja, uma vez casada, de jure ou de fato, a mulher constitui propriedade do homem, devendo estar, como qualquer outra mulher-objeto, sexualmente disponível para seu companheiro (SAFFIOTI, 1994, p. 443).

A retórica dos números, indicando a idade dos parceiros e a idade da filha que presenciou a agressão e foi quem socorreu a mãe pedindo ajuda a um Destacamento da Polícia Militar, não nos parece ser utilizada aleatoriamente. O estudo desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre “Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência”, traduzido para o português em 2012, chama atenção para o fato de que “a violência praticada pelo parceiro íntimo afeta não somente a mulher envolvida, como pode provocar danos na saúde e no bem-estar das crianças na família”. Embora cada indivíduo vivencie a violência praticada em seus lares de forma diferente, as marcas deixadas na criança que presencia a violência entre os pais podem afetá-la socialmente, psicologicamente e emocionalmente. O documento da ONU apresenta uma série de pesquisas demonstrando que “o fato de testemunhar a violência praticada pelo parceiro íntimo pode também afetar negativamente o desenvolvimento normal de crianças no seio da família” (OMS, 2012, p. 16).

Esse tipo de informação aparece diariamente em manchetes do jornal analisado, mas sem preocupação em apresentar qualquer discussão ou informação sobre a importância de como essa questão afeta as crianças que crescem em famílias nas quais existe esse tipo de violência. Natale (2020), na análise desse tipo de manchete<sup>8</sup> explica que nem sempre o que é considerado como relevante na manchete é abordado nas notícias. Nessas ocorrências, segundo a autora, a relevância dada às circunstâncias das mortes e agressões de mulheres tende a comover os leitores e tornar o caso mais agravante, “já que além do assassinato da mulher, há uma criança que presenciou tudo” (NATALE, 2020, p. 129). Entendemos que essa explicação da autora cabe também para o surgimento dessa informação no *lead* ou no corpo da notícia, uma vez que a relevância é a mesma, ou seja, a presença da criança na cena do

<sup>8</sup> A título de exemplo, citamos as seguintes manchetes mais recentes encontradas no jornal A Tribuna: Jovem é agredida pelo marido na frente da filha (19/01/2021); Menina de 4 anos tenta defender a mãe de agressões (09/11/2020); Dona de casa é agredida pelo marido na frente da filha (19/10/2020); Motoboy bate em ex na frente do filho de 3 anos (06/07/2020).

crime serve apenas como estratégia para a construção da narrativa policialesca, contribuindo mais para a espetacularização do crime do que para a informação do caso (TOMAZI, 2019).

### *Redes sociais como informação mais relevante<sup>9</sup>*

Neste item, analisamos o fato de que algumas notícias darem mais importância para as versões do crime do que falar de modo específico da violência contra a mulher. Ou seja, não é o acontecimento em si, um caso bárbaro e torpe de assassinato de uma mulher, mas a versão da violência que vira notícia. Quanto mais monstruosa e bárbara for a história, quanto mais riqueza de detalhes o leitor possa ter, mais a agenda midiática investe no agendamento dessas notícias. Empreendemos uma análise, ainda que rápida, da estrutura composicional da notícia para discutirmos até que ponto a prática da agenda midiática sobre a violência contra a mulher tem contribuído para dar maior visibilidade ao tema e informado a sociedade sobre o assunto.

*(AT7) Morta pelo namorado por entrar em redes sociais (18/07/2019)*

C. C. R., 25, foi assassinada com um golpe de Canivete, na frente da sogra e do filho, de 1 ano e 2 meses

Mais uma mulher foi assassinada no Estado e o motivo apontado pelo assassino confesso é que a vítima mantinha perfis nas redes sociais, o que ele não permitia. A jovem C. C. R. R., 25, foi morta na madrugada de ontem pelo namorado W. D. S. R., 28, com um golpe de canivete no peito, após uma crise de ciúmes em São Marcos II, Serra. Em depoimento à polícia, W. afirmou que, na terça-feira, descobriu que a namorada mantinha redes sociais ativas, apesar da proibição dele.

“Ele a forçou a fornecer as senhas e descobriu que ela conversava com o ex-namorado. Então, ele acredita que estava sendo traído”, contou a delegada Raffaella Almeida, titular da Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher.

---

<sup>9</sup> Agredida ao não dar o celular ao companheiro (15/06/2014); Agredida após fazer sucesso no facebook (31/07/2014); Espancada por causa de celular (10/2014); Espancada por causa de tablet (04/2014); Espancada por causa de facebook (03/2014); Espancada por aparecer em vídeo no Facebook (12/2014); Mulher apanha por ficar no Facebook (06/2014); Flagrou vídeo de sexo do marido e ainda apanhou (01/2015); Marido vê WhatsApp e dá surra em garota (06/2015); Mulher apanha por olhar ligações no celular do marido (02/2015); Soco por mexer no Facebook do namorado (06/2015).

Segundo a mãe do suspeito, Ro. S. da S., 52, C. estava passando uns dias na casa da sogra com o namorado e o filho do casal, que completou 1 ano e 2 meses ontem. Por volta das 3 horas, os dois iniciaram uma briga.

“Ele a tirou forçadamente de dentro de casa. A sogra, ainda com o filho do casal no colo, tentou apaziguar a situação. Mas ele, durante o trajeto, pegou um canivete e cravou no peito da vítima, fazendo que o filho e a sogra a vissem morrer na frente deles”, detalhou a delegada.

R. disse que tentou diversas vezes, junto com o marido, separar a briga. “Ele saiu abraçado com ela e eu fui atrás com meu neto no colo. Ele estava muito transtornado. Tentei puxar o braço dela para ela não ir. Não queria que ela fosse. Não deu tempo. Eu puxava ela para cá e ele puxava para lá. Foi a hora que ele a furou”.

R. revelou que teve que entrar na frente da vítima para evitar que W. a golpeasse mais vezes. Moradores acionaram o Samu-192, mas quando a ambulância chegou, C. já estava morta.

Depois do crime, W. fugiu com o canivete, que foi deixado por ele e um terreno a poucos metros do crime.

O jovem acabou detido em um sítio por moradores, que pensaram ser alguém cometendo furtos na região. Depois, ele foi preso pela Patrulha Rural da PM e levado ao Departamento Especializado de Homicídios e Proteção à Pessoa (DEHPP), em Vitória.

O título da notícia, “Morta pelo namorado por entrar nas redes sociais”, já nos permite algumas inferências sobre o tema a ser tratado na história noticiada. Entendemos que o título, primeiro elemento que estrutura a notícia, conforme nos lembra van Dijk (2017), é de suma importância, porque funciona como uma espécie de resumo de todo o resto do texto, além de se constituir como lugar preferido, assim como o *lead*, para se opinar implicitamente sobre o tema. Ao intitular uma notícia, o jornalista dá uma primeira valoração do que julga relevante, importante ou pertinente e, tal juízo, ainda segundo van Dijk (2017) depende da interpretação e da valoração que o jornalista faz do acontecimento noticiado, de modo que não se pode falar em um processo de produção da notícia que envolva puramente informação e objetividade.

Nesse sentido, o título da notícia em análise apaga a imagem da mulher assassinada, dando ao leitor apenas a indicação de que se trata de uma mulher pela desinência verbal. A estrutura está na passiva se pensarmos que implicitamente temos “[mulher] morta pelo namorado, sendo que o agente da passiva é apresentado de forma genérica “pelo namorado”, da mesma maneira que há um apagamento da mulher. Embora possa se tratar de qualquer casal de namorados, o uso lexical aponta para a relação estabelecida entre eles que é afetivo-conjugal. Além disso, a manchete chama atenção para a motivação do crime: a namorada foi morta pelo namorado “por usar redes sociais”. Esse uso da agentividade na construção das manchetes já foi analisada em termos de apagamento. Uma composição estrutural dentro do padrão gramatical para estruturas em voz passiva seria sujeito paciente, verbo ser + particípio e agente da passiva, seguido ou não de adjuntos adverbiais (C. foi morta pelo namorado por entrar em redes sociais) (TOMAZI, 2020).

O *lead* da notícia permite que algumas informações sejam preenchidas, “C. C. R., 25, foi assassinada com um golpe de Canivete, na frente da sogra e do filho, de 1 ano e 2 meses”, como o nome completo da mulher assassinada, sua idade, o modo como foi morta e quem presenciou a cena. O *lead* deve direcionar o leitor para o assunto abordado na notícia despertando seu interesse pelo assunto e respondendo indagações importantes sobre o acontecimento (O quê?; Quem?; Quando?; Onde?; Como?; e Por quê?) que serão complementadas com o *sublead*. Até aqui vimos que a notícia respondeu às seguintes indagações: O quê? = assassinato de uma mulher; Quem? = o namorado; Como? = com um golpe de canivete; Por quê? = por usar redes sociais. O tópico, portanto, pode ser descrito como: o namorado matou C. com um golpe de canivete porque soube que ela usava redes sociais.

No *sublead* da notícia, encontrarmos as duas indagações que ainda faltam ser apresentadas ao leitor: Quando? = na madrugada de ontem (dia 17/06/2019); Onde? = em São Marcos II, Serra. Chama atenção no *sublead* o fato de a notícia dar destaque para

a recorrência de assassinatos de mulheres ao informar que “mais uma mulher foi assassinada no Estado”, o que pode ser visto como uma informação importante para os leitores capixabas, já que o Estado esteve em primeiro lugar no *ranking* desse tipo de violência. Contudo, o tema em si não é abordado como deveria.

Esse texto, assim como outros encontrados no corpus em análise, além de colocar o foco nas redes sociais evidencia uma relação de opressão e controle por parte do agressor. As estruturas mais encontradas nesse tipo de texto são construídas por verbos como “espancar”, “apanhar”, “ver”, entre outros que indicam um ato “transgressor” da mulher que resultou na agressão. Esses verbos são acompanhados de complementos que se iniciam pela preposição “por” indicando uma causalidade (por causa de): por entrar em redes sociais; por causa de *tablet*; por causa de celular; por olhar; por mexer etc.

Embora o foco das informações desse grupo de textos seja a internet, as redes sociais e todas as mudanças que vem ocorrendo na sociedade a partir do uso de tecnologias digitais, o comportamento da mulher continua sendo o alvo não só das agressões sofridas por ela, mas também da própria informação que se quer dar ao leitor. Por essa razão, no item seguinte, nos deteremos a outros textos que exploram o comportamento da mulher para uma explicação ou mesmo justificativa para a agressão que está sendo noticiada.

### *Comportamentos “inadequados” e sua importância na construção da informação<sup>10</sup>*

10 Vários outros títulos de textos trazem essa mesma construção em relação ao comportamento “inadequado” da mulher como informação mais relevante e reforçam essa ideia de punição por algo que a mulher tenha feito: Pedagoga demora chegar em casa e é espancada (06/2014); Agredida por rebolar em bloco de carnaval (02/2014); Assassinada após levar cantada (12/2014); Mulher vira evangélica e leva surra do marido (02/2014); Enfermeira sai com amigos e é esfapeada pelo namorado (03/2014); Dona de casa apanha por gastar R\$ 30,00 em shopping (04/2014); Grávida espancada por assistir televisão (01/2014); Mulher arranja emprego e apanha (10/2014); Mulher não frita bife no jantar e é espancada (02/2014); Mulher vai ao médico e leva surra do marido (03/2014); Cabeleireira apanha por causa de fogão quebrado (06/2014); “Matei porque ela foi a um churrasco sem autorização” (02/2015); Dona de casa é espancada por reclamar de dinheiro (03/2015); Grávida agredida ao acordar o marido (01/2015); Mulher dança forró com outro e apanha (09/2015); Queimada a ferro por querer



No grupo de textos que analisamos neste item, o foco principal da informação sobre a violência de homens contra mulheres ocorre mediante um acontecimento causado pela mulher e considerado inadequado pelo homem. Nesses textos, o título permite ao leitor a construção de um sentido de causa e consequência no qual a mulher é colocada como causadora do ato que justificaria ou explicaria a agressão por parte do homem. A variedade de “comportamentos” considerados inadequados e topicalizados nos títulos dos textos demonstra um sistema patriarcal que organiza o modo de vida da mulher e a eficácia do sistema de causa e efeito, a punição pelo “erro” e o controle do comportamento e do corpo da mulher.

Tal enquadramento textual também indica o quanto as forças desse sistema patriarcal ainda estão presentes na sociedade, já que as escolhas lexicais para a construção da informação principal naturalizam a visão da mulher como cuidadora e responsável pelas tarefas domésticas, bem como a sua sujeição ao outro. Assim, o sistema patriarcal, que dispõe a seu favor de um conjunto de crenças e representações estereotipadas do lugar da mulher, reafirma sua força em construções discursivas que naturalizam a violência, reforçam a desigualdade e legitimam padrões normativos de comportamento que organizam os corpos, as atitudes e os desejos das mulheres.

Para nós, ao construir textos dando ênfase ao olhar masculino sobre o que é “inadequado” no comportamento da mulher, o jornal perde a oportunidade de despertar a sociedade para o viés reflexivo desse tipo de violência que se sustenta sob três eixos históricos e sociais: o patriarcado, o machismo e a masculinidade. Para este item, apresentamos um texto publicado em 26 de novembro de 2018.

*(AT8) Espancada pelo marido por se negar a lavar a louça (26/11/2018)*

Uma adolescente de 17 anos foi espancada pelo marido, de 28 anos, após se recusar a lavar a louça. O crime aconteceu na tarde

---

separação (04/2015); Apanhou por ouvir música da Marília Mendonça (26/05/2017); Grávida toma facada por não conseguir trocar R\$50 (05/04/2018).

de ontem, no bairro Oriente, em Cariacica. A vítima contou que o companheiro lhe deu socos no rosto e tentou estrangulá-la. “Após o almoço, eu disse que não ia lavar a louça e ele me deu vários socos no rosto. Ele me jogou no chão e apertou meu pescoço”, disse. Segundo a adolescente, o irmão gêmeo do acusado estava na casa no momento da agressão, mas não interviu. “Meu cunhado não me ajudou, ficou só olhando. Depois que meu marido me bateu, ele me mandou sair de casa”. A vítima começou a namorar o agressor quando tinha 14 anos e tem um filho de 2 anos e 4 meses com ele. “Depois que começamos a namorar, eu engravidei. Acabei saindo da escola e fui morar com ele”, contou a garota. A adolescente disse que essa não foi a primeira vez que o companheiro a agrediu. “Há dois meses ele me bateu pela primeira vez. Ele pensou que eu o estava traindo e também apertou meu pescoço. Isso aconteceu na casa da mãe dele”. A vítima contou ainda que o agressor tem histórico de agressão. “Ele bateu na irmã dele, mas ela retirou a queixa. Eu quero ele preso, não vou retirar. Agora eu e o meu filho vamos morar com a minha mãe”. A adolescente precisou de atendimento médico e foi encaminhada ao Pronto Atendimento de Alto Lage. O caso foi registrado no DPJ de Cariacica.

O título expõe uma agressão provocada por uma atitude da mulher e é construído pela estrutura de voz passiva a partir do verbo e do agente da passiva “espancada pelo marido”, não deixando dúvida de que se trata de mais um caso de agressão em uma relação afetivo-conjugal, mesmo tendo o apagamento da mulher que é recuperado pela indicação do gênero no verbo: Mulher espancada pelo marido. A causa da agressão é apresentada em seguida no complemento “por se negar a lavar a louça”.

O verbo negar pressupõe que lavar louça é um dever da mulher, uma ação que caberia a ela realizar, tanto que o verbo negar, no infinitivo, está acompanhado do pronome “se”, indicando que uma recusa não seria esperada para o lugar social da cuidadora da casa e, portanto, dos afazeres domésticos. Como bem nos lembra Zanella (2018, p. 95), o casamento sempre implicou em um acúmulo de tarefas por parte das mulheres, o que ocorreria pelo dispositivo materno e pelo dispositivo de cuidadora. Independente ou não de a mulher ter procriado, explica a autora,

em nossa cultura “a leitura naturalizante que se opera é a junção da capacidade de procriar com certas características sociais interpeladas”, entre elas cuidar, estar disponível para o outro e o próprio materno. É, portanto, a imagem idealizada ainda hoje da mulher-esposa-mãe-doméstica que dedica sua vida à felicidade da família (LIPOVETSKY, 2000).

No interior da notícia, alguns aspectos chamam atenção na apresentação dos envolvidos, a mulher, esposa, espancada pelo marido é uma jovem, adolescente, de 17 anos, que está em um relacionamento abusivo com um homem mais velho, de 28 anos. A narrativa é contada pela própria mulher, em discurso direto, sendo, portanto, ela mesma a fonte utilizada pelo jornal na construção da notícia. A adolescente é referenciada como vítima, enquanto seu agressor é referenciado como companheiro. As ações da narrativa não só demonstram o crime praticado pelo agressor, exposto na voz da mulher em detalhes que deixa evidente as agressões físicas (socos e tentativa de estrangulamento), mas também denunciam o consentimento do irmão do agressor que assistiu a tudo sem intervir.

Além da punição pela agressão, o marido a puniu mandando-a sair de casa, deixando evidente que se a mulher se nega a performar dentro do ideal de cuidadora do lar e, portanto, dos afazeres doméstico, não há lugar para ela na casa. Fica claro que se trata de uma relação de opressão, que é confirmada pela voz da própria mulher ao contar que sua situação é de dependência, já que ao iniciar o namoro com 14 anos, engravidou e abandonou a escola indo morar com o pai de seu filho, além de afirmar que o ciclo da violência já estava presente em sua vida em outro episódio de agressão física por parte do agressor. Vale ressaltar que tal agressão ocorreu na casa da mãe dele e que há um histórico de agressões na relação familiar, daí se entende também o silêncio do irmão que pode concordar com ele, mas que também pode silenciar e se omitir por medo de ser agredido.

O destaque de comportamentos “inadequados” por parte das mulheres nas manchetes é muito comum e geralmente desencadeia

uma série de informações nas narrativas que fazem com que leitores construam, na maior parte das vezes, representações negativas das vítimas, que são vistas como responsáveis pelo próprio assassinato ou que poderiam ter evitado o crime. Logo, “chegar tarde em casa”, “rebolar no bloco de carnaval”, “sair com amigos”, “dançar forró com outro”, dentre tantas outras informações topicalizadas nas manchetes, imprimem um julgamento a respeito dessas mulheres e desvia qualquer debate sobre machismo, sexismo e patriarcado.

### Considerações Finais

Este estudo nos permitiu observar que as notícias sobre violências de homens contra mulheres no Espírito Santo destacam informações como ciúme, suicídio do agressor após feminicídio, reforço da masculinidade e de comportamentos de mulheres considerados “inadequados” na perspectiva de uma sociedade patriarcal e machista. Essa forma de representar esse tipo de violência contribui para a (re)produção do machismo estrutural e de estereótipos sobre o tema, sobretudo de representações negativas das mulheres que são mostradas como culpadas ou merecedoras da violência sofrida.

A compreensão da forma como a violência afetivo-conjugal é topicalizada nas manchetes possibilita, ainda, entender como crenças sexistas, machistas, patriarcais e misóginas são (re) produzidas na sociedade capixaba pelos meios de comunicação que deveriam informar e instruir a população a respeito da problemática que assola o ES há bastante tempo. Essa prática discursiva, aliás, ajuda a sustentar o machismo estrutural na história do povo espírito-santense, alimentando um conjunto de ideias que justificam e normalizam feminicídios todos os dias.

Dessa forma, a mudança do discurso midiático acerca desse tipo de violência é urgente e necessária para que possamos iniciar avanços significativos na mentalidade social. Logo, retomando a afirmação de van Dijk (2013) de que a aprendizagem de preconceitos é “amplamente discursiva”, podemos pressupor que

a promoção de crenças não preconceituosas também o é, logo, os meios de comunicação podem contribuir para a equidade na sociedade mudando a maneira como noticiam a violência de homens contra mulheres. O modo como isso pode ser feito é mostrado em diversas pesquisas e documentos nacionais e internacionais que se dedicam a apresentar diretrizes para uma melhor cobertura pela mídia da violência de gênero, como Basthi (2011), ONU Mulheres (2016) e Prado e Sanematsu (2017).

### Referências:

BASTHI, A. *Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia*. BASTHI, A. (org.). Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM), 2011. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/01/guia\\_jornalistas.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/01/guia_jornalistas.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2018.

LIPOVETSKY, G. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

MONTENEGRO, M. *Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

MONTORO, T. Sangue na tela: a representação da violência nos noticiários de televisão no Brasil. In.: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 301-326.

MOTTA, L. G. *Narratologia: teoria e análise da narrativa jornalística*. Brasília: Casa das Musas, 2004.

NATALE, R. *A representação social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo*. 175 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) -Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

NATALE, R. *O femirracídio em notícias sobre violência contra mulheres negras no Espírito Santo: um estudo discursivo e sociocognitivo*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2020. 308 f.

ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas pela Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. *Diretrizes Nacionais feminicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/>

uploads/2016/04/diretrizes\_feminicidio.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

Organização Mundial da Saúde (OMS). *Prevenção da Violência Sexual e da Violência pelo Parceiro Íntimo Contra a Mulher: Ação e produção de evidência* Geneva: OMS; 2012. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/3661/Prevencao%20da%20violencia%20sexual%20e%20parceiro%20intimo.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 09 de maio de 2022.

PIMENTEL, A. *Violência psicológica nas relações conjugais*. São Paulo: Summus, 2011.

PRADO, D.; SANEMATSU, M. (org.). *Feminicídio: #InvisibilidadeMata*. Fundação Rosa Luxemburg. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017. Disponível em: <[https://assetsinstitucionalipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2017/03/LivroFeminicidio\\_InvisibilidadeMata.pdf](https://assetsinstitucionalipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf)>. Acesso em: 02 mar. 2019.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de Gênero no Brasil atual. *Revista Estudos Feministas*. Ano2, 2º Semestre, 1994, p. 443-461.

SAFFIOTI, H. I. B.. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu* (16), 2001, p. 115-136.

SEGATO, R. Femigenocidio y feminicidio: una propuesta de tipificación. *Revista Herramienta*, n. 49, 2011. Disponível em <http://mujeresdeguatemala.org/wp-content/uploads/2014/06/Femigenocidio-y-feminicidio-una-propuesta-de-tipificacio%CC%81n.pdf> Acesso em 10/05/2022.

TOMAZI, M. M. Tolerância social à violência contra as mulheres: discurso, ideologia e contexto. In.: LINS, Maria da Penha Pereira; CAPISTRANO JR. Rivaldo. (org.). *Quadrinhos sob diferentes olhares teóricos*. Vitória: PPGEL-UFES, 2014, p. 187-206.

TOMAZI, M. M. . Desconstrução de face da mulher nos títulos de notícias sobre feminicídio. *Revista Interdisciplinar*. São Cristóvão, v. 31, 2019, p. 197-219.

TOMAZI, M. M. . A agentividade nas manchetes sobre violência de homens contra mulheres. *Discurso & Sociedad*, v. 14, 2020, p. 823-844.

TOMAZI, M. M.; NATALE, R. (Des) caminhos da violência de gênero no Brasil: discurso, mídia e representação social. In.: DA SILVA, D. G.; PARDO, M. L. (org.). *Pasado, presente y futuro de los Estudios em América Latina*: homenaje a los 20 años de la Asociación Latino americana de Estudios del Discurso. Brasília: Universidade de Brasília, 2015, p. 137-155.

TOMAZI, M. M.; ROCHA, L. H. P. da.; ORTEGA, J. C. Violência machista em manchetes jornalísticas. In.: TOMAZI, M. M.; ROCHA, L. H. P.; POMPEU, J. C. (org.). *Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia,*

*sociedade e direito*. 1ed. São Paulo: Terracota, 2016, v. 1, p. 43-64.

TRAQUINA, N. As notícias. In.: Traquina, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Florianópolis: Insular, 2016, p. 233-246.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e contexto*. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, T. A. *Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso*. Portugal: Edições Húmus, 2017.

VAN DIJK, T. A. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. *Letrônica*. V. 9, n. esp. s.8-29, nov. 2016. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/23189> Acesso em 19/05/2022.

VAN DIJK, T. A. *Macrostructures: an interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction and cognition*. Lawrence Erlbaum: New Jersey, 1980.

VAN DIJK, T. A. *News analysis: case studies of international and national news in the press*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

VAN DIJK, T. A. *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona: Paidós, 1990.

VAN DIJK, T. A. *Racism and the Press*. London: Routledge, 1991.

VAN DIJK, T. A. *Ideología: una aproximación multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa, 1999.

VAN DIJK, T. A. *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2013.

ZANELLO, V. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba, Appris editora, 2018.

# *Caso da menina de 10 Anos: a desumanização e a objetificação do corpo feminino apresentado pela Mídia Capixaba*

*Daniela Littig Endlich*

*Renata Barreto da Fonseca*

## **Considerações iniciais**

A publicação de notícias na mídia jornalística referente a casos de abusos sexuais de crianças e de adolescentes não é um fato recente. Infelizmente, essas notícias estão presentes nas mídias, com ocorrências que nos chocam, diante das violências cometidas contra as crianças. Com uma busca simples realizada em algum site de pesquisa, podemos encontrar notícias sobre: crianças, estupro e Espírito Santo. Isso nos mostra como tal assunto ainda faz parte da pauta jornalística e precisa ser discutido, dando visibilidade para algo que ainda é um tabu em nossa sociedade.

Diante desse contexto sócio-histórico, que é nacional, o Estado do Espírito Santo foi cenário de um crime horrível, chocante, apavorante, que até hoje causa impacto diante do horror desse acontecimento. É o caso de Araceli Cabrera Sánchez Crespo, uma menina de apenas 8 anos que foi brutalmente violentada, violada



e assassinada no dia 18 de maio de 1973, na cidade de Vitória, ES. O fato ficou marcado como "Caso Araceli". E, infelizmente, os responsáveis por tamanha atrocidade não foram punidos.

Em decorrência desse crime hediondo, foi criada a Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2020, instituindo o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Essa data é um marco simbólico, em memória de Araceli Cabrera Sánchez Crespo. Tal data tem por objetivo mobilizar a sociedade, promovendo uma discussão sobre práticas de abusos, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Além disso, pretende-se sensibilizar a população, convocando-a para o compromisso de proteger as crianças e adolescentes, não permitindo que seus direitos sejam violados.

Esse cenário capixaba foi retomado com o objetivo de contextualizar os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Espírito Santo. Para embasar essa discussão, trazemos os dados apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública por meio do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) de 2021. Este Anuário aponta que as taxas de casos de crimes cometidos contra crianças entre 0 a 13 anos aumentaram de 70% em 2019 para 77% em 2020. Além disso, de acordo com o mesmo levantamento, 90% desses crimes foram cometidos contra vítimas do sexo feminino. E, se comparado entre a idade de 0 a 19 anos, 85% das vítimas de abusos sexuais são do sexo feminino, no Brasil, e 83% dos casos ocorreram decorrentes de abusadores conhecidos das vítimas.

A partir dos dados presentes no ABSP de 2021, podemos fazer algumas inferências, considerando os casos de abusos sexuais. Assim, as estatísticas apontam que os crimes cometidos contra as crianças aumentaram em 2020, sendo que uma taxa de 70% em 2019 já é em si um dado bem alarmante e preocupante. Além disso, a maioria das vítimas é do sexo feminino. Nesse caso, estamos falando de meninas que sofreram abusos sexuais e, na maior parte dos casos, esses abusos foram cometidos por abusadores que eram conhecidos das vítimas. Esse cenário se mostra ainda

mais desalentador, pois o possível abusador pode ser: pai, tio, avô, padrasto, ou seja, alguém do convívio dessa criança.

O Anuário ainda aponta que, em 2020, no Brasil, em um conjunto de 100 mil habitantes de 0 a 19 anos, uma faixa de 77,2 sofreram casos de estupros. Já em relação ao estado do Espírito Santo, a cada 100 mil habitantes de 0 a 19 anos, 90,8 sofreram estupros no ano de 2020, uma taxa 17,6% maior que a média nacional. Tendo em vista o alto índice de ocorrência desse tipo de crime no estado capixaba, pretendemos analisar como o jornal local exibiu o caso ocorrido em 2020 da menina de 10 anos, estuprada pelo tio, no Norte do Estado, e que engravidou decorrente do estupro, gerando diversos debates tanto em nível estadual como nacional.

Tais debates ocorreram a partir do momento em que a justiça autorizou o aborto, o que gerou diversas discussões contrárias a essa decisão jurídica e médica. Essa pauta foi extremamente polêmica, dividindo opiniões sobre o aborto. As pessoas que não concordaram com o procedimento, alegaram que o feto já estava desenvolvido e utilizaram-se de discursos conservadores e antiabortivos devido a valores morais e ideologias religiosas (KALSING, 2002).

Em contrapartida, um outro grupo de pessoas apoiava a interrupção da gravidez, acreditando que se tratava de um caso envolvendo uma criança, vítima de estupro, que não tinha estrutura física e psicológica para continuar com a gestação. Como a gravidez já estava em fase evoluída, a justiça, juntamente com a avaliação médica, decidiu autorizar o procedimento médico na vítima, para preservar a vida da menina, que tinha desenvolvido diabetes gestacional e corria riscos de saúde caso seguisse com a gestação (PEDIATRA EXPLICA RISCOS FÍSICOS E PSICOLÓGICOS DE GRAVIDEZ AOS 10 ANOS, 2020).

Essa discussão entre grupos que defendem o aborto e grupos que o criminalizam tem raízes históricas e relação direta com a fragilidade do Código Penal Brasileiro (CPB), de 1940, por

apresentar uma legislação restritiva para mulheres e crianças. De acordo com essa legislação, o aborto é permitido nas seguintes situações:

[...] (1) se a gravidez for decorrente de estupro, (2) se a gravidez proporcionar risco à mãe (3) e se o feto for diagnosticado com anencefalia. Estando fora desses três casos, as mulheres e as crianças não possuem o direito, ainda, de realizarem o aborto de forma legal e segura em território brasileiro (BRASIL, 1940).

A falta de uma legislação específica para os casos de aborto em mulheres e crianças, no Brasil, torna-se um problema de grandes proporções, tendo em vista a atuação de ideologias religiosas que interferem em um problema de saúde pública. Baseando-se em um debate de moralidade acerca do aborto, as religiões cristãs não apoiam essa prática, considerando-a imoral. Diante disso, temos um Estado laico, que, por questões religiosas, não regulariza o aborto, punindo mulheres e crianças, que, por alguma circunstância, precisam abortar. Tudo isso provoca ainda mais insegurança às vítimas grávidas decorrentes de estupro, já que passam a ser alvos de discussões jurídicas, médicas e também ideológicas. E isso ocorreu com a menina de 10 anos, caso esse que tomamos para análise neste capítulo, por meio de debates religiosos e conservadores.

Nesse caso específico que analisamos, pelo CPB (1940), havia amparo legal para a prática do aborto, por existir um caso comprovado de gravidez decorrente de estupro. Temos, portanto, um caso de estupro de vulnerável, ocorrido com uma criança de apenas 10 anos de idade. Contudo, os médicos do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM), localizado em Vitória, ES, não realizaram o procedimento na menina, alegando que a gravidez estava em estado avançado, já que ela tinha vinte e duas semanas e quatro dias de gestação. Todos esses fatores geraram muito desgaste e exposição da criança, que teve de ser levada para Recife, com o objetivo de realizarem o aborto em um hospital especializado (MENINA DE 10 ANOS GRÁVIDA

APÓS ESTUPRO ENTROU EM HOSPITAL EM PORTA-MALAS, 2020).

Em meio a esse cenário, os jornais capixabas e nacionais tiveram grande papel na divulgação desse acontecimento, promovendo diversos debates e opiniões tanto contrárias, quanto favoráveis ao aborto, ganhando visibilidade de figuras públicas como Felipe Neto e Whindersson Nunes, e também de políticos, como a então ministra Damares Alves.

Levando em consideração a cobertura dessa notícia em âmbito nacional, temos por objetivo analisar como a mídia de maior veiculação do Espírito Santo, o jornal on-line A Gazeta, publicou as notícias referentes a esse caso. Esse jornal capixaba, filiado à rede Globo de Comunicação, é o de maior prestígio dentro do estado do Espírito Santo. Tendo em vista esse contexto, consideramos a relevância de analisar como as notícias do caso do abuso sexual e da gravidez da menina de 10 anos foram divulgadas por A Gazeta.

Assim, observamos como esse jornal divulgou essas notícias para a população, trazendo algumas discussões sobre os fatos noticiados. Com isso, fazemos as seguintes indagações: o jornal apresentou uma visão ética do caso à sociedade ou essa apresentação dos fatos ocorreu de forma mercadológica e sensacionalista? Nos discursos que circulavam na mídia, houve objetificação do corpo feminino e desumanização da criança estuprada?

Tais questionamentos são necessários para que possamos observar se o jornal agiu de forma ética, ao informar os fatos para a sociedade ou se propagou, mesmo que indiretamente, uma ideologia machista e patriarcal, em que o corpo feminino ainda é visto como submisso às ordens dadas pelos grupos ideológicos machistas dominantes. Além disso, entendemos que, ao adotar uma postura ética, o jornal deveria assumir uma posição de combate à desumanização e à objetificação dos corpos femininos desde a infância até a velhice.

Como aporte teórico-metodológico para a análise qualitativa, quantitativa e interpretativa do corpus, utilizamos os ECD (Estudos Críticos do Discurso) de base sociocognitiva propostos por van Dijk (2000, 2002, 2008, 2011, 2013, 2016) e também as produções acadêmicas realizadas pelo GEDIM (Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia). Sendo assim, nosso objetivo é descrever e analisar como a mídia capixaba construiu as manchetes on-line do caso em questão, observando as escolhas lexicais e sintáticas e os tipos de discursos que circulam nessas manchetes de jornal. Além disso, destacamos que a escolha das fontes, ou seja, as pessoas escolhidas para apresentarem suas opiniões e pontos de vista em relação ao caso, é também um ponto relevante a ser analisado.

Este capítulo foi organizado da seguinte forma: primeiramente realizamos essas considerações iniciais que situam o caso em análise e as escolhas teórico-metodológicas. O tópico seguinte tratará do embasamento teórico, apresentando conceituações importantes dos ECD de base sociocognitiva, considerando os estudos de van Dijk (2000, 2002, 2008, 2011, 2013, 2016), além de conceituações sobre objetificação e desumanização com base nas obras de Fredrickson & Roberts (1997), Nussbaum (1995), Haslam (2006) e Bruns (2016). Em sequência, apresentaremos o tópico referente à análise do corpus coletado e, por fim, as conclusões obtidas a partir das análises das manchetes.

### *A objetificação e a desumanização infantil nos Estudos Críticos do Discurso*

A proposta de van Dijk (2000, 2002, 2008, 2011, 2013, 2016) trabalha alguns conceitos que são relevantes para a discussão que pretendemos. A abordagem sociocognitiva pesquisa os níveis macro e micro da ordem social, por meio de um quadro teórico triangular que relaciona discurso, cognição e sociedade. Enquanto o uso da linguagem, a interação verbal e a comunicação

fazem parte do micronível da ordem social; o poder, as relações de dominação e abuso de poder, a desigualdade entre grupos sociais pertence a um nível mais macro de análise, sendo que esses níveis se inter-relacionam (VAN DIJK, 2016).

Para o autor, não é possível pensarmos nos aspectos cognitivos sem levarmos em consideração o discurso e também a sociedade. Afinal, nossas práticas discursivas se dão por meio de relações sociais e toda essa base apresenta o aspecto cognitivo de processamento de informações. Van Dijk (2013) considera o discurso um evento comunicativo, incluindo:

A interação conversacional, a modalidade escrita da língua, bem como a expressão corporal, facial, diagramação do texto, imagens e qualquer outra 'semiose' ou forma multimodal de significação (VAN DIJK, 2013, p. 355).

Segundo van Dijk (2000), as estruturas sociais e discursivas estão atreladas às ideologias, que são consideradas "crenças sociais gerais e abstratas, compartilhadas por um grupo, as quais controlam e organizam as opiniões (atitudes) e conhecimentos mais específicos de um grupo" (VAN DIJK, 2000, p. 69). Van Dijk (2013) afirma que as ideologias apresentam propriedades sociocognitivas e também sociais, sob o aspecto de grupos de interesse. As ideologias de grupo são compartilhadas, reproduzidas e adquiridas por seus membros. Elas são aprendidas por processos de doutrinação e também pelos esquemas dos gêneros específicos de discurso.

Como os discursos são produzidos por sujeitos que estão situados na esfera: social, cultural, histórica e política; os mesmos não são neutros, sendo ideologicamente condicionados. Porém, nem todos os sujeitos têm consciência desse fato. Isso facilita quem deseja manipular as ações e opiniões das pessoas. Nessa perspectiva, os Estudos Críticos do Discurso têm por objetivo explicitar as questões ideológicas presentes nos textos que circulam socialmente, tendo em vista que essas questões podem não ser óbvias para leitores/ouvintes, contribuindo para a manutenção das desigualdades e injustiças sociais.

Uma das formas de manutenção das desigualdades ocorre por meio das relações de poder e abuso de poder, tendo em vista que o discurso (re)produz a dominação social. Aqui, nos interessa a questão do poder social e do abuso de poder. O poder, para van Dijk (2008), é visto como controle social de um grupo em relação a outros grupos. Já o abuso de poder é o uso do poder para benefício de um grupo em detrimento de outros grupos, produzindo ou reforçando desigualdades e injustiças sociais.

Para exercerem o poder, os grupos necessitam de uma base, que pode ser material ou simbólica. A questão do poder simbólico está atrelada ao acesso ao discurso público pelas elites simbólicas. Elas são representadas por políticos, jornalistas e professores, por exemplo. Dessa forma, o grupo social se caracteriza por sua estrutura, suas relações com os seus membros e também pela presença ou ausência de recursos de poder. As elites simbólicas têm acesso aos discursos de forma ativa, ao passo que a maioria das pessoas só têm acesso passivo aos discursos hegemônicos.

De acordo com van Dijk (2008), a mídia jornalística é entendida como uma elite simbólica por deter esse poder simbólico, controlando o acesso à informação e os discursos que circulam nos jornais, pela grande imprensa. Assim, as escolhas lexicais realizadas por um jornalista, que representa um determinado jornal, têm por objetivo a manipulação das massas para manter o poder social ao divulgar as informações à população. O analista do discurso, ao longo de suas obras, discute as relações de poder e também o abuso de poder. Para ele,

[...] a dominação cobre igualmente os vários tipos de abuso de poder comunicativo que são de interesse especial para os analistas críticos do discurso, tais como a manipulação, a doutrinação ou a desinformação (VAN DIJK, 2008, p. 28).

Além disso, segundo van Dijk (2013), o discurso tem um papel importante na produção e reprodução do abuso de poder ou dominação.

Por meio da produção e divulgação de notícias, as elites simbólicas dos jornais disseminam informações para manter seu poder dominante sobre a sociedade, produzindo essas notícias e usando estratégias como as escolhas lexicais para influenciar seus leitores. Além disso, por meio de práticas discursivas e ideológicas, essas elites simbólicas usam estratégias de manipulação, a fim de manter o poder social de grupos dominantes sobre os demais grupos sociais (VAN DIJK, 2008).

Tal estratégia é utilizada para manter o poder social, uma vez que, "o abuso de poder só pode se manifestar na língua onde existe a possibilidade de variação ou escolha" (VAN DIJK, 2008, p. 13). De acordo com van Dijk (2008), ocorre a manipulação dos modelos mentais de eventos sociais dos indivíduos, fazendo com que eles internalizem as opiniões e ideologias das elites dominantes. No caso das notícias da menina de 10 anos, como veremos adiante, há a internalização das ideologias da objetificação e da desumanização já relacionadas ao corpo das mulheres jovens e adultas, mas que foi direcionado também a essa criança devido à gravidez e ao aborto.

Desse modo, como apresenta van Dijk,

O estudo crítico do discurso deve basear-se em uma teoria multidisciplinar que, de modo explícito, relacione estruturas discursivas com estruturas sociais para, assim, descrever e explicar como estruturas de poder e abuso de poder são discursivamente apresentadas e reproduzidas. A principal tese de uma contribuição sociocognitiva a essa teoria consiste no fato de que as relações entre discurso e sociedade são cognitivamente mediadas (VAN DIJK, 2016, p. 9).

Nessa perspectiva, relacionamos conceituações dos Estudos Críticos do Discurso com conceitos das Ciências Sociais, de modo que a presente pesquisa cumpra o princípio da multidisciplinaridade.

De acordo com Nussbaum (1995), a objetificação "implica tornar uma coisa, tratar como uma coisa, algo que realmente



não é uma coisa" (NUSSBAUM, 1995, p.287). A autora, para tratar da objetificação, traz sete noções: (1) instrumentalidade, (2) negação de autonomia, (3) inércia, (4) fungibilidade, (5) violabilidade, (6) propriedade e (7) negação da subjetividade. Portanto, "objetificação é tratar um ser humano de uma ou mais dessas maneiras" (NUSSBAUM, 1995, p. 258).

A noção da instrumentalidade na objetificação é definida por Nussbaum (1995) como sendo a forma com que o objetivador utiliza-se da pessoa, objetificando-a com funções de ferramenta para atingir seus objetivos e finalidades. Já a noção da negação de autonomia tem relação com a visão de que o objeto não possui autodeterminação sozinho. A noção de inércia é apresentada quando o objetivador lida com o objeto como sendo carente de agência. Por sua vez, a fungibilidade é o tratamento do objeto "como intercambiável (a) com outros objetos do mesmo tipo e/ou (b) com objetos de outros tipos" (NUSSBAUM, 1995, p. 257). A violabilidade ocorre quando o objetivador trata o objeto como passível de ser violentado e maltratado, e a noção da propriedade se verifica quando o objeto é visto como posse de alguém. Por fim, a noção de negação da subjetividade aparece quando o indivíduo "trata o objeto como algo cuja experiência e sentimentos (se houver) não precisam ser levados em conta" (NUSSBAUM, 1995, p. 257).

Portanto, de acordo com as noções apresentadas, Nussbaum (1995) expõe que as relações entre pais/responsáveis e filhos vêm sendo permeadas pela objetificação das crianças, tratando-as como desprovidas de autonomia, como instrumentos para atingir determinado objetivo dos responsáveis, como propriedade desses pais, como seres inertes e sem subjetividade. Além disso, é perceptível como o tratamento recebido pelas crianças vem sendo atravessado pela violabilidade - seja pela violência física, psicológica ou sexual.

A objetificação, que é direcionada às mulheres e às crianças em um contexto de dominação masculina com ideologias sexistas, machistas e patriarcais, tem o intuito de perpetuar o poder sobre

esses indivíduos. Especificamente, a objetificação sexual dos corpos femininos aparece quando "as mulheres são tratadas como corpos e, em particular, como corpos que existem para o uso e prazer dos outros" (FREDRICKSON; ROBERTS, 1997, p. 175). Além disso, de acordo com Fredrickson e Roberts:

No nível psicológico, talvez o efeito mais profundo do tratamento objetivante seja o de persuadir meninas e mulheres a adotarem uma visão peculiar do eu. A teoria da objetificação postula que o meio cultural da objetificação funciona para socializar meninas e mulheres para, em algum nível, se tratarem como objetos a serem vistos e avaliados. Em outras palavras, como inúmeras teóricas feministas têm argumentado, as mulheres frequentemente adotam a perspectiva de um observador sobre seu eu físico (BARTKY, 1990; DE BEAUVOIR, 1952, BERGER, 1972; apud FREDRICKSON E ROBERTS, 1997, p. 177).

Assim, segundo a Teoria da Objetificação (1997) desenvolvida pelos autores, a objetificação do corpo feminino gera dois tipos de ansiedade nos corpos objetificados, sendo (1) a ansiedade de aparência e (2) a ansiedade de segurança. Esta indica a vigilância constante para se manter a segurança física em uma sociedade marcada pela violência contra as mulheres e aquela indica a vigilância sobre a aparência, não sendo apenas a vaidade entendida aqui, mas a cautela e a moderação. Desse modo, "a beleza das mulheres tem sido comparada ao poder" (FREDRICKSON; ROBERTS, 1997, p. 182) e, por consequência, segundo a pesquisa de Beneke (1982), são consideradas motivos para a retaliação dessas mulheres. Isto posto,

[...] aqueles que sugerem que uma mulher vítima de agressão sexual "pediu", muitas vezes se referem à sua aparência física. Partindo desse posicionamento, infere-se que as mulheres cuja aparência é considerada "impressionante" ou "provocativa" provocam seu próprio estupro (FREDRICKSON; ROBERTS, 1997, p. 182-183).

Em relação ao corpo em desenvolvimento das crianças-meninas para as adolescentes-meninas, Fredrickson e Roberts

(1997) afirmam que essas crianças percebem que o novo corpo em formação pertence mais às outras pessoas do que a elas próprias, sendo transformadas em "domínio público". Desse modo,

[...] estudos empíricos documentam que com as mudanças da puberdade, o novo corpo da menina de certa forma torna-se "domínio público": é cada vez mais observado, comentado e avaliado por outros (Brownmiller, 1984; Dion et al., 1990, K. Martin, 1996). Torna-se cada vez mais alvo de avanços sexuais, assédio (American Association of University Women, 1993) e abuso sexual (Koss & Harvey, 1987), e é cada vez mais guardado e restringido pelos pais (Eccles, Jacobs, & Harold, 1990). (FREDRICKSON E ROBERTS, 1997, p. 193-194).

Dessa maneira, as meninas já começam a experimentar, desde cedo, a violência simbólica da dominação masculina sobre os corpos femininos, sendo "um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos" (BOURDIEU, 2020, p. 74) que causam danos psicológicos e morais por meio dos vários tipos de dominação masculina, sendo uma delas a objetificação dos corpos.

Além da violência simbólica, as crianças, principalmente as meninas, passam a sofrer violências psicológicas, físicas e/ou sexuais por vezes por parte de seus pais, responsáveis e conhecidos, uma vez que há a coisificação desses seres. Assim,

Para Oliveira (2009, p. 20), '[...] violência é todo comportamento que causa dano à outra pessoa [...] em função da negação da autonomia, integridade física ou psicológica e mesmo da vida do outro.' Ancorada nessa compreensão de violência vejo a criança e o adolescente metamorfoseados em objetos de consumo. (BRUNS, 2016, p. 257).

Por meio de tal objetificação, essas crianças são vítimas de mais um tipo de violência, a violência virtual (BRUNS, 2016), na qual são utilizadas como meras mercadorias a uso das elites simbólicas dominantes como, por exemplo, as mídias jornalísticas.

Haslam (2006), assim, apresenta dois tipos de desumanização: a animalização e a objetificação. Nessa perspectiva, o ser humano é desumanizado e acaba sendo animalizado quando as condições da singularidade humana são retiradas de seu ser. Já em relação à objetificação, ela ocorre quando a natureza humana é negada ao indivíduo, fazendo com que se transforme em mero objeto, sem emoções e sem individualidade.

Portanto, a desumanização e a objetificação caminham em um mesmo sentido, uma vez que o corpo desumanizado acaba desprovido de individualidade, sendo transformado em um corpo inerte, passivo e superficial, chegando a objetificação.

### Caso de estupro em análise

Com o objetivo de analisar como o jornal A Gazeta abordou o caso da menina de 10 anos, apresentaremos o quadro 1, com as manchetes datadas por ordem cronológica, desde o dia 09 de agosto de 2020 até 30 de setembro de 2020. A organização em ordem cronológica possibilita acompanhar os desdobramentos dessa cobertura jornalística, tendo relação sequencial entre os fatos narrados nas notícias. Assim, temos o seguinte quadro:

Quadro 1 - Caso menina de 10 anos	
Cronologia	Manchetes do caso
09/08/2020	Menina de 10 anos engravidada após sofrer estupro em São Mateus
11/08/2020	Menina de 10 anos engravidada após estupro no ES: advogados explicam o que diz a lei
11/08/2020	Ministra Damarens afirma que vai ajudar menina de 10 anos grávida após estupro no ES
11/08/2020	Suspeito de estupro e engravidar menina de 10 anos fugiu de casa no ES
11/08/2020	Criança que engravidou após abusos recebe apoio médico e psicológico no ES

12/08/2020	Juíza do ES fala sobre a mentalidade de familiares que estupram crianças
12/08/2020	Criança grávida no ES: interrupção da gestação está em análise, diz secretária
13/08/2020	Justiça determina prisão preventiva de suspeito de estuprar criança de 10 anos no ES
13/08/2020	Dez anos e grávida: temos que nos indignar e proteger nossas crianças
13/08/2020	Polícia está à caça de suspeito de engravidar menina após abusos no ES
14/08/2020	Menina grávida no ES: TJ afirma que decisão será técnica e sem influências
15/08/2020	Justiça autoriza aborto de menina de 10 anos que engravidou após abuso no ES
16/08/2020	Menina estuprada pelo tio deixa o ES para interromper gravidez em outro Estado
16/08/2020	CNJ vai acompanhar caso de menina que engravidou após estupro no ES
16/08/2020	Menina de 10 anos estuprada pelo tio vai interromper gravidez em Recife
16/08/2020	MPES vai investigar pressão de religiosos sobre família para criança não fazer aborto
17/08/2020	Médicos interrompem gravidez de menina de 10 anos estuprada no ES
17/08/2020	Felipe Neto oferece pagar estudos de menina de 10 anos estuprada no ES
17/08/2020	Whindersson Nunes oferece ajuda psicológica para menina vítima de estupro no ES
17/08/2020	“Não temos dúvida”, diz médico sobre procedimento que interrompeu gravidez de menina
17/08/2020	“Meu total repúdio”, diz presidente da OAB-ES sobre a exposição de menina estuprada no ES

17/08/2020	Tio suspeito de estuprar menina de 10 anos no ES continua foragido
17/08/2020	Pediatra explica riscos físicos e psicológicos de gravidez aos 10 anos
17/08/2020	Criança de 10 anos estuprada está com diabetes gestacional, diz médico
17/08/2020	Fontenelle detona Felipe Neto e Whindersson após ajuda a menina estuprada
17/08/2020	Bispo de São Mateus e CNBB se posicionam contra aborto feito em menina
17/08/2020	Acusado teria estuprado menina no ES enquanto estava no regime semiaberto
17/08/2020	Médico sobre aborto em menina estuprada no ES: “Só terá dor da alma”
17/08/2020	MP investiga vazamento de informações sobre menina estuprada no ES
17/08/2020	Decisão de não fazer o aborto em criança foi técnica, afirma Hucam
17/08/2020	Advogados de menina que engravidou após estupros no ES se pronunciam
17/08/2020	Em quais casos os médicos podem se recusar a fazer aborto?
17/08/2020	Solidariedade: menina de 10 anos estuprada no ES recebe doações em Recife
18/08/2020	Polícia Civil do ES investiga exposição de dados de menina grávida
18/08/2020	Caso de estupro no ES reforça o quanto redes sociais podem ser perversas
18/08/2020	Tio acusado de estuprar menina de 10 anos no ES é preso em Minas
18/08/2020	Urach revela estupro na infância e fala de menina de 10 anos grávida no ES

18/08/2020	Polícia fala sobre prisão de acusado de estuprar menina de 10 anos no ES
18/08/2020	Tio confessa a policiais ter abusado da sobrinha de 10 anos no ES
18/08/2020	Veja coletiva sobre a prisão de acusado de estuprar menina de 10 anos
18/08/2020	Fotos: acusado de estuprar menina de 10 anos chega ao DML de Vitória
18/08/2020	Polícia acredita que tio seja único responsável por estuprar menina no ES
18/08/2020	Suspeito de estuprar criança no ES se entregou com medo de ser linchado
18/08/2020	Exame de DNA vai confirmar se tio engravidou criança de 10 anos
18/08/2020	Menina de 10 anos grávida após estupro entrou em hospital em porta-malas
18/08/2020	Acusado de estuprar e engravidar menina de 10 anos dá entrada em presídio no ES
18/08/2020	Ministério de Damares diz que não vazou dados de menina estuprada no ES
18/08/2020	Menina estuprada no ES: Casagrande liga para médico que fez aborto
18/08/2020	Menina de 10 anos estuprada no ES ficou aliviada ao saber da prisão do tio
19/08/2020	Menina de 10 anos estuprada no ES pode trocar de nome e de endereço
19/08/2020	Fontenelle se revolta com ameaças após caso de menina estuprada no ES
19/08/2020	Menina de 10 anos que engravidou após estupro no ES tem alta de hospital
19/08/2020	Extremistas como Sara Winter se alimentam da maldade

19/08/2020	Menina estuprada no ES: Felipe Neto diz ter sido procurado por golpistas
19/08/2020	A história da menina estuprada que engravidou e foi chamada de assassina
20/08/2020	Prova do crime: material genético de feto e de menina estuprada chega ao ES
20/08/2020	MP denuncia membro do PSL por pressionar avó de menina estuprada no ES
20/08/2020	CRM investiga vazamento de informações de garota de 10 anos estuprada
20/08/2020	Soraya Manato confirma que recebeu laudos médicos de garota estuprada
24/08/2020	Justiça do ES aceita denúncia e acusado de estupro de menina de 10 anos vira réu
26/08/2020	Menina de 10 anos estuprada: MPES lista e investiga série de denúncias
28/08/2020	Polícia conclui análise de material genético de feto e de menina estuprada no ES
30/09/2020	Ativista usou nome de Damares e dados sigilosos ao atacar avó de criança estuprada no ES

Fonte: produção das autoras, com base no jornal A Gazeta.

Por meio da leitura e análise rápida das manchetes, constatamos claramente que o elemento topicalizado, gerador de espanto e perplexidade é o aborto ao invés de ser o estupro. Tal dado nos aponta para uma discussão complexa e necessária que devemos fazer a partir dessa constatação. Em uma sociedade patriarcal, os corpos femininos, segundo Bourdieu (2020), são cerceados, controlados, sendo que esse controle representa uma estratégia de dominação masculina.

Assim, o estupro representaria uma estratégia de violência sexual com uso da força e subjugação do corpo feminino. Destacamos que estamos nos referindo a uma criança de 10



anos, que não foi poupada exatamente por ser mulher. Despentes (2016) faz uma descrição esclarecedora para compreendermos os mecanismos de controle dos corpos pela prática da violência sexual.

Para a autora:

o estupro, ele é próprio do homem; não a guerra, a caça, o desejo cru, a violência ou a barbárie, mas justamente o estupro, essa coisa da qual- até o momento- as mulheres nunca se apropriaram (DESPENTES, 2016, p. 42).

Essa citação nos permite identificar o estupro como um dos crimes patriarcais. Ele representa a barbárie, como se tivéssemos perdido o marco civilizatório e continua sendo uma estratégia de violência contra o corpo feminino, não importa que esse corpo ainda seja infantil, desde que seja feminino.

Obviamente, poderíamos argumentar que meninos também sofrem abusos. Infelizmente, isso também acontece. Contudo, os dados do ABSP (2021) apontam que 85% das vítimas de abusos sexuais de 0 a 19 anos são do sexo feminino. Além do estupro, a falta de uma legislação específica para discutir a fundo as questões do aborto, como dito anteriormente, mostram mais uma vez o cerceamento dos corpos femininos. Afinal, é o corpo feminino que engravida.

Ao observar as manchetes, percebemos que há uma grande discrepância no agenciamento dos envolvidos, ou seja, entre as vezes em que a menina aparece como tópico nas manchetes e as vezes em que o abusador aparece, sendo, no primeiro caso, um percentual de 90,47% de ocorrência nas 63 manchetes e, no caso do abusador, um percentual de apenas 28,57%. Entendemos que há o apagamento do sujeito abusador das manchetes e a topicalização dessa criança como sendo o alvo central de todo o debate, como por exemplo em "Menina de 10 anos engravida após sofrer estupros em São Mateus" e "Menina de 10 anos estuprada no ES pode trocar de nome e de endereço".

O que podemos supor a partir desse apagamento da figura do abusador? Minimamente, devemos considerar que o apagamento da figura do abusador tira de foco a sua figura de homem e tio estuprador, dando destaque somente ao ato, como se não houvesse a responsabilidade de quem o praticou, sendo a manchete "A história da menina estuprada que engravidou e foi chamada de assassina" um dos exemplos encontrados para embasar tal argumento. Nesse caso, temos a menina como foco de todas as ações e o abusador, mais uma vez, apagado de seu crime.

Além disso, temos a impressão de que o discurso midiático patriarcal faz esse apagamento de forma proposital. Isso se comprova no nível micro por meio das escolhas lexicais presentes em muitas manchetes do jornal - apresentadas abaixo - que apagam o abusador e põem em destaque a vítima, considerando a cobertura realizada entre os dias: 09/08/2020 a 30/09/2020. Como apresenta Tomazi e Azeredo,

É preciso refletir sobre o fato de que os próprios jornalistas pertencem a uma cultura machista e, mesmo que tenham o intuito de informar e afirmem a suposta imparcialidade da mídia jornalística, estamos diante de dois problemas: o mito da imparcialidade e a cultura machista. Assim, mesmo que inconscientemente, ao produzir o título, ao topicalizar determinada informação sobre um caso de violência contra mulher, o jornalista deixa marcas de seus valores e opiniões (TOMAZI E AZEREDO, 2019, p. 31-32).

Observamos, assim, que no micronível, existem escolhas lexicais e estruturais na escrita de algumas manchetes, como em "Criança de 10 anos estuprada está com diabetes gestacional, diz médico" ou em "Menina estuprada no ES: Felipe Neto diz ter sido procurado por golpistas" que similarmente realizam esse apagamento da figura do abusador. Portanto, o uso de uma passiva sem o agente da passiva no enunciado: 'criança de x anos estuprada' ou "menina estuprada", confirmam esse apagamento, na medida em que o abusador não é, neste tipo de manchete, sequer mencionado.

Outra manchete que comprova o ponto abordado acima é "Criança que engravidou após abusos recebe apoio médico e psicológico no ES", na qual temos a presença de um verbo de ação para referir-se à criança, ao afirmar que a criança engravidou. Observamos, mais uma vez, o apagamento da figura do estuprador e o uso do eufemismo com a palavra "abusos", em vez de estar escrito "estupro". Há aqui uma suavização, uma amenização do ato violento. Afinal, abuso, nos termos da lei, é menos grave que estupro. Além disso, mais uma vez temos essa topicalização da figura da menina de 10 anos, retirando de foco o estuprador e exibindo a cultura machista em que estão inseridos os jornalistas e toda a sociedade brasileira.

Outro ponto relevante a ser apresentado refere-se às escolhas lexicais utilizadas pelo jornal A Gazeta ao se referir à vítima e ao abusador. Em relação à menina de 10 anos, encontramos nas 57 topicalizações que ocorreram nas manchetes, 78,9% de ocorrências do termo "menina", 15,8% de ocorrências de "criança", 1,75% do termo "sobrinha" e 3,5% sendo denominada como "garota". Já em relação ao abusador, nas 18 denominações que se referem a ele nas manchetes, encontramos 22,2% de ocorrências do termo "suspeito", 44,4% de ocorrências de "tio" e 33,3% de "acusado".

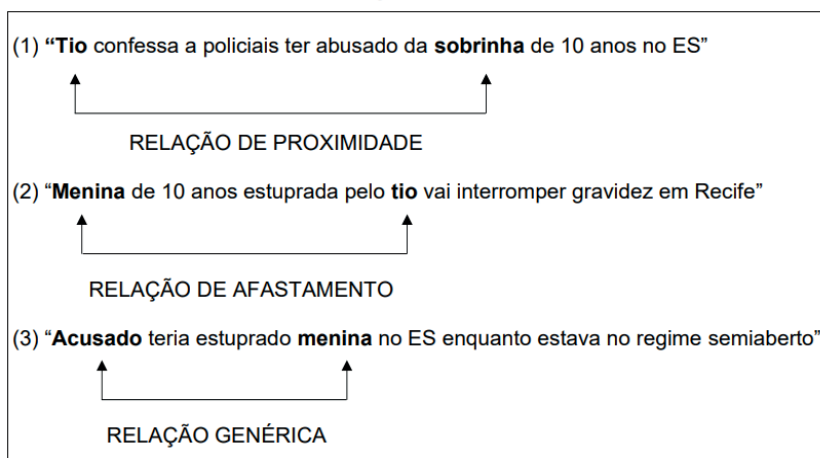
Ao analisar tais dados, entendemos que o jornal utiliza termos genéricos para denominar os atores sociais envolvidos no caso, uma vez que a genericidade aparece em 98,24% das ocorrências de nomes destinados à menina e 55,5% de nomes destinados ao abusador. Essa escolha lexical acaba por distanciar o caso de abuso sexual infantojuvenil do círculo familiar que é a sua principal matriz, descentralizando o estupro ocorrido entre a sobrinha e o tio, duas pessoas da mesma família.

Para van Dijk (2011), as "manchetes [...] expressam macroestruturas semânticas "principais tópicos - tal como definido pelos jornalistas e podem, assim, dar origem a macroestruturas preferidas de modelos mentais" (VAN DIJK, 2011, p. 28), sendo a utilização de termos genéricos uma estratégia que resulta na não criação dessas macroestruturas que apontam para a família como

uma das maiores fontes de casos de abusos sexuais infantojuvenis. Nesse caso, a genericidade modaliza a violência sexual, gerando um apagamento dessa questão do âmbito familiar.

Além disso, nas estruturas das manchetes, percebemos que apenas em 28,57%, ou seja, em apenas 18 das 63 manchetes, é possível encontrar os dois indivíduos do caso sendo citados ao mesmo tempo. E, ao analisar tais manchetes, encontramos três tipos de relações estabelecidas entre esses indivíduos, sendo: (1) relação de proximidade, (2) relação de afastamento e (3) relação genérica, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Relações entre os indivíduos



Fonte: produção das próprias autoras.

Dessa forma, ao observar o quadro acima, percebemos que em apenas uma (1) das sessenta e três (63) manchetes deste caso há os termos “tio” e “sobrinha” na mesma manchete, mostrando a relação de proximidade entre os dois membros da mesma família. Tal estratégia é vista como chocante pelos analistas do discurso e por todas as pessoas que estão em combate constante contra o abuso sexual infantojuvenil, uma vez que, tal aparição tão baixa, em uma parte tão importante da notícia como a manchete, acaba por não mostrar ao leitor a real situação dos casos de abuso

sexual entre crianças e adolescentes, escondendo e preservando a face (GOFFMAN, 1973) dos familiares, ou seja, criando uma apresentação positiva do núcleo familiar perante a grave situação desses crimes em nossa sociedade.

No que se refere à relação de afastamento, o jornal opta por não utilizar dos termos que designam relação de parentesco simultaneamente, ocorrendo em sete (7) manchetes a aparição do termo "tio" e o uso genérico de "menina/criança". Tal estratégia jornalística da construção das manchetes acaba por designar a essa vítima uma genericidade e dando a ela uma característica de um ser qualquer, só sendo possível entender que ela é sobrinha do abusador por meio da inferência.

E, no que diz respeito à relação genérica, observamos em dez (10) manchetes o uso de termos genéricos para denominar os dois indivíduos, como em (a) "Polícia está à caça de suspeito de engravidar menina após abusos no ES" ou em (b) "Suspeito de estuprar criança no ES se entregou com medo de ser linchado". A estratégia aqui utilizada afasta o ocorrido, mais uma vez, do âmbito familiar. Além disso, observamos em (a) uma utilização do termo "à caça de", trazendo uma visão aos leitores de que esse suspeito é perigoso como um animal e está a solta na sociedade, visto a utilização de um verbo empregado para se referir à animais que estão sendo caçados. Dessa maneira, há a preservação da imagem dos homens da sociedade, e uma outroapresentação negativa da imagem desse suspeito, uma vez que está colocado fora da classificação dos "homens normais" do corpo social.

Por consequência, ao usar termos genéricos para se referir aos indivíduos do caso, há uma polarização discursiva (VAN DIJK, 2008), na qual há a autoapresentação positiva do círculo familiar como não sendo acusado de tais barbaridades e uma outroapresentação negativa de seres genéricos considerados como culpados por suas ações.

Há, portanto, duas noções de objetificação (NUSSBAUM, 1995) do corpo da vítima ao observar a forma como o jornal lida

com o caso analisado neste estudo. Primeiramente, observamos a noção de instrumentalidade, na qual o jornal se utiliza do caso e da vida da vítima apenas para fins mercadológicos. Como não possuem função de indicar que o caso ocorreu dentro do ambiente familiar, usam-na como mero objeto para divulgar uma quantidade absurda de manchetes a fim de espetacularizar o caso e receber audiência. Assim, segundo Aguiar (2008),

Os acontecimentos avaliados como importantes são, obrigatoriamente, selecionados para se tornarem notícias, enquanto que o interesse está vinculado à representação que os jornalistas fazem de seu leitor e também ao valor-notícia definido como capacidade de entretenimento. As notícias interessantes são as que procuram narrar um acontecimento com base na perspectiva do 'interesse humano', das curiosidades que atraem a atenção e do insólito. É esse critério de relevância - notícia interessante com potencialidade de entretenimento - que se coloca em contradição com o critério da importância própria dos acontecimentos. (AGUIAR, 2008, p. 23).

O jornal, nesse sentido, utiliza-se do caso e da menina de forma a realizar escolhas lexicais e sintáticas para alcançar maior entretenimento e atrair o público leitor do jornal.

Além disso, observamos a noção de fungibilidade (NUSSBAUM, 1995) relacionada à objetificação do corpo da criança estuprada, uma vez que é entendida como um objeto que pode ser intercambiável com outros objetos. Desse modo, ao tratar do caso de forma espetacularizada, estereotipada e mercadológica, o jornal se utiliza do caso dessa vítima apenas como mais um caso dentre tantos outros ocorridos todos os dias, não dando relevância especial ao que ocorreu com ela e ao abuso em si, mas sim sendo possível trocar esse caso com tantos outros que acontecem diariamente. Tal ilação pode ser comprovada ao se observar a manchete publicada no dia 17 de agosto de 2020, "ES teve caso de menina de 10 anos que deu à luz após ser estuprada", em que percebemos os mesmos usos de termos na manchete como "menina de 10 anos" "após ser estuprada" e "ES teve caso". Tal

estratégia acaba por trazer uma rotatividade aos casos, visto que só é possível entender de quem está se falando ao ler o corpo da notícia, sendo os casos e as vítimas facilmente intercambiáveis.

Nesse sentido, essa criança passa pelo processo de desumanização (HASLAM, 2006), retirando a sua individualidade e transformando-a em um ser inerte, em mero objeto intercambiável e sem autonomia, violentada por diversas instâncias que desejam manter seu poder dominante. Em vista disso, como dito no início da seção, o ponto central das manchetes analisadas não é o fato de o estupro ter ocorrido com a criança de 10 anos, sendo por tanto tempo de sua vida e por uma pessoa de seu círculo familiar, mas sim o fato de que ela teve que realizar o procedimento de aborto, causando diversos debates na sociedade.

Em relação às manchetes, van Dijk (2008) afirma que a seleção das fontes é uma forma de a mídia exercer o poder simbólico, visto que o acesso ao discurso público legitima as vozes dos locutores na sociedade, que são recebidas como confiáveis. Segundo o autor, o conceito de acesso ao discurso público implica pensar

quem pode falar e escrever para quem, sobre o quê, quando e em que contexto, ou quem pode participar desses eventos comunicativos nos mais variados papéis (VAN DIJK, 2008, p. 89).

Assim, há grupos que são autorizados a falar, têm voz, sendo considerados fontes usadas por jornais, por exemplo.

No caso analisado, temos algumas fontes que são citadas no decorrer das manchetes, como: (A) autoridades jurídicas, (B) autoridades religiosas, (C) figuras públicas, (D) servidores públicos no geral, (E) família envolvida e (F) outros. Tais fontes, por vezes, possuem voz no corpo das notícias, uma vez que o debate girou em torno da realização ou não do aborto. Começando pelas autoridades jurídicas, encontramos uma dualidade em relação ao caso, uma vez que a ex-Ministra Damares Alves, que naquela época

era Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, se posiciona contrária ao procedimento na criança de apenas 10 anos.

Na manchete: "Ministra Damares afirma que vai ajudar menina de 10 anos grávida após estupro no ES" observamos que, mesmo a manchete trazendo uma suposta ajuda de Damares e durante o corpo da notícia tendo um posicionamento da ex-Ministra a favor do combate de crimes de violência sexual infantil, logo em seguida é possível observar que há uma nota em que encontramos o posicionamento geral de seu Ministério trazendo que estão tomando medidas "a fim de amparar emocionalmente a criança vitimada, que ainda se encontra em desenvolvimento, bem como seu bebê". Entendemos, portanto, que não há uma reflexão acerca do necessário procedimento de aborto pelo Ministério em questão, e pela ex-ministra, mas sim o entendimento de que eles acreditam que a criança deveria continuar a gestação.

Ainda sobre as autoridades jurídicas, as demais fontes presentes, como o MPES e o presidente da OAB-ES, se posicionam a favor do aborto, como vemos na manchete "Meu total repúdio", diz presidente da OAB-ES sobre a exposição de menina estuprada no ES". Além disso, algumas figuras públicas também se posicionam a favor do procedimento, como é o caso de Felipe Neto, Whindersson Nunes e Urach, oferecendo ajuda financeira a essa criança, como observamos nas manchetes "Menina estuprada no ES: Felipe Neto diz ter sido procurado por golpistas", "Urach revela estupro na infância e fala de menina de 10 anos grávida no ES" e "Whindersson Nunes oferece ajuda psicológica para menina vítima de estupro no ES".

Nos deparamos, assim, com uma total desumanização dessa criança de apenas 10 anos, uma vez que passou por diversos estupros causados por seu tio, engravidou decorrente desses atos criminosos e, ao pedir ajuda, foi alvo de disputas ideológicas, o que acabou desumanizando-a e transformando-a em mero objeto a ser debatido, como pode ser observado nas manchetes "Bispo de São Mateus e CNBB se posicionam contra aborto feito em menina", "Soraya Manato confirma que recebeu laudos médicos



de garota estuprada”, dentre tantas outras manchetes que podem ser observadas no quadro 1.

Segundo os conceitos de Nussbaum (1995), há aqui a objetificação por meio da propriedade, em que os grupos ideológicos ficam em "disputa" para ver a quem a verdade (ou a menina) vai permanecer. Há também a noção de instrumentalidade, em que a ministra Damares Alves utiliza da menina para atingir seu objetivo, que é não deixar que o aborto aconteça. A ideia de inércia dessa criança, vista no sentido do grupo contrário, não observa a menina como dotada de vontades, desconsiderando a vontade da mesma de não ter o bebê, uma vez que, como apresentado no corpo da notícia "Justiça autoriza aborto de menina de 10 anos que engravidou após abuso no ES" (2020),

Na decisão, o juiz escreve que assistentes sociais que atenderam a criança disseram que “só de tocar no assunto, a menina entra em profundo sofrimento, grita, chora e nega a todo instante, apenas reafirma não querer (dar prosseguimento à gestação) (JUSTIÇA AUTORIZA ABORTO DE MENINA DE 10 ANOS QUE ENGRAVIDOU APÓS ABUSO NO ES, 2020).

Encontramos também a noção de violabilidade, extremamente presente nesse caso, no qual a criança é violada ao ter seus dados expostos e ao ter seus direitos debatidos, visto em "CRM investiga vazamento de informações de garota de 10 anos estuprada". E, por fim, a noção da negação da subjetividade, na qual os sentimentos dessa criança não são levados em conta pelo grupo contrário, uma vez que disputam apenas a permanência de sua ideologia conservadora e patriarcal, na qual o corpo feminino é desprovido de sentimentos e serve aos desejos e vontades dos poderes dominantes.

### Considerações finais

Por meio da análise das manchetes do jornal *A Gazeta*, considerando a cobertura jornalística do caso da menina de 10

anos, constatamos uma tendência sensacionalista e mercadológica na abordagem dos fatos. Tal conclusão se baseia nas análises das manchetes, em que destacamos a topicalização da menina e do aborto como assuntos mais abordados nas notícias, ao invés do destaque ao estupro e ao tio estuprador.

Além disso, por meio das escolhas lexicais, discursivas e também das fontes utilizadas para a produção das notícias, conseguimos observar que essas escolhas reforçaram as estratégias de desumanização e objetificação por meio dos elementos textuais, presentes nas manchetes jornalísticas. Tais estratégias visam ao apagamento da figura da criança como um ser humano digno de respeito, sendo ela vítima de violência sexual e vítima da mídia através da exposição, tendo sua imagem explorada por grupos políticos, religiosos e jurídicos. Assim, toda a cobertura jornalística gerou violência simbólica. As manchetes desumanizaram e objetificaram uma criança de apenas 10 anos, vítima de estupro, que teve como consequência uma gravidez totalmente indesejada e, posteriormente, o aborto.

Como a mídia representa uma elite simbólica, devido ao acesso e ao controle das informações, ela se utiliza da disseminação de informações, de modo tendencioso, para manter seu poder dominante sobre a sociedade, produzindo essas manchetes e usando estratégias como as escolhas lexicais para influenciar seus leitores, manipulando-os. O resultado é uma cobertura jornalística com uma abordagem patriarcal, com produção de notícias que tornam a vítima invisível, tirando de foco um crime patriarcal brutal, que é o estupro e dando realce ao aborto. Essa técnica tem por objetivo manter um discurso polarizado. Dessa forma, as manchetes, ao darem voz a certas fontes, privilegiam as pessoas que são a favor do aborto, em dado momento; mas também, apresentam os argumentos de quem é contra o procedimento médico em questão. Dessa forma, mantém-se a polarização discursiva, ideológica, dando continuidade à produção de notícias, tendo como assunto principal o aborto.

E o que significa não falar sobre estupro? Há muitos desdobramentos a partir desse apagamento. Mas, em primeiro lugar, não colocar essa temática como central na discussão do caso da menina é invisibilizar um crime patriarcal. É retirar do homem a culpa desse ato, é manter essa discussão no âmbito da proibição. Para Despentes (2016), o estupro é algo que deixa uma ferida da qual as mulheres não conseguem se desvencilhar. Quando não falamos sobre estupro, estamos também promovendo uma violência simbólica por meio desse apagamento.

Além disso, quando deixamos de falar da temática do estupro e apagamos esse assunto, considerando-o como um tabu em nossa sociedade, continuamos a contribuir para o silenciamento desses casos por parte das vítimas. Desse modo, acreditamos que o tema precisa ser exposto e debatido na sociedade brasileira, a fim de que as vítimas desse crime brutal tenham voz e apoio para denunciar os abusadores, sendo tomadas as medidas jurídicas cabíveis.

Portanto, ao apagar o tio estuprador e o ato de estupro das manchetes, o jornal retira de foco o ambiente familiar como a principal matriz dos casos de abusos sexuais infantojuvenis. Preservar a estruturação das famílias, distanciar os reais abusadores dos casos e manter o problema longe do debate dos lares brasileiros é silenciar as crianças e adolescentes e permitir que novos estupros aconteçam todos os dias por parentes e conhecidos desse público infantojuvenil.

Como analistas do discurso, nossa luta, ao trazer esse tipo de discussão, é para que a imprensa cumpra seu papel de forma ética, a serviço da informação. Não esperamos neutralidade, pois entendemos que os discursos veiculam ideologia, mas desejamos integridade. Além disso, gostaríamos, francamente, que a infância fosse preservada e que as crianças e adolescentes não sofressem abusos, exploração, violência sexual e nenhum tipo de desrespeito. Seguiremos lutando por dias melhores e por políticas públicas eficazes.

## Referências:

- BENEKE, Timothy. *Men on rape*. New York: St. Martin's Press, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: 18 ed, Bertrand Brasil, 2020.
- BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
- BRASIL. Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000. *Presidência da república*. Casa Civil, Brasília, 17 de maio de 2000.
- BRUNS, Maria Alves de Toledo. A mídia e a adultização/erotização da infância e da adolescência. In.: LEÃO, A. M. C.; MUZZETI, L. R. (org.). *Perspectivas, práticas e reflexões educacionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 243-264.
- AGUIAR, Leonel. Entretenimento: valor-notícia fundamental no jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, UFSC, v. 5, n.1, p. 13-23, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://www.academia.edu/download/53116651/10217.pdf>>. Acesso em: 11 de jul. de 2022.
- DESPENTES, Virginie. *Teoria King Kong*. São Paulo: n-1 Edições, 2016.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*: São Paulo: FBSP, v. 15, 2021.
- FREDRICKSON, Barbara L.; ROBERTS, Tommi Ann. Objectification Theory: towards the understanding women's lived experiences and mental risks. *Psychology of Women Quarterly*, 1997. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/258181826\\_Objectification\\_Theory\\_Toward\\_Understanding\\_Women's\\_Lived\\_Experiences\\_and\\_Mental\\_Health\\_Risks](https://www.researchgate.net/publication/258181826_Objectification_Theory_Toward_Understanding_Women's_Lived_Experiences_and_Mental_Health_Risks)>. Acesso em: 27 de abr. de 2022.
- GOFFMAN, Erving. *La mise em scène de la vie quotidienne: les relations em public*. Paris: Les éditions de minuit, v. 2, 1973.
- HASLAM, Nick. Dehumanization: An integrative review. *Personality and social psychology review*, v. 10, n. 3, p. 252-264, 2006.
- JUSTIÇA autoriza aborto de menina de 10 anos que engravidou após abuso no ES. *A Gazeta*, 15 de agosto de 2020. Cotidiano. Disponível em <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/justica-autoriza-aborto-de-menina-de-10-anos-que-engravidou-apos-abuso-no-es-0820>> Acesso em: 11 de jul. de 2022.
- KALSING, Vera Simone Schaefer. O debate do aborto: a votação do aborto legal no Rio Grande do Sul, *cadernos pagu*, p. 279-314, 2002.
- LAGE, Nilson. *A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, p. 1-189, 2009.

MENINA de 10 anos grávida após estupro entrou em hospital em portamalas. *A Gazeta*, 18 de agosto de 2020. Brasil. Disponível em <<https://www.agazeta.com.br/brasil/menina-de-10-anos-gravida-apos-estupro-entrou-em-hospital-em-porta-malas-0820>> Acesso em: 11 de jul. de 2022.

NUSSBAUM, Martha Craven. Objectification. *Philosophy and Public Affairs*; Fall 1995; 24,4; Research Library Core, p. 249-291. Disponível em: <<http://www.mit.edu/~shaslang/mprg/nussbaumO.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

PEDIATRA explica riscos físicos e psicológicos de gravidez aos 10 anos. *A Gazeta*, 17 de agosto de 2020. Cotidiano. Disponível em <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/pediatra-explica-riscos-fisicos-e-psicologicos-de-gravidez-aos-10-anos-0820#:~:text=DIFICULDADE%20DE%20V%C3%8DNCULO%20E%20DEPRESS%C3%83O%20P%C3%9-3S%2DPARTO&text=Segundo%2C%20um%20aumento%20exponencial%20do,anos%20de%20idade%E2%80%9D%2C%20destacou.>> Acesso em: 11 de jul. de 2022.

TOMAZI, Micheline Mattedi. AZEREDO, Luana Santos. De vitória a boa vista: o que os títulos de notícias nos revelam sobre a violência contra mulher? *Revista PERcursos Linguísticos*. Vitória (ES), v. 9, n. 2, 2019, p. 26-47.

TOMAZI, Micheline Mattedi. A agentividade nas manchetes sobre violência de homens contra mulheres. *Discurso & Sociedad*, Vol.14 (4), 2020, p. 823-844.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *O discurso como interação social. Estudos sobre discurso II: Uma introdução multidisciplinar*. Barcelona: Editora Gedisa, Comp., 2000.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Discourse, Ideology and Context*. Folia Linguística, v. 35, 2002, p. 11-40.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. Tradução; Breno Wilson Leite Medeiros. Revisão: Maria Lúcia C. V. O. Andrade. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 26, n. 2, dez. 2013, p. 351-381.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 9, n. esp. (supl.), nov. 2016, p. 8-29. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

## Do machismo à transfobia em letras sertanejas: o caso *Lili*

*Ariel Sessa*

*Josilene Ferreira*

*Essa mina tem veneno nas veias  
se você não quer tem quem queira  
Trate ela como mulher  
cada um sabe o peso de ser o que é  
Mano eu não vou repetir e  
Respeita, peita, peita, peita, peita as travesti  
E... Respeita as travesti  
E... Peita, peita as travesti  
E... Respeita, peita, peita, peita, peita as travesti  
(Mc Toka)*

### Considerações iniciais

**E**ste capítulo de livro, em comemoração aos 10 anos do Grupo de Estudos Sobre Discursos da Mídia - o Gedim, tem a finalidade de expor como uma ideologia machista<sup>1</sup> resulta em transfobia<sup>2</sup> nas letras de músicas sertanejas

1 Uma ideologia machista é pautada basicamente na relação biológica, que prevalece o macho enquanto superior à fêmea.

2 A transfobia é um sentimento repulsivo sobre pessoas trans (transgêneros, transexuais e travestis). Essa repulsa se vincula à representação e adequação trans, em

consumidas por grupos sociais que se sentem retratados em seus versos com relação à representação social do ideário feminino, biológico ou trans<sup>3</sup>, nas práticas discursivas interpostas nessas composições. Utilizaremos a letra da música sertaneja, *Lili*, de Pedro Motta e Henrique, enquanto corpus de análise. Nosso aporte teórico com base nos Estudos Críticos do Discurso será encontrado em van Dijk (2005, 2012, 2013, 2015, 2016, 2017), por meio de sua abordagem sociocognitiva, com foco na categoria "ideologia". De forma multidisciplinar nos basearemos em Bacelar (2016), Beauvoir (1967), Borrillo (2016), Butler (2019), Carmo (2006), Cortez, Silva e Carvalho (2015), Dias (2014), Duveen (2015), Goffman (2014), Miskolci (2020), Salih (2018), Vargas (2011), Tomazi, Rocha e Ortega (2016), para desvelarmos e refletirmos acerca das práticas sociais machistas e LGBTQIA+fóbicas, especialmente nesse capítulo relativo à transfobia nos discursos considerados culturais, como ocorrem com certa frequência na cultura sertaneja e que ainda contribuem para uma desigualdade social no que se refere à entrada e aceitação de pessoas trans a grupos ligados à essa temática.

Quando pautados no machismo, discursos que tratam de pessoas trans se baseiam em uma heteronormatividade<sup>4</sup>, que prima pela desconsideração de outros gêneros e sexualidades. Esses discursos tendem a circular em meios socialmente baseados no patriarcalismo<sup>5</sup>, quando, por exemplo, são encontrados em letras sertanejas contemporâneas cantadas por homens<sup>6</sup> cis-heteros<sup>7</sup> e

---

termos de gênero, ao biológico.

3 "Trans" será utilizado neste capítulo como um adjetivo de forma reduzida para travestis, quanto para mulheres transexuais e transgêneros femininos.

4 A heteronormatividade é uma condição imposta na sociedade de que "todo mundo é criado para ser heterossexual, ou [...] que adote o modelo heterossexual em sua vida" (MISKOLCI, 2020, p. 15).

5 O patriarcalismo, semelhantemente ao machismo em termos de sobreposição do homem sobre a mulher, é uma construção social de onde é exercido o poder social caracterizado pelo patriarcado, que é o exercício hegemônico do poder por parte do homem.

6 Não trataremos das músicas sertanejas cantadas por mulheres, por mais que muitas delas sejam composições feitas por homens ou pautadas em um pensamento machista e sexista.

7 "Cis" é utilizado para designar a identificação com o gênero do nascimento. Esse

replicadas socialmente por várias vozes que as consomem. Desta forma, esses discursos tratam ainda o elemento "mulher" por meio de um caráter biologista, isto é, cisgênero e, além disso, como algo objetivado. Quando tratam o feminino em outras condições da sexualidade humana, como sobre as transexuais, transgêneros femininos e travestis<sup>8</sup>, atribuem a elas a forma abjeta<sup>9</sup>, renegando-as ao convívio social e ao direito ao amor, isso quando não são invisibilizadas, o que ocorre, praticamente, em quase todas essas composições.

Logo, ao pensarmos nas questões de representação social trans dentro do contexto sertanejo, encontraremos nos discursos produzidos o imaginário desse grupo social, que modela situações que envolvem mulheres transexuais, transgêneros femininos e travestis, por meio das ideologias e atitudes sociais representadas nos discursos encontrados nas canções sertanejas. Quando essas músicas fazem menção às trans, trazem, na espontaneidade do pensamento idealizado para a composição dessas canções, a transfobia enraizada culturalmente nesses grupos sociais.

Utilizaremos, para construirmos uma relação de pensamento com as atitudes grupais socialmente compartilhadas em seus discursos pelos consumidores das letras sertanejas, a composição *Lili*, considerada transfóbica por boa parte dos usuários da internet, conforme noticiou a página POPLine<sup>10</sup>, do portal de notícias Terra, após sua divulgação na plataforma YouTube, em sua primeira versão postada no dia 18 de dezembro de 2020, que repercutiu negativamente na mídia imediatamente à postagem, o que ocasionou uma consequente mudança pelos referidos cantores por uma versão por eles considerada não transfóbica.

---

prefixo advém do latim, que significa "do mesmo lado".

8 Transexuais são pessoas que buscam intervenções para adequar o corpo ao gênero que se identificam, transgêneros são pessoas que não se identificam com o gênero biológico e travestis não necessariamente se identificam com o gênero feminino, mas performam o feminino em seus corpos.

9 O termo abjeto é utilizado para representar algo desprezível.

10 Disponível em: <https://portalpopline.com.br/polemica-dupla-sertaneja-musica-transfobica/>. Acesso em: 05 mai. 2022.



A análise que será apresentada, em sua função, já se configura em uma contraposição às ideologias dominantes machistas oriundas do patriarcado e, conseqüentemente, transfóbicas, quando focamos no grupo social trans. Trouxemos, entretanto, outro contraponto à letra transfóbica desses cantores sertanejos em nossa epígrafe por meio de um recorte da letra da música, *Mas que trans é essa*, do cantor Mc Toka – um funkeiro heterossexual, como corpus de apoio, mesmo de outro gênero musical, que pretendeu dar visibilidade às trans.

Perpassaremos a seguir pelo contexto socio-histórico da música sertaneja, com a finalidade de resgatarmos as crenças socialmente compartilhadas pautadas no machismo sexista<sup>11</sup>, que serviram e servem de base para a composição de letras transfóbicas. Daremos continuidade por meio da apresentação teórico-metodológica que acreditamos servir como ferramenta analítica para as estruturas linguístico-discursivas que remetem ao ideário patriarcal, de cunho machista, e conservador em ideologias e atitudes sociais relacionadas ao gênero social. Realizaremos, portanto, análise da música *Lili* e, por fim, concluiremos nosso capítulo mediante nossas apreensões e inferências acerca do tema escolhido com o objetivo de trazer à tona a necessidade de revisão dos discursos culturais que contribuem para a opressão e desigualdade social no que se refere à inclusão de pessoas trans.

### Breve contexto socio-histórico da música sertaneja - cultura do machismo estrutural

A música sertaneja, um dos gêneros musicais mais ouvidos no país, faz parte da cultura contemporânea brasileira. De acordo com uma pesquisa<sup>12</sup> pioneira feita entre agosto de 2012 e agosto de 2013 pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), noticiado pela revista *Época*, o sertanejo já era consumido por cerca de 58% dos brasileiros, tornando-se um ritmo peculiar

11 Utilizamos o conceito de sexismo de Borrillo (2016), transcrito posteriormente.

12 Pesquisa realizada por Tribos Musicais, do IBOPE Media, na qual apresenta os dados em um infográfico com os ritmos que dominam o Brasil.

do Brasil. Ritmo esse que representa, de certa forma, os valores, as crenças, os ideais, os comportamentos sociais e culturais de boa parte do povo brasileiro.

Em estudos feitos por Cortez, Silva e Carvalho (2015), o ritmo sertanejo ganhou destaque no cenário musical no ano de 1910, em que o ideal da vida no campo era representado nas cordas da viola, que no início, era conhecido como música de raiz ou caipira<sup>13</sup>. Contudo, conforme o historiador Dias (2014), as palavras caipira e sertaneja apresentam distinções significativas, sendo a primeira, uma nomeação tipicamente paulista, utilizada para denominar a produção cultural daquele que vive no ambiente rural, afastado dos ambientes urbanos, o típico caboclo. Por outro lado, a segunda, utilizada no Rio de Janeiro, faz referência a todas as músicas que estão fora do cenário cultural da capital do Brasil.

Assim, somente a partir de 1929 - a música caipira - idealizada e financiada por Cornélio Pires<sup>14</sup>, chega à capital da República.

O primeiro disco era um de 78 rotações com rótulo vermelho, que levava o selo Columbia. Nesse disco, de um lado figurava a música, 'Jorginho do Sertão' e do outro, 'Moda de Pião', ambas de autoria do próprio Cornélio Pires. De início, o disco vendeu cinco mil cópias em menos de 20 dias, ou seja, todas as cópias que o próprio Cornélio tinha financiado, superando tanto as suas expectativas e as das gravadoras, que passaram a investir consideravelmente neste novo filão. Com isso, a música sertaneja passou a ser colonizada pela estética do centro-sul do Brasil (DIAS, 2014, p. 32).

Dessa maneira, o vocábulo sertanejo foi designado pelos locutores de rádio, assim como, pelas fábricas de discos. E situada num cenário economicamente favorável, a música sertaneja alcança novos acessos e possibilidades, e precisa inovar, pois ao

---

13 "Kaai 'pira" na língua indígena significa, o que vive afastado.

14 Cornélio Pires foi o primeiro a conseguir que a indústria fonográfica brasileira lançasse, em 1928, em discos de 78 Rpm, a música caipira. Segundo o sociólogo José de Souza Martins, Cornélio Pires foi o criador da música sertaneja.

ser apropriada pela indústria fonográfica teve "que atender às suas exigências, principalmente no que concerne ao tempo de execução das músicas", segundo Ferreira (2015, p. 89). Ainda, a pesquisadora acrescenta, que os artistas Tônico e Tinoco comentaram no programa de TV Tino Certo, em 1973, que deixaram de cantar histórias prolixas quando se tornaram artistas urbanos.

Contudo, a música sertaneja mantém vestígios de sua origem na temática composicional, pois expunha em suas letras temas voltados à vida campestre, à exaltação da terra, aos sentimentos focados nos relacionamentos amorosos, nas traições, nos corações partidos, mas, além disso, demonstra comportamentos machistas em suas letras. A exemplo, a composição de João Pacífico, Cabocla Tereza (1936), nas vozes dos cantores mencionados anteriormente evidencia esse fato. A canção narra, por meio das estruturas linguístico-discursivas, uma história de traição que resulta na morte da mulher: "Agora já me vinguei/ É esse o fim de um amor/ Esta cabocla eu matei/ É a minha história, doutor".

O caso, mencionado na letra musical, era considerado socialmente, e até mesmo judicialmente<sup>15</sup>, uma justificativa para o feito. O algoz era julgado de maneira atenuada, ponderada, pois nas mentes, o discurso era de que a esposa seria culpada por promover o ciúme fatal no marido. Em se tratando de feminicídio<sup>16</sup> (termo que nem existia na época), ocorria a diminuição de pena ou até mesmo a absolvição do réu pelos jurados, asseguradas pela tese da legítima defesa da honra.

A referida tese possui raízes no Brasil Colônia, quando existia a tradição da honorabilidade, sendo a honra masculina um bem

---

15 Apesar da drástica redução com o passar do tempo sobre o entendimento da Justiça em relação aos crimes contra as mulheres em circunstâncias passionais, que atribuíam à legítima defesa da honra para a motivação dessa violência, apenas em 2021, por meio do Projeto de Lei 2325, que houve a alteração do Decreto-Lei 2848, de 7 de dezembro de 1940, do Código Penal, e do Decreto-Lei 3689, de 3 de outubro de 1941, do Código de Processo Penal, que retirou essa prerrogativa dos homens.

16 O feminicídio é o homicídio praticado contra a mulher em decorrência do fato de ela ser mulher (misoginia e menosprezo pela condição feminina ou discriminação de gênero, fatores que também podem envolver violência sexual) ou em decorrência de violência doméstica.

jurídico protegido pelo ordenamento jurídico brasileiro da época. O título XXXVIII, do Livro V, das Ordenações Filipinas concedia ao marido o direito de matar sua esposa, se flagrada em adultério, assim agindo para garantir a manutenção de sua 'honra' (OLIVEIRA, 2021, online).

Assim, é possível perceber que o discurso, como anteriormente no exemplo marcado pelo machismo sexista, advém de uma prática social que constrói e perpassa modelos mentais que, segundo van Dijk (2012), são construções que formulamos cognitivamente a partir das interpretações das coisas que experimentamos, vivenciamos, e estes ficam armazenados na nossa memória seja de curto ou longo prazo. Desta forma,

o discurso não é analisado apenas como um objeto verbal autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política (VAN DIJK, 2017, p. 12).

Assim, o modelo mental “mulher”, enquanto um elemento subjetivo socialmente compartilhado, foi idealizado por grupos sociais dominantes enquanto objeto e menos potente que o grupo formado por homens.

Em confluência com as práticas sociais narradas e retratadas nas músicas sertanejas, o comportamento machista e sexista se apresenta nesse tipo de canção como um resquício do patriarcado, e os estereótipos de gênero construídos no social validam os discursos machistas e a posição subalterna e objetivada da mulher. Os papéis atribuídos ao homem como "sexo forte" e à mulher como "sexo frágil" são reproduzidos socialmente e se expressam nas manifestações artísticas e culturais, sendo a música um importante meio para propagar e manter as ideologias em uma sociedade.

E de acordo com Bruck:

trata-se de um reflexo do padrão histórico de estereótipos da mulher que culturalmente a coloca em posição de submissão nas

relações com o companheiro - um padrão que só foi reproduzido ao longo da formação cultural da sociedade brasileira porque a mulher sempre esteve em condição desfavorável ao homem, nos mais diversos contextos sociais - incluindo o próprio contexto do lar. Mais ainda: esse padrão denota fortemente como esta mesma sociedade incorporou e, de certo modo, 'naturalizou' comportamentos misóginos cujas consequências se materializam nas graves estatísticas de agressões simbólicas e físicas contra a mulher (BRUCK, 2019, p. 8-9).

Em conformidade com o cenário que cultiva a tradição, o patriarcalismo, por meio dos papéis definidos socialmente de gênero, não reconhece outras condições sexuais ou de sexualidade, tornando naturalizadas as práticas, além das machistas, que englobam toda a gama sexista, homofóbica, transfóbica e demais discriminatórias relativas ao gênero. Bacelar (2016) afirma que o gênero utilizado como categoria analítica evidencia claramente a relação desigual estabelecida entre os sexos, seja de ordem social ou de poder. Além do mais, levanta questionamentos relacionados ao patriarcado, hegemonia e dominação, assim, "o gênero questiona também o padrão cultural socialmente construído em torno do sexo feminino e a homogeneização das características que implicam no 'ser mulher'" (BACELAR, 2016, p. 4).

Em seguida, falaremos mais a respeito do machismo praticado especificamente pelo elemento "homem" em relação ao feminino existente nas travestis, nas mulheres transexuais ou transgêneros femininos partindo da preconização do que é ser mulher. Para isso, nos basearemos em pesquisas voltadas para além de análises linguístico-discursas, também de forma multidisciplinar com base na Filosofia, na Psicologia Social, na Sociologia e na teoria do Direito voltada para as minorias.

## O machismo sobre as trans a partir do elemento "mulher"

A dominação entre classes faz parte do cotidiano e do contexto social e, em se tratando de questões de gênero, a

dominação relativa ao elemento "mulher" é tanto histórico quanto cultural. Nesse sentido, pesquisadoras como Tomazi, Rocha e Ortega (2016) apontam que essa relação de dominação, notadamente por homens, reflete no papel social menos relevante da mulher, quando compreendem que esse "desempoderamento" é construído socialmente por meio de grupos e instituições nas quais os sujeitos estão inseridos e de onde as ideologias de dominação são reproduzidas.

Desse modo, produções discursivas por elites simbólicas de poder, que detêm acesso e controle aos discursos públicos (VAN DIJK, 2015), sejam elas por meio de mídias digitais, como foi com nossa escolha para eleger o corpus para esta análise, ou seja, mediante a utilização de uma composição de uma letra de música sertaneja postada no YouTube - uma gigantesca plataforma de compartilhamento de vídeos; esses meios servem para a reprodução de ideologias dominantes pautadas no sexismo, definido por Borrillo como,

a ideologia organizadora das relações entre os sexos, no âmbito do qual o masculino caracteriza-se por sua vinculação ao universo exterior e político, enquanto o feminino reenvia à intimidade e a tudo que se refere à vida doméstica. A dominação masculina identifica-se com essa forma específica de violência simbólica que se exerce, de maneira sutil e invisível, precisamente porque ela é apresentada pelo dominador e aceita pelo dominado como natural, inevitável e necessária. O sexismo caracteriza-se por uma constante objetificação da mulher (BORRILLO, 2016, p. 30).

É nesse sentido que Borrillo (2016) compreende que o sexismo funciona como uma forma a hierarquizar as sexualidades. Diante disso, quando o autor diz que a heterossexualidade se posta como um modelo padronizador diante das demais condições sexuais, entendemos que, no topo dessa cadeia, encontra-se a figura do heterossexual masculino, isto é, é dentro desse padrão que o machismo se situa e é por ele que é promovida a sujeição imediata da mulher hétero e subsequentemente das outras sexualidades que

não se encaixam dentro da idealização da heteronormatividade, compreendida pela sociologia por meio de uma visão de que,

A heteronormatividade seria a ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou - mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto – para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida (MISKOLCI, 2020, p. 15).

De forma corroborativa a Borrillo (2016), Butler (2019, p. 80) também entende o papel social da mulher, associado à objetificação, quando a cultura patriarcal a trata como objeto de troca entre homens desde a cultura do casamento, ou seja, as mulheres adquirem o sobrenome do pai para, depois do casamento, adquirirem o sobrenome do marido, naquilo que a autora compreende parecer um "laço social entre os homens", que desidentifica a mulher em benefício da identidade masculina.

Ainda, as questões voltadas para o machismo são refletidas por Butler (2019) enquanto um problema vinculado ao fato de "ser" ou "ter" um falo. O falocentrismo é o modo como o machismo (praticado por qualquer gênero) direciona e opera o poder social materializado no discurso sobre os sujeitos. A figura do "sujeito", para a filosofia butleriana, não condiz com a figura de um indivíduo, "mas uma estrutura linguística em formação" (SALIH, 2018, p. 11), que condiz com a constituição da identidade. No caso das mulheres, "ser" o Falo<sup>17</sup> significa tomar o poder para si e, na falta desse, resta a ausência da identidade.

Nesse sentido, podemos pensar na condição das mulheres transexuais, transgêneros e travestis, em que o desejo de ocultar o falo em suas vestimentas (ou fazer uma cirurgia de redesignação sexual, no caso da transexualidade), significa, além do elemento estético, transcender e exteriorizar o feminino internalizado na construção identitária. Contudo, essa prática nos leva a crer que, para a heterossexualidade tóxica, a supressão estética do

---

<sup>17</sup> Aqui o Falo aparece enquanto um conceito que remete à prática do masculino enquanto forma de apreensão de poder social.

falo signifique também perda de identidade, como fazem com as mulheres cisgênero e, conseqüentemente, promovem a essas pessoas a perda de poder e acesso social.

A visão machista, portanto, atinge não só o viés biológico do feminino, mas também, na ótica cisheteronormativa, o feminino encontrado nas práticas sociais - de forma reprovável -, quando não é encontrada a fêmea biológica nesse comportamento tipificado<sup>18</sup>. Inferimos, nessa forma do olhar conservador, patriarcal e machista, que uma mulher trans é condicionada a um falseamento do elemento "mulher" em um sentido estético e comportamental. Portanto, nas relações de dominância, o cishétero, diante das identidades femininas de gênero, compreende-se com mais poder social, como, por exemplo, do que mulheres transexuais, transgêneros femininos e travestis por vinculá-las às práticas "desempoderadas" da mulher construídas de forma histórica e social.

Para as mulheres transexuais, transgêneros femininos e travestis, o corpo além de ser tratado enquanto um objeto, em decorrência da similaridade ou da performatividade do corpo feminino biológico, é também considerado abjeto dentro do espectro cultural machista. Em Rodrigues (2018), pudemos perceber como a relação do biológico masculino em desconformidade com a performatividade masculinizada produz a abjeção, pois em uma cultura heteronormatizante, espera-se do ser que biologicamente nasceu com pênis que ele exerça sua masculinidade plena e conseqüentemente seu poder social. Quando esse processo considerado "natural" pelas culturas conservadoras não acontece nesses corpos, ocorre o processo de abjeção, o que segundo Butler (2019), consiste na descaracterização do sujeito enquanto digno de viver em sociedade, ou seja, é o assujeitamento do sujeito ao escárnio e à invisibilidade social.

---

<sup>18</sup> As pesquisadoras russas Deputatova, Shangaraeva, Yarkhamova, Islamova e Zakirova (2017), em seus estudos, compreenderam o comportamento tipificado por quatro componentes: estabilidade situacional, papéis situacionais distribuídos de forma rígida, uma ordenação na submissão das relações dos participantes nas situações típicas e convenções sociais incondicionais sobre o comportamento discursivo em situações específicas.



Em termos representacionais, dentro de um contexto social, a Psicologia Social, por meio de Duveen (2015) refletiu, com base no legado de Serge Moscovici que, aquilo que é representado socialmente, sucede-se em um produto (social) oriundo da interação e da comunicação. Desse modo, a influência social é responsável pelo equilíbrio ou pelo desequilíbrio entre classes sociais.

Quando pensamos no machismo impregnado em letras musicais sertanejas, tanto relacionado às mulheres biológicas, quanto para o desdobramento para a transfobia, quando relativo às mulheres transexuais, transgêneros e travestis, entendemos que a menção (ou a invisibilidade, no caso das trans) é constituída por esse produto sociocultural, assim como as mensagens negativas, quando escolhidas ideologicamente, reforçarão modelos de contexto<sup>19</sup> para resgates futuros.

No caso de mulheres transexuais, transgêneros femininos e travestis, os modelos negativos ou a invisibilidade remeterão à não inclusão dessas pessoas não somente no ideário sentimental, mas em todo conjunto social, com por exemplo, não permitindo inclusões como representantes sociais sertanejas enquanto cantoras ou como mão de obra para servir a esse grupo social.

Seria mais uma forma de machismo, de nossa parte, se considerássemos a transfobia como mais uma forma de homofobia. Contudo, para os padrões heteronormativos, como vimos em Butler (2019), transexuais e travestis não passam de homossexuais que performam no corpo e no discurso o gênero biológico feminino, o que nos faz ousar inferir que, para o machista, que tem consciência de suas ações fóbicas, existe somente a homofobia para se referir preconceituosamente para quem nasceu de um determinado sexo biológico e que se identifica com outro. Entretanto, Borrillo (2016) já compreendia a homofobia como "guardiã" das fronteiras do gênero e sexo, trazendo-a à tona como a porta para as demais fobias sociais à medida em que novas identidades sexuais e de gênero se tornam visíveis.

---

19 Modelos de contexto são "um tipo especial de modelos de experiência do dia a dia, representados na memória episódica dos participantes do discurso" (VAN DIJK, 2012, p. 87).

Eis que os homossexuais deixaram de ser as únicas vítimas da violência homofóbica, que acaba visando, igualmente, todos aqueles que não aderem à ordem clássica dos gêneros: travestis, transexuais, bissexuais, mulheres heterossexuais dotadas de forte personalidade, homens heterossexuais delicados ou que manifestam grande sensibilidade (BORRILLO, 2016, p. 16).

Diante das “novas” identidades de gênero, desveladas nas práticas sociais, os homens, em um sentido grupal, com a finalidade de dominação social, sobretudo por aquilo que é entendido enquanto feminino, recorrem às bases de poder, compreendidas pela abordagem teórico-metodológica sociocognitiva e multidisciplinar, por permitir um

acesso privilegiado a recursos sociais escassos, tais como a força, o dinheiro, o *status*, a fama, o conhecimento, a informação, a 'cultura' ou na verdade as várias formas públicas de comunicação e discurso (VAN DIJK, 2017, p. 117, grifos do autor).

Esses recursos "simbólicos" integram-se ao discurso público, promovendo o poder social por meio do controle das mentes, como no caso das letras de música populares, facilitados por grupos sociais dominantes diante dos grupos dominados, mesmo que esse controle não ocorra de forma absoluta.

A seguir, falaremos mais da abordagem teórico-metodológica sociocognitiva e multidisciplinar de van Dijk para aplicarmos mais adiante no corpus selecionado para este capítulo. Na próxima seção, portanto, além da explanação de como a cognição medeia o discurso e a sociedade, trataremos da categoria "ideologia", pela ótica do mesmo autor.

## A abordagem sociocognitiva de van Dijk para tratar da desigualdade de gênero com base na ideologia

A abordagem sociocognitiva de van Dijk (2016) pretende relacionar as estruturas sociais com as estruturas linguístico-discursivas com a finalidade de desvelar abusos de poder enviesados

por ideologias polarizantes. Para isso, o autor considera que o processo cognitivo faz mediação entre o discurso produzido e a sociedade que o absorve (e o reproduz), quando acionado pelos participantes do discurso por meio de modelos mentais<sup>20</sup> baseados em apreensões socioculturais, assim como atitudes e ideologias oriundas de crenças generalizadas que foram compartilhadas socialmente. Desse modo, as ideologias, que dão margem para as atitudes socialmente compartilhadas são,

Como sistemas socialmente compartilhados de ideias, as ideologias fazem parte de uma rede muito complexa de representações mentais de base neurológica armazenadas na Memória de Longo Prazo (assim-chamada 'semântica'). Como no caso do conhecimento socioculturalmente compartilhado das comunidades, elas são adquiridas de forma lenta e se apresentam relativamente estáveis, a fim de servirem como uma base cognitiva fundamental para a conduta social e o discurso cotidiano dos membros do grupo (VAN DIJK, 2015, p. s54).

As atitudes socialmente compartilhadas vinculadas ao machismo, materializadas no discurso, que diminui a mulher (biológica ou trans) estão engendradas no processamento socio-histórico e cultural de que o homem é "um ser superior" e que a mulher ou o feminino foi "criado" para servir e se submeter à hegemonia do masculino. Para isso, são usadas estratégias discursivas baseadas em uma auto apresentação positiva e na apresentação negativa do outro (VAN DIJK, 2012), que correspondem aquilo que van Dijk (2005) chama de "quadrado ideológico", ou seja, baseado em modelos mentais, esse esquema é encontrado nos conflitos sociais entre grupos e é configurado nas seguintes atitudes: "Enfatizar as nossas propriedades/acções boas", "Enfatizar as propriedades/acções más deles", "Mitigar as nossas propriedades/acções más" e "Mitigar as propriedades/acções boas deles" (VAN DIJK, 2005, p.197)<sup>21</sup>.

---

20 Para van Dijk (2012, p. 94, grifos do autor) "os modelos mentais são representações cognitivas de nossas experiências".

21 Texto escrito em Língua Portuguesa de Portugal. Não consideramos trazer para o português brasileiro, visto não haver dificuldade de entendimento.

Para que discursos atuais, em um meio globalizado, ainda possam deprender abusos de poder, seja por meio da reprodução de atitudes e ideologias que inferiorizam, diminuem e ridicularizam o feminino, é necessário, além do acionamento de modelos mentais, que seja feita uma relação entre os fatos e eventos contidos neles (VAN DIJK, 2012), isto é, os participantes do discurso interpretam e reformulam cognitivamente experiências a partir dos modelos postos de forma macro, para reproduzirem novos discursos com velhas ideias e, dessa forma, enaltecerem aspectos positivos do endogrupo, assim como promoverem aspectos negativos do exogrupo (VAN DIJK, 2005).

Nesse sentido, para realçarmos as afirmações anteriores, percebemos que van Dijk (2012) recorre aos estudos feitos sobre as falas de homens e mulheres feitos até 1990, que atribuíam, como base, três paradigmas sociais para tratar das diferenças culturais de gênero, isto é, o Déficit, a Diferença e a Dominância, para explicar a evolução dos estudos críticos do discurso relativos a esse tema. Com relação aos paradigmas, o primeiro tratava da subordinação das mulheres diante dos homens nas interações sociais face a face; o segundo se referia a níveis educacionais diferentes entre os gêneros e, conseqüentemente, culturas distintas que refletiam nas relações de dominância e; a terceira expunha como a dominância é constituída de forma cultural, em que o patriarcado, em seu exercício no processo comunicativo, é capaz de interromper, restringir, escolher e retomar turnos conversacionais, ao exercer o seu poder.

Contudo, ressalta van Dijk (2012) que após 1990 cresceram os estudos críticos a esses paradigmas e que ainda se fazem necessários cada vez mais para combater essa diferença constituída discursivamente de forma histórica e social (e ideológica). Além disso, salienta van Dijk (2013) que tais paradigmas devem ser estudados não somente nas questões relacionadas à entonação ou volume utilizados pelos homens como forma de poder social sobre as mulheres, mas de uma forma mais profunda, ou seja, por uma análise daquilo que ele chama de "conteúdo", por meio da

topicalização, lexicalização, proposição etc.; como também pelas crenças, isto é, as atitudes e ideologias impregnadas nas falas do masculino sobre o feminino.

Para van Dijk (2017), portanto, as questões crítico-discursivas que envolvem relações de gênero (masculino e feminino) se constituem de um extenso campo de pesquisa, visto que estão diretamente ligadas à dominação e à desigualdade social, graças ao trabalho das feministas. E, para que haja o engajamento de pesquisadores, são necessários estudos aprofundados acerca de como as cognições sociais constituem sujeitos e invisibilizam outros.

Desse modo, executaremos nosso papel acadêmico e social na próxima seção ao analisarmos a letra da música sertaneja *Lili*, em sua primeira versão, com base na categoria "ideologia", por meio da abordagem sociocognitiva e multidisciplinar de van Dijk.

### **O caso *Lili* - uma análise linguístico-discursiva com base na abordagem sociocognitiva e multidisciplinar de van Dijk**

A escolha pela letra da música *Lili*, a seguir, de autoria da dupla sertaneja Pedro Motta e Henrique, em sua primeira versão, deu-se por observarmos inicialmente, sem uma análise profunda, questões ideológicas vinculadas ao universo ainda machista que configura em identidade e representação (sociais) vinculados aos grupos sociais compostos pelos adeptos da cultura sertaneja. Para afinarmos ainda mais essa percepção, utilizaremos a seguir a abordagem sociocognitiva e multidisciplinar de van Dijk, ao elegermos a categoria "ideologia", enquanto base para a nossa linha de investigação.

A letra da música *Lili* se trata de um relato de um homem que descobriu depois de um mês de namoro, dentro de um motel, que estava se relacionando com uma travesti, assim caracterizado pelo ator social narrador do fato na letra da música. Por meio dessa

descoberta, esse ator social se sentiu iludido e, conseqüentemente, por meio de seus modelos circunstanciais, “bobo, arrasado e enganado”. E mesmo estando ele apaixonado pela idealização da mulher biológica, não aceitava, portanto, a possibilidade de relacionar-se com alguém com uma condição sexual diversa ao modelo biológico.

Depois de um mês de namoro  
apaixonado, iludido e bobo  
dentro de um motel  
chorando arrasado  
acabei de descobrir  
que eu fui enganado

Agora eu entendo  
porque ela  
não queria fazer amor  
uma voz feminina  
uma pele macia  
me enganou tão bem

Depois de uma farra embriagada  
ela se entregou  
só que ela não tinha  
o que mulher tem

Ô Lili, ô Lili  
porque você mentiu pra mim  
Ô Lili, ô Lili  
Amor da minha é um travesti.

Fonte: POPLine.

O emprego dos adjetivos (apaixonado, iludido, bobo, arrasado e enganado), logo no início da letra, faz-nos inferir que a condição do sujeito é daquele que realiza uma reclamação, uma espécie de denúncia do fato ocorrido "contra" ele. No caso, o processo de adjetivação "é extremamente importante para a análise textual pelo potencial restritivo e particularizador que os adjetivos impõem a outros itens previamente escolhidos" (CARMO, 2006, p. 115). Dessa forma, o ator social coloca-se numa posição de vítima da situação, fazendo-nos considerar que se ele soubesse que a namorada se tratava de uma travesti, não teria iniciado a relação amorosa.

Assim, podemos traduzir a intencionalidade dessa letra sertaneja em um tópico discursivo (VAN DIJK, 2012): "homem é enganado por travesti". Nesse sentido, o resgate do modelo mental de que mulheres transexuais, transgêneros e travestis são falsificações da mulher biológica se torna evidente quando consideramos que, dentro de uma ideologia heteronormativa e machista de forma estabilizada enquanto base cognitiva para uma conduta social, conforme van Dijk (2015), isto é, em que todos os gêneros que escapam da binaridade homem/mulher (biológicos) são considerados adulterações de uma fonte originária.

As escolhas linguístico-discursivas que compuseram a letra incrementam o imaginário machista nesse discurso ideológico de resgate de modelos de contexto, como vimos em van Dijk (2012), de que travestis enganam homens. Podemos ver isso, por exemplo, na temporalidade, seja por meio de advérbios de tempo, que remetem à trajetória da mentira, como em: *depois* de um mês de namoro/ *depois* de uma farra embriagada, isto é, não houve lisura por parte de Lili durante o período de relacionamento, além do que, a verdade somente apareceu após uma embriaguez.

Com relação aos verbos, foram utilizados tempos no presente e passado do indicativo dentro das estruturas dos versos que passam a ideia da ação da elucidação da mentira e das ações que envolviam essa mentira: *acabei* (pretérito perfeito) de descobrir que *fui* (pretérito perfeito) enganado/ agora eu entendo (presente)/ não *queria* (pretérito imperfeito) fazer amor / me *enganou* (pretérito perfeito) tão bem/ porque você *mentiu* (pretérito perfeito) para mim.

Para Vargas (2011), o uso do pretérito perfeito do indicativo nas estruturas tem, além da costumaz percepção de uma ação passada concluída de forma perfeita, a remissão de situações vinculadas a esse tempo, ou seja, uma maneira unilateral de narrar uma ação. Desse modo, por meio de tal unilateralidade, podemos inferir que o uso desse tempo verbal reflete um pensamento grupal dominante, isto é, contribui, dentro da estrutura discursiva, para a máxima do quadrado ideológico de van Dijk (2005) com

relação à preservação do Nós (o grupo composto pelos machistas) e na acusação do Eles (o grupo social formado pelas Trans). O presente do indicativo retrata o aqui/agora da reflexão do ator social narrador do fato (ficcional) sobre o porquê da recusa do sexo desde o início do relacionamento, assim como o pretérito imperfeito reforça essa situação dentro desse período.

De mesma sorte, dentro do grupo verbal utilizado nas estruturas da canção *Lili* que contribuíram para a remissão de modelos mentais para o uso de estratégias compreendidas pelo quadrado ideológico (VAN DIJK, 2005), foram utilizados verbos na sua forma nominal, tanto no gerúndio, quanto no particípio. Em */chorando arrasado/*, no quarto verso, da primeira estrofe da letra sertaneja, encontramos as duas formas, sendo, segundo Vargas (2011), o gerúndio utilizado para demonstrar o percurso da ação que, neste caso, é de uma manifestação do sofrimento (machista). Além do particípio, que estabelece o estado desse processo enquanto um resultado de todo contexto situacional, isto é, a descoberta de que a mulher que estava se relacionando não se tratava de um elemento biológico feminino, mas sim, uma *performer* (BUTLER, 2019) desse elemento. Outras formas no particípio também foram encontradas, como apaixonado/iludido/enganado; todas contribuindo contextualmente e ideologicamente para uma descrição negativa das membras trans do grupo social LGBTQIA+, em confronto direto com a representação social de membros de grupos heterossexuais masculinos.

A condição biológica para ser mulher no espectro machista pode ser observado nas estruturas da segunda e terceira estrofes quando, ao descrever a *Lili*, o ator social (ficcional e representante social de um ideário grupal) que narra a sua descoberta sobre a sexualidade da namorada, reconstrói o modelo mental e ideacional de que não basta ter voz feminina e pele macia se não possui a genitália feminina. Nessas duas construções, os adjetivos utilizados para a voz e para a pele, remetem a modelos heteronormatizantes, ou seja, homens não podem ter voz feminina nem pele macia, pois são condições exclusivamente da mulher



biológica. Esse pensamento é concretizado pela afirmação "me enganou tão bem". Na terceira estrofe o ator social reforça em sua construção discursiva ideológica de que para ele Lili não é mulher ao afirmar que "só que ela não tinha o que mulher tem". Aqui, nessa construção, além do machismo, acentuado pela hipervalorização da importância da vagina e, ao mesmo tempo, pela redução da mulher em uma genitália, agrega-se à transfobia, contribuindo para a manutenção do pensamento excludente do feminino existente nas trans.

A última estrofe sintetiza o pensamento machista e o ideário de que mulheres transexuais, transgêneros e travestis são falseamentos ou performances (BUTLER, 2019) de uma mulher, renegando o elemento feminino nas trans. Isso pode ser observado quando o narrador na canção utiliza um artigo indefinido no masculino para adjetivar a Lili "O amor da minha vida é *um* travesti". Além disso, reforça, de forma ideológica, a marginalização do grupo ao remetê-la à mentira, isto é, trans não são confiáveis.

Destarte, as escolhas lexicais que constroem o texto, no qual materializa-se o discurso, são características que, ao serem analisadas, acabam por demonstrar como as relações de poder se estabelecem na sociedade por intermédio da linguagem. Dessa maneira, compreendemos o discurso como portador de construtos ideológicos, sendo assim, capaz de desempenhar um papel central na formação/manutenção/mudança de ideologias.

### Considerações finais

Por intermédio de uma abordagem sociocognitiva e multidisciplinar do discurso, buscamos analisar, na letra da música sertaneja *Lili*, as construções linguísticas/discursivas que denotam características do machismo, oriundo do patriarcalismo, mas ainda tão presente na sociedade contemporânea, como podemos observar em uma letra de música sertaneja. Bem como, a presença do domínio masculino nas relações entre o feminino e as

demais condições sexuais. Assim também, desvelar as ideologias que permeiam as mentes e contribuem para a construção de uma cultura desigual de gênero, que desconsidera outras sexualidades.

Desse modo, o corpus nos possibilitou percorrer pelas palavras que o compõem, pelas estruturas linguísticas ali formadas, e a partir delas constatar contextualmente a presença da relação desigual entre o hétero e a diversidade sexual, em específico, a mulher transexual ou a travesti, como foi caracterizada na letra sertaneja. Visto que, o "conceito" mulher para muitos grupos sociais tem consistência no seu caráter biológico, amparado por uma cultura machista/sexista que idealiza a heteronormatividade, contudo, - o que está fora dela - é considerado socialmente reprovável, julgado e discriminado, ou seja, um abjeto social. Sendo essa construção discursiva realizada na interação social, válida assim, os modelos mentais e as ideologias dominantes.

Segundo van Dijk (2016), a cognição medeia o discurso e a sociedade, assim, o que é produzido discursivamente é reproduzido socialmente nas práticas sociais, sendo, portanto, a ideologia materializada no discurso e pelo discurso, enquanto os participantes discursivos interpretam e reformulam, cognitivamente, os dados de acordo com seus modelos mentais.

Nesse sentido, a composição musical oferece pistas textuais que confirmam seu caráter discursivamente machista, como o uso da adjetivação que caracteriza o ator social, na intenção de torná-lo uma vítima da situação em que fora exposto, evidenciando a negação dele a uma relação com uma trans, mas também, quando é usada qualificando o feminino, reforça que essas são exclusivamente da mulher biológica, atestando as qualificações de cada gênero. Percebemos também que, o uso dos advérbios de tempo remete ao percurso "da enganação", a fim de confirmar que ele desconhecia a informação de transgeneridade, fazendo-nos inferir a impossibilidade do relacionamento caso soubesse do fato anteriormente.

O modo como as formas verbais foram utilizadas exercem, de certa forma, as ações ocorridas pelo ator social até sua descoberta

unicamente por sua ótica, ou seja, as escolhas no passado remetem ao engano "sofrido", assim como os verbos no presente trazem aos consumidores da letra sertaneja *Lili* sua situação após a elucidação da transgeneridade de Lili. Os verbos nas suas formas nominais ajudaram de forma adjetiva para fortalecer a narrativa do ator social sertanejo. Portanto, o uso dos verbos contribuiu ideologicamente para o acirramento da relação entre grupos sociais, ou seja, o movimento discursivo de desqualificação do outro dentro do quadrado ideológico de van Dijk (2005) do Nós versus Eles.

Diante do exposto, os adjetivos imbricados à mulher trans e aos modelos mentais de representação social do feminino reforçam comportamentos machistas, homofóbicos, transfóbicos e heteronormativos. Esses estão ancorados na ideologia dominante desde os tempos remotos e ainda se veem contemplados em diversos produtos culturais, especialmente aqueles divulgados massivamente pelas mídias, como é o caso da música sertaneja. Contribuindo, ainda, para a desigualdade social por meio da exclusão e da manutenção de uma ideologia que vincula a transgeneridade a aspectos negativos socialmente.

Contudo, como analistas críticos do discurso, entendemos que as mudanças sociais podem ocorrer por intermédio da linguagem, e que os discursos podem transformar realidades. Vimos, que o reflexo da transfobia expressa na música *Lili*, em sua primeira versão, repercutiu na mídia de forma inesperada pelos cantores Pedro Motta e Henrique, pois parte dos internautas consideraram inadmissível o conteúdo transfóbico apresentado na letra. Desta forma, os artistas pediram desculpas (pressionados pela opinião pública) e alteraram a primeira versão da canção.

Fazem parte da nova letra os seguintes versos: Depois de um mês de namoro apaixonado / Aconteceu o nosso love gostoso / Dentro do motel realizado / Descobri toda a verdade e nem estou preocupado / Agora entendo porque ela demorou para fazer amor / Mas pra mim, amor, sexo não tem gênero e cor / Beijei sua testa e falei: "Bebê, fica tranquila / Você pra sempre será minha menina"

/ Oh, Lili, oh, Lili / Não precisa esconder de mim / Oh, Lili, oh, Lili / Não ligo que você é uma travesti. Com a reformulação da escrita, a dupla sertaneja busca a preservação da face, naquilo que Goffman (2014, p. 225) compreende enquanto "A arte de manipular a impressão", assim como, fazer uma retratação diante da sociedade.

Sabemos que ainda há um longo caminho a ser percorrido em direção a uma condição mais igualitária no que tange à diversidade sexual, mas a exemplo da música *Lili*, que foi criticada, denunciada, e repercutida negativamente nas mídias sociais, temos exemplos não transfóbicos, com a música *Mas que trans é essa*, do cantor Mc Toka, que trouxe em seu discurso um exemplo de inclusão e de igualdade social, assim como vimos a força dos internautas em prol de um discurso sem preconceitos.

## Referências

BACELAR, B. V. A mulher subalterna em "pode o subalterno falar?" de Gayatri Spivak. *NEARI EM REVISTA*, v. 2, n. 2, 2016.

BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 2 ed.. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BORRILLO, D. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei nº 2325, de 2021*. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para, respectivamente, excluir os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher e o feminicídio das circunstâncias atenuantes e redutoras de pena relacionadas à violenta emoção e à defesa de relevante valor moral ou social; e para vedar o uso da tese da legítima defesa da honra como argumento para absolvição, pelo tribunal do júri, de acusado de feminicídio. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148901>. Acesso em: 14 de jul. 2022.

BRUCK, M. S.; COELHO, D. Outros tons do sertanejo: misoginia e feminicídio como marcas do cançãoeiro rural brasileiro. *C&S*, v. 41, n. 2, 2019.

CARMO, C. M. do. Do texto ao ideológico: uma análise de alguns elementos textuais do discurso da Igreja Universal do Reino de Deus na mídia televisiva. *Tópicos de Linguagem: Revista de estudos de linguística e literatura*, v.1,

n.2, p. 111-132, nov. 2006.

CORTEZ, F. N.; SILVA, M. S. R.; CARVALHO, M. C. M. e. Da música raiz ao sertanejo universitário: um estudo discursivo sobre o caipira em produções midiáticas. In.: *XX Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste*. Uberlândia-MG. 2015.

DEPUTATOVA, N. A.; SHANGARAEVA, L. F.; YARKHAMOVA, A. A.; ISLAMOVA, L. R.; ZAKIROVA, L. R. Situações comunicativas de comportamento tipificado. *Revista EntreLinguas*, v. 7, n. esp.4, p. e021100, 2021.

DIAS, A. H. C. Sertanejo caipira ou caipira sertanejo: as definições da música rural brasileira na coleção "Nova história da música popular brasileira". *Revista Bilros*, v. 2, n. 3, p. 29-45, 2014.

DUVEEN, G. O poder das ideias. In.: DUVEEN, G. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

FERREIRA, C. S. *Ethos discursivo na constituência lítero-musical da moda de viola*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

GIRON, L. A. O Brasil é sertanejo. *Época*, 01 nov. 2013. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/vida/noticia/2013/11/o-brasil-be-sertanejob.html>. Acesso em: 15 mai. 2022.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 3 ed.; rev. e ampl.; 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto: EdUFOP, 2020.

OLIVEIRA, D. B. A Tese da Legítima Defesa da Honra: o que é e por que é inconstitucional. *Politize*, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/tese-da-legitima-defesa-da-honra/>. Acesso em: 20 mai. 2022.

RODRIGUES, G. O. Corpos como objetos abjetos. In.: JESUS, Dânie Marcelo de [et. al.]. (org.). *Corpos transgressores: políticas de resistências*. Campinas: Pontes Editores, 2018, p. 23-34.

SALIH, S. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Trad. Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

TOMAZI, M. M.; ROCHA, L. H. P. da; ORTEGA, J. C. Violência machista em manchetes jornalísticas. In.: TOMAZI, Micheline, Mattedi; ROCHA, Lúcia Helena Peyroton da Rocha; POMPEU, Júlio César (org.). *Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito*. São Paulo: Terracota Editora, 2016, p. 43-64.

TORRES, L. Polêmica: dupla sertaneja lança música com letra transfóbica. *POPline*, 20 dez. 2020. Disponível em: <https://portalpopline.com.br/polemica-dupla-sertaneja-musica-transfobica/>. Acesso em: 05 mai. 2022.

TRIBOS MÚSICAIS. *KANTAR IBOPE MEDIA*, 28 out. 2013. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/tribos-musicais/>. Acesso em: 22 mai. 2022.

VAN DIJK, T. A. Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. *Linha D'Água*, n. 26, p. 351-381, 2013.

VAN DIJK, T. A. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. *Letrônica*, v. 9, n. esp. (supl.), s8-s29, 2016.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. 2 ed.; 3 reimp. São Paulo: Contexto, 2017.

VAN DIJK, T. A. *Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso*. Trad. Zara Pinto-Coelho. Porto, PT: Campo das Letras, 2005.

VAN DIJK, T. A. Ideologia. *The International Encyclopedia of Political Communication*, v. 50, n. esp. (supl.), p. s53-s61, 2015.

VAN DIJK, T. A. *La ciencia del texto*. Trad. Sibila Hunzinger, Barcelona: Ediciones Paidós, 1992.

VARGAS, M. V. *Verbo e práticas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011.



# *#Justiça por Moise*: atores e interseccionalidades nos discursos digitais do macromovimento antirracista

*Lidia Gurgel Neves-Hora  
Camilla Reisler Cavalcanti  
Fábio Malini*

## Considerações Iniciais

O dia 24 de janeiro de 2022 tornou-se um retrato da situação do racismo interseccional no Brasil<sup>1</sup>. Moïse Mugenyi Kabagambe, um refugiado congolês e negro, foi assassinado no local de trabalho, o quiosque Tropicália, localizado no Rio de Janeiro. Ele compareceu ao local para cobrar um pagamento atrasado de R\$ 200 (duzentos reais) referentes a duas diárias de trabalho. Três homens agrediram-no com socos, chutes e pauladas, além de amarrá-lo quando já se encontrava sem reação. Em nenhum momento aparece alguém para acudi-lo e, ao final, os próprios agressores

---

<sup>1</sup> A interseccionalidade trata da sobreposição de vulnerabilidades que sofrem pessoas vítimas de racismo que, ao mesmo tempo, são vítimas do sexismo e de outras fragilidades sociais e econômicas, que levam à exclusão e à vulnerabilidade, dentre elas as migrações e, especialmente, as migrações forçadas, como é o caso dos refugiados (AKOTIRENE, 2019, p. 21-22; ABADÍA, 2016, p. 591, 592, 596).



procuram ressuscitá-lo com compressões torácicas. Uma câmera de segurança captou as imagens. Um crime bárbaro, que suscitou uma forte reação nas redes sociais, escancara a verdadeira face da desigualdade no país (G1, TV GLOBO, 2022).

Nada justifica essa barbárie, porém, consideramos que a discriminação interseccional é sistêmica e, por isso, cabe suscitar como a sociedade também oferece resistência e solidariedade. A discriminação interseccional é resultado de uma sobreposição de vulnerabilidades, dentre as quais se incluem o racismo, a condição de imigrante (e especificamente de refúgio), a pobreza, além do contexto histórico e cultural (ABADÍA, 2016, p. 596; PAVEAU, 2017b, p. 154). A discriminação interseccional é um problema histórico exposto nas plataformas de redes sociais digitais, que têm ocupado cada vez mais espaço na vida das pessoas e na produção e difusão de discursos na esfera pública (D'ANDREA, 2020).

Partimos do pressuposto de que um caso de violência ativa o engajamento online, causando a formação de um macromovimento digital antirracista, conforme o conceito de macromovimento antirracista de Van Dijk (2021).

Definimos antirracismo como um *macromovimento* ou uma *classe de movimentos sociais*, cujos membros, em diferentes momentos da história e em vários lugares do mundo, se engajam em crenças e práticas de oposição e luta contra a escravidão, o antisemitismo, o preconceito racial, a discriminação e a desigualdade. [...] o discurso antirracista é uma forma crucial dessa resistência, não apenas como uma prática social e política, mas também como fonte, expressão e comunicação da cognição antirracista, que, por sua vez, é a base de toda prática antirracista. (VAN DIJK, 2021, p. 28, grifos do autor)

Para o autor, o racismo continua prevalecendo e, por isso, a importância de se focar em discursos de resistência. Até porque “o discurso antirracista oficial em contextos corporativos muitas vezes não é mais do que uma forma de autoapresentação positiva” (VAN DIJK, 2021, p. 121), servindo apenas para que organizações e empresas se apresentem falsamente como corretas.

A caracterização do antirracismo como um macromovimento implica que historicamente não há apenas um, mas uma grande variedade de diferentes movimentos ou outras formas de atividade coletiva contra o racismo, dentre as quais se incluem as possibilidades de discursos e mobilizações online. As movimentações no ambiente digital possuem característica rizomática. Em outras palavras, o surgimento de engajamento em torno de algum assunto é aleatório e imprevisível, pois depende do engajamento de atores, da regulação algorítmica e da disputa de atenção com outros tópicos e outras possibilidades (inclusive *offline*). Assim, da mesma forma que um assunto banal capta a atenção do usuário, um assunto de relevância social conecta grupos geográfica e temporalmente distantes formando uma multidão conectada e com ações sincronizadas em redes sociais.

Na movimentação *online* após o evento do assassinato de Moïse Kabagambe, surgem as alianças entre atores sociais que revelam a presença ou ausência de cooperação, assim como as representações sociocognitivas de objetivos, identidades, atitudes e ideologias, que podem ser identificadas por meio dos discursos. A rede mostra a atividade antirracista e a integração entre indivíduos e grupos. Buscaremos compreender como a morte de Moïse aciona atores, no Twitter, em prol de atitudes antirracistas, por meio discursos de resistência e solidariedade, e como a interseccionalidade influi no macromovimento antirracista.

Trazemos aqui uma contribuição que utiliza a ciência de dados, na abordagem teórico-metodológica do perspectivismo de rede, para aprimorar a extração e análise do discurso, indicando, por um lado, aqueles que mais influenciam a sociedade, e por outro, a formação de comunidades epistêmicas, ou seja, que compartilham ideologias, valores e crenças. Isso se verifica, no perspectivismo de rede, a partir das aglutinações de atores, com base nas suas interações. Assim, buscamos contribuir para fortalecer o combate ao racismo por meio dos discursos, no papel de pesquisadores-atores solidários a esta causa social.

O compartilhamento do vídeo mostrando o assassinato de Moïse levou a uma comoção nacional. Embora as principais causas do descontentamento tenham sido a brutalidade do evento e a injustiça em curso no país, eventos isolados trazem a questão racial à tona. Este artigo investiga se eventos relacionados ao racismo, como a morte de Moïse, influenciaram a reação na esfera digital e a natureza das subsequentes discussões. Este artigo também documenta as discussões sobre racismo no Twitter durante o período coletado. Tanto a mídia quanto as redes sociais podem ser usadas para identificar as questões discutidas em determinado momento, mas o Twitter pode incluir vozes diversificadas na esfera pública digital. Essa plataforma é uma escolha natural, porque seus recursos e seu algoritmo permitem o diálogo aberto entre diversas vozes, podendo ser usado para discutir e organizar movimentos sociais. Além disso, como o Twitter é amplamente usado para discutir questões políticas, ele parece ser uma representação razoável de como os debates sobre racismo e antirracismo ocorrem na sociedade como um todo.

Compreendemos que a força capaz de gerar algum impacto não está na sociedade ou na estrutura social propriamente dita, mas nas representações ou construções discursivas que chegam à esfera pública por meio de atores sociais presentes que intervêm naquela situação específica e/ou proferem discursos sobre ela, influenciando, assim, os modelos mentais individuais, os compartilhados por um grupo e os que integram a base comum de determinada sociedade.

Tais diferenças e conflitos ideológicos, mesmo entre grupos relacionados, podem ser mais bem compreendidos com o auxílio da análise do discurso dos participantes do grupo e seus líderes ou *hubs* - conceito dado a nódulos agregadores no ambiente digital. Essa é a proposta deste capítulo, que se apresenta da seguinte forma: até agora apresentamos a morte de Moïse como evento-gatilho para um maior engajamento online do macromovimento antirracista no Twitter. Em seguida, comentamos sobre a situação de refúgio no país e suas interseccionalidades para conectarmos

com a proposta de van Dijk (2021) para uma análise crítica do discurso, especificamente de discursos de um macromovimento antirracista. Partimos de uma abordagem perspectivista dos métodos digitais construindo com estes uma ponte com a ACD. Com o nosso objetivo em mente, descrevemos a coleta de dados e, conseqüentemente, o corpus, assim como categorias que se destacaram nas análises. Nas próprias análises já tecemos algumas reflexões quanto à importância do macromovimento antirracista, assim como quanto às interações em plataformas, que são posteriormente reforçadas nas considerações finais.

### **A situação de refúgio e suas interseccionalidades**

O Brasil é um país que tem recebido um número cada vez maior de refugiados, inclusive pelo fato de sua legislação sobre o tema, que completa 25 anos em 2022, e é considerada uma das mais avançadas do mundo, extrapolar o que propõe a Convenção de 1951 das Nações Unidas (relativa ao Estatuto dos Refugiados) e reconhecer essa condição a todas as pessoas que buscam segurança diante de situações de violação de direitos humanos grave e generalizada (ACNUR [2021a?]).

Na última década, o número total de refugiados tem crescido de forma acelerada, inclusive no Brasil (SÃO BERNARDO, 2016, p. 17). Nesse período, país reconheceu a condição de refugiado a 46.412 venezuelanos, 3.594 sírios e 1.050 congoleses, como Moise e seus familiares (SILVA *et al*, 2021, p. 13). O Brasil tem sido procurado por imigrantes e refugiados principalmente pelo fato de a Constituição Federal (1988, art. 5o.) garantir-lhes igualdade aos cidadãos brasileiros perante a lei.

A vulnerabilidade dos refugiados se agravou nos últimos anos, tanto pela pandemia de covid-19 quanto por outras causas, inclusive o aquecimento global. A excepcionalidade da pandemia levou à restrição da circulação internacional de pessoas, o que vem associado a uma menor aceitação da chegada de populações imigrantes. No Brasil, o governo federal emitiu duas leis e mais de

uma dezena de portarias no sentido de restringir a circulação de pessoas e a imigração (LEÃO, FERNANDES, 2020, p. 13).

As medidas sanitárias e econômicas tomadas no Brasil, o pior país na gestão da pandemia, trouxeram dificuldades sanitárias, econômicas e sociais para toda a população (LOWY, 2021; GARCIA *et al.*, 2021). Para os refugiados que já estavam no país, a pandemia trouxe algumas dificuldades adicionais, entre elas a obtenção de documentos e o acesso a empregos e a auxílios, deixando-os em situação de extrema vulnerabilidade social, com ganhos abaixo do necessário para se sustentar e pouca informação sobre seus direitos, num contexto em que os serviços públicos e mesmo as organizações da sociedade civil atuavam remotamente (FERNANDES *et al.*, 2020, p. 56-71).

Em muitos casos, a fragilidade da condição de migrante refugiado se sobrepõe a outras, entre as quais a miséria, o racismo e questões de gênero e etárias (FERNANDES *et al.*, 2020, p. 75-76; SILVA *et al.*, 2020, p. 58), o que reforça a necessidade de se estudar a situação do refúgio a partir de uma perspectiva interseccional. A situação de vulnerabilidade e os discursos dos vulneráveis precisam ser estudados na linguística, segundo Marie-Anne Paveau (2017b, p. 135-136), que aponta que esse público carece não apenas de recursos do Estado, mas também da possibilidade de exercer sua própria voz. O assassinato de Moïse escancara a que ponto as fragilidades da condição de refugiado, negro, com uma situação econômica e profissional frágil, pobre, favelado, podem chegar, o que reforça a necessidade de analisar tais discursos.

## **A ACD e os macromovimentos no ambiente digital**

A Análise Crítica do Discurso (ACD) dedica-se a analisar as relações de abuso social de poder. Mais recentemente, Teun Van Dijk tem proposto que se estudem não só as relações de dominação e preconceito, mas também as práticas discursivas de resistência e de solidariedade (VAN DIJK, 2021, p. 9; VAN DIJK, 2016, p. 19-20). Especificamente em relação aos discursos antirracistas, Van

Dijk tem procurado, também, fazer um percurso histórico, para compreender como tem sido a evolução, desde o antiescravidão até os tempos atuais, com o movimento Black Lives Matter, por exemplo. Tendo como referência essa trajetória, compreendemos ser fundamental analisar o funcionamento do macromovimento antirracista no ambiente digital.

O advento da web, especialmente a partir da web 2.0 e das plataformas, transferiu para o espaço e o tempo do ambiente digital grande parte de nossas atividades diárias. Mesmo atividades analógicas inevitavelmente contêm ações digitais, como buscas, comunicações e organização, gerando o ambiente híbrido e os discursos compósitos, ou seja, com a copresença do linguageiro e do técnico (PAVEAU, 2021, p. 119). Essa presença do digital em nossas vidas implica que as ações passam a ser rastreáveis por meio de algoritmos e especificamente por meio de recursos nativos da linguagem, como as *hashtags*, as menções e os instrumentos de busca. Esses instrumentos potencializam a possibilidade de atores se conectarem entre si e com determinados discursos, impulsionando a formação de um macromovimento entre vários movimentos sociais e demais integrantes da sociedade e, mesmo que de modo fluido e temporário, uma confluência de discursos a favor de determinadas causas.

O evento da morte de Moïse desencadeou uma variância de discursos antirracistas no Twitter. Se o preconceito e as práticas discriminatórias dependem de atitudes e ideologias compartilhadas por um grupo, o antirracismo, de forma análoga, depende de um modelo mental compartilhado que se revela no discurso, por meio de vivências pessoais e suas narrativas, da solidariedade e da resistência.

O antirracismo é o movimento histórico e global contra todas as formas de desigualdade racial, discriminação, opressão ou qualquer outra forma de racismo, xenofobia, antissemitismo ou islamofobia. Sua teoria como movimento de resistência e solidariedade precisa de uma formulação multidisciplinar dos princípios de suas práticas sociais e cognição, além das tarefas

práticas de combate à discriminação e ao preconceito, por exemplo, na educação, na mídia, no trabalho ou na rua. Central e crucial para tal teoria é o papel do discurso, tanto como uma prática social penetrante, bem como a fonte da própria aquisição de cognição social tanto racista quanto antirracista, como atitudes e ideologias (VAN DIJK, 2021, p. 381).

As vivências pessoais, bem como as narrativas sobre elas, atualizam os modelos mentais individuais das pessoas, ativando uma cognição antirracista individual e coletiva, o que leva ao reenquadramento de discursos e à expressão da solidariedade, inclusive por parte das elites simbólicas. Mesmo quando o discurso de solidariedade não condiz com práticas solidárias e se trata simplesmente de uma auto-representação positiva, o ator que o profere contribui para cognições e práticas antirracistas ao se manifestar.

Contar, ouvir e relembrar histórias faz parte da formação de grupo e, conseqüentemente, da construção social. Distribuir essas histórias nas redes sociais é uma estratégia cognitiva de gerenciamento de grupo, podendo levar a um sentimento de urgência que motivaria o compartilhamento. Esses modelos mentais individuais passam a ser compartilhados por grupos, até alcançar por todos os membros de uma mesma comunidade epistêmica e, por fim, ‘instanciar’ o conhecimento sociocultural genérico da cultura, ainda que com uma diversidade de posicionamentos, a depender de quem se manifesta. É essa evolução histórica que possibilita avanços sociais e políticos (VAN DIJK, 2021, p. 54).

As narrativas, em sua estrutura, codificam ideologias, ao ajudar a definir o que é uma atitude racista, um ato de solidariedade, quem é o ator ou “irmão” em determinada mobilização ou quais comportamentos condizem com a luta pela igualdade. A história de Moïse é relevante, porque serve como uma narrativa de resistência e um testemunho da situação cotidiana e suas múltiplas vulnerabilidades, motivando os atores a uma necessidade moral e política de batalhar por igualdade. Ela não só gera identificação, como também aproxima atores, como é possível verificar a partir

das pistas fornecidas pelas redes sociais, nos discursos proferidos (que incluem outras descrições de discriminação racial na vida cotidiana, incitadas pelo caso Moïse) e também pelos atores que proferem esses discursos, no contexto de sua autodescrição no perfil e do conjunto de discursos ali publicados.

Os significados locais e globais do discurso racista e antirracista são expressos nas próprias palavras, orações, frases, sons e imagens do texto e da fala, que podem variar de acordo com o contexto comunicativo (VAN DIJK, 2012). No caso de movimentos sociais que se comunicam prioritariamente *online*, além de postagens, salientamos gêneros como pôsteres, panfletos, vídeos e fotos divulgados com o auxílio de estratégias nativamente digitais. Podemos apontar menções por meio de @, topicalização, rastreabilidade e organização da comunicação por meio de #, o uso de emojis, o engajamento por meio de “likes” e compartilhamentos, dentre outros.

Van Dijk (2021) sugere algumas propriedades que possam caracterizar o macromovimento. Ao longo do nosso trabalho, ressaltamos aquelas que surgiram no período coletado. O autor diferencia as dimensões do estudo de micronível como a resistência discursiva das estruturas globais que definem a coerência geral, tópicos de temas e superestruturas. Estas definem a organização geral discursiva de modelos mentais coletivos para gêneros razoavelmente estáveis como reportagens, chamamentos para protestos e, obviamente, os gêneros do ambiente digital como posts, perfis e conversas. Assim, as propriedades do macromovimento revelam-se nas interações primordialmente por aquele ser uma forma de ação e interação sociopolítica complexa, coletiva e contenciosa que lida com problemas fundamentais da sociedade relativos a direitos humanos. No que tange ao antirracismo, o movimento oferece resistência, solidariedade e luta contra desigualdades interseccionais que afetam grupos vulneráveis.

Por isso, qualquer movimento social é dinâmico e ressignificado a depender do contexto histórico e cultural e, nas



plataformas digitais, transpassa dimensões espaço-temporais. Nesse sentido, pode consistir de muitos outros movimentos específicos que se unem e cooperam transversalmente por meio das *affordances* digitais<sup>2</sup>. Cientes de que a motivação para o discurso antirracista pode somente ser uma auto-representação positiva em alguns casos, nosso trabalho auxilia na providência de reflexões que possam ser socialmente relevantes para a difusão de atitudes antirracistas por demonstrar diferentes formas de participação no macromovimento.

Van Dijk afirma que “o discurso racista é ideológico e polarizado por cognições subjacentes que representam positivamente o grupo interno e negativamente o grupo externo” (VAN DIJK, 2021, p. 12). A natureza genérica das ideologias favorece sua aplicação a muitas situações, eventos, e contextos, mesmo por grupos e subgrupos com objetivos locais ou temporais muito adversos. Como não há uma conexão direta entre o discurso e a sociedade, a ideologia racista não pode ser combatida diretamente, mas sim por meio de vários discursos multimodais, produzidos por pessoas vítimas de racismo e solidárias, movimentos antirracistas, escolas, mídia e diversos entes do Estado, dentre outros, com o intuito de oferecer experiências que enquadrem as atitudes no modelo mental coletivo antirracista. Portanto, o discurso antirracista guia o consenso ideológico por ser assertivo e reforçar a valia e a atual carência dos valores democráticos.

Para definir o esquema ideológico de movimentos sociais, Van Dijk (2021, p. 47) oferece algumas categorias que surgem no nosso *corpus*, quais sejam: a) a identidade responde a quem somos, b) as ações que produzimos dentro do movimento, com c) quais objetivos, seguindo quais d) valores, em relação a quais e) grupos de referência (opponentes/aliados) e com f) quais recursos. A noção cognitiva de ideologia é importante porque molda atitudes sociais e opiniões pessoais na medida em que o conhecimento é adquirido, pressuposto ou exposto no discurso. É por meio da interação e cooperação que surgem as atitudes de resistência e solidariedade.

---

2 Gibson (2014) define as *affordances* como “possibilidades” de ação entre agente-objeto-ambiente.

Nesse sentido, o discurso atua tanto no nível micro, ou seja, na cognição individual e compartilhada por um pequeno grupo, quanto no macro, sobre a legislação, políticas públicas e a opinião pública. Por isso, a ação de pequenos grupos pode oportunizar conexões com outros grupos, contribuindo para impactar o sistema básico de conhecimento em comum (*common ground*), que, por sua vez, pode apresentar diferenças entre culturas, países, cidades, ocupações, modelos mentais individuais e coletivos.

Van Dijk enfatiza que o discurso apresenta práticas antirracistas advindas de atores sociais em um contexto específico. Assim, os atores engajam-se em uma ideologia por meio de uma identidade saliente e adequada para aquele evento, “uma vez que racismo e antirracismo não são questões de pessoa ou de personalidade” (VAN DIJK, 2021, p. 54). Nesse sentido, pessoas antirracistas podem praticar racismo em algum outro momento, e vice-versa. Os *foco nas práticas de atores antirracistas, e não de pessoas*, revela as vozes que ocupam o espaço e ganham propulsão naquele período.

Dentro da vertente sociocognitiva proposta por van Dijk (2014) poderíamos dizer que estamos desenvolvendo um trabalho multidisciplinar sobre o antirracismo. Como o autor destaca,

Vemos que precisamos de um quadro geral e multidisciplinar nas humanidades e nas ciências sociais que permita um estudo integrado das formas como o conhecimento é adquirido, pressuposto, expresso, comunicado e justificado em vários gêneros de fala e texto, e em as situações comunicativas das comunidades epistêmicas, sociedades e culturas (VAN DIJK, 2014, p. 14).<sup>3</sup>

Isso porque as análises linguísticas em redes sociais aliadas aos métodos digitais ainda são relativamente novas e podem

---

<sup>3</sup> We see that we need a general, multidisciplinary framework in the human- ities and the social sciences that allows an integrated study of the ways know- ledge is acquired, presupposed, expressed, communicated and justified in various genres of talk and text, and in the communicative situations of epistemic communities, societies and cultures (VAN DIJK, 2014, p.12).

se aproveitar, de forma multidisciplinar, de outras teorias das ciências humanas e sociais, como a análise de redes sociais, mais especificamente o método perspectivista (MALINI, 2016; 2017). Assim, aproximamo-nos dessa teoria, no intuito de verificar possibilidades epistemológicas para a análise do discurso no ambiente digital. Essa aproximação é feita com o apoio de métodos da Análise do Discurso Digital (PAVEAU, 2017 [2021]), ao considerar o discurso em seu ambiente, em uma única plataforma, incluindo elementos linguageiros e não-linguageiros, inclusive o algoritmo<sup>4</sup>.

O estudo de Van Dijk, por um lado, parte de experiências individuais e coletivas de eventos sociais, episódios ou interações, sua representação mental em forma de modelos mentais e como são manifestados por meio de vários gêneros de discurso. Os discursos nas redes, por outro lado, também são eventos sociais de engajamento que sucessivamente sofrem recontextualizações que atualizam os modelos mentais, em um espaço (virtual) em que todas as pessoas podem proferir discursos e entrar em contato com manifestações de pessoas conhecidas e desconhecidas. Em redes digitais, os contextos tornam-se. São um devir que atualiza sucessivamente as ideias-força (*perspectivas*) que dão tração no envolvimento emocional dos grupos conectados e na autonomia cognitiva destes, retroalimentando-os e tornando suas condutas mais complexas.

De forma complementar, compreendemos que postar e comentar nas redes sociais não é mera escrita, mas parte do modelo mental construído de acordo como o conteúdo é vivenciado. Postar implica em escolhas de fontes, léxico (inclusive o uso ou não de *hashtags*), oferecer ou não um *hiperlink*, imagem ou vídeo incorporado, além das respostas nativas da plataforma como curtir, responder, retuitar ou retuitar com comentário. Significará fazer escolhas nos tipos de imagens que podem ser usadas e como elas são usadas, integradas com a postagem. Em suma, como os

---

4 Tal aproximação teórico-metodológica foi mais explorada e detalhada em NEVES-HORA, CAVALCANTI e COSTA, 2021, p. 360-361.

elementos são orquestrados pelo usuário para se alinharem ao contexto e serem colocados no espaço da esfera pública digital.

## Metodologia

A Análise do Discurso no ambiente nativo digital requer, do analista, o conhecimento da plataforma que pretende pesquisar e o engajamento nela. É dessa forma que poderá identificar discursos e fenômenos discursivos emergentes, bem como se apropriar das *affordances* das plataformas e de outros recursos digitais que contribuam para a análise. Assim, seguiremos com uma análise quali-quantitativa, que considera os dados fornecidos pela plataforma, junto aos textos, estejam eles na forma externa (visível aos usuários) ou interna (no código, no algoritmo, fornecidos aos analistas por meio de recursos da Ciência de Dados). Com esses recursos, nos baseamos no perspectivismo<sup>5</sup> de rede para olhar, ao mesmo tempo, o nível macro e o micro desses discursos nas redes sociais (LATOURET *et al.*, 2012, p. 599; MALINI, 2016, p. 12), uma possibilidade ainda nova para as ciências humanas e sociais em geral e para a Linguística em particular (VENTURINI, LATOURET, 2019, p. 43; PAVEAU, 2014, p. 2; NEVES-HORA, CAVALCANTI, COSTA, 2021, p. 359-361).

Assim, ao navegar pelo Twitter, notamos a emergência de discursos sobre a morte de Moïse Kabagambe e as múltiplas vulnerabilidades em que o jovem se encontrava. A escolha de queries é etapa fundamental para a construção do *corpus*. A partir do nome Moïse e da *hashtag* #JustiçaParaMoïse, identificadas por meio dos *Trending Topics* (tópicos em alta no Twitter) e de nossas timelines pessoais, utilizamos a ferramenta de busca da plataforma para levantar uma lista de *queries* (termos de consulta) para coleta de dados. É relevante citar que os termos só podem ser escolhidos à medida que o usuário navega na plataforma - foi assim

---

5 Pontos de vista, ou perspectivas, são princípios, ideias, agregados, visões de mundo - em suma: cosmologias - que organizam, diferem, individualizam e interligam os seres. E que se formam num fluxo contínuo de associações e dissociações entre si: estando, assim, em movimento, em transformação, em composição contínua" (MALINI, 2016, p. 2).

que verificamos, por exemplo, que não havia outros assuntos sobre “Moïse”, que pudessem levar a uma distorção do *dataset*. Coletamos, com o uso do software Ford, desenvolvido pelo Laboratório de Imagem e Cibercultura (Labic) da Ufes, os seguintes termos (sem acento e incluindo algumas variações de grafia, correspondendo às variações de digitação identificadas): JusticaPorMoiseMugenyi, Tropicalia, MoiseKabagambe, justicapormoisekabamgabe, justicapormoise, justicaparamoise, moisejusticapormoisekagambe, justicapormoise e justicaparamoise.

O Twitter permite coletar dados públicos de uma semana, por meio de uma aplicação (API Search) que pode ser integrada a outras aplicações, criadas autonomamente por desenvolvedores, como é o caso do Ford. Por padrão, as contas nessa rede social são configuradas para postar publicamente, ou seja, qualquer usuário da internet, mesmo que não tenha conta no Twitter, pode localizar e ler esse tweet em mecanismos de busca, exceto no caso em que o proprietário do perfil o restringiu a seus seguidores na rede<sup>6</sup>. Os dados coletados são referentes ao período entre 26 de janeiro a 3 de fevereiro de 2022. Uma primeira mineração de dados, feita no Ford, possibilita eliminar tuítes repetidos ou com falhas. A coleta gerou um corpus de 477 mil tuítes, provenientes de 215 mil usuários que escrevem a partir de 13 países.

As coletas geram um enorme número de metadados e seu uso para análises linguísticas ainda é incipiente. Porém, já podemos afirmar que, por estarem ligados às relações sociais, os usos e o estudo de metadados ultrapassam o aspecto organizacional e servem como recurso para contribuir na construção e na análise de movimentos e comunidades epistêmicas digitais, em forma de redes. A coleta no Ford produz uma tabela geral do *dataset* coletado, com informações e metadados sobre o tuíte e o perfil que o postou, além de diversas tabelas com dados sobre tuítes mais retuitados (“top\_tweets”, com os posts ordenados de forma decrescente pelo número de retuítos), palavras mais frequentes

---

<sup>6</sup> Para mais detalhes de alguns dos funcionamentos discursivos do Twitter, ver Paveau, 2021, p. 369-382.

(“top\_words”), imagens contidas nos tweets do dataset, hashtags, sentimentos, URLs, lugares, línguas, sentimentos, emojis, entre outras possibilidades de análise.

Ainda dentro do Ford, é ativada uma função para geração de um arquivo de rede (de extensão gdf) que será plotado no software Gephi. Neste caso, trazemos a análise de como o conjunto de atores se relaciona na rede quando replicam mensagens (operação denominada de Retweets). Os atores não compartilham todas as mensagens que circulam sobre um tema, ao contrário, tornam-se essa ação um rastro de sua sociabilidade, em particular, de suas decisões por priorizar a replicação de certas mensagens em detrimento de outras, conectando-se assim em um coletivo discursivo que se forma em processo. Esse coletivo discursivo denominamos de perspectiva. No *software Gephi*, que exhibe essas conexões sob a representação de um grafo, as perspectivas podem ser identificadas pelas cores e, dentro de cada cor, pela relação entre esses atores e pela força de atração que há entre eles. Os resultados analisados revelam informações sobre coletivos altamente aglomerados e, interno a eles, o ator mais influente em termos de conexões e os atores responsáveis pelas conexões entre os diferentes aglomerados na rede. Os atores são chamados de “nós” (*nodes*) e suas conexões de “arestas” (*edges*). Nessa lógica, quanto mais conexões, maior o nó será.

O posicionamento dos nós é baseado na proximidade ou distância entre eles. A ideia básica é que um ator faz-se central ao interagir facilmente com todos os outros atores dentro de uma mesma perspectiva. Sua influência é demonstrada pelo tamanho do seu nó. A influência das suas ideias, ou seja, de sua perspectiva, é demonstrada pelo tamanho da aglutinação ou *cluster*. A coesão entre atores de uma mesma perspectiva, por sua vez, é percebida, pela proximidade dos nós e pela intensidade com que ocorrem trocas de arestas entre eles, representando a interação entre os atores. Atores que são capazes de alcançar e serem alcançáveis por outros atores por arestas mais curtas têm posições favorecidas e são mais propensos a formar clusters.

Para apoiar e ampliar a compreensão do que se apresenta nos grafos, a análise inclui a observação dos tuítes e perfis dos atores que se destacaram no grafo. A título de exemplificação, e com o objetivo de aprofundar a análise das características interseccionais verificadas no *corpus*, escolhemos três dos “top\_tweets” para estudá-los em profundidade, quais sejam: a postagem de @thiamparo, que é o top-tuíte com 30.487 retuítes; a de @alamoju, o terceiro top-tuíte, com 21.393 retuítes; e o de @TatiNefertari, em 15º lugar com 9.275 retuítes. Nossa escolha justifica-se por esses autores fazerem parte do movimento e seus tuítes conterem elementos interseccionais, como mostraremos mais adiante. Apontamos, nas nossas análises, as estratégias discursivas como recursos multimodais, as *affordances* do ambiente digital e as estruturas discursivas, como o uso de metáforas, metonímia, voz passiva e escolha de léxico, dentre outras, que podem ser determinantes para a maior difusão do tuíte.

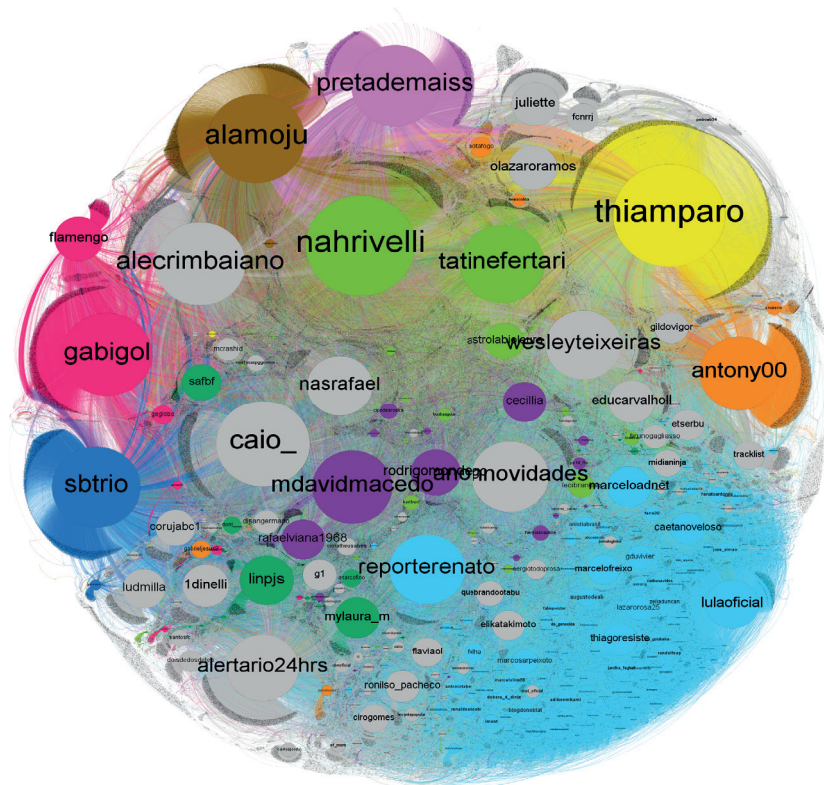
Postar nas redes sociais não é mera escrita, mas parte do modelo mental construído de acordo como o conteúdo é vivenciado. Postar implica em escolhas de fontes, léxico (inclusive o uso ou não de *hashtags*), oferecer ou não um hiperlink, imagem ou vídeo incorporado, além das respostas nativas da plataforma como curtir, responder, retuitar ou retuitar com comentário. Significará fazer escolhas nos tipos de imagens que podem ser usadas e como elas são usadas, integradas com a postagem. Em suma, como os elementos são orquestrados pelo usuário para se alinharem ao contexto e serem colocados no espaço da esfera pública digital.

## Análise

A primeira categoria de nossa análise é a de atores sociais. A importância da categoria deu-se na análise de grafos. Dois atores que compartilham atributo de interesse são mais propensos a formar conexões e redes por homofilia, que está no centro das relações de diferenciação, polarização, solidariedade, conflito, etc.

Dois atores que interagem entre si ou que são retuitados pelos mesmos terceiros atores provavelmente estarão mais próximos um do outro no grafo, pertencendo a uma mesma perspectiva, indicada pela cor.

Imagem 1 - Atores em perspectivas



Grafo de atores produzido com o programa Gephi

Nessa linha, podemos explicar a proximidade entre o jogador de futebol @gabigol<sup>7</sup> e seu clube, @flamengo (agrupamentos pink, à esquerda do grafo), assim como o distanciamento deles

<sup>7</sup> Sempre que for possível compreender quem é o ator pelo seu nome de perfil (ou @), será apresentada apenas a arroba. Quando for necessário à contextualização, serão acrescentadas mais informações sobre os atores, desde seu nome, autodescrição na “bio” e outras informações sobre suas práticas e identidades.



e de @sbtrio dos demais nós. O tamanho do nó implica uma alta quantidade de conexões, mas não necessariamente homofilia. No caso, o perfil da sede carioca da emissora foi responsável pela postagem do vídeo dos familiares de Moïse clamando por justiça, que foi retuitado por diversos atores, inclusive pessoas que atuam em prol do combate ao racismo, como @thiamparo.

É possível perceber, ainda pelo grafo, a presença de várias perspectivas que se apresentam como um grande nó e muitas arestas ao seu redor. Significa que o discurso proferido por esses atores foi replicado por muitas pessoas, usando o recurso do retuíte. Vários desses atores são pessoas reconhecidas por seu papel na sociedade, o que contribui para cumprirem o papel de influenciadores digitais para que o discurso antirracista ultrapasse a bolha do movimento social e alcance outros grupos da sociedade que, a princípio, poderiam não estar tão sensibilizados com a morte do jovem Moïse e com as consequências do racismo no país.

Assim, destacamos a presença dos discursos das cantoras Preta Gil (@pretademaiss) e @ludmilla, do ator @olazaroramos, da ex-Big Brother Brasil e advogada @juliette, do ativista social @wesleyteixeirass, todos negros, e da chef de cozinha indígena Deborah Martins (@alecrimbaiano). São discursos de pessoas que também já foram vítimas de racismo, que adicionam um discurso de pedido de justiça para Moïse ao contexto de suas próprias experiências e modelos mentais, já compartilhados na sociedade por meio de discursos e práticas anteriores. Além desses, merece destaque a presença do tuíte do jogador de futebol @anthony00, que registra a foto de um gol, feito pela seleção brasileira, e a dedicação desse gol ao pedido de #justiçaparamoise. Ao incorporar o discurso dos movimentos sociais antirracistas aos seus tuítes, seja por meio de hashtags, imagens, retuítes ou da própria narrativa sobre a morte de Moïse, os atores contribuem para a existência e o fortalecimento desse macromovimento. Lembramos que esses atores não necessariamente engajam-se em posicionamentos antirracistas sempre, mas foram cruciais no engajamento e difusão de discursos antirracistas e inclusive para a sua presença

global, registrada em 13 países durante a semana coletada. Nota-se, ainda, a presença de atores da mídia, não só o @sbtofcial mas também o repórter Renato Souza (Portal R7, @reporterenato) e o agregador de notícias virtual @alertario24hrs, o que indica a importância do jornalismo e da curadoria de conteúdos digitais na circulação e engajamento em torno do discurso antirracista.

Esse grafo de atores não possui a característica de polarização ou polêmica, por não ser reduzido a dois *clusters* (particularmente lulistas x bolsonaristas). Longe disso, revela uma diversidade de agrupamentos intensamente conectados, onde um ator agrega uma comunidade em torno de si (como são os casos de perfis como @gabigol, @alecimbraiano, @tatineferrari). Essa agregação não é dada em função da popularidade desses atores, mas pela capacidade de um texto interpretar o sentimento partilhado num dado tempo e renovar os contextos enunciativos e gerando mais gatilhos para a ação de replicação online, o que torna o ativismo daquele tema mais vivo nas plataformas.

No caso em análise, ainda observamos um grande componente clusterizado, o grupo azul, na parte inferior à direita da Imagem 1, em que há uma grande quantidade de atores e arestas, tendo como *hub* central @LulaOficial, e é onde se verifica a densidade discursiva do macromovimento. Nota-se a presença, neste agrupamento, de atores da política ou da cultura, como @marcelofreixo, @caetanoveloso (representando, também, os autores da Tropicália, movimento artístico que dá nome ao bar onde Moïse trabalhava), Gregório Duvivier (@gduvivier) e o blogueiro progressista @thiagoresiste. Aproximando a teoria perspectivista à ACD, é possível considerar que esta se apresenta como uma comunidade epistêmica, com conhecimentos, atitudes ou ideologias compartilhadas relativas à causa antirracista. As *hashtags* mais comuns do período se alinham com temas antirracistas. Embora #justicapormoise fosse a mais usada (22 mil vezes), não necessariamente eram tuítes relacionados ao racismo, até porque o prefixo #justicapor tem sido marcador do discurso contra injustiças sociais na internet, podendo, assim, ser um slogan

que dialoga com as causas interseccionais. Mesmo com o aumento substancial de tuítes devido ao evento, nem sempre encontramos referência direta ao macromovimento. Neste caso, o contexto é fornecido pela temporalidade do fato e das narrativas sobre ele, que movimentam os modelos mentais referentes ao racismo, ao antirracismo e às sobreposições de fragilidades.

Os tuítes vinculados às *hashtags* discutem o racismo de forma mais geral, incluindo muitos *posts* com declarações antirracistas ou desejando o fim da brutalidade e desigualdade. A presença das *hashtags* #vidasnegrasimportam, #racismoestrutural, #sosbrasil e #fogonosracistas entre as 20 mais encontradas, apesar de não serem termos de busca para seleção de *corpus*, dão indício desses elementos. Ao serem palavras clicáveis, contribuem, ainda, para que o usuário do Twitter possa ampliar seu conhecimento sobre esses temas. Assim, o assassinato de Moïse ativou a pauta do movimento social antirracista, trazendo ao Twitter o foco nas manifestações sobre o racismo estrutural e sobre a importância de combatê-lo. Em sua maioria, os tuítes analisados não sinalizam que o usuário fazia parte de um movimento organizado, ou seja, aquele teve uma participação pontual como ator do macromovimento, a partir do seu discurso – em muitos casos, reportando discursos de terceiros. Dentre esses discursos reportados, destacam-se imagens pedindo justiça e vídeos mostrando a prática racista de agressão ao jovem a pauladas.

### **Os top tuítes e seus a(u)tores**

Para uma análise das interseccionalidades, verificamos alguns dos top\_tuítes, ou tuítes mais relevantes. A relevância é determinada com base na popularidade de um tuíte, ou seja, quando muitas pessoas estão interagindo com ele ou compartilhando-o por meio de engajamentos fornecidos na plataforma, como os retuítes e respostas, as palavras-chave, as *hashtags*, as menções, entre outras tecnologias discursivas (PAVEAU, 2021, p. 363). O grafo de atores nos mostrou quais deles foram *hubs* (nós centrais)

no engajamento durante o período analisado, revelando, portanto, quem foram autores dos top tuítes.

Como mencionado anteriormente, reforçamos que os discursos partem de atores sociais que se manifestam dentro de um contexto emergente, engajamento que pode ou não corresponder a outros discursos e atitudes em diferentes ocasiões. Analisaremos, a seguir, três tuítes de atores que participam ativamente do movimento e que, na semana coletada, fizeram postagens que exibem a interseccionalidade. Esses tuítes serão contextualizados à luz dos fatos correntes, mas também de seus perfis, propondo a compreensão de que a página de perfil assemelha-se a um gênero discursivo no qual o usuário faz a curadoria de acordo com seus próprios objetivos, por meio da autoapresentação positiva.

O tuíte com maior engajamento foi o de Thiago Amparo (@thiamparo, *cluster* amarelo)<sup>8</sup>. Ele usou a estratégia de retuitar o @sbtrio acompanhado de um simples texto: “Justiça por Moïse Kabamgabe, agora e urgente”. O retuíte é uma ação que normalmente significa alinhamento de pontos de vista, o que pode ser verificado pelo contexto e por pistas discursivas de quem retuíta. No caso de @thiamparo, é explícita sua solidariedade e seu pedido de ações, representados pelo advérbio de tempo ‘agora’ e o termo coloquial ‘urgente’, que também age como advérbio.

O tuíte de @sbtrio incorporado ao de @thiamparo, por sua vez, trouxe um vídeo de 25 segundos no qual um primo de Moïse clama por justiça, manifestando-se com gestos e expressões que indicam muito sofrimento. No vídeo, aparentemente um recorte da fala do primo de Moïse que foi ao ar no telejornal, observamos somente participantes com a pele negra - a legenda diz que trata-se da família do congolês, o que leva o usuário a crer que todos no vídeo são congolezes. Eles trajam camiseta com a imagem de Moïse com asas, representando-o como um anjo ou uma pessoa boa cuja alma está no céu. Eles portam pôsteres, materialidade discursiva

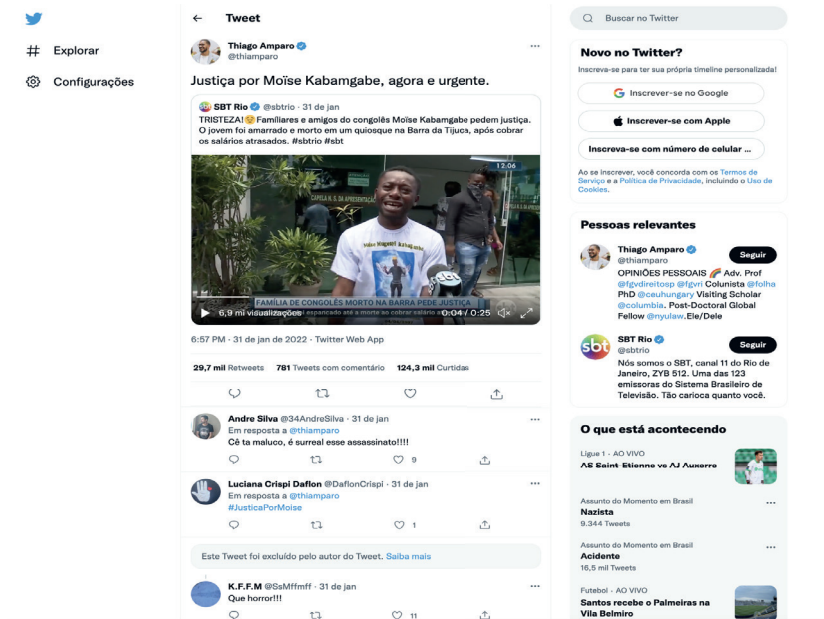
---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://twitter.com/thiamparo/status/1488270335128576000>, acesso em: 22 mai. 2022. Por uma questão de espaço, trazemos apenas as reproduções deste primeiro tuíte e os acessos aos demais que serão analisados por meio de link.

típica de movimentos sociais. Abaixo trazemos a transcrição do vídeo.

“Ele trabalhava, a gente trabalha duro. Fugimo da África pra ser escolhido aqui, acolhido no Brasil. Brasil é uma mãe, abraça todo mundo. Ai, Brasil é uma mãe, segunda casa. E como que vai matar o irmão trabalhando? Justiça! Vai ter que ser feito.”

Imagem 2 - Tuíte de Thiago Amparo



Fonte: Reprodução/ Twitter

As palavras do familiar de Moïse oferecem um claro exemplo do racismo e suas interseccionalidades. Primeiramente Moïse é representado como uma pessoa que era dedicada ao trabalho. O advérbio “duro” é normalmente atribuído a um esforço acima da carga normal de trabalho. Da mesma forma, é levantado o questionamento quanto ao ato de tirar a vida de alguém que exerce corretamente sua função social. O uso de “fugir” implica que a situação no país de origem não era favorável, característica comum entre os refugiados. Já o Brasil é representado como

acolhedor tanto pelo uso do verbo “acolhido” como pela metáfora “Brasil é uma mãe” e “segunda casa”. Vê-se uma discrepância entre um país acolhedor e o assassinato de cidadãos corretos. O que o familiar suscita é que a morte de Moïse se equipara a uma mãe matar seu próprio filho por motivo torpe (racismo interseccional), demonstrando preferência por “outro filho” (os supostos favorecidos pelas injustiças de que Moïse foi vítima).

Já a escolha do léxico “irmão” é típica, por um lado, entre imigrantes compatriotas e por outro, entre participantes do movimento antirracista, sendo usado por integrantes do macromovimento em vários idiomas. Inclusive, o termo é recorrente no nosso *corpus*. É um termo que demonstra o sentimento de fraternidade.

De forma complementar, trazemos o perfil do ator principal do nosso *corpus* (@thiamparo) para apontar como alguns elementos trazem legitimidade ao discurso do ator social. A página do perfil permite que o ator escolha tanto uma imagem de perfil como uma imagem para a “capa”. Apesar das contingências da plataforma, a construção do perfil para a representação do posicionamento parte sempre de escolhas individuais, para que haja uma adequação tanto contextual quanto ao propósito do usuário. A curadoria do perfil, portanto, é uma atividade discursiva.

@thiamparo é negro e um ator referência em temas raciais, o que lhe propicia um lugar de fala crucial no movimento antirracista. Sua foto de capa também oferece pistas quanto ao seu posicionamento ideológico. O Twitter oferece o selo azul, de verificação, como critério que indica credibilidade. É uma escolha da plataforma atribuir o perfil verificado, que é alcançado se a conta tiver alto interesse público, for ativa e autêntica. Como consequência, a conta tem acesso em primeira mão a novos recursos da plataforma, acesso a estatísticas e relatórios e é vista com mais credibilidade, o que acaba gerando mais engajamento e alcance.

### Imagem 3 - Perfil de Thiago Amparo (@thiamparo)



Fonte: Reprodução/ Twitter

As letras garrafais na comunicação digital significam ênfase. @thiamparo escreve “OPINIÕES PESSOAIS”, uma frase que, apesar de ser pleonasma, é recorrente no Twitter e indica que suas falas nesse espaço não representam as instituições às quais se vincula de forma profissional, acadêmica e/ou militante, funcionando como um salvo-conduto para possíveis divergências entre o ator e as organizações. Em seguida, ele coloca o emoji de arco-íris para demonstrar seu apoio à causa LGBTQIA+, identificando-se com o gênero masculino ao listar os pronomes Ele/dele. Percebemos que ele apoia-se em instituições amplamente reconhecidas (Prof @

fgvdireitosp @fgvri Colunista @folha PhD @ceuhungary Visiting Scholar @columbia. Post-Doctoral Global Fellow @nyulaw), acoplando-as às suas funções sociais. Ou seja, ele não é somente formado em direito, mas é formado pela FGV. É colunista da Folha, obteve seu doutorado na Europa, é professor visitante (que exige convite formal) em Columbia e recebe bolsa de pós-doutoramento pelo Departamento de Direito da Universidade de Nova Iorque. Até a data da coleta, ele contava com a materialidade discursiva de 42 mil tuítes e 159,6 mil seguidores. Todos esses elementos contribuem para apontar o potencial do perfil de @thiamparo para produzir e propagar discursos antirracistas.

De perfil também verificado e de pele negra, @alamoju<sup>9</sup> usa a estratégia de escrever um fio para demonstrar sua revolta. Trazemos a primeira parte do fio:

“um irmão foi ESPANCADO até a morte por ter ido cobrar seu salário que estava atrasado. moise mugenyi um irmão congolês que trabalhava no quiosque TROPICÁLIA foi amarrado e espancado por 5 pessoas até a morte depois de ir cobrar seu dinheiro, ir atrás de seus direitos básicos.”

Nesse tuíte, há novamente a nomeação de Moïse como “irmão”. A motivação do crime é repetida duas vezes, de modo a dar ênfase e demonstrar a interseccionalidade com a exploração do trabalhador de classe baixa, em um contexto social em que o trabalho não remunerado e, portanto, em condições análogas à escravidão, é considerado um crime. Sendo Moïse um negro e africano, remete ainda às práticas escravagistas coloniais. Aponta para o fato de que a classe baixa tem maior dificuldades em ter seus direitos respeitados.

Apesar de o ator demonstrar perceptível revolta, seu discurso perpetua o apagamento dos agressores pelo uso da voz passiva. Esta estrutura dá ênfase à ação, afastando o agente da percepção do leitor. Somos informados que “um irmão foi

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://twitter.com/alamoju/status/1488173574913466377>, acesso em 23 mai. 2022.



espancado”, “foi amarrado e espancado por 5 pessoas”. Assim, sabemos da impossibilidade de defesa de Moïse e da luta desigual, mas os números afastam o aspecto subjetivo dos agressores.

Atora social de perfil verificado e pele negra, @TatiNefertati<sup>10</sup> retuita um vídeo do @sbtrio que mostra a presença de policiais no quiosque Tropicália para proteger o patrimônio, com o seguinte comentário e fio:

A polícia protegendo o estabelecimento de quem ASSASSINOU um homem preto. Moise foi espancado até a morte por 15 minutos. A polícia não tava lá pra proteger a vida dele, mas tá lá pra proteger o patrimônio. [...] Inclusive, a polícia foi criada pra isso mesmo. Matar gente preta e pobre e proteger os patrimônios e os burgueses.

Ela traz um discurso alinhado com o do movimento Vidas Negras Importam, que destaca a pronta ação da polícia para defender o patrimônio, um estabelecimento fechado, e não a vida. Nesse sentido, os discursos conectam-se, revelando vulnerabilidades e desigualdades históricas tanto no Brasil como nos EUA: em ambos os países, a polícia tende a agir com mais brutalidade contra os menos favorecidos com o intuito de proteger os mais favorecidos.

## Considerações finais

Este estudo confirma que destacar casos individuais como a morte de Moïse e conectá-los ao racismo sistêmico, mesmo que não seja o tópico principal de discussão nas notícias e redes, pode trazer benefícios à luta antirracista e ao conhecimento compartilhado sobre o racismo e a necessidade de combatê-lo. Os resultados confirmam que atores sociais antirracistas que abordam o tema podem incrementar o engajamento, pela apropriação do discurso - ainda que de forma pontual - e criar um espaço no qual as pessoas são mais receptivas a conectar diferentes eventos em

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://twitter.com/TatiNefertati/status/1488531993012940810>, acesso em 21 mai. 2022.

uma narrativa mais ampla interseccional, ou pelo menos estão dispostas a compartilhar esses posicionamentos no Twitter, fortalecendo o macromovimento.

Como o evento da morte de Moise, surge um macromovimento discursivo caracterizado pela argumentação antirracista e interseccional por relacionar a sobreposição de vulnerabilidades expostas em alguns aspectos linguísticos como: léxicos, metáforas, estruturas e compartilhamentos de imagens em consonância com posicionamentos ideológicos.

O Twitter, com suas condições tecnológicas, constitui um ambiente temporal-geográfico que, se observado, pode indicar a disseminação da informação, assim como a influência de diferentes atores nas redes sociais, bem como o peso dos discursos e as constituições de perspectivas.

O antirracismo pode ainda não ter se tornado prevalecente ou sistêmico, mas é uma poderosa forma de resistência e solidariedade, que tem, nas redes sociais, um potencial de impulsionamento de lutas. A análise do nosso trabalho ofereceu uma visão sobre o funcionamento discursivo da resistência e solidariedade, com foco no engajamento de atores, assim como de atitudes e ideologias subjacentes que podem ser reveladas, inclusive aquelas que apontam a sobreposição de vulnerabilidades. A importância está na forma como as interações na esfera digital podem influenciar a necessária transformação de estruturas racistas em sociedades que, como no Brasil, se denominam democráticas.

A mudança em prol da justiça social é complexa e requer engajamento por parte de atores em cooperação e conformidade com o objetivo antirracista. A resistência tem sido majoritariamente atribuída à comunidade negra, cuja produção e circulação de discursos, inclusive nas plataformas, contribui para fazer circular as narrativas e apontar as interseccionalidades. Além disso, destaca-se a importância de os diversos grupos da sociedade que lutam pelo antirracismo buscarem consensos e avanços na ideologia, de modo que os modelos mentais possam

ser compartilhados, o que se vê, neste estudo, na formação de uma perspectiva de rede, com atores interconectados.

Por outro lado, vimos a importância da solidariedade das dissidências entre as elites simbólicas, como acadêmicos, profissionais e meios de comunicação, professores, políticos e, como vimos no nosso trabalho, celebridades e “produtores de conteúdo digital”. Grande parte do discurso antirracista que ganhou força nas redes após a morte de Moïse surgiu desses grupos, em atitudes solidárias, formando um macromovimento coeso. A resistência é essencial, no entanto, a solidariedade, principalmente por parte das elites simbólicas aliadas a outras vozes no Twitter, mostrou-se indispensável para guiar o discurso antirracista influenciando inclusive a grande mídia.

Uma análise crítica do discurso das interações no Twitter revela a natureza do discurso antirracista digital, ou seja, como o uso de plataformas sociais pode impactar o cenário social no país, produzindo ou não resultados concretos, tais como prisões de culpados, celeridade de processos e indenização de vítimas. Nesse sentido, o engajamento digitalizado pode se reverter em benefícios em prol do movimento e da sociedade democrática.

Nossos resultados destacam que as estratégias discursivas nas mídias *online* são fortemente influenciadas pelas relações entre estruturas de redes sociais e ideologias que, por outro lado, não são universais. Portanto, é útil aproveitar os eventos desencadeadores para impulsionar o discurso antirracista e buscar a coesão discursiva em prol do fortalecimento do antirracismo.

## Referências

ABADÍA, M.C. Refugiados e justiça global: Uma abordagem interseccional sobre a vulnerabilidade da cidadania. *Forma Breve*, n. 13, p. 591-599, 2016.

ACNUR. ACNUR no Brasil. *Acnur Brasil*. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/>. Acesso em: 24 nov. 2019.

ACNUR. Legislação. *Acnur Brasil*. Disponível em: <https://www.acnur.org/>.

org/portugues/acnur-no-brasil/legislacao/. Acesso em: 11 out. 2021.

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

D'ANDREA, C. *Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos*. Salvador: Edufba, 2020.

FERNANDES, D., BAENINGER, R., DEMÉTRIO, N.B. Resultados da Pesquisa: Impactos da Pandemia de Covid-19 Nas Migrações Internacionais no Brasil. In.: FERNANDES, D., BAENINGER, R. et al (org.). *Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil - Resultados de Pesquisa*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" - Nepo/Unicamp, [2020], p. 35-79.

G1, TV GLOBO. Morte de Moïse: veja a cronologia do espancamento do congolês. *G1 Rio de Janeiro*, 02 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/02/morte-de-moise-veja-a-cronologia-do-espancamento-do-congoles.ghtml>. Acesso em: 09 jul. 2022.

GARCIA, M. et al. The COVID-19 pandemic, emergency aid and social work in Brazil. *Qualitative Social Work*, 04 mar. 2021. Acesso em 19 out. 2021. <https://doi.org/10.1177/1473325020981753>

GIBSON, J. J. *The ecological approach to visual perception: classic edition*. New York: Psychology Press, 2014. <https://doi.org/10.4324/9781315740218KR>

LATOURETTE, B. et al. The whole is always smaller than its parts – a digital test of Gabriel Tarde's monads. *The British Journal of Sociology*, v. 63, n. 4, p. 590-615, 2012.

LEÃO, A.V., FERNANDES, D. Políticas de Imigração no Contexto da Pandemia de Covid-19. In.: FERNANDES, D., BAENINGER, R. [et al.]. (org.). *Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil - Resultados de Pesquisa*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" - Nepo/Unicamp, [2020], p. 20-34.

LOWY Institute. COVID-19 performance index: Deconstructing pandemic response. *Lowy Institute*. Publicado em: <https://interactives.lowyinstitute.org/features/covid-performance/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MALINI, F. Um método perspectivista de análise de redes sociais: cartografando topologias e temporalidades em rede. In.: *XXV Encontro Anual da Compós*, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Junho de 2016, p. 1-30.

MALINI, F. Um método perspectivista de análise de rede social: cartografando territórios e tempos na rede. In.: ZANETTI, D., REIS, R. (org.). *Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias*. Vitória: Edufes, 2017, p. 83-106.

NEVES-HORA, L.G., CAVALCANTI, C.R., COSTA, A.P.M. O Bolsonarismo no Facebook a partir da perspectiva das fórmulas discursivas. *Calidoscópio*, v. 19, n. 3, p. 358–371, 2021.

PAVEAU, M.A. L'alternative quantitatif/qualitatif à l'épreuve des univers discursifs numériques. *Corela*, HS(15), p. 1-17, 2014.

PAVEAU, M.A. *L'analyse du discours numérique*: Dictionnaire des formes et des pratiques. Paris: Hermann Éditeurs, 2017a.

PAVEAU, M.A. Le discours des vulnérables. Proposition théorique et politique. *Cadernos de Linguagem & Sociedade*, v. 18, n. 1, p. 135-157, 2017b.

SÃO BERNARDO, M.A. *Português como Língua de Acolhimento*: um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M. *Refúgio em Números*, 6ª Edição. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

VAN DIJK, T. *Discurso e contexto*: uma abordagem sociocognitiva. Contexto, 2012.

VAN DIJK, T. *Discourse and knowledge*: A sociocognitive approach. Cambridge University Press, 2014.

VAN DIJK, T. Análise Crítica do Discurso. In.: TOMAZI, M. M., ROCHA, L.H.P., POMPEU, J.C. (org.). *Estudos discursivos em diferentes perspectivas*: mídia, sociedade e direito. São Paulo: Editora Terracota, 2016.

VAN DIJK, T. *Antiracist discourse*: Theory and history of a macromovement. Cambridge University Press, 2021.

VENTURINI, T.; LATOUR, B. 2019. O tecido social: rastros digitais e métodos quali-quantitativos. In: J. OMENA (ed.), *Métodos Digitais*. Lisboa: Icnova, 2019, p. 37-46.

# O discurso machista em comentários no *facebook* sobre a notícia “mulher nega sexo e mata marido”

*Tamiris Demoner*

*Micheline Mattedi Tomazi*

*Sabrina Wanzeler Garcia*

## Considerações iniciais

A violência contra a mulher não é um problema social novo, uma vez que possui caráter cultural e histórico. As mulheres têm sofrido diversos tipos de violência pelos seus companheiros, como a violência psicológica, a violência verbal, a violência patrimonial, a violência física e a violência sexual, já previstas na Lei 11.340/2006. Tal problemática possui caráter mundial, uma vez que de acordo com o mapa da violência (WAISELFISZ, 2015), o Brasil ocupa o 5º lugar no *ranking* de feminicídios no mundo. Além disso, outro dado preocupante destacado nesse documento é a colocação do estado do Espírito Santo no ordenamento das Unidades Federativas, uma vez que ele ocupa o 2º lugar no que diz respeito às taxas de homicídios de mulheres, sendo Vitória, capital do ES, a cidade mais perigosa para as mulheres viverem no Brasil.

Esse histórico é bastante preocupante, uma vez que, além da violência pela qual passa a mulher capixaba, a mídia jornalística, como veículo propagador de notícias, não tem contribuído para minimizar tal situação. Prova disso, no dia 1º de maio de 2016, o jornal *A Tribuna* – jornal de grande circulação no estado do Espírito Santo – veiculou uma notícia com a seguinte manchete: “Mulher nega sexo e mata marido”. Embora a manchete da notícia induzisse o leitor a interpretar que o caso em questão se tratava de um tipo de violência “invertido”, isto é, um tipo de violência conjugal contra o marido, e não contra a esposa, como é comum vermos diariamente nas páginas dos jornais, no corpo da notícia, a instituição jornalística descreve que a mulher sofria violência doméstica há 15 anos e no dia do evento foi agredida pelo esposo por não ceder à tentativa do ato sexual. Nesse sentido, conforme abordam Demoner e Tomazi (2017), ao analisar essa notícia, é possível perceber que a construção sintática da manchete busca evidenciar duas ações negativas da mulher: negar sexo e matar o marido. Tais ações ameaçam a imagem da esposa, devido ao fato de sua atitude violar a ordem social.

Com isso, a notícia teve repercussão nacional, sendo publicada, após uma reconstrução da manchete, pela página *Não me kahlo*<sup>1</sup> da rede social *Facebook*, o que gerou muitos comentários e compartilhamentos<sup>2</sup>, conforme a imagem 1.

Diante dessa problemática, interessa-nos investigar nos comentários dos internautas da página *Não me Kahlo*, como as estruturas discursivas – modalizadores e léxico – contribuem para a construção de uma polarização discursiva sobre os atores sociais (marido e esposa), reforçando uma ideologia machista, sexista e patriarcal.

Para tanto, adotamos como base teórica para nosso estudo a proposta sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso (ACD),

---

1 A *Não me Kahlo* é uma página feminista de cunho social que se caracteriza por propor discussões e reflexões a partir de publicações acerca do dia a dia das mulheres.

2 Atualmente, essa postagem na página *Não Me Kahlo* está com 12 mil compartilhamentos e 945 comentários.

cunhada por Teun A. van Dijk (2002, 2012a; 2012b; 2015; 2016), em diálogo com os estudos sobre gênero de Scott (1986), Lessa e Souza (2006), Nader (2006), Ferraz (2001) e Tomazi (2014, 2019, 2020).

### Imagem 1: Publicação da notícia retirada da página Não me kahlo.



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/NaoKahlo/photos/a.382671338573205.1073741828.313545132152493/602847366555600/?type=3&theater>> Acesso em: 30 de maio de 2022.

Para a realização das análises, adotamos uma metodologia qualitativa, a partir de 10 comentários retirados da página Não Me Kahlo<sup>3</sup>, sob a perspectiva da proposta sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso, para analisar duas estruturas discursivas (modalizadores e léxico), a fim de alcançar o objetivo proposto para este capítulo.

Dessa forma, este capítulo encontra-se dividido em quatro seções. Na primeira, discorremos sobre a proposta sociocognitiva da ACD. Na segunda, expomos uma reflexão sobre os estudos de gênero com ênfase nas questões que envolvem violência doméstica contra mulheres. Em seguida, realizamos a análise dos comentários, aplicando as estruturas discursivas selecionadas para este estudo. E, por fim, apresentamos os resultados obtidos por meio dela.

<sup>3</sup> Uma análise com uma quantidade maior de comentários foi feita por Demoner (2016).



## Análise Crítica do Discurso em uma abordagem sociocognitiva da teoria dos modelos de contexto

A Análise Crítica do Discurso se preocupa em investigar como o abuso de poder e a desigualdade social são reproduzidos e legitimados no discurso. Van Dijk (2012a) considera o discurso um “acontecimento discursivo” e o defende em um aspecto amplo, em um âmbito social e cognitivo, de nível grupal.

Nessa acepção, o autor desenvolveu uma tríade sociocognitiva – *discurso, cognição e sociedade*. Nela, van Dijk (2012a) destaca que o discurso está associado à fala, à escrita, aos gestos e às imagens que o usuário da língua utiliza para interagir em uma situação comunicativa, sendo, portanto, uma categoria que abrange até mesmo os aspectos semióticos e multimodais da linguagem. A sociedade concerne aos grupos sociais, bem como a sua história, a sua etnia, a sua cultura e a instituição a qual pertencem. Já a cognição é a parte do triângulo que permeia os outros dois vértices – *discurso e sociedade* –, uma vez que nela estão presentes as representações sociais que fazemos do outro, as ideologias que nos permitem pertencer a um grupo social e também as atitudes como ator social.

Ao participar de um “acontecimento discursivo”, o indivíduo participa de grupos sociais, compartilhando crenças, normas, valores e conhecimento sociocultural sobre determinados eventos. Assim, o processamento do discurso acontece, de acordo com van Dijk (2012b), em paralelo com muitos níveis, simultaneamente.

Assim, são construídos na cognição pessoal dos atores sociais modelos de situação sobre determinados eventos a partir do conhecimento sociocultural compartilhado por membros de um grupo. Nesse sentido, van Dijk destaca que “a compreensão do discurso inclui a ativação, atualização ou construção contínua de *modelos de situação* que representam os eventos ou a situação de que o discurso trata” (VAN DIJK, 2016, p. 10).

É interessante destacar ainda que, além dos modelos de situação (evento), os modelos de contexto também são muito importantes para a produção, compreensão e (re)produção do discurso. Nessa perspectiva, van Dijk (2012b) destaca que os modelos de contextos são dinâmicos, uma vez que são atualizados durante a situação comunicativa. Além disso, eles “são a interface entre a sociedade, situação e discurso, pois controlam a produção e compreensão do discurso” (VAN DIJK, 2012b, p.108).

Dessa maneira, os modelos de contexto, postulados nos modelos mentais dos usuários da língua, são as representações que eles possuem de determinadas situações das interações diárias, com isso, são armazenados na Memória Episódica do ator social, podendo ser ativados ao se deparar com um evento semelhante. Os modelos mentais, conforme explica van Dijk (2012b), são as representações cognitivas das nossas experiências pessoais e, por isso, são denominados como subjetivos.

Van Dijk (2012b) destaca ainda que, se os atores sociais representam suas experiências nos modelos mentais subjetivos, estes, por sua vez, constroem representações semânticas dos discursos a respeito desse evento. Portanto, “a compreensão do discurso envolve a construção, controlada pelo contexto, de modelos mentais baseados em inferências fundamentadas no conhecimento” (VAN DIJK, 2012b, p. 92). Desse modo, só somos capazes de entender sobre um evento de violência contra a mulher, por exemplo, se tivermos conhecimento sobre violência, direitos e deveres do homem, e direitos e deveres da mulher.

Com base na proposta sociocognitiva dos estudos críticos do discurso, Tomazi (2020), explica que

a escrita das manchetes é controlada pelos modelos de contexto e o que será julgado mais importante para a notícia ou mais relevante virá em primeiro lugar. Por isso, ativar os principais tópicos (macroproposições) do modelo de evento, o conhecimento profissional sobre como se redigem manchetes, o conhecimento sobre a orientação ideológica do jornal e as informações prévias que os leitores possuem sobre o acontecimento será uma escolha

que passa pelo viés ideológico, pela relevância da informação, pela sintaxe da manchete e pelo estilo e léxico do jornal (TOMAZI, 2020, p. 829).

A partir desse conhecimento, somado às crenças, normas e valores, socialmente compartilhados, os atores sociais fazem representações avaliativas no discurso a respeito das ações dos participantes de um evento. Tais representações são inseridas nos atos de fala por meio de estruturas discursivas que contribuem para influenciar e manipular os modelos mentais dos atores sociais pertencentes a outros grupos. Para tanto, exemplificamos algumas dessas estruturas no quadro a seguir:

Quadro 1: Categorias selecionadas para análise do corpus, com base nos estudos de van Dijk.		
Categoria		Descrição da categoria
Nível Macro	Nível Micro	
Estilo	Léxico	Selecionar palavras menos negativas sobre as ações dos atores sociais como estratégia de representação negativa do Outro.
Semântica Local	Modalizadores	As modalidades dependem não somente de como os eventos são representados nos modelos mentais, mas também de algumas propriedades do contexto, como papéis e identidades dos participantes.

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras com base em leituras de van Dijk (2002, 2012a, 2012b, 2015, 2016).

A partir do quadro 1, é interessante salientar que a maneira como essas estruturas discursivas são proferidas em um discurso hegemônico, pode influenciar os modelos mentais, manipulando as crenças dos grupos dominados durante a interação. Por exemplo, se uma instituição jornalística, que faz parte de uma elite simbólica<sup>4</sup>, elabora publicações diárias de notícias sobre violência contra a mulher, a forma como essa instituição representa discursivamente os atores sociais no evento pode modificar os modelos contextuais dos seus leitores, influenciando, assim, suas crenças e a forma de representar determinado grupo socialmente. Isso ocorre por meio da ideologia disseminada direta ou indiretamente no discurso a partir das estruturas discursivas.

Para van Dijk,

as ideologias, por definição, são sistemas gerais, compartilhados por grandes grupos ou culturas. Isso significa que devem ser adquiridas (aprendidas) e modificadas em contextos sociais, tais como escolas, veículos de comunicação de massa e interações diárias. Muitas vezes, a aprendizagem (das ideologias) não se dá apenas de forma intuitiva, isto é, por inferência do discurso e dos atos dos outros, mas são ensinadas explicitamente em livros, manuais, panfletos, etc (VAN DIJK, 2002, p. 43).

Nessa acepção, a ideologia é um conjunto de crenças, isto é, representações cognitivas compartilhadas. Esse sistema de crenças desempenha papel fundamental na cognição e, com isso, pode controlar, influenciar, manipular e modificar os modelos mentais de seus receptores durante as interações discursivas. Além disso, a ideologia de um grupo contribui para legitimar o poder e a desigualdade de outro grupo. Nessa perspectiva, van Dijk (2015) destaca que o discurso ideológico pode ser utilizado para formar uma representação sobre outro grupo de forma polarizada, ou seja, enfatizar NOSSOS aspectos positivos e enfatizar os aspectos negativos DELES, conforme o quadro 2:

<sup>4</sup> As elites simbólicas são os grupos que têm acesso privilegiado ao discurso público e que utiliza estratégias de persuasão em seus textos com intuito de convencer seu leitor sobre o que publica, além de também possuir o controle do conhecimento, o qual é exercido por meio de uma seleção restrita dos assuntos veiculados.

Quadro 2: Quadrado ideológico de van Dijk adaptado por Natale.

• Enfatizar aspectos positivos sobre Eles (Homens-agressores)
• Enfatizar aspectos negativos sobre Elas (Mulheres-vítimas)
• (Des)enfatizar aspectos negativos sobre Eles (Homens-agressores)
• (Des)enfatizar aspectos positivos sobre Elas (Mulheres-vítimas)

Fonte: NATALE (2015, p. 79).

Assim, ao utilizar essas estratégias, os grupos dominantes utilizam em seus discursos estruturas linguísticas e discursivas ideologicamente polarizadas, a fim de preservar sua imagem, fazendo uma representação positiva de si mesmo. Segundo van Dijk (2012a, p. 130), “o conflito social é cognitivamente representado e destacado pela polarização, e discursivamente sustentado e reproduzido pela depreciação”. Nesse sentido, corroboramos Tomazi (2019) ao afirmar que

pelo viés do quadrado ideológico da polarização discursiva, o jornal daria ênfase a aspectos positivos sobre Eles e enfatizaria aspectos negativos sobre Elas e, numa via de mão dupla, cada grupo atribui relevância aos seus aspectos positivos e, portanto, para a construção de uma imagem positiva, enquanto procura desconstruir os aspectos positivos do outro para construção de uma imagem negativa. Esses dois eixos, positivo e negativo, funcionam para ameaçar a face positiva ou negativa do outro (TOMAZI, 2019, p. 204).

Dessa forma, a preservação da imagem, bem como a representação positiva de si mesmo, diz respeito a uma estratégia discursiva global, na qual os atores sociais buscam falar do grupo ao qual pertencem de maneira positiva, construindo, assim, uma imagem mais positiva a respeito deles ou apenas tentam evitar a construção negativa. Consequentemente, constroem uma imagem

negativa do outro, a fim de depreciá-lo. É interessante destacar, ainda, que isso é um exemplo típico de discursos tendenciosos realizados por grupos majoritariamente dominantes e está associado às ideologias compartilhadas socialmente nas interações discursivas.

No próximo tópico, discorreremos sobre a definição de gênero social, bem como a sua relação de poder corrobora para a violência contra a mulher.

### **A violência doméstica contra mulheres no contexto de uma sociedade machista e patriarcal**

A violência contra a mulher é um problema social e não se trata de um fenômeno isolado, visto que possui relação com o meio social, cultural e histórico. Resultado de uma dominação masculina, ela se pauta na desigualdade entre os sexos, a qual é estabelecida por meio de relações hierárquicas e de poder. Dessa forma, é interessante destacar que o feminismo não luta apenas pelo espaço da mulher no trabalho, na educação e na vida pública, mas também por uma nova forma de o homem e a mulher se relacionarem, na qual a mulher possa decidir sobre sua vida e seu corpo.

Nessa perspectiva, a feminista Joan Scott (1986), conhecida no campo pós-estruturalista, define gênero como tendo duas partes e algumas subpartes. Segundo a autora,

gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e o sexo é uma forma primária de significar relações de poder (...). A teorização do gênero, no entanto, é desenvolvida na segunda proposição: sexo é uma forma primária de significados entre as relações de poder. Talvez seja melhor dizer, o sexo é um campo primário dentro da qual, ou por meios de que o poder é articulado (SCOTT, 1986, p. 1067, tradução nossa).<sup>5</sup>

---

5 [...] *gender is a constitutive element of social relationships based on perceived differences between the sexes, and gender is a primary way of signifying relationships of power. [...] The theorizing of gender however is developed in my second proposition: gender is a primary way of signifying relationships of power. It might be better to say, gender is a primary field within*

Nesse sentido, a discussão acerca de gênero passa a ser problematizada em torno do campo social, uma vez que é por meio dele que se reproduzem as relações entre os sujeitos, as quais podem ser classificadas como desiguais. Sendo assim, conforme destaca Lessa e Souza (2006, p 28), “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos [...], portanto é uma maneira de significar relação de poder”. Essa relação de poder, construída sobre um viés patriarcal, contribui para as mulheres serem tratadas como seres subordinados.

De acordo com Nader,

a imposição dos papéis sociais rígidos, a proibição de desejos e outras formas de agressão, como humilhação e constrangimento, que provocam a chamada *dor moral* são suas práticas mais comuns e passam despercebidas. Primeiro, pela sociedade, que naturaliza gestos que oprimem e cerceiam desejos e ações, imprimindo argumentos voltados à proteção da mulher. Depois, pelo marido, que, por entendimentos culturais adquiridos desde a infância, acredita ter a posse e o poder sobre a esposa (NADER, 2006, p. 235).

Essa cultura patriarcal adquirida pelos homens na infância persiste até hoje e demonstra uma grande ligação entre o poder e a violência. Dessa forma, tal poder é exercido pelo homem ao agredir a mulher com legitimidade e tratar essa ação como algo natural, que não precisa ser justificado, ou quando justificado, transferido a culpa para a vítima. Tomazi (2019, p. 204) explica que estamos diante de um problema social e complexo que precisa ser discutido em aspecto amplo, já que a mulher brasileira ainda é vista como inferior pela sociedade machista e essa crença “faz parte da cognição social dos indivíduos que, ao partilharem esse pensamento, além de atitudes que menosprezam o sexo feminino, compartilham também ideologias, já que se adota a noção de ideologia como um conjunto de crenças”, sendo essas crenças representações mentais, no nível da cognição social, compartilhadas por grupos sociais e seus interesses coletivos.

---

*which or by means of which power is articulated.*

Assim, nesse contexto histórico e social, a violência contra mulheres é uma manifestação que envolve relação de poder do homem sobre a mulher, resultado de uma dominação masculina patriarcal. Entendemos que grupos de homens machistas propagam ideologias que reforçam o machismo estrutural e outras ideologias que reforçam discursos hegemônicos. Esses aspectos ideológicos, característicos do patriarcalismo e do machismo, contribuem na manutenção do estereótipo da mulher como um ser inferior ao homem e, por esse motivo, deve ser submissa a ele. Tais valores contribuem para que a violência contra a mulher continue perpetuando nos lares. Nesse sentido, Tomazi e Resende (2022, p. 82) enfatizam que “uma violação de direitos humanos ocorre toda vez que uma mulher é agredida por ações violentas, seja em espaços interpessoais, seja no âmbito privado-familiar”, por isso esse tipo de violência é sempre uma expressão da desigualdade de poder na relação entre os gêneros sociais homem x mulher<sup>6</sup>.

No âmbito familiar, a violência é doméstica e configura qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause à mulher morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (Lei nº 11.320/2006). Essa violência está relacionada ao espaço de convívio permanente de pessoas com ou sem vínculo familiar e, na maioria das vezes, é praticada dentro das moradias. No caso das violências afetivo-conjugais cisheterossexuais, o crime é praticado por um dos pares no casal (homem ou mulher). Na prática, as mulheres são as que mais sofrem com a violência doméstica de seus parceiros afetivos e, para a mulher que vive numa situação de violência praticada por seu parceiro afetivo, o lar é o lugar mais perigoso (TOMAZI & RESENDE, 2022, p.82).

A realidade da violência doméstica contra mulheres é assustadora e essa realidade tem se agravado nos últimos anos, principalmente no contexto de isolamento social durante a crise sanitária instalada pelo vírus SARS-Cov-2, nos anos de 2020 e 2021. O isolamento pode ter sido um gatilho para que as

---

<sup>6</sup> Embora tenhamos consciência de que a violência doméstica abrange outros gêneros sociais, neste capítulo, tratamos especificamente da violência doméstica afetivo-conjugal em relações de homens e mulheres.



mulheres que sofriam agressões passassem a sofrê-las diariamente na companhia de seus companheiros ou àquelas que passaram a sofrer agressões justamente por estarem mais tempo em casa com seus agressores.

O caso que analisamos neste capítulo se refere ao estupro marital, entendido como violência sexual praticada por parceiro íntimo no contexto familiar, ocorrendo pois quando a mulher tem relações sexuais forçadas ou outras coerções sexuais praticadas pelo marido/companheiro. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), uma em cada 3 mulheres no mundo sofreu violência física e/ou violência sexual por companheiro íntimo. Já nas Américas, a OMS estima que 30% das mulheres já tenham sofrido violência física e/ou sexual praticada pelo parceiro e 11% já sofreram violência sexual praticada por um agressor desconhecido.

No próximo tópico, analisamos 10 (dez) comentários sobre a publicação da notícia “Mulher nega sexo e mata marido” na página *Não me kahlo*, selecionados com base nas categorias sociocognitivas da ACD.

### **Análise dos comentários da postagem sobre violência contra mulheres na página *Não me Kahlo***

A análise deste estudo baseia-se em dez comentários, coletados na página *Não me kahlo*, a partir de uma publicação compartilhada nessa mídia social sobre a notícia “Mulher nega sexo e mata marido”. É preciso entender que a *Não me Kahlo* utilizou um recurso intertextual ao compartilhar essa notícia jornalística, incluindo uma nova manchete: “Mulher se defende de uma tentativa de estupro, mas, para a mídia, ela ‘nega sexo’”. Essa reconstrução trouxe para o post uma rede intertextual que, no sentido atribuído por Fairclough (2003) pode determinar o posicionamento dos autores e o nível de engajamento que eles têm com as vozes citadas, bem como com o nível de veracidade e com o que se quer transmitir.

Nesse mesmo sentido, espera-se que o internauta, frequentador da página *Não me Kahlo*, seja alguém que reconheça o engajamento dessa mídia com os problemas relacionados às desigualdades sociais e de gênero. No entanto, as redes digitais, como o *Facebook*, o *Instagram*, o *Twitter*, entre outras, possuem um alcance que não pode ser mensurado. Dessa forma, nosso objetivo com essa amostragem é limitado à análise das escolhas lexicais dos internautas e dos modalizadores (adverbiais) empregados por eles. Com isso, não foi verificado o perfil dos usuários para saber o gênero, mas aventamos a hipótese de que os 10 comentários escolhidos sejam de pessoas do sexo masculino. Tal ilação se justifica, como visualizamos adiante, pelas escolhas dos léxicos, principalmente, os que fazem referência às “feministas” e à mulher que cometeu o homicídio.

Além disso, os comentários fazem referência diretamente ao post que, como já dissemos, foi criado a partir de uma rede intertextual com uma notícia publicada em um jornal no Espírito Santo. Nesse sentido, a ausência de informações sobre o caso fica evidente nos comentários machistas que analisamos adiante. O caso que resultou na morte do marido ocorreu no Espírito Santo, em um lar de família de baixa-renda, envolvendo a mulher, faxineira, 29 anos, e o homem, serralheiro, 33 anos. O homem queria obrigar a mulher a fazer sexo com ele na frente da filha de três anos do casal. A mulher já foi vítima de várias agressões físicas e, ao tentar se defender do estupro marital<sup>7</sup>, mata o marido com uma facada no peito.

Em termos das escolhas de categorias de análise, embora saibamos que existem outras categorias para identificar a polarização discursiva nos comentários, mostramos, na tabela 1, as categorias de análise que selecionamos para amostragem neste capítulo.

---

<sup>7</sup> O Código Civil Brasileiro traz os direitos e deveres do casamento, sendo ilícito penal a prática do ato sexual sem consentimento de ambas as partes (marido/esposa). Esse tipo de crime só se difere do crime de estupro pelo grau de intimidade afetiva de quem o comete.

Tabela 1: Estruturas discursivas encontradas nos comentários contra a mulher.	
Comentários	Estruturas discursivas encontradas
C1 - Vcs inventaram a cultura do estupro.	<i>Léxico:</i> inventaram – estrutura verbal avaliativa que tira a credibilidade da real existência da cultura do estupro, minimizando a responsabilidade do agressor, bem como, mitigando sua ação de violência contra a mulher; vocês (Vcs) – pronome que se refere ao substantivo feministas, utilizado com valor negativo e irônico.
C2 - Eu acho incrível como <i>feministas insistem</i> em medir <i>apenas</i> o que lhes convém dos problemas da sociedade, as <i>lutas</i> são completamente <i>enviesadas</i> e não tem nada de honestidade intelectual.	<i>Modalizador:</i> apenas – introduz uma ideia de exclusão no discurso de desqualificação das falas dos movimentos feministas; não e nada – desqualificam/negam a intelectualidade e a honestidade dos movimentos feministas. <i>Léxicos:</i> feministas, insistem, enviesadas, lutas – relaciona esses léxicos, a fim de desqualificar a luta feminista.
C3 - <i>Feministas sempre</i> usam da autopiedade para chamar a atenção, mas <i>claro</i> muitas vezes também apelam como a mulher cagada...	<i>Modalizador:</i> sempre – modaliza temporalmente as ações empreendidas pelas feministas; claro – modalizador afirmativo, que indica certeza, isto é, valor de verdade em relação ao discurso, imprimindo valor irônico ao enunciado. <i>Modalizador:</i> também – indica uma introdução sobre uma ideia de inclusão de um novo argumento. <i>Léxico:</i> autopiedade – introduz uma ideia de vitimismo por parte do grupo feminista, o que ameaça a imagem desse grupo socialmente; feministas – indica valor negativo ao grupo de feministas;

<p>C4 - Eu não ligo muito pra isso, a cultura do estupro é uma cultura feita e mantida pelas mulheres. Os homens q são vítimas de estupro.</p>	<p><i>Modalizador:</i> não (ligo muito pra isso) – a modalidade é expressa pela negação, pela intensidade (muito) e pelo verbo (ligar) que indica a opinião ou a crença do ator social em relação ao evento que está sendo discutido.</p> <p><i>Léxicos:</i> feita, mantida, mulheres – demonstram carga semântica depreciativa, criando, assim, uma imagem negativa do grupo social feminista por extensão e generalizando todo grupo social das mulheres; homens, vítimas, estupro – escolha de léxicos mais brandos, a fim de vitimar o grupo social masculino.</p>
<p>C5 - Se ela era casada, não houve tentativa de estupro mesmo!</p>	<p><i>Modalizador:</i> se – condição estabelecendo uma relação de obrigação da mulher no casamento; não – modalidade objetiva, na qual o ator social baseia sua avaliação no conhecimento de situações relativas a um sistema de convenções morais e/ou sociais; mesmo – evidencia o argumento apresentado pelo internauta, enfatizando seu discurso inicial de que não houve estupro.</p> <p><i>Léxico:</i> casada – associa o casamento a obrigatoriedade sexual.</p>
<p>C6 - Desde quando um marido precisa estuprar esposa?</p>	<p><i>Léxicos:</i> marido, estuprar, esposa – demonstraram, por meio de uma crença socialmente compartilhada numa sociedade patriarcal e machista, que não existe estupro marital.</p> <p><i>Modalizador:</i> desde quando – refere-se a uma modalidade epistêmica objetiva, na qual o conhecimento sobre a não ocorrência do estupro marital está relacionado a uma crença socialmente compartilhada.</p>

<p>C7 - Claro que isso não tem <i>base</i> nenhuma e é uma <i>histeria</i> e <i>inversão</i> total da realidade. A <i>mídia é feminista</i> até o talo e quando sai 0,1% do script, leva marretada. Aliás, não há nenhuma prova, exceto o relato da homicida.</p>	<p><i>Léxicos:</i> histeria, inversão, feminista – qualificadores que demonstram carga semântica negativa em relação às ações da página ao postar o conteúdo; base, mídia, prova, relato – referem-se negativamente à postagem e à página, bem como aos fatos apresentados, desqualificando as vozes ali presentes; homicida – possui carga semântica negativa, o que apresenta a mulher negativamente devido a ação praticada por ela.</p> <p><i>Modalizador:</i> não – insere no discurso a ideia de negação do ato, a fim de negar que houve estupro marital.</p>
<p>C8 - As <i>feministas</i> tentam a todo momento <i>fomentar</i> e <i>incutir</i> na cabeça das jovens a cultura do estupro, isto tem efeitos severos como aumentar os casos de falsas acusações de estupro de que vários homens são <i>vítimas</i>.</p>	<p><i>Léxicos:</i> fomentar, incutir, efeitos – tais léxicos estimulam a ideia de que a cultura do estupro não existe, e que as feministas tentam instigar e convencer um grupo específico sobre isso, o grupo de mulheres jovens. Sendo assim, nesse contexto discursivo, essas escolhas lexicais criam uma imagem negativa em relação às ações do grupo social feminista representado pela página; falsas acusações, severos – termos que possuem carga semântica negativa e, com essas escolhas lexicais, o internauta pretende culpabilizar o grupo social feminista, a página, responsabilizando-o pelo aumento de falsas acusações de estupro marital e principalmente de informações sobre esse tipo de violência às mulheres mais jovens; vítimas – qualificador que propõe inversão de papéis, os homens são estuprados e não as mulheres.</p> <p><i>Modalizador:</i> a todo momento – modaliza temporalmente a ideia de que o grupo de feministas presta um desserviço à sociedade.</p>

<p>C9 - Além do cara ter sido morto elas ainda o acusam de estupro. São umas <i>psicopatas</i> que vão morrer <i>sozinhas</i> e <i>secas</i> pq os homens odeiam o feminismo.</p>	<p><i>Léxicos:</i> psicopatas, sozinhas, secas - demonstram carga semântica depreciativa, o que faz uma representação negativa do grupo feminista; homens, odeiam, feminismo: escolhas lexicais que reforçam e generalizam; <i>Modalizador:</i> além de - anuncia um acréscimo com valoração negativa ao fato narrado no post.</p>
<p>C10 - Tem que ser <i>covarde</i> e <i>criminosa</i> demais em acusar um homem inocente de ser agressor e estupro. Mulher que faz isso merece uns 20 anos de cadeia.</p>	<p><i>Léxicos:</i> covarde, criminosa, acusar - demonstram carga semântica depreciativa, o que faz uma representação negativa da mulher vítima de estupro marital; mulher - generalização. <i>Léxicos:</i> inocente, agressor, estupro - relaciona esses léxicos, a fim de vitimar o homem sobre as acusações das feministas. <i>Modalizador:</i> demais - intensifica negativamente as qualificações da mulher.</p>

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras.

Conforme visto na tabela 1, constatamos algumas estruturas do discurso que apontam para uma polarização discursiva. Isso ocorre devido ao fato de o internauta enfatizar os aspectos negativos do exogrupo (elas, mulheres, feministas, homicida, esposa) e desenfatar os aspectos negativos do endogrupo (homens, vítimas, marido), como é possível verificar no C07:

C7 - Claro que isso não tem base nenhuma e é uma histeria e inversão total da realidade. A mídia é feminista até o talo e quando sai 0,1% do script, leva marretada. Aliás, não há nenhuma prova, exceto o relato da homicida.

A partir do C7, é possível perceber que o internauta nega a ocorrência do estupro marital logo no início de seu discurso, justificando tal acusação com o excerto “histeria e inversão total da realidade”. Ao utilizar esse argumento, o ator social insere o

conector *e*, a fim de somar dois léxicos relacionados ao grupo feminista - histeria e inversão. Essas escolhas lexicais, no contexto discursivo ao qual foram inseridas, possuem carga semântica negativa, uma vez que se remetem às ações do grupo feminista. Sendo assim, acabam enfatizando aspectos negativos do grupo feminino, das mulheres.

Em seguida, no excerto "Aliás, não há nenhuma prova, exceto o relato da homicida", o eu-mesmo introduz o modalizador *aliás*, a fim de retificar o seu discurso anterior. Além disso, põe em xeque o depoimento da vítima, invalidando seu discurso sobre a ocorrência do estupro devido ao fato de salientar a ausência de provas sobre o ocorrido. Por conseguinte, ao utilizar o modalizador *exceto*, que nesse contexto discursivo está possuindo o sentido de *apenas*, atribui a ideia de exclusão, colocando em dúvida o depoimento da mulher, como se o seu testemunho não fosse o suficiente e, com isso, fosse necessário a declaração de outra pessoa para comprovar a violência praticada pelo seu marido.

Outro fator importante a ser destacado nesse excerto é a escolha lexical para se referir a mulher. Mais uma vez o internauta busca fazer uma representação negativa do Outro, isto é, da vítima, ameaçando a sua imagem socialmente. Ao utilizar o léxico *relato*, o internauta parece dar um descrédito ao depoimento da mulher. Tal comportamento não está relacionado apenas ao fato de o homem não estar mais vivo para relatar sua versão do evento, mas, principalmente ao modo de tratamento inferior, de nível histórico e cultural, que é dado à mulher em nossa sociedade, o qual está relacionado a ideologia machista e patriarcal.

Outra escolha lexical utilizada no comentário que ameaça a imagem da vítima é a palavra *homicida*. Por se tratar de um léxico com carga semântica depreciativa, apresenta a imagem da mulher negativamente, devido a ação praticada por ela, que desencadeou na morte do marido. Nesse sentido, o ator social, busca em seu discurso, evidenciar os aspectos ruins da mulher e desenfaticar as ações negativas do homem, a fim de vitimá-lo. Tal estratégia promove uma polarização discursiva.

Nessa acepção, consoante a Tomazi (2014, p. 203), entende-se que o discurso defendido no comentário “desvelou a organização polarizada a nossa sociedade no que se refere às relações de gênero”, e, sob tal conjectura, a voz do internauta ressoa e se materializa em outras vozes de atores sociais: a voz do homem machista cujas crenças patriarcais negam a existência de estupro marital e ainda coloca em xeque o depoimento da mulher agredida, tirando a credibilidade de seu discurso.

Por fim, é possível perceber, a partir da construção discursiva desse comentário, que o internauta busca disseminar, por meio dos modelos mentais, crenças que apontam para uma ideologia patriarcal e machista de que não existe estupro marital. Contudo, Ferraz (2001) destaca que o fato de o casal dividir o mesmo teto não dá ao homem o direito de forçar a sua esposa a ter relação sexual com ele. No entanto, essas crenças, por já estarem cristalizadas no meio social, corroboram para que a mulher seja colocada em um nível de inferioridade ao homem, o que acarreta na falta de credibilidade ao discurso feminino e na subjugação desse gênero.

De forma semelhante, no C8 é possível perceber uma estratégia de vitimização do grupo masculino por meio de algumas estruturas discursivas. Além disso, é interessante destacar que, logo no início do comentário, o ator social direciona o seu discurso ao grupo social feminista, conforme é possível observar:

C8 - As feministas tentam a todo momento fomentar e incutir na cabeça das jovens a cultura do estupro, isto tem efeitos severos como aumentar os casos de falsas acusações de estupro de que vários homens são vítimas.

O internauta, ao utilizar o conector *e*, soma duas ações, consideradas, nesse contexto discursivo, negativas, a fim de construir uma representação negativa do grupo feminista. Isto é, o ator social utiliza os verbos *fomentar* e *incutir* para estimular a ideia de que as feministas tentam instigar e convencer sobre a



cultura do estupro. Nesse sentido, parece que o eu-mesmo busca destacar que esse tipo de violência não existe e é alimentada pelo discurso feminista. Tal estratégia demonstra a intenção de ameaçar a imagem desse grupo social.

Em seguida, no excerto "isto tem efeitos severos como aumentar os casos de falsas acusações de estupro", o internauta utiliza o mecanismo discursivo *isto*, com o objetivo de encapsular os argumentos anteriores para concluir seu discurso. Além disso, argumenta que essa ação do grupo feminista tem efeitos severos. Para tanto, faz o uso da escolha lexical *severos* de maneira tendenciosa, uma vez que essa palavra possui carga semântica negativa, visto que significa *grave, sério*. Tal escolha tem intenção de culpabilizar o grupo social feminista, responsabilizando-o pelo aumento de falsas acusações de estupro. Tal declaração, somada ao excerto "vários homens são vítimas" contribui para a vitimização do grupo masculino, além de reafirmar a ideia central de seu discurso de que não existe cultura do estupro.

Nesse sentido, é interessante destacar que o internauta faz uma interface entre a cognição pessoal e social, deixando explícitas crenças que reforçam a ideia de que não existe estupro marital. Essa ideia é resultado de uma sociedade patriarcal e machista que determina as ações e o comportamento da mulher no meio social. Trata-se, portanto, de um conjunto de crenças que corroboram para a violência contra a mulher, uma vez que esta é tratada como propriedade do marido e, por isso, deve se submeter aos desmandos dele. Em suma, tal comportamento se deve ao fato de esses valores e crenças patriarcais e machistas estarem cristalizados socialmente e, com isso, determinarem que a mulher seja submissa ao seu esposo e lhe dê obediência. No entanto, conforme afirma Jesus (2002), o matrimônio não configura ao homem o direito de forçar a mulher ao ato sexual, empregando a ela a violência física em caso de recusa, como aconteceu no evento em questão.

Uma questão evidente nos comentários é a falta de informações precisas sobre o evento que gerou a notícia. Tanto na manchete do jornal, "Mulher nega sexo e mata marido",

quanto na retextualização intertextual realizada na postagem da página *Não Me Kahlo*, "A mulher se defende de uma tentativa de estupro, mas para a mídia, ela 'nega sexo'", a informação principal é apagada ou minimizada já que nos dois casos não fica claro que a mulher sofria reiteradas agressões físicas do marido e que, nesse dia específico da agressão, ele chegou em casa agredindo-a e tentou agarrá-la à força para o ato sexual. Portanto, ela se negou a ser mais uma vez agredida e se defendeu como foi possível, não se tratando de uma negação ao ato sexual na função de esposa, mas de uma defesa diante de mais um estupro marital.

O estupro marital é uma realidade, mas ainda é um crime desconhecido pela sociedade e que fere a liberdade sexual de todo ser humano. Por vezes, esse tipo de crime é silenciado e sua invisibilidade faz com que muitas mulheres se submetam a essa violência sexual, sem muitas vezes conhecerem esse delito criminoso e entenderem que ainda hoje o corpo da mulher é objetificado pelo homem, não existindo direito de escolha para a mulher.

No próximo tópico faremos as considerações finais deste artigo, a partir dos resultados obtidos por meio das análises.

### Considerações finais

Ao analisar os comentários do *post* da página *Não me Kahlo*, percebemos a existência de uma tentativa de desqualificação da luta do grupo social feminista e o discurso estereotipado quanto à compreensão do lugar da mulher na sociedade, a fim de silenciar a voz desse grupo minoritário e a violência sofrida por ele. Dessa forma, essa prática social demonstra a falta de credibilidade no depoimento da mulher, ora a partir de questionamentos sobre a real ocorrência do estupro, ora por meio de pronunciamentos que naturalizam a opressão feminina, já que o ato sexual é visto socialmente como uma necessidade biológica do homem, principalmente em casos de relacionamentos conjugais.

Outro fator interessante a ser destacado é a vitimização do agressor no discurso dos internautas, o qual contribui para reforçar as crenças patriarcais, sexistas e machistas propagadas em nossa sociedade devido ao fato de os internautas não considerarem a ação do homem como um estupro marital.

Assim, o jornal *A Tribuna*, ao veicular uma notícia de violência contra a mulher com uma manchete ideologicamente distorcida e estereotipada, enfatiza a representação social desse grupo minoritário de forma negativa nos modelos contextuais de seus leitores, o que contribui para que eles reproduzam essas mesmas crenças ao se depararem com outros casos semelhantes. Dessa forma, a culpabilização da mulher pelo evento se deve ao fato de tal discurso ser construído rotineiramente em mídias hegemônicas e, com isso, esse tipo de situação já estar representado nos modelos mentais da sociedade.

Portanto, o *corpus* de nosso estudo vai além da violência contra a mulher que ocorre entre quatro paredes, uma vez que notamos, nesse caso, que ela aconteceu também de forma online, a partir do discurso de internautas da rede social *facebook*. Por isso, é possível perceber que a mulher não é vítima somente da violência física e sexual, mas também da violência verbal, psicológica, moral e patrimonial, ou seja, ela também é vítima de uma sociedade cujos valores são machistas, sexistas e patriarcais.

## Referências

DEMONER, Tamiris; TOMAZI, Micheline Mattedi. A violência contra mulher no cenário jornalístico: análise discursiva de notícias. In.: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2018, Florianópolis. *Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero* [recurso eletrônico]: 13th. Womens Worlds Congress. Florianópolis: UFSC, 2017. v. 1. p. 1-12.

FERRAZ, Carolina Valença. *A responsabilidade civil por dano moral e patrimonial na separação judicial*. São Paulo: PUC, 2001. p.194-195.

JESUS, Damásio Evangelista de. *Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 3, p. 96.

LESSA, Fábio de Souza; SOUZA, Maria Angélica R. de Souza. Tornar-

se *mélissa* em Atenas: educação e socialização femininas. In.: SILVA, Gilvan Ventura da. [et al.]. *História, mulher e poder*. Vitória. Edufes; PPGHist, 2006, p. 27 – 39.

NADER, Maria Beatriz. Violência sutil contra mulher no ambiente doméstico: uma nova abordagem de um velho fenômeno. In.: SILVA, Gilvan Ventura da. [et al.]. *História, mulher e poder*. Vitória. Edufes; PPGHist, 2006, p. 235 – 252.

NATALE, Raquelli. *A representação social da violência de gênero contra mulher no Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

NATALE, Raquelli. *O femirracídio em notícias sobre violência contra mulheres negras no Espírito Santo: um estudo discursivo e sociocognitivo*. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

OMS. *Estratégia e Plano de Ação para o Reforço do Sistema de Saúde para abordar a Violência contra a Mulher*. 54.º Conselho Diretor. 67º Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. Washington: 2015. Disponível em <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/28349/CD54-9-p.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em 02 de maio de 2022.

SCOTT, Joan Wallach. Gender: a useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

TOMAZI, Micheline Mattedi. Tolerância social à violência contra as mulheres: discurso, ideologia e contexto. In.: LINS, Maria da Penha Pereira; CAPISTRANO Junior Rivaldo (org.). *Quadrinhos sob diferentes olhares teóricos*. Vitória: PPGEL/UFES, 2014b, p. 187-205.

TOMAZI, M. M. A agentividade nas manchetes sobre violência de homens contra mulheres. *Discurso & Sociedad*, v. 14, p. 823-844, 2020.

TOMAZI, M. M. Desconstrução de face da mulher nos títulos de notícias sobre feminicídio. *Revista Interdisciplinar*, São Cristóvão, v. 31, p. 197-219, 2019.

TOMAZI, M. M.; RESENDE, Viviane. “Mais mulheres assassinadas na pandemia”: construção discursiva jornalística sobre violência contra mulheres no isolamento social. In.: RESENDE, V. *Estudos do Discurso: relevância social, interseccionalidade, interdisciplinaridade*. São Paulo: Pontes, 2022, p. 79-107.

VAN DIJK, Teun A. *Cognição, discurso e interação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 9 - 203.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2012a, p. 9 - 263.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto; 2012b, p. 15 – 309.

VAN DIJK, Teun A. Ideologia. Trad. Pedro Theobald. *Letras de Hoje*, v. 50, n. esp., p. 54 – 61, 2015.

VAN DIJK, Teun A. Análise Crítica do Discurso. In: TOMAZI, Micheline Mattedi [et al.]. *Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito*. São Paulo: Terracota Editora, 2016, p. 19 - 35.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil*. Brasil, 2015, Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

WHO. *Respect women: preventing violence against women*. Geneva: World Health Organization, 2019. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/WHO-RHR-18.19-eng.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

# Representação social em notícias sobre assédio sexual contra mulheres em transporte público no Espírito Santo: uma análise crítica de discurso

*Marta Aguiar da Silva*

## Considerações iniciais

O assédio sexual em transporte público de uso coletivo é um problema sociocultural e aflige milhares de mulheres. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com o Instituto Locomotiva (2019), 97% das 1081 mulheres brasileiras entrevistadas afirmaram ter sido vítimas de assédio sexual em meios de transporte. No estado do Espírito Santo, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP, 2022), dos 1771 boletins de ocorrência sob o registro de "Crimes contra os Costumes: Assédio Sexual", 81,8% foram cometidos contra pessoas do sexo feminino.

Compreendemos que a mídia, como instância de informação, pode reforçar o problema a partir da naturalização da objetificação do corpo feminino e dos comportamentos criminosos dos homens. Por conseguinte, o público, consumidor

de informação, pode formar modelos mentais errados sobre o assédio sexual em transportes públicos e suas vítimas e será induzido a suscitar interpretações machistas construídas quando lerem outras notícias.

Dessa forma, a pesquisa, de caráter qualitativo, tem por objetivo analisar a representação dos atores sociais vítima e agressor em notícias publicadas no jornal on-line *A Gazeta* sobre mulheres vítimas de assédio sexual em transportes públicos que circulam no Espírito Santo.

Somada à relevância social as análises se justificam pela necessidade de contribuição de pesquisa acadêmica sobre o assédio sexual contra mulheres, principalmente sob o viés da Análise Crítica do Discurso (ACD). A abordagem proposta por Teun A. van Dijk (1999; 2011; 2016) sugere uma interface cognitiva entre a sociedade e o discurso, o autor entende que as pessoas falam a partir da forma como compreendem ou constroem um fato social.

Além disso, visto o caráter multidisciplinar da ACD, abordamos ainda as relações patriarcais de gênero; o papel da mulher e do homem nos espaços sociais; leis brasileiras; dados do Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva (2019) e da SESP (2022) sobre crimes de assédio sexual no Espírito Santo. Para isso, utilizamos os trabalhos de Heleieth Saffioti (1994), Joan Scott (1995), Pierre Bourdieu (2002), Maria Diniz (2014), Jobst Paul (2016), Flávia Biroli (2018), entre outros.

Para compor o corpus de estudo, pesquisamos manualmente notícias publicadas no jornal on-line *A Gazeta*, veículo de comunicação escolhido devido à maior relevância no cenário midiático do Espírito Santo, local onde ocorre a pesquisa. Encontramos 23 notícias publicadas de 2016 a 2021, período de tempo em que observamos aumento de publicações sobre o tema. A busca foi realizada a partir do uso das palavras-chave “violência contra mulher”, “violência sexual”, “assédio sexual”, “abuso sexual”, “ato libidinoso”, “ato obsceno” e “importunação sexual”. Esses termos, geralmente, são utilizados para nomear crimes dessa natureza.

As notícias selecionadas relatam assédios sexuais que aconteceram em ônibus do Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo Integrado (Transcol) que funciona dentro da Região Metropolitana de Vitória. Para ilustrar o aumento na publicação de notícias, apresentamos o quadro, a seguir:

Quadro 1 - Relação de notícias que compõem o corpus	
Notícia	Data
Homem é preso por ato obsceno em ônibus na Serra	06/02/2016
Professora denuncia abuso sexual dentro de Transcol na Serra	20/07/2017
Polícia procura acusado de abusar sexualmente de mulher no Transcol	20/07/2017
Estudantes de Psicologia fazem campanha contra assédio no Transcol	22/09/2017
Tarado é detido ao se masturbar para filha de sargento no Transcol	22/09/2017
“Não gosto de mulher”, diz homem que ejaculou em passageira	26/10/2018
Justiça mantém prisão de homem que ejaculou em passageira no ES	26/10/2018
Após homem ejacular em mulher, passageiras relatam outros casos	26/10/2018
Idoso é preso por importunação sexual dentro de ônibus em Cariacica	06/11/2018
Passageiro é preso por assediar professora de inglês em coletivo	20/01/2019
Professora de inglês desabafa sobre assédio dentro de coletivo	20/01/2019



Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha	17/02/2019
Idoso de 78 anos é preso acusado de assédio dentro do Transcol	03/04/2019
Mulher denuncia importunação sexual dentro de ônibus no ES	17/09/2019
Homem é preso por importunar sexualmente passageiras em Transcol	25/09/2019
“A mulher vive com medo” desabafa vítima de importunação em ônibus	25/09/2019
Homem é detido por esfregar pênis em mulher dentro de Transcol no ES	12/12/2019
Homem é preso por assediar universitária dentro de ônibus em Vila Velha	04/03/2020
Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus	11/03/2020
Homem detido após masturbar em Transcol e usar a Bíblia para esconder ato no ES	01/09/2020
Homem é detido por assediar mulher no Terminal de Jardim América	01/09/2020
Homem volta a ser flagrado por importunação sexual e acaba preso no ES	02/09/2020
Homem se masturba em ônibus do Transcol e passageira denuncia à polícia	15/07/2021

O quadro chama a atenção para alguns aspectos das 23 notícias, entre eles o fato de uma ter sido publicada em 2016, quatro em 2017, quatro em 2018, oito em 2019, cinco em 2020 e uma em 2021. Os números evidenciam o aumento do interesse pelo tema assédio sexual contra mulheres em transporte público de 2016 para 2017, o que foi mantido nos dois anos seguintes com aumento considerável no ano de 2019, mas diminuíram em 2020 e 2021.

O resultado das análises indica que as vítimas são representadas a partir da idade, da profissão, e da relação social estabelecida com os demais passageiros. Os assediadores são representados a partir da idade, da relação social com os passageiros e de acordo com o papel no assédio sexual.

## Mulheres e espaços sociais

De acordo com Scott (1995), o termo gênero passou a ser utilizado pelas feministas americanas na década de 1970 para se referir à organização social da relação entre os sexos. Nesse sentido, a identidade feminina se explicita em sua diferenciação em relação ao masculino e de maneira subordinada.

A submissão das mulheres, segundo Paul (2016), é explicada pela retórica da desumanização, que se baseia na suposição de que o homem é diferente dos animais e, por isso, superior a eles. O dualismo, homem/animal, é sugerido por Paul (2016), a partir do que é chamado de "Código Binário", pois atribui a lados opostos características de bom e melhor *versus* mau e perigoso. Este representa o “eu” e aquele o “outro”. Em relação ao gênero, a tradição ideológica ocidental constrói eixos dualistas que criam uma oposição entre homem/mulher.

A partir dessa perspectiva, o gênero, pode ser compreendido como uma divisão decorrente da imposição de comportamentos a homens e mulheres, com o masculino ocupando posição dominante. Ambos exercem papéis sociais que se adequam ao discurso moral ocidental e, portanto são uma construção social.

A produção do gênero é ainda resultado dos espaços sociais. Bourdieu (2002) aponta uma diferença entre a contribuição do público e do privado para estabelecer papéis. O espaço privado é atribuído à mulher, assim como o público, ao homem. Em concordância, Biroli (2018) pontua que a esfera pública é entendida como âmbito da universalidade e da razão e a esfera privada, como âmbito da particularidade e dos afetos.

O cuidado com as crianças e com os idosos no espaço privado, por exemplo, é assumido pela mulher. Além disso, há as obrigações domésticas da vida cotidiana, que muitas vezes são somadas à jornada de trabalho remunerado (BIROLI, 2018). Isso não significa que as mulheres dominam o espaço doméstico em uma relação familiar, muito pelo contrário, elas assumem essas atividades porque são exigidas socialmente, o que também gera na mulher a ideia de que ela é responsável pelo espaço doméstico.

O espaço público não é tão diferente do privado para as mulheres, seu acesso é limitado, porque "a rua é um espaço eminentemente masculino" (SAFFIOTI, 1994, p. 165). Nos locais públicos, como as ruas, praças e ônibus o homem tende a sofrer violência de outros homens, enquanto as mulheres, em sua maioria, não são vítimas de outras mulheres, mas sim de homens. Dessa forma, mesmo a violência atingindo ambos os gêneros, elas são as principais vítimas em qualquer período de suas vidas (FACURI *et al.*, 2013).

### **Assédio sexual contra mulheres**

O assédio sexual contra mulheres pode ser compreendido como uma das consequências da "dominação masculina" (BOURDIEU, 2002), amparada no patriarcado<sup>1</sup> e muitas vezes resultado da apropriação simbólica do corpo da mulher. Instituições como a Igreja, o Estado, a escola, e a família, por sua vez, contribuem para legitimar as relações de autoridade que produzem a subordinação das mulheres aos homens. Essa instituições ainda podem contribuir para manter o assédio sexual, visto que não é um problema recente, atravessa gerações e subjuga mulheres a ações de violência.

O assédio sexual é definido como

Abordagens grosseiras, ofensas e propostas inadequadas que constrangem, humilham e amedrontam. O assédio sexual não

---

1 O termo patriarcado tem origem nas palavras gregas *pater* (pai) e *arke* (origem e comando). Assim, o seu significado relaciona-se à autoridade do pai e faz referência ao poder e ao domínio dos homens sobre as mulheres (DINIZ, 2014)

tem a ver com desejo sexual, mas sim com uma manifestação de poder e de intimidação. Pode acontecer em espaços e contextos diversos, como em casa, no trabalho ou em espaços públicos, como as ruas e os meios de transporte (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2022).

O conceito apresentado pelo Instituto Patrícia Galvão (2022) é mais abrangente do que o sentido empregado pela primeira vez no ano de 1970 pelas feministas da Universidade de Cornell, a partir de observações de práticas de conotações sexuais dos homens contra as mulheres no contexto das relações de trabalho. Diniz (2014) ressalta que, atualmente, as pesquisadoras do tema se recusam a limitar o assédio sexual exclusivamente às relações de trabalho, pois consideram que a relação de poder entre homens e mulheres está presente e é exercida em outras dimensões.

Dessa maneira, Diniz (2014) entende o assédio sexual como uma forma de violência contra a mulher, sustentada pela cultura. A autora acredita que vivemos em um padrão cultural no qual as mulheres devem reprimir a sua sexualidade, enquanto homens são tidos possuidores de uma necessidade de variedade sexual para manter sua saúde física.

No Brasil, o assédio sexual é penalizado com base na Lei nº 10.224/2001. A violência é definida no artigo 216 como "constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico". Dessa forma, o termo assédio sexual está relacionado, na Lei brasileira, apenas ao exercício do emprego, cargo ou função.

Em alguns casos, o assédio pode caracterizar um crime de estupro (Lei nº 12.015/2009): "constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso (artigo 213 do Código Penal - CP)". Há ainda, infrações como a contravenção penal da importunação ofensiva ao pudor (art. 61 do Decreto-Lei nº 3.688/1941, Lei das Contravenções Penais) e do ato obsceno (art. 233 do CP).

No ano de 2018 foi acrescida a Lei nº 13.718 com o objetivo de tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro. De acordo com o artigo 215, a importunação sexual é definida como "praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro". A referida Lei é um marco, juntamente com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

### **Assédio sexual no Espírito Santo**

Mediante solicitação, a SESP (2022) disponibilizou informações sobre o crime de assédio sexual no Espírito Santo. Os registros indicam que as mulheres representam 81,8% das vítimas que denunciam à polícia, isto é, 1436 assédios de 1771. Por outro lado, os homens representam 8,02% das ocorrências, ou 142 crimes. Assim, os dados indicam que eles também são vítimas desse tipo de violência sexual, mesmo que as mulheres sejam assediadas com mais frequência. A diferença pode ser explicada pelo machismo que subjuga as mulheres a constantes situações de violência por parte dos homens. É necessário pontuar também que ter vergonha de denunciar o assédio é uma característica do machismo, que pressiona os homens a reagirem de outras formas, como rebater com violência física e/ou verbal, e as mulheres, a se calarem.

Como nesta pesquisa nos interessa o assédio sexual contra mulheres, os dados detalhados nos próximos parágrafos não contam com a quantidade de vítimas homens. Além disso, também não contabilizamos as outras 10,90%, ou 193 pessoas, que aparecem nos registros da SESP (2022) como "sem informação" no quesito sexo.

Os dados disponibilizados pela SESP (2022) indicam o aumento da quantidade de registros de assédio sexual dos últimos anos. É possível que os números indiquem que os assédios sexuais aumentaram, mas provavelmente retratam que as mulheres tiveram mais coragem de denunciar, devido aos constantes debates

na mídia, principalmente na Internet, bem como, a promulgação da Lei da Importunação Sexual em 24 de setembro de 2018. O respaldo da lei pode diminuir o temor de ser desacreditada e humilhada ao registrar queixa.

Em 2016 foram registrados 140 boletins de ocorrência, 35 a menos que em 2017, 110 a menos que 2018, 185 a menos que em 2019. Logo, há um claro aumento do número de casos de assédio sexual no Espírito Santo de 2016 a 2019. Em 2020, foram 273 boletins e em 2021 foram contabilizadas 272 denúncias de assédio sexual.

A diminuição de casos denunciados pode estar relacionada com a pandemia de COVID-19. Após os primeiros meses de 2020, o governo estadual estabeleceu medidas de restrição como proibição de ônibus circulando durante algumas semanas na Região Metropolitana de Vitória, proibição de aglomerações e redução de atividades essenciais do comércio. Isso pode ter diminuído o número de passageiros e influenciado no número de boletins de ocorrência.

Apesar de não diferenciar os tipos de assédio sexual, os registros indicam os locais dos crimes. A residência é o local onde mais ocorreram assédios sexuais, foram 397 de 1436 registros. Isso indica que as 397 denúncias poderiam ser enquadradas na Lei Maria da Penha, como violência sexual, em virtude de essa englobar as agressões em ambiente doméstico.

O segundo local onde mais ocorreram assédios sexuais contra mulheres foram as vias públicas. As vítimas registraram 304 denúncias, que poderiam ser nomeadas de importunação sexual, de acordo com a Lei, pois se encaixam na descrição da violência que essa abarca.

Outros locais citados nos registros disponibilizados pela SESP (2022) foram comércio (163 denúncias), escolas (87 denúncias), ambiente web (80 denúncias), veículos (64 denúncias), consultório/hospital (60 denúncias), repartição pública (41 denúncias), escritório (19 denúncias), indústria (10 denúncias),

templo religioso (oito denúncias), eventos (sete denúncias), unidades prisionais (cinco denúncias), agências bancárias (três denúncias), ginásio (duas denúncias), floresta (uma denúncia) e outros locais sem identificação (185 denúncias).

No que se refere à idade das mulheres vítimas de assédio sexual, nas cidades do Espírito Santo, os dados indicam que 368 registros constam como "sem informação". Todavia, indicam que o grupo que mais é vítima desse tipo de crime são as adolescentes de 13 a 19 anos, com 430 denúncias, seguidas pelas jovens de 20 a 29 anos, com 279 vítimas e pelas crianças de zero a 12 anos, com 134 boletins de ocorrência. Posteriormente, aparecem as mulheres de 30 a 39 anos, com 120 ocorrências, as mulheres de 40 a 49 anos, com 74 boletins registrados, as mulheres de 50 a 59 anos, com 20 denúncias e as mulheres de 60 a 75 anos, com 11 vítimas.

Na cidade de Vitória ainda não existe ou foi proposta lei sobre o assédio sexual em espaço público, mas essa iniciativa foi realizada na cidade de Serra, possivelmente pelo aumento significativo de casos nos registros oficiais. De acordo com os dados disponibilizados pelo SESP (2022), considerando os boletins de ocorrência registrados por mulheres que sofreram assédio em via pública, em 2016 foram quatro vítimas, no ano seguinte, duas vítimas e em 2018 o número aumentou para sete vítimas.

Para evitar o assédio sexual em transporte público, em 2018, a Câmara Municipal de Serra criou o Programa de Combate ao Assédio Sexual no Transporte Coletivo do município de Serra (ES), por meio da Lei 4.776. O objetivo desta Lei é chamar a atenção para o alto número de casos de assédio sexual nos veículos do transporte, coibir o assédio sexual e também, criar campanhas educativas para estimular denúncias por parte da vítima.

No mesmo ano, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop) e da Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV) criou a campanha contra assédio sexual dentro dos ônibus do Transcol (EFFGEN, 2019).

## Representação de Atores Sociais

De acordo van Dijk (1999), “a representação social é um conjunto de crenças socialmente compartilhadas localizadas na memória social” (VAN DIJK, 1999, p. 69). Essas crenças com frequência são expressas em textos e nas conversações que se realizam por meio dos modelos mentais.

No cotidiano, como membros de grupos sociais, as pessoas adquirem conhecimento sobre outras pessoas, atividades e grupos. Do ponto de vista cognitivo, esses conhecimentos se tornam representações no momento em que automaticamente são associados a pessoas em situações diferentes por meio dos modelos mentais criados. Segundo van Dijk (2011),

Em suas experiências cotidianas e nas várias formas de discurso pedagógico ou midiático, as pessoas adquirem protótipos e esquemas gerais de outras pessoas e membros de atividades sociais. Uma das funções dessas representações esquemáticas é facilitar a percepção, a memória e a reprodução, por exemplo, organizando ou reduzindo informações complexas. Além disso, com a aplicação frequente e repetida, os esquemas tendem a ser aplicados mais ou menos automaticamente. (VAN DIJK, 2011, p. 105).

Compreendemos por meio da explicação de van Dijk (2011) que os atores sociais podem ser classificados de várias maneiras. Primeiro tendemos a destacá-los a partir de aspectos identitários como gênero, etnia, idade, ocupação ou profissão, posição ou *status*. Tais características causam, provavelmente, impacto sistemático nas atividades, nos textos da mídia, e nas conversas do cotidiano (VAN DIJK, 2011).

A importância da análise a partir dessa categoria pode ser explicada pela observação de Resende e Ramalho (2009). Para elas, a maneira como atores sociais estão sendo representados pode indicar qual o posicionamento do produtor do texto em relação a eles ou às ações praticadas por eles. Atores sociais podem ser exaltados, apagados ou ofuscados, assim como pré-julgamentos podem ser feitos a partir de suas representações.



## Análise

Identificamos nas 23 notícias analisadas os atores sociais vítima, assediador, representantes da Justiça/Segurança Pública (“guarda municipal”, “polícia”, “advogado”, “juíza”), estudantes de Psicologia, passageiros(as) e motoristas. Contudo, o foco nesta análise está direcionado para as representações discursivas de vítima e de agressor nas notícias, em consonância com nosso objetivo.

Dessa maneira, começamos pelas vítimas de assédio sexual em transporte público que são representadas a partir da idade, da profissão, do nome próprio e da relação com o agressor. O quadro, a seguir, foi desenvolvido com a intenção de demonstrar as representações que ocorrem nos textos.

Quadro 2: Representação social das vítimas de assédio sexual em transporte público				
Faixa etária	Papel de acordo com a faixa etária	Profissão da vítima e/ou nome próprio	Nome próprio	Papel na relação com o agressor
18 a 29	Jovem Mulher Garota	Professora Professora de inglês Estudante de psicologia Filha de sargento da Polícia Militar Universitária Estudante	Geise Paula Borges	Vítima
30 a 40	Mulher	Vigilante Operadora de Telemarketing Estudante de segurança do trabalho	Briza Moreira	Vítima
41 a 54		Jornalista	Lilian Barros	Vítima
Sem idade	Mulher		Aline Brunela Milena	Vítima

O quadro indica que a maioria das vítimas têm entre 18 e 29 anos, o que está de acordo com os dados da SESP (2022) sobre faixa etária das vítimas. As mulheres são representadas no texto pelo termo “jovens”, estabelecendo uma relação de proximidade com a idade. A segunda faixa etária das vítimas mais prevalente compreende mulheres de 30 a 40 anos de idade, representadas pelo substantivo “mulher”. Em oito notícias, a idade das vítimas não é informada e elas são identificadas de forma genérica como “mulher”. Além dessas construções lexicais para identificação das mulheres que sofrem esse tipo de crime, o uso do termo “passageira” depende da relação que a vítima estabelece com o assediador, com os outros passageiros e pelo lugar onde o crime ocorre, um transporte público.

Todas são identificadas como vítimas e recebem essa representação em algum momento nas notícias. Quanto ao lugar profissional ocupado pelas mulheres, em muitas notícias a profissão é citada como forma de representação que indica seu lugar social e, portanto, a “validade” de sua fala de mulher que sofreu uma agressão desse tipo. A seguir, destacamos excertos da N10<sup>2</sup> para exemplificar o uso da profissão para representação da vítima:

(N10) “Passageiro é preso por assediar professora de inglês no coletivo (A GAZETA, 20/01/2019)

A *professora* estava acompanhada de um grupo de mais de três amigos e seguia do Centro de Vila Velha para se divertirem na praia de Setiba em Guarapari.

O passageiro de um ônibus foi preso após ser acusado de importunar sexualmente uma *professora de inglês*, de 18 anos, dentro de um coletivo, na Rodovia do Sol, em Vila Velha, na manhã deste domingo (20).

Havia muitos passageiros em pé no coletivo, entre eles a *professora de inglês* e o criminoso, oportunidade que ele aproveitou para cometer o crime.

---

<sup>2</sup> A opção por nomear as notícias abreviando a primeira letra e adicionando um número (N1, N2, N3...) foi feita por um motivo metodológico e para não precisar repetir os títulos. Os nomes seguem a ordem de publicação, da notícia mais antiga (N1: 2016) para a mais recente (N23: 2021).

[...] O suspeito ficou roçando na vítima, até que um outro passageiro que estava sentado cedeu lugar à *professora*. “Eu comecei a chorar, pois não tinha reação. Não acreditava que aquilo estava acontecendo”, contou a vítima.

No excerto de N10, a categoria profissional (professora de inglês) na qual se insere a mulher em situação de violência, é destacada, topicalizada junto a outras informações que se considera mais importante: o assediador (passageiro), o lugar onde ocorreu o fato e a ação explicativa que levou o passageiro à prisão.

Observamos assim, que a representação da vítima é relacionada já na manchete a sua profissão, portanto, um lugar que pode lhe conferir certo grau de credibilidade por pertencer a um grupo social, de professoras, representante de uma elite simbólica. Nesse sentido, a voz de uma professora seria mais crível para o que se quer dar valor como notícia, ou seja, o assédio sexual cometido em ônibus do transporte público. Contudo, há um qualificador que imprime ainda mais legitimidade e poder de fala a ela, já que é uma professora “de inglês”, ou seja, ela ensina uma segunda língua considerada um idioma de prestígio.

Essa representação social é repetida ao longo do corpo da notícia e apenas em uma parte final há o uso lexical da palavra “vítima”, momento em que essa professora de inglês é recategorizada como ator social que sofreu um crime e denunciou.

Algumas outras informações na notícia ajudam a construir uma imagem dessa professora. Já nas primeiras linhas, o leitor pode entender que a professora estava indo à praia acompanhada de “mais de três amigos”, ou seja, não estava sozinha, além de a notícia indicar sua idade, 18 anos. Aqui, a “retórica dos números” não nos parece aleatória, já que será justamente “uma amiga” da professora, referenciada também como “estudante” que irá ajudá-la a tentar se livrar daquele momento:

(N10) “*Minha amiga* disse para mim que ele estava encostando demais. Eu estava em pé, mas saí do lugar onde eu estava, fiquei mais para o meio do ônibus, e minha amiga se aproximou de mim, deixando um espaço confortável entre ela e o acusado.

Mesmo assim, ele se aproximou novamente e voltou a encostar na minha amiga”, *contou* uma passageira, uma estudante de 18 anos, que acompanhava a professora de inglês.

Nesse relato em discurso direto é interessante observar que a voz é da professora de inglês. No excerto ela afirma que tentou se afastar dentro do coletivo do acusado. Só que o “espaço” aparentemente “confortável” para que não houvesse contato físico foi desrespeitado pelo homem que busca nova aproximação para se “encostar” na professora.

O verbo “contou” imprime ao discurso uma narração dos fatos pela voz de uma terceira pessoa, uma fonte ouvida pela jornalista. No entanto, enquanto há uma generalização na representação social dos “passageiros”, incluindo todos (professora, acusado, amiga, estudante), existe uma marcação avaliativa para o lugar assumido pela professora e o lugar da “estudante” que a chama de “minha amiga”, numa proximidade maior, indicando uma relação de amizade entre uma professora, de 18 anos, e uma estudante, também de 18 anos, que estavam indo se divertir em uma praia no domingo (N10: “Havia muitos passageiros em pé no coletivo, entre eles a professora de inglês e o criminoso, oportunidade que ele aproveitou para cometer o crime”).

Para nós, essas construções não são aleatórias, pois já imprimem um juízo de valor sobre a interação, que pode estar relacionada ao modo como elas estavam vestidas, uma vez que há uma marca quantificadora, “muitos passageiros”, mas apenas a professora chamou atenção ou causou efeito sexual no acusado, talvez por estarem indo para a praia e por pertencerem a um país machista e sexista, já que há uma visão estereotipada e machista de que, dependendo da roupa que está vestindo, a mulher é “culpada” por ter seu corpo objetificado sexualmente pelo homem (TOMAZI, 2014).

Vejamos a construção dos atores sociais em outra notícia que, a princípio, pareceu-nos reforçar o que foi discutido em (N10):

(N12) Passageira denuncia *assédio* em Transcol e acusado é detido em Vila Velha (A GAZETA, 17/02/2019).

A *vítima, que seguia para a igreja*, conta que o homem passou a mão nas nádegas dela.

Uma jornalista de 54 anos denunciou ter sofrido *assédio sexual* dentro de um ônibus do sistema Transcol na manhã deste domingo (17), em Vila Velha. A vítima que seguia para a igreja, conta que o homem identificado como Flávio Soares dos Santos insistiu em ficar atrás dela dentro do veículo e passou a mão nas nádegas da passageira. Ao perceber, ela pediu ajuda dos passageiros e o acusado foi levado à delegacia.

De acordo com a jornalista Lillian Barros, era por volta de 8h50 quando ela entrou no Trascaol da linha 503, no Terminal de Vila Velha. O trajeto do ônibus segue até o Terminal Laranjeiras. Lillian pretendia ir à igreja, mas os planos foram interrompidos após ela perceber que estava sendo vítima de *assédio sexual*.

A representação da mulher nesta notícia é construída de forma a dar credibilidade a sua fala. Inicialmente, o termo para se referir ao evento é “assédio” e “assédio sexual”, posteriormente cita o local para onde a mulher seguia “para a igreja” e por último, relata o pedido de ajuda aos passageiros e a denúncia à polícia. Em termos de agentividade, a mulher assume a posição de sujeito em uma oração que, embora tenha um conector aditivo, pode ser compreendida como uma ideia de sucessão de ações, portanto pode ser substituído por “em seguida”.

Na manchete, há a escolha do verbo “denunciar” dicionarizado como “apontar alguém ou a si mesmo como autor de um crime ou delito” (MICHAELIS, 2022). Assim, o verbo pode ser lido com o sentido de delatar e de tornar conhecido o assédio, que ocorre e precisa ser discutido em termos de políticas públicas. A partir do lide da notícia que a identificação da mulher deixa de ser generalizada como “passageira”, talvez para indicar que qualquer mulher deve ter a mesma atitude de denunciar tal crime, e passa a ser identificada por “vítima”.

A indicação de lugar no trecho “A vítima, que seguia para a igreja, conta que o homem passou a mão nas nádegas dela” assume

uma referência importante, pois associa a imagem da mulher vítima à imagem da mulher religiosa, já que ela estava indo para a igreja.

Além dessa relação mulher/religiosidade, a vítima nessa notícia é também referenciada pelo nome, a profissão e a idade (“jornalista de 54 anos” e “Lilian Barros”). Isto é, há um grau de autoridade que reforça a denúncia, algo que faz parte do cotidiano do profissional do domínio jornalístico, mas há também a associação de uma imagem de uma mulher mais velha, cuja idade causaria surpresa para alguns ao pensar na relação mulher e assédio. Pressupõe-se que a mulher mais velha não despertaria desejo e, portanto, não seria alvo de objetificação sexual.

Como dito anteriormente, as mulheres são representadas como vítimas em todas as notícias, mas a palavra de algumas tem um valor maior e o assédio é compreendido como algo mais grave em algumas notícias do que em outras. O ponto que pode indicar a hierarquização dessa importância é a profissão, como observado na N10 (“professora de inglês”, jovem de 18 anos) e na N12 (“jornalista”, mulher religiosa de 54 anos) associada aos lugares para onde as vítimas estavam indo e com quem “para a praia acompanhada de amigos” e “para a igreja”, além da forma como o crime é nomeado “assédio sexual”.

Para reforçar essa compreensão da representação positiva ao citar a profissão, destacamos a N8:

(N8) Após homem ejacular em mulher, passageiras relatam outros casos (A GAZETA, 26/10/2018)

Elas contam que sofrem assédio por contato físico ou por meio de palavras

Após caso do homem que ejaculou em uma mulher dentro de um ônibus do Transcol em Vitória, a reportagem da TV Gazeta foi ao Terminal de Vila Velha, nessa sexta-feira (26), conversar com mulheres sobre casos de assédio dentro de coletivos. E não foi necessário muito tempo para encontrar casos parecidos ou que poderiam ter evoluído para a mesma coisa.

*Uma passageira chamada Aline* relatou que já chegou a ser

apalpada dentro do ônibus com o dedo e temeu que *algo pior pudesse acontecer* [...]

As mulheres na N8 são representadas pelo primeiro nome e pelo gênero “passageiras” e “mulheres”. Diferentemente em N10 e N12 não é citada a profissão das vítimas ou qualquer outra representação que lhes desse credibilidade além do primeiro nome. Isso pode explicar porque na N8 há uma hierarquização de gravidade dos tipos de assédio “algo pior [do que ser apalpada] pudesse acontecer”. O que pode ser interpretado como uma forma de mitigar a violência sofrida por parte das vítimas de assédio sexual. A indicação do lugar onde a reportagem colheu as fontes é um fator importante para identificação dessas mulheres em seus espaços de “perigo”, o Terminal de Vila Velha. É nesse sentido que o uso no plural de “passageiras”, “mulheres” e do dêitico “elas” reforça uma categoria social para além das profissões: mulheres.

A própria manchete da notícia coloca em evidência uma relação temporal, já que houve um caso anterior de ejaculação de um homem em uma mulher dentro do transporte público. Esse caso individualizado até então foi mote para que o jornal investisse em uma ação positiva que é “ouvir as mulheres no terminal”, por isso, a manchete se inicia com o “após”.

No entanto, ao trazer a voz de uma mulher em específico, Aline, a notícia parece reforçar a ideia de que os casos, embora individualizados, precisam ser pensados em termos gerais e não minimizados pela sociedade.

Outro ponto a ser destacado é a representação da mulher em N5, a seguir:

(N5) Tarado é detido ao se masturbar para *filha de sargento* no Transcol (A GAZETA, 22/09/2017)

O homem foi levado para a 3ª Delegacia Regional em Laranjeiras e, depois de prestar depoimento, foi liberado (A GAZETA, 22/09/2017)

Um homem de 56 anos foi detido após ser flagrado se masturbando dentro de um ônibus, na Serra, na noite de quinta-

feira (21). Ele estava sentado ao lado de uma estudante de 18 anos, que assustada ligou para o pai, um sargento da Polícia Militar, e avisou sobre o que estava acontecendo.

A vítima é representada a partir de uma classificação “filha de sargento”. Na notícia em destaque, a credibilidade da palavra é dada ao pai da vítima. Inclusive, a mulher é colocada em segundo plano, o seu pai recebe os créditos pela legitimidade na denúncia e pela ação de fazer justiça:

*Assustada, ela imediatamente ligou para o pai militar e passou as informações do trajeto do ônibus e as características do suspeito. Quando o coletivo passava próximo ao Batalhão da Polícia Ambiental, na Avenida José Rato, em bairro de Fátima, na Serra, foi parado por militares.*

A representação do pai da vítima ganha destaque pela sua relação com a estudante e pelo papel social, sargento da Polícia Militar, indicando que assim como o assédio sexual é sustentado pela relação de subordinação das mulheres aos homens, na N5, a representação positiva da mulher assediada é amparada por um discurso patriarcal.

De acordo com Bourdieu (2002), a subordinação das mulheres aos homens ocorre por meio de discursos proferidos por instituições como a Igreja, o Estado, a escola, a família e a mídia. Na N5, a representação do pai é positiva porque, historicamente, a sustentação da identidade masculina patriarcal foi pautada no ideal de virilidade, na qual o homem se definiu como um ser humano privilegiado. Seria o forte, o inteligente, o corajoso, o responsável, o mais criativo ou o mais racional (NADER, 2013).

Algo semelhante acontece na N18, contudo em menor proporção porque o pai não é citado como policial e o título não aborda a denúncia.

(N18) Homem é preso por assediar universitária dentro de ônibus em Vila Velha (A GAZETA, 04/03/2020)



O acusado de 23 anos foi preso por policiais militares e autuado em flagrante pelo crime de importunação sexual

Na época, *ela ligou para o pai* dela aguardá-la no ponto em que desembarcaria, com medo que ele seguisse. “Quando cheguei ao meu ponto, ele agarrou meu braço para eu não descer, saindo do ônibus correndo e *encontrei meu pai*. Avisei à viatura próxima, que acionaram outra e conseguiram prendê-lo”, detalhou.

Na N18, a vítima argumenta que para fugir do assediador precisou se desvencilhar dos seus braços e correr para encontrar o pai que a esperava depois que “ela ligou para o pai”. Nesse contexto, para construir uma representação positiva da vítima, o jornal recorre à relação de proteção de um pai para com uma filha. Além disso, N5 associa o poder do homem a sua profissão.

Na N5 também chama a atenção o uso do advérbio de tempo “imediatamente” para se referir à reação sem demora ao assédio. O termo destacado remete a representações das vítimas presente na voz das próprias mulheres. As falas destacadas em discurso direto e aspeado têm um propósito, nas vítimas há uma necessidade de justificar o seu comportamento antes do assédio e a sua reação a ele. O jornal, por sua vez, tenta mostrar uma pretensa objetividade utilizando na fala da mulher recursos linguísticos que podem indicar isenção diante do evento relatado. Entretanto, a seleção das falas que aparecem nas notícias é argumentativa na medida em que evidencia um ponto de vista sobre o ocorrido.

Há uma necessidade de a mulher justificar a reação não imediata ao assédio, como se ela precisasse ter certeza que está sendo assediada. A necessidade da justificativa é reforçada pelo jornal porque faz questão de colocar o relato semelhante de várias mulheres:

(N2) Professora denuncia abuso sexual dentro de Transcol na Serra (A GAZETA, 20/07/2017)

“O homem colocou as partes íntimas para fora da bermuda, duas vezes, e depois roço sua perna em mim”, relata. “Cheguei a pensar que era coisa da minha cabeça. Não estava acreditando”, exclama.

(N6) “Não gosto de mulher” , diz homem que ejaculou em passageira (A GAZETA, 26/10/2018)

“*Na hora você acredita que não está acontecendo*” - Vítima. [...] “Você fica sem reação. Fiquei com medo dele estar armado, com faca, sei lá. Avisei ao cobrador e as pessoas que não tinham percebido se revoltaram”, contou.

(N12) Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha (A GAZETA, 17/02/2019)

“Foi quando comecei a sentir alguma coisa encostando em mim. *Desconfiei, mas logo me reprimi. Pensei: Não é possível, é coisa da minha cabeça, deve ser um trabalhador.* Ele encostou três vezes. Na quarta, ele apertou minhas nádegas com força. Foi quando olhei para trás e vi a mão dele. Ele estava passando a mão em mim”, lembra.

(N13) Idoso de 78 anos é preso acusado de assédio dentro do Transcol (A GAZETA, 03/04/2019)

Em depoimento, a vítima relata *que chegou a pensar que fosse o balanço do ônibus que estava provocando a situação e tento se afastar do idoso.* Porém, o coletivo parou de balançar e que, mesmo assim, o suspeito continuava praticando o ato.

(N23) Homem se masturba em ônibus do Transcol e passageira denuncia à polícia (A GAZETA, 15/07/2021)

Perplexa com a cena, a mulher disse não acreditar no que acontecia, ao ponto de “travar” diante da importunação sexual. “Fiquei muito assustada e *não queria acreditar naquilo que estava acontecendo comigo.* Fiquei em choque e sem reação. As pessoas que estavam no ônibus estavam mais à frente e usavam fone de ouvido. Caso eu tentasse algo, ele poderia tentar fazer algo comigo. Fiquei com medo dele até me cortar”, complementou.

Todas essas falas em primeira pessoa revelam muito da construção identitária da mulher na sociedade. No espaço público, o corpo da mulher é lido como disponível aos outros e, por isso, pode ser tocado e interpelado por desconhecidos se a vítima não tiver comportamentos socialmente esperados (SANTOS, 2016).

Muitas mulheres, como demonstrado nas notícias, têm consciência de que são subjugadas pela roupa que vestem, pela reação imediata ou não à violência, pela forma como se expressam, isto é, se falam alto de maneira a chamar a atenção ou se são recatadas e pouco visíveis. Assim, enquanto no espaço público, como um transporte coletivo, o homem é compelido a reafirmar sua posição de virilidade e evitar traços de feminilidade, da mulher espera-se o recato, o controle das emoções e dos sentimentos, mesmo que sejam de culpa.

Dessa maneira, a moral conservadora sustentada por ideologia machista sobre como a mulher deve comportar-se acaba por fazer com que as vítimas de assédio sexual em transporte público do Espírito Santo expliquem e justifiquem detalhadamente seu comportamento diante da violência sofrida para que não sejam classificadas como aquelas que não são decentes e dignas de respeito. Entende-se, desse modo, conforme Santos (2016), que respeito é direito apenas das mulheres que se portam de acordo com determinadas normas sociais de gênero e sexualidade.

A postura diante do assédio e o lugar para onde vão quando sofrem o assédio são colocados em xeque pelo jornal. Há uma representação menos negativa para as mulheres que frequentam o espaço de trabalho, andam acompanhadas, buscam conhecimento e se munem de armas para tentar reagir ao crime, isto é, há uma necessidade de a mídia ressaltar que a mulher assediada é digna de apoio ao relacioná-la ao que socialmente é esperado de uma mulher, como demonstrado nos excertos:

(N3) Polícia procura acusado de abusar sexualmente de mulher em Transcol (A GAZETA, 20/07/2017)

*A jovem garante que chegou em casa do trabalho por volta das 14h30 desta quarta-feira. Em seguida decidiu ir ao DPJ de Laranjeiras, na Serra, para prestar queixa.*

(N10) Passageiro é preso por assediar professora de inglês em coletivo (A GAZETA, 20/01/2019)

*A professora estava acompanhada de um grupo de mais três amigos e seguia do Centro de Vila Velha para se divertirem na praia de Setiba, em Guarapari.*

(N12) Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha (A GAZETA, 17/02/2019)

*A vítima que seguia para a igreja, conta que o homem identificado como Flávio Soares dos Santos insistiu em ficar atrás da passageira.*

(N17) “A mulher vive com medo” desabafa vítima de importunação em ônibus (A GAZETA, 20/09/2019)

*Estava indo para um treinamento em Jardim Camburi. Ele entrou no mesmo ônibus que eu estava já excitado.*

(N19) Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus (A GAZETA, 11/03/2020)

*No ano passado, a universitária chegou a ser perseguida dentro do ônibus pelo suspeito, por isso passou a carregar uma arma de choque na mochila.*

Entretanto, essa representação positiva não é associada às mulheres que não denunciam. Há uma cobrança em relação a essas vítimas que se sentem envergonhadas ao ponto de não denunciarem, inclusive na voz de pessoas entrevistadas que se dizem contra o assédio. Um exemplo pode ser analisado na N4 “Estudantes de Psicologia fazem campanha contra assédio no Transcol” (22/09/2017).

Para a estudante, Nívea Santos, 39 anos, poucas vítimas de assédio se manifestam e o silêncio faz com que esses atos continuem a ser praticados. “Achamos que *a partir do momento que a pessoa sofre esse tipo de assédio e não se manifesta ela está dando cobertura para que isso continue ocorrendo.* A questão é muito mais ampla e envolve também o assédio psicológico, que se não tratado pode render muitos frutos ruins no futuro”, explicou.

A campanha é necessária, mas as justificativas da sua existência selecionadas pelo jornal para serem divulgadas contribuem para a culpabilização da vítima. Apesar das consequências psicológicas serem abordadas, não há uma discussão na N4 em torno da dificuldade da mulher assediada em denunciar o caso, devido muitas vezes à dificuldade de provar o acontecido.

Quanto aos assediadores, eles são representados de acordo com a faixa etária, na relação social estabelecida com a vítima e com as testemunhas, por nome e de acordo com o papel no assédio sexual. O quadro, na sequência, ilustra as representações.

Quadro 3: Representação social dos assediadores sexuais em transporte público				
Idade	Papel de acordo com a faixa etária	Papel do agressor na relação com a vítima	Nome próprio	Papel no assédio sexual
20 a 23	Homem e rapaz		Douglas Dias da Silva e Jeferson Bispo dos Santos	Suspeito, acusado, indiciado, criminoso, assediador e abusador
56	Homem			Tarado, suspeito e acusado
72	Homem e idoso			Suspeito
78	Idoso			Acusado e suspeito
Sem idade	Homem	Passageiro, indivíduo, cidadão e sujeito	Flávio Soares dos Santos	Suspeito, acusado, agressor, criminoso, executor do ato, tarado, psicopata, e doente

Observamos por meio dos dados destacados na tabela que os assediadores são representados em 21 das 23 notícias de forma genérica com o uso do termo “homem”. Essa identificação muda de acordo com a idade, “rapaz”, para se referir a alguém de 20 anos e “idoso”, para assediadores com mais de 70 anos.

O uso excessivo do termo homem em comparação com outras classificações como “passageiro” pode evidenciar a não construção de diferentes perfis de assediadores. A construção de perfis de assediadores ocorre com a associação do problema à loucura e a idade quando o assediador é idoso, como na N13:

(N13) *Idoso de 78 anos é preso acusado de assédio dentro do Transcol (A GAZETA, 03/04/2019)*

Desde outubro do ano passado a importunação sexual – como assédio a mulheres no ônibus – passou a ser crime e resulta em prisão de um a cinco anos

Um idoso de 78 anos foi levado para o presídio após ser preso na noite de terça-feira, por assediar uma passageira dentro de um ônibus do sistema Transcol, na orla da Praia de Camburi, em Vitória. A vítima seguia para casa no coletivo da linha 508 (Terminal de Vila Velha x Terminal de Laranjeiras), quando sentiu o *suspeito* tocar o seio dela, enquanto manipulava o órgão genital.

[...] Na delegacia, o *idoso* negou o crime e foi autuado por importunação sexual e encaminhado para o Centro de Triagem de Viana. Na Audiência de Custódia, o acusado foi solto após pagar fiança R\$ 1 mil.

Na notícia destacada, é possível observar que o termo idoso não é usado apenas para retomar o anterior. A idade do assediador é destacada no título ao lado da sua representação “Idoso de 78 anos”. Os números são usados para dar um impacto maior na relação entre o evento e a idade do agressor que praticou o assédio.

Entendemos que a generalização na maioria das notícias e a não apresentação de um perfil próprio do criminoso por notícia, 18 de 23, esconde os diferentes perfis dos assediadores. Conforme aponta van Dijk (2016), embora o agente não seja representado,

podemos inferi-lo em nossos modelos de situação, acerca do nosso conhecimento acerca desse tipo de acontecimento que pode ser construído a partir de notícias que apresentam apenas a identidade pessoal de indivíduos classificados como “tarados” e “idosos”.

Das 23 notícias, apenas 5 apresentam o nome do assediador e criam um perfil individual, citamos 3 para exemplificar:

(N6) “Não gosto de mulher”, diz homem que ejaculou em passageira (A GAZETA, 26/10/2018)

Douglas foi levado para o Centro de Triagem de Viana na manhã desta sexta-feira

O homem que ejaculou em uma mulher dentro do Transcol, em Vitória, *Douglas Dias da Silva*, 20 anos, foi levado para o presídio na manhã desta sexta-feira (26) [...]

(N12) “Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha (A GAZETA, 17/02/2019)

Uma jornalista de 54 anos denunciou ter sofrido assédio sexual dentro de um ônibus do sistema Transcol na manhã deste domingo (17), em Vila Velha. A vítima que seguia para a igreja, conta que o homem identificado como *Flávio Soares dos Santos* insistiu em ficar atrás dela dentro do veículo e passou a mão nas nádegas da passageira. Ao perceber, ela pediu ajuda dos passageiros e o acusado foi levado à delegacia.

(N19) Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus (A GAZETA, 11/03/2020)

O acusado identificado como sendo *Jeferson Bispo dos Santos*, 23 anos, foi detido por policiais militares da 2ª Companhia do 4º Batalhão da Polícia Militar. Ele foi autuado em flagrante na delegacia e foi levado para o presídio no mesmo dia.

Outra maneira de representar o ator social assediador é identificá-lo majoritariamente de acordo com o papel no assédio sexual, como “suspeito”, 23 vezes. Mesmo nas notícias em que a prisão é definida como “flagrante” e o assediador é classificado como “indiciado”, o uso do termo “suspeito” permanece. Um exemplo presente na N7:

(N7) Justiça mantém prisão de homem que ejaculou em passageira no ES (A GAZETA, 26/10/2018)

Na decisão, a juíza ressalta que o *suspeito* oferece risco à sociedade; a magistrada também ressaltou que Douglas Dias da Silva já foi detido em outra ocasião por caso semelhante

*Preso em flagrante e autuado por importunação sexual* após ejacular em uma mulher dentro de um ônibus, em Vitória, na tarde de quinta-feira (25). Douglas Dias da Silva, 20 anos, vai continuar preso por tempo indeterminado. A decisão saiu nesta sexta-feira (26), durante a audiência de custódia do *suspeito*.

A juíza Raquel de Almeida Valinho considerou o *flagrante legal* e converteu em prisão preventiva, quando não há prazo para terminar, alegando que a soltura de Douglas colocaria em risco a segurança social. Isso porque o *suspeito* já havia sido preso em outra ocasião, por caso semelhante. O *suspeito* segue preso no Centro de Triagem de Viana.

“Em pesquisas realizadas nos sistemas judiciais foram encontrados registros criminais do *indiciado* sendo 01 termo circunstanciado por Ultraje Público ao Pudor” ressalta a magistrada em decisão.

A escolha lexical “o suspeito” pode ser compreendida não apenas como um recurso referencial, mas como uma representação consciente porque outras nomeações são usadas e não são tão repetidas como o termo “suspeito”. Classificar o assediador como “suspeito”, mesmo com a prisão em flagrante, é uma forma de amenizar o evento. Sabemos que os manuais de escrita jornalística e a precaução para não serem responsabilizadas judicialmente por dar vereditos antes do julgamento formal influenciam as mídias a não identificar o homem criminoso majoritariamente como assediador, criminoso ou agressor. O termo “suspeito” pode suscitar descrédito sobre a fala da mulher assediada, pois nesse tipo de crime, muitas vezes, não há testemunhas ou danos físicos visíveis. O que põe em evidência a relação sobre a palavra da mulher *versus* a palavra do homem. Nessa relação, a mídia privilegia discursivamente o assediador ao dar a ele o benefício da dúvida no uso da linguagem.



## Considerações finais

O resultado das análises indica que o jornal on-line *A Gazeta* representa as mulheres a partir da idade, do nome, da profissão e da relação com o agressor. A profissão parece ser apresentada como item de valorização da mulher, pois a atividade é citada nas notícias que destacam o ato de denunciar. Além disso, a representação das mulheres também está atrelada à postura diante do assédio e o lugar para onde vão quando sofrem a violência. Um aspecto importante da representação das mulheres no jornal on-line *A Gazeta* é a identificação da mulher como vítima.

Os assediadores são representados a partir da idade, da relação social estabelecida com a vítima e com as testemunhas, do nome e de acordo com o papel no assédio sexual. Apenas cinco das 23 notícias que compõem o corpus apresenta o nome próprio dos agressores, o que pode indicar que a generalização é mais presente nas representações do que a individualização. Ademais, linguisticamente, os criminosos parecem mais prestigiados do que as vítimas por serem identificados na maioria das notícias como "suspeito", mesmo quando preso em flagrante e indiciado.

Diante da importância do tema estudado, do embasamento teórico do trabalho e seu caráter interdisciplinar, esperamos que esta discussão contribua para desnaturalizar o problema social, para a reflexão quanto a forma como as vítimas e os assediadores são representados no discurso midiático e também para pesquisas da Análise Crítica do Discurso.

## Referências

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. *Lei nº 3.688 de outubro de 1941*. Lei das Contravenções Penais. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3688.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2019.

BRASIL. *Lei nº 10.224 de 16 de maio de 2001*. Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10224.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10224.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2019.

BRASIL. *Lei nº 12.015 de 7 de agosto de 2009*. Lei dos crimes contra a dignidade sexual. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. *Lei n. 11.340 de 7 de agosto de 2006*. Lei Maria da Penha. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. *Lei nº 13.718 de 24 de setembro de 2018*. Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2019.

DENUNCIAR. In.: *MICHAELIS Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/denunciar/>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

DINIZ, Maria Ilidiana. *Mulheres como eu, mulheres como as outras*: desvelando o assédio moral e assédio sexual no âmbito do trabalho das comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

EFFGEN, Dídimo. *Campanha do Setpes contra o assédio nos ônibus divulga telefone direto para denúncias*. 2019. Disponível em: <<http://www.folhavoria.com.br/geral/blogs/midiaemercado/2019/04/22/campanha-do-setpes-contra-o-assedio-nos-onibus-divulga-telefone-direto-para-denuncias/>>. Acesso em: 04 jun. 2019.

FACURI, Cláudia de Oliveira [et al.]. Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. Brasília, v. 29, n. 5, p. 889-898, 2013.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. 2022. Disponível em <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/tipos-de-violencia/assedio-sexual/>>. Acesso em: 20 maio 2022.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; INSTITUTO LOCOMOTIVA. 2019. <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/>>

pesquisa/seguranca-das-mulheres-no-transporte-instituto-patricia-galvao-locomotiva-2019/>. Acesso em: 20 maio 2022.

NADER, Maria Beatriz. A vida em desunião: violência, gênero e denúncia. In.: XXVII Simpósio Nacional de História-Conhecimento e diálogo social, 2013, Natal. *Anais*. Natal: Anpuh, 2013, p. 1-27.

PAUL, Jobst. Reading the code of dehumanisation: the animal construct deconstructed. *Polifonia*, v. 23, n. 33, p. 149-178, 2016.

RESENDE, Viviane de Mello; RAMALHO, Viviane Cristina Vieira Sebba. *Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas: Pontes, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência de gênero no Brasil Contemporâneo. In.: SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; MUÑOZ-VARGAS, MONICA (Org.). *Mulher Brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, D.F.: UNICEF, 1994. p. 151-186.

SANTOS, Maria da Conceição dos. *Corpos em trânsito: um estudo sobre o assédio sexual nos transportes coletivos de Aracaju*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidad*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SESP. 2022. *Crimes contra a dignidade sexual: assédio sexual de 2016 a 2021*. Disponível em: <<https://sesp.es.gov.br>>. Acesso em: 19 maio 2022.

SERRA. *Lei 4.776 de 11 de setembro de 2017*. Cria o Programa de Combate ao Assédio Sexual no Transporte Coletivo. Serra: Câmara Municipal, 2017. Disponível em: <<http://www3.camaraserra.es.gov.br/Sistema/Protocolo/Processo2/Digital.aspx?id=55198&arquivo=Arquivo/Documents/PL/PL2112017-11092017111859.pdf#P55198>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

TOMAZI, Micheline Mattedi. Quadrinhos e contexto - Tolerância social à violência contra as mulheres: discurso, ideologia e contexto. In.: LINS, Maria da Penha Pereira; CAPISTRANO Jr., Rivaldo. (org.). *Quadrinhos sob diferentes olhares teóricos*. Vitória: PPGEL-UFES, 2014, p. 187-205.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Ideología: una aproximación multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa, 1999.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Sociedad y discurso: Cómo influyen los contextos sociales sobre el texto y la conversación*. Barcelona: Gedisa, 2011.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. *Letrônica*, v. 9, n. esp. (supl.), p. 8-29, 2016.

## Parte II

---

### Outros enfoques Linguísticos-discursivos



# Análise Crítica do Discurso: parâmetros de análise do discurso jornalístico

*Georges Bitti Chilela*

## Considerações iniciais

**C**omeçamos nosso capítulo com uma pergunta: A Análise do Discurso, sem a palavra “crítica”, abarcaria todo tipo de análise de um enunciado? Partindo do pressuposto de que a enunciação é sempre movida por uma intenção de atingir determinado objetivo ilocucional, até poderíamos dizer que sim. Porém, o que diferencia a Análise do Discurso, como campo de estudo, da Análise Crítica do Discurso (ACD), é que essa traz, em sua essência, “a combinação prática do “engajamento social e político” com “uma construção de sociedade sociologicamente embasada” (KRINGS *et al.*, 1973, p. 808 *apud* WODAK, 2004). Corrobora-se com essa ideia, o posicionamento de Ramalho e Resende (2006, p. 9) do discurso como um momento das práticas sociais. Nas palavras das autoras, “o discurso como foco dominante de análises deu lugar à centralidade em práticas sociais”.

O pesquisador em ACD, além de identificar e descrever as estruturas discursivas, que porventura legitimam abusos de poder, também deve situar o leitor no contexto histórico-político-social em que determinado discurso é construído, identificando

os porquês, quem fala, para quem fala e com quais objetivos. Nesse sentido, para van Dijk (2018, p.10) “os Estudos Críticos do Discurso usam qualquer método que seja relevante para os objetivos dos seus projetos de pesquisa.”

Dessa forma, a pesquisa em ACD é compromissada, e ao final de uma análise, não apenas descreve as estruturas, mas “coloca o dedo na ferida”, aponta caminhos para mudanças, sugere modificações em práticas sociais para que estruturas de dominação, aparentes ou veladas, possam ser modificadas a partir da mudança de enunciados. Assim, a ACD investiga “criticamente, como assimetrias são expressas, sinalizadas, constituídas, legitimadas, naturalizadas e mantidas, por algum tempo, pelo discurso” (MELO et al., 2018, p. 50).

De acordo com Wodak e Meyer (2009) há 6 abordagens em ACD desenvolvidas por diferentes linguistas. São elas: Histórico-discursiva (REISIGL e WODAK, 2009); Linguística de corpus (MAUTNER, 2009); Atores sociais (VAN LEEUVWEN, 2009); Análise de dispositivo (JAGER E MAIER, 2009); Sociocognitiva (VAN DIJK, 2009) e Dialético-relacional (FAIRCLOUGH, 2009).

Nesse artigo, vamos traçar uma breve evolução histórica da Análise Crítica do Discurso (ACD). Depois, focaremos na proposta sociocognitiva dos Estudos Críticos do Discurso (ECD)<sup>1</sup> apresentada por Teun A. van Dijk (2020, 2018, 2015, 2016, 2013, 2005, 2003, 1992) e seu estudo “voltado especificamente para o discurso da mídia” (WODAK, 2004). Para tanto, será abordada a questão central “discurso-cognição-sociedade”, a materialidade da linguagem nas práticas discursivas, permeada pelo contexto e pela ideologia.

O discurso jornalístico ou discurso da mídia, como denominado por Wodak (2004), é entendido aqui não como uma

---

1 van Dijk utiliza o termo Estudos Críticos do discurso (EDC), em vez de Análise Crítica do Discurso (ACD). O autor diz que evita o termo ACD porque, segundo ele, sugere uma metodologia de análise do discurso e não uma perspectiva ou atitude crítica no campo de estudos do discurso (ED) usando métodos diferentes das ciências humanas e sociais (van Dijk, 2016b).

das funções entre outras da instituição midiática; (mas) é o seu principal produto e o resultado final do seu funcionamento. A mídia produz discursos como os pintores pintam telas, os músicos compõem músicas, os arquitetos projetam edifícios. É claro que a mídia desempenha também outras funções, mas todas elas têm no discurso o seu objetivo e a sua expressão final (RODRIGUES, 2002, p. 217).

A notícia<sup>2</sup>, como um gênero jornalístico, é uma das materialidades desse discurso, entendida por Pena (2012, p. 18) como um produto “resultado da interação histórica e da combinação de uma série de vetores: pessoal, cultural, ideológico, social, tecnológico e midiático”. Na mesma esteira, Fowler (1991, *apud* van Dijk, 2005, p. 29) afirma que “as notícias não são um reflexo da realidade, mas um produto modelado por forças políticas, econômicas e culturais”.

Isso posto, vamos expor as ferramentas “teóricas/metodológicas” apresentadas por van Dijk para dar ao pesquisador a possibilidade de durante as pesquisas analisar gêneros jornalísticos sob vários aspectos, sobretudo dois: linguístico/estruturais e ideológicos. Para isso, o autor aponta categorias de análise, em que o pesquisador poderá, a partir do corpus selecionado, identificar e descrever os usos ilegítimos de poder ou as relações de poder que permeiam esses discursos, além de analisar “como essas estruturas discursivas são realmente entendidas e memorizadas pelos usuários da língua” (VAN DIJK, 2015, p. 39). Os Estudos Críticos do Discurso “estão bem mais interessados na análise crítica do abuso de poder dos políticos do que com seu exercício legítimo de poder, mais na maneira como a mídia desinforma do que como informa” (VAN DIJK, 2018, p. 28).

Assim, o capítulo está dividido em quatro subtemas. No primeiro, faremos um percurso histórico da ACD apontando seu

---

2 Pena (2012) sistematiza os gêneros jornalísticos com base nas classificações brasileira, francesa, norte-americana e alemã. Além da notícia, são classificados: editorial, artigos, crônica geral, crônica especializada, fotos e legendas, caricaturas, reportagem, entrevista, coluna, carta etc. Para um detalhamento dos gêneros jornalísticos cf. Pena 2012, p.65-80.



marco inicial como “disciplina” metodológica de análise e sua origem “crítica”. No segundo, mostraremos a convergência de princípios em ACD, ou seja, apesar de haver diferentes formas de olhar o *corpus*, a partir das abordagens acima citadas, há princípios que unem os estudos em ACD. Em seguida, mostraremos a diferença entre linguística cognitiva e sociocognitiva para, enfim, trabalharmos a multidisciplinaridade da abordagem sociocognitiva desenvolvida por van Dijk com a descrição de categorias que podem ser utilizadas para a análise do discurso jornalístico.

### **Percurso histórico da Análise Crítica do Discurso**

A Análise Crítica do Discurso iniciou-se como campo de estudo em janeiro de 1991. Na ocasião, reuniram-se em um simpósio em Amsterdã, na Holanda, Teun A. van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Teo van Leeuwen e Ruth Wodak. Foram dois dias de encontro onde puderam discutir as teorias e métodos da ACD (WODAK, 2004). Porém, a origem da ACD está na Linguística Crítica (LC) que segundo Fairclough (1992/2001 *apud* MELO *et al.*, 2018, p.54) foi uma abordagem desenvolvida na Universidade de East Anglia, Inglaterra, na década de 1970 para unir um método de análise da linguística textual a uma teoria social do funcionamento da linguagem em processos políticos e ideológicos. Contudo,

nos últimos tempos, o termo ACD tem sido usado, mais especificamente, para referir-se à abordagem da linguística crítica adotada por pesquisadores que consideram a unidade mais ampla do texto como a unidade comunicativa básica. Essas pesquisas se voltam especificamente para os discursos institucional, político, de gênero social, e da mídia (no sentido mais amplo), que materializam relações mais ou menos explícitas de luta e conflito. (WODAK, 2004, p. 224).

Wodak (2004) enumera concepções básicas pertinentes à LC e à ACD, que são: (i) A linguagem é um fenômeno social;

(ii) Não apenas indivíduos, mas também as instituições e os grupos sociais possuem significados e valores específicos, que são expressos de forma sistemática por meio da linguagem; (iii) Os textos são as unidades relevantes da linguagem na comunicação; (iv) Os leitores/ouvintes não são recipientes passivos quando se relacionam com os textos; (v) Há similaridades entre a linguagem da ciência e a linguagem das instituições.

Apesar de tanto a LC quanto a ACD analisarem relações estruturais, transparentes ou veladas de discriminação, de poder e de controle manifestas pela linguagem,

apenas a ACD faz de modo engajado, pois considera a relação dialética entre textos e sociedade: o sujeito da linguagem transforma e é transformado pelas práticas discursivas, ora se conformando às ordens do discurso, ora contestando-as, ora ressignificando-as e transformando-as. (MELO *et al.*, 2018, p. 56).

Mas, de forma geral, sendo LC ou ACD, como afirma Fairclough (1985, p. 747 *apud* WODAK, 2004) “a atividade crítica consiste, essencialmente, em tornar visível a natureza interligada das coisas”.<sup>3</sup> É fato que na década de 1970, M.A.K. Halliday já trabalhava na gramática sistêmico-funcional a relação entre o sistema gramatical e as necessidades pessoais que a gramática precisava atender (WODAK, 2004), identificando assim

três metafunções linguísticas que estão continuamente interconectadas: primeiro, a função ideacional, através da qual a linguagem estrutura a experiência (a estrutura ideacional mantém uma relação dialética com a estrutura social, tanto a refletindo quanto a influenciando); segundo, a função interpessoal, que constitui relações entre os participantes; e terceiro, a função textual, que constitui a coerência e a coesão nos textos. (WODAK, 2004, p. 233).

Dessa forma, segundo (WODAK, 2004), compreender os conceitos da gramática sistêmico-funcional e sua abordagem à

---

<sup>3</sup> O objetivo dessa comparação é apenas mostrar que a origem da ACD se deu a partir da LC, e não desenvolver a história da LC.

análise linguística é essencial para uma compreensão mais ampla da ACD.

As bases filosóficas que deram suporte para esses pesquisadores tanto da LC quando da ACD surgiram, conforme Melo *et al.* (2018), sob a influência do marxismo ocidental, bem como da filosofia da linguagem de Bakhtin (2003[1929]) com o conceito de dialogismo e com o pensamento de Michel Foucault (2003 [1971]). O marxismo ocidental está associado à Escola de Frankfurt, nome dado a um grupo de filósofos e cientistas sociais que usavam os estudos da dialética como método para entender o capitalismo e a industrialização.

Portanto, o que caracteriza o marxismo ocidental é a autorreflexão dos conceitos de história, de tomada de consciência de classe que eram considerados como categorias para pensar as transformações pelas quais a sociedade industrial passava. Assim, o interesse desses pensadores era buscar inspirações para uma análise crítica e aprofundada da sociedade (MELO *et al.*, 2008).

Os estudos de Bakhtin evidenciam que a linguagem passa a ser um fenômeno social, histórico, portanto, ideológico, que não separa o individual do social (id. *ibid.*, p. 38). Assim sendo, “o pensamento não existe fora de sua expressão potencial e por consequência, fora da orientação social dessa expressão e o próprio pensamento.” (BAKHTIN, 2004[1929], p. 117). Bakhtin afirma que a unidade básica de análise linguística é o enunciado. Assim, todos os sistemas semióticos contribuem para expressar a ideologia e são moldados por ela (MELO *et al.*, 2008). Portanto, para Bakhtin,

a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 2004[1929], p.123).

Uma terceira influência, vem do filósofo Michel Foucault. Para o filósofo, o conceito de poder ultrapassa o de “noção negativa”, ou seja, quando os efeitos de poder são definidos pela “repressão” como “força de proibição”. Para ele,

o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. (Foucault, 1979 [2002], p. 8).

A produção e reprodução de discurso, seja ele de opressão ou não, materializado nas diversas práticas sociais e “estruturado pela dominação” (WODAK, 2004) é o que vai estar em jogo, uma vez que o significado não está anterior ao discurso, mas, sim, permeado e reproduzido por meio da língua. Dessa forma,

o problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa. Mas saber se é possível constituir uma nova política de verdade. *O problema não é mudar a “consciência” das pessoas ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção de verdade.* (FOUCAULT, (1979 [2002], p. 14, grifo nosso).

A verdade é produzida no e pelo discurso, portanto, a inclusão do conceito de língua como “fenômeno ideológico” é bastante cara à ACD, uma vez que seu percurso juntamente com toda a filosofia da linguagem desenvolvida por Foucault e Bakhtin, aliado ao pensamento marxista ocidental influenciaram diretamente o pensamento faircloughiano (MELO *et al.*, 2008). Outrossim, podemos afirmar que essa base de sustentação influenciou o pensamento de Teun A. van Dijk e do seu “modelo” de análise<sup>4</sup>, bem como de todos os pesquisadores que participaram desse marco inicial da ACD como disciplina, entre eles, Gunther Kress, Ruth Wodak, Emília Ribeiro Pedro, Teresa Carbo e Theo

<sup>4</sup> As diferenças entre as duas “visões” de ACD em Fairclough e van Dijk não serão pormenorizadas neste artigo, uma vez que o objetivo é dar um panorama geral da ACD e especificar as categorias de análise de textos jornalísticos desenvolvidas por van Dijk.

van Leeuwen (MELO et. al., 2008). Vejamos o foco de análise de alguns deles.

Conforme (Melo *et al.*, 2008), para Fairclough o lugar da linguagem nas relações sociais e a linguagem como parte integrante de processos de mudança social são de fundamental importância, além de dar atenção ao papel da linguagem nas lutas sociais, nas transformações das relações de poder e nas tensões que caracterizam os processos de produção e interpretação textuais. Já Gunther Kress trabalha com campos de análise que vão desde a semiótica até o letramento midiático e multimodalidade. Ruth Wodak foca abordagens teóricas do discurso em comunicação organizacional, políticas de identidade, linguagem política e racismo. E Theo van Leeuwen trabalha a ACD na comunicação visual e na multimodalidade.<sup>5</sup>

A ACD, portanto, inclui o social em sua análise e o combate explícito das estruturas de dominação reproduzidas pelo discurso. Essas com o objetivo de naturalizar as diferenças sociais. Por isso, é importante entender

que cada discurso é historicamente produzido e interpretado, isto é, situado no tempo e no espaço; e que as estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detêm o poder, a abordagem [...] possibilita a análise de pressões verticalizadas, e das possibilidades de resistência às relações desiguais de poder, que figuram como convenções sociais. (WODAK, 2004, p. 226).

A esse respeito, Ramalho e Resende (2006) apontam que a centralidade do discurso como foco dominante de análises deu lugar à centralidade em práticas sociais, de forma que o discurso passou a ser visto como um momento das práticas sociais e não isolado delas. Assim, “as relações entre a linguagem e a sociedade são tão complexas e multifacetadas que é necessário adotar um foco interdisciplinar de pesquisa.” (WODAK, 2004, p. 232).

O ano de 1985 foi marcado na história da ACD pela obra *Handbook of Discourse Analysis* (Manual de Análise do Discurso). O

<sup>5</sup> O objetivo deste trabalho não é comparar as visões desses teóricos ou descrever suas teorias e pormenores, apenas mostrar o campo de estudo de cada um deles.

livro foi organizado por van Dijk (1985) e é considerado a mais importante coletânea de textos de vários estudiosos na década de 1980. Para os pesquisadores, em seus mais diversos estudos, “a linguagem e seu funcionamento discursivo é, sob perspectivas variadas, o principal objeto de pesquisa, ou uma ferramenta utilizada na investigação de outros fenômenos sociais” (WODAK, 2004, p. 231).

Van Dijk constrói juntamente com Kinstch (VAN DIJK, 1992) na década de 1970, a noção de modelo geral de memória baseado em trabalhos sobre memória semântica incluindo as várias categorias textuais, como coerência local e global, macroestruturas e superestruturas que foram analisadas conforme seus papéis no processamento em termos do trabalho anterior sobre linguística textual e sua influência na psicologia.

O próprio autor caracteriza seu estudo como “predominantemente estruturalista”. Mas partir desse desenvolvimento e não como uma ruptura, e como “prolongamento subsequente de trabalhos anteriores” estabelece “os modelos cognitivos de processamento de discurso”. Para van Dijk (1992) a proposta agora consiste em um modelo mais dinâmico, de base processual, “on-line”, e com uma abordagem chamada de “estratégica”, culminando em uma atuação multidisciplinar para os Estudos Críticos do Discurso como ainda veremos neste artigo. Segundo o autor:

A análise crítica do discurso (ACD) é um tipo de investigação de análise do discurso que estuda, em primeiro lugar, o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político (VAN DIJK, 2005, p. 19).

### Convergências de princípios em ACD

Ao falar em ACD nos referimos a “um grupo de pesquisadores (-as, -xs) que lideram abordagens, cada qual com seus pressupostos específicos, mas que concordam com certos

princípios de análise que se dirigem a questões similares e que desenvolveram algumas ferramentas para isso (BLOMMAERT 2005, p. 21 *apud* MELO *et al.*, 2018).

Antes de discorrer sobre esses princípios que amalgamam os diferentes pontos de vista e estudos em ACD, cumpre salientar que os Estudos Críticos do Discurso recebem críticas por realizar uma pesquisa compromissada, em que o pesquisador durante seu estudo aponta caminhos, soluções e interfere para que as mudanças constatadas na investigação possam ocorrer. Dessa forma, van Dijk afirma que

nenhuma outra linha de pesquisa é tão ferozmente atacada por uma alegada falta de metodologia como a ACD. Especializada também na análise crítica do discurso acadêmico, a ACD reconhece a natureza estratégica de tais acusações como parte dos complexos mecanismos de dominação (VAN DIJK, 2001, p. 353).

Por esse motivo, é de crucial importância o cuidado técnico e metodológico ao desenvolver uma pesquisa de cunho da Análise Crítica do Discurso. De acordo com Melo *et al.* (2018), é possível reunir seis princípios de unificação do campo da ACD. Citando van Dijk (2005), Fairclough (2012) e Resende (2012), os autores destacam: (i) *ímpeto crítico*: mostrar conexões e causas ocultas nos textos que constroem e desconstroem práticas dominantes de poder, uma vez que as estruturas hegemônicas e seus discursos estabilizam as convenções sociais e as convertem em algo natural, fazendo com que as mais variadas práticas ideológicas sejam, muitas vezes, dadas como inquestionáveis; (ii) *Explicitude político-ideológica*: “a ACD busca perceber a ciência como um conjunto de práticas ligado a elementos extracientíficos, quais sejam, a posição ideológica do cientista e o efeito social de sua investigação” (MELO *et al.*, 2018, p. 32); (iii) *Transdisciplinaridade*: “Engaja-se [...] não apenas de maneira interdisciplinar, mas transdisciplinar, entendendo que coengajamentos particulares dos estudos discursivos em determinados aspectos do processo social devem

suscitar avanços teóricos e metodológicos que transpassam as fronteiras das disciplinas (cf. FAIRCLOUGH, 2012); (iv) *Aplicabilidade*: “(as pesquisas) devem promover resultados concretos de mudança social, atuando como práticas para atender a questões sociais iminentes, sendo propulsoras de transformações no modo de as pessoas olharem e agirem.” (MELO *et al.* 2018, p. 33); (v) *Acessibilidade*: “O estilo hermético deve ser incompatível com os objetivos fundamentais de uma pesquisa crítica, visto que, se os sujeitos a quem interessa tal tipo de pesquisa não conseguem entendê-la, não podem tampouco aprender com ela” (cf. VAN DIJK, 2005.); e (vi) *Empoderamento social*: “alguns questionamentos da ACD revelam a necessidade de as investigações de seus (as) analistas críticos (as) servirem para “aumentar a consciência como a linguagem contribui para a dominação de algumas pessoas sobre outras, entendendo a tomada de consciência como o primeiro passo para a emancipação dos indivíduos” (cf. FAIRCLOUGH, 1989). Todos esses seis princípios se relacionam de alguma forma com todas as versões da perspectiva da Análise Crítica do Discurso (MELO *et al.*, 2018).

A partir de agora vamos focalizar nosso trabalho no levantamento dos pressupostos teóricos do linguista Teun A. van Dijk e sua concepção dos Estudos Críticos do Discurso em sua tríade sociedade-cognição-discurso. Essa concepção se distingue das demais ao interiorizar o conceito de cognição. Para Guimarães,

A principal crítica à abordagem de Fairclough é a expressa pelo “pai” da Análise Cognitiva do Discurso, Van Dijk. Para o cognitivista, vertentes como a de Fairclough falham por não considerarem a cognição, que serviria de mediação entre o discurso e a sociedade, culminando numa visão equivocada de contexto. Van Dijk (2008b) também ataca o aparato sistêmico-funcional mobilizado por Fairclough, afirmando, entre outras críticas, que a LSF não engendra estudos sociais aprofundados, além de igualmente trabalhar com uma visão desatualizada de contexto. (GUIMARÃES, 2012, p. 438).



## Para um entendimento de linguística cognitiva e sociocognitiva

De acordo com Palomares e Martelotta (2008), para os cognitivistas, a linguagem não constitui um componente autônomo da mente, ou seja, não é independente de outras faculdades mentais. O que significa dizer, segundo os autores, que as línguas não podem ser explicadas apenas por mecanismos formais autossuficientes. “É fundamental levar em consideração os processos de pensamento subjacentes à utilização de estruturas linguísticas e sua adequação aos contextos reais nos quais essas estruturas são construídas” (PALOMARES e MARTELOTTA, 2008, p. 179).

Palomares e Martelotta (2008, p.179) ressaltam que a proposta cognitivista leva em conta aspectos relacionados a restrições cognitivas que incluem a captação de dados da experiência, sua compreensão e seu armazenamento na memória, assim como a capacidade de organização, acesso, conexão, utilização e transmissão desses dados. E todos esses aspectos se materializam “socialmente”, não apenas refletem o funcionamento de nossa mente como indivíduos, mas como seres inseridos em um ambiente cultural. Os autores resumem a cognição numa relação sistemática entre “linguagem, pensamento e experiência”.

A partir dessa tríade, foram incorporados à proposta cognitivista fenômenos referentes à interação social. Alguns autores, por conta do aspecto social, acrescentaram a essa “escola linguística” o termo “sociocognitivismo”:

Esse termo enfatiza a importância do contexto nos processos de significação e o aspecto social da cognição humana. Mais do que isso, focaliza a linguagem humana como forma de ação[...] na concepção cognitivista não há significados prontos, mas mecanismos de construção de sentidos a partir de dados contextuais essencialmente ricos e dinâmicos. Em outras palavras, *os significados não são elementos mentais únicos e estáveis, mas resultam de processos complexos de integração entre diferentes domínios do conhecimento.* (PALOMARES E MARTELOTTA, 2008, p. 179, grifo nosso).

Destarte, para desenvolver pesquisas e análises com base na abordagem dos Estudos Críticos do Discurso em van Dijk é necessária a concepção sociocognitiva.

## **A multidisciplinaridade da abordagem sociocognitiva dos Estudos Críticos do Discurso de Teun A. van Dijk**

O linguista holandês Teun A. van Dijk (2016b), afirma que os estudos críticos do discurso devem basear-se em uma teoria multidisciplinar que, de modo explícito, relacione estruturas discursivas com estruturas sociais para descrever e explicar como estruturas de poder e abuso de poder são discursivamente apresentadas e reproduzidas. Para ele, as relações entre discurso e sociedade são cognitivamente mediadas, ou seja,

as estruturas sociais precisam ser interpretadas e representadas cognitivamente e que tais representações mentais afetam os processos envolvidos na produção e interpretação do discurso. O mesmo princípio vale para a relação inversa, a saber, como o discurso é capaz de afetar a estrutura social – especificamente por meio das representações mentais dos usuários da língua como atores sociais (VAN DIJK, 2016b, p. 9).

Teun A. van Dijk reafirma a importância da abordagem sociocognitiva ao compará-la com as abordagens “interacionistas” do discurso, como a Análise da Conversação (AC) e a Psicologia Discursiva (PD). De acordo com van Dijk (2016b), essas abordagens, por exemplo, ligam diretamente as estruturas do discurso com as estruturas da interação na ordem microscópica da sociedade e ignoram que essa relação é mediada pela cognição.

No que tange à multidisciplinaridade, o próprio van Dijk (2001) afirma desenvolver “princípios e direcionamentos práticos” para fazer Análise Crítica do Discurso e refuta a ideia de um “método van Dijk”, ou de ser representante de uma “abordagem” ou “escola”. Portanto, ele atribui aos Estudos Críticos do Discurso “uma abordagem “Multidisciplinar” em que “os bons estudos,

especialmente na ACD, deveriam reunir os melhores trabalhos de pessoas, disciplinas, países, culturas e linhas de pesquisa diferentes, famosas ou não.” (VAN DIJK, 2001, p. 352). Assim,

a ACD não é um método, tampouco uma teoria que possa ser aplicada diretamente aos problemas sociais. Mas deve ser usada e em combinação com qualquer tipo de abordagem ou subárea das ciências humanas e das ciências sociais. Sendo assim, uma perspectiva – crítica – de produção do conhecimento: análise do discurso com uma atitude. (VAN DIJK, 2001, p. 353)

Teun A. van Dijk (2001) afirma que a ACD é “tendenciosa” e se orgulha disso. O linguista ressalta que os Estudos Críticos do Discurso focam nos problemas sociais, principalmente como o discurso produz e reproduz o abuso de poder ou a dominação. E o papel do analista é mostrar como esse abuso de poder é desenvolvido nas estruturas discursivas. Assim, a ACD não nega, mas assume e defende sua posição social e política. Outro lado que chama atenção para os Estudos Críticos do Discurso é que ele deve ser acessível em termos linguísticos e ser compartilhado. “O obscurantismo promove a imitação cega, em lugar do discernimento [...] se os estudantes não nos entenderem, eles não poderão aprender conosco, tampouco nos criticar. Discernimentos profundos não precisam de formulações misteriosas.” (VAN DIJK, 2001, p. 354).

Dessa forma, para dar conta de desvelar o discurso que mantém ou reproduz as relações de poder na sociedade, a ACD “almeja investigar criticamente como assimetrias são expressas, sinalizadas, constituídas, legitimadas, naturalizadas e mantidas, por algum tempo pelo discurso.” (MELO *et al.*, 2018, p.50). Para tanto,

ACD também precisa alicerçar-se em uma base linguística sólida e ampla de perfil sistêmico-funcional. Em outras palavras, qualquer que seja a outra dimensão que a ACD trate, por sua forma específica de fazer análise do discurso, ela precisa dar conta de pelo menos alguns dos detalhes estruturais, das estratégias e

funções do texto ou da conversação, tais como a gramática, a pragmática, a interação, a estilística, a retórica, a semiótica, a narratividade ou formas paraverbais de organização dos eventos comunicativos. (VAN DIJK, 2001, p. 354-355).

Em outras palavras, os Estudos Críticos do Discurso mostram como abusos de poder e a dominação são produzidos e se reproduzem na escrita e na fala, além de descrever como essa estrutura ideológica de dominação se engendra e se perpetua nas estruturas discursivas. A ACD se opõe às desigualdades e assimetrias sociais causadas por essa estrutura de dominância de reprodução das ideologias dominantes que têm o objetivo de amplificar ou preservar as separações na sociedade.

Em relação à construção da notícia e como as ideologias são reproduzidas em suas estruturas linguísticas, van Dijk aponta uma série de categorias e “metodologias” de análise para desvelarmos suas intenções. Mostrando inclusive quais estratégias discursivas são empregadas na reprodução do abuso de poder e, por consequência, gerando o ciclo de dominação. Vejamos, então, quais são.

Há no texto jornalístico um tópico discursivo, ou seja, o leitor pode resumir “sobre o que” determinado texto fala, chegando à conclusão em poucas palavras do que é dito em todo o texto (VAN DIJK, 1992). A essa capacidade de topicalizar uma série de informações contidas na notícia van Dijk (ibid.) denominou de “macroestruturas semânticas”.

Esse conceito pertence a “estruturas globais do discurso” que estão ligadas à capacidade do leitor/ouvinte de falar sobre “fragmentos mais amplos do texto ou de textos inteiros”. Em outras palavras, “os tópicos que atribuímos a um texto ou resumo que deles fazemos podem ser subjetivos. Podemos inferir de um texto o que é relevante ou importante *para nós*.” (VAN DIJK, 1992, p. 131).

O autor deixa claro que não há apenas um tópico ou sumário possível a um texto, mas vários. E descreve três fatores de

sumarização de um texto: (i) parte dos tópicos que inferimos desse texto (ou atribuímos a ele) estão formulados no próprio texto; (ii) os tópicos são tipicamente obtidos “deixando de lado os detalhes do texto”. As definições (i) e (ii) de sumarização atuam como forma de apagamento, mas há a capacidade de haver generalização. O terceiro item é determinado por Van Dijk (1992) como (re) construção: (iii) pode ocorrer abstração também pela substituição de uma sequência de texto, que descreva, por exemplo, uma sequência de ações, por um conceito singular (proposição) que não necessita estar expresso no texto.

A esses três princípios dá-se o nome de “macrorregras”, ou seja, “elas reduzem a estrutura de sentido complexa, detalhada de um texto a um sentido mais simples, mais geral e abstrato” (VAN DIJK, 1992, p.132). A partir dele, chegaremos ao conceito de “macroestrutura hierárquica” que consiste de vários níveis, cada um dos quais constituído de uma sequência de (macro) proposições que “sumarizam uma sequência de (micro) proposições de nível inferior” (VAN DIJK, 1992, p. 132). Portanto, uma manchete, por exemplo, é uma proposição e ela, sim, pode ser o tópico ou o tema do texto. (VAN DIJK, 1992).

Os tópicos, dessa forma, podem ser subjetivos, ou seja, ao falarmos sobre eles não devemos dizer que determinado texto tem uma macroestrutura por ele mesmo, mas sim que essa estrutura é imposta por quem escreve. Destarte, os temas ou tópicos são unidades “cognitivas” levando em consideração que eles são desenvolvidos a partir do que é compreendido (individualmente) do texto (VAN DIJK, 1992).

Portanto, para Van Dijk,

a manchete e a primeira sentença parecem realmente exprimir pelo menos parte da macroestrutura hipotética de um item noticioso. *As manchetes e o lead podem, assim, ser usados como sinais adequados para fazer previsões eficazes sobre a informação mais importante do texto* (VAN DIJK, 1992, p.133, grifo nosso).

Para analisar as estratégias discursivas no texto jornalístico é importante ao mesmo tempo levar em consideração a noção de contexto, definido aqui “como sendo a estrutura mentalmente representada das propriedades da situação social que são relevantes para a produção e compreensão do discurso” (VAN DIJK, 2005, p. 24). Importante ressaltar o caráter multidisciplinar de contexto para sua noção sociocognitiva, ou seja,

Não é a situação comunicativa que influencia o discurso (ou é influenciada por ele) mas a maneira como os participantes definem essa situação. Portanto, os contextos não são um tipo de condição objetiva ou de causa direta, mas antes construtos (inter) subjetivos concebidos passo a passo e atualizados na interação pelos participantes enquanto membros de grupos e comunidades (VAN DIJK, 2020, p. 11).

Há formas, tipos e estruturas de textos que levam à construção de uma direção de pensamento a respeito de, por exemplo, quais e como as macroproposições devem ser interpretadas, para isso há os modelos contextuais que

são as representações mentais que controlam muitas das características da produção do discurso e da sua compreensão, tais como o gênero, escolha de tópicos, significados locais e coerência, por um lado, mas também atos de fala, estilo e retórica, por outro. De fato, o estilo pode ser definido como o conjunto das propriedades formais do discurso condicionadas pelos modelos contextuais, entre elas, a lexicalização, a ordem das palavras e a entonação (VAN DIJK, 2005, p. 49).

Nessa direção, para van Dijk (2005), uma das formas de controle do discurso e de como ele vai engendrar no “modelo mental” do indivíduo, ou seja, nas representações mentais das experiências pessoais de práticas sociais é a utilização dos “modelos de contextos preferenciais”. “A ACD estuda de que forma os traços do contexto (como são as propriedades dos falantes da linguagem de grupos poderosos) influenciam os modos como os membros dos grupos dominados definem a situação comunicativa” (VAN DIJK, 2005, p. 27).

Em outras palavras, determinadas proposições em títulos que topicalizam o conteúdo, indicam o modelo a ser pensado dentro da estrutura discursiva, daí o nome de “modelo mental preferencial”, sendo que o conceito de “modelo mental” está ligado à dimensão individual, já a dimensão social está ligada aos “modelos de contextos preferenciais”, as ideologias, que no caso, forçosamente, a partir do contexto preferencial inserido na proposição devem servir de base para que o leitor pense o texto a partir de determinada proposição. Importante ressaltar que para van Dijk a noção de ideologia está ligada ao individual (cognitiva) e também ao social.

A cognição social são as representações mentais e de processos dos membros de grupos. Nesse caso, o autor cita as feministas que compartilham as mesmas ideologias, que “são, então, os sistemas globais e abstratos que organizam essas atitudes socialmente partilhadas” (VAN DIJK, 2005, p. 118). Vista dessa forma, o autor rechaça a noção de ideologia apenas como algo negativo.

Para Van Dijk, muitos grupos como forma de dominação utilizam sim a polarização: “Nós” temos conhecimento, “eles” têm ideologias; todavia, para o linguista, há ideologias positivas como a do antirracismo e a do feminismo, que se opõem à dominação e à desigualdade (VAN DIJK, 2003).

Em seu livro *Ideología y Discurso*, van Dijk (2003), elabora 41 categorias para analisar a ideologia presente no discurso. As estruturas linguísticas e as estratégias discursivas podem ser verificadas por meio da argumentação, do significado, do tópico, de estratégias políticas, do léxico, da retórica, do controle, do contexto, do estilo, da polarização. Segue abaixo um quadro detalhado das categorias e o macrocampo a que elas estão inseridas.

Tabela 1: Categorias de análise ideológica			
Categoria	Macrocampo	Categoria	Macrocampo
1 - Franqueza e honestidade	Argumentação	22. Hipérbole	Retórica
2-Autoglorificação nacional	Significado	23. História como lição	Tópico
3 - Autoridade	Argumentação	24. Humanitarismo	Tópico, macroestratégia
4 - Carga/peso	Tópico	25. Ilegalidade	Argumentação
5 - Categorização	Significado	26. Implicação	Significado
6 - Comparação	Significado/argumentação	27. Interação e contexto	Interação e contexto
7 - Consenso	Estratégia política	28. Ironia	Retórica
8 - Contraposições	Significado/argumentação	29. Jogo de números	Retórica, argumentação
9 - Descrição dos atores	Significado	30. Legalidade	Argumentação
10 - Descrição da situação	Significado	31. Lexicalização	Estilo
11-Distanciamento	Significado/léxico	32. Metáfora	Retórica
12 - Dramatização	Retórica	33.Negações/isenção de responsabilidade	Significado
13 - Exemplo, Ilustração	Argumentação	34. Polarização (nós x eles)	Significado
14 - Empatia	Significado	35. Populismo	Estratégia política
15 - Eufemismo	Retórica, significado	36.Autoapresentação positiva	Estratégia macrosemântica
16 - Evidência	Significado, Argumentação	37. Razoabilidade	Argumentação



17 - <i>Explicação</i>	Significado, argumentação	38. <i>Repetição</i>	Retórica
18 - <i>Expressão da norma</i>	Estratégia macrosemântica	39. <i>Pressuposição</i>	Significado
19 - <i>Falácias</i>	Argumentação	40. <i>Imprecisão</i>	Significado
20 - <i>Falsa ignorância</i>	Significado, argumentação	41. <i>Vitimização</i>	Significado
21 - <i>Generalização</i>	Significado, argumentação	-	-

Fonte: produção própria com base em van Dijk (2003, pp. 96-127).

Tomemos como exemplificação as categorias pressuposição, jogo de números e metáfora. A pressuposição é uma estratégia discursiva que determina que algum fato é de conhecimento geral, mesmo que ele não exista. Van Dijk (2015) exemplifica com a seguinte proposição atribuindo-a hipoteticamente a jornais: “este país tolerante não pode admitir mais refugiados”. Assim, toma-se como válido o fato de o país ser tolerante, influenciando as estruturas dos modelos de contexto.

O jogo de números é usado para demonstrar objetividade de forma persuasiva, os dados reforçam o posicionamento. Citando o exemplo sobre a cobertura jornalística acerca refugiados, van Dijk (2003) diz que a imprensa, quando se posiciona contra a imigração, pode maximizar os números, por exemplo, ao dizer “milhares de refugiados”, em vez de abordar que determinado número representa menos de 0,1% da população, ou seja, o impacto negativo é maior quando números absolutos são utilizados.

Outra categoria a ser desenvolvida na análise ideológica é a metáfora. Para o autor, ela representa uma das figuras retóricas mais persuasivas. “Os significados abstratos, complexos, pouco familiares, novos ou emocionais tornam-se mais familiares e concretos” (VAN DIJK, 2003, p.120, tradução do autor). Portanto, causam um efeito nocivo, uma vez que a maioria das metáforas são negativas<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> A explicação de van Dijk (2003) para cada categoria é bastante detalhada. As

Portanto, para desvelar o discurso que reproduz ideologias, é preciso ficar atento à utilização dessas categorias. Cada uma delas desenvolve um efeito de sentido que tem o objetivo de modificar ou criar um modelo mental no indivíduo. Importante salientar que o quadro proposto não finaliza e nem tem por objetivo esgotar a classificação de categorias. A partir da análise de um *corpus*, o pesquisador deve ficar atento a novas categorias de análise que podem surgir, a começar, por exemplo, pela recorrência de determinados elementos discursivos.

Van Dijk (2016b) mapeia a estrutura do discurso e aponta os caminhos que precisam ser verificados durante a análise. Nas tabelas abaixo, temos as categorias relacionadas ao texto/fala (tabela 03) e ao contexto (tabela 02). Em alguns momentos, as categorias determinadas acima como ideológicas se repetem nas estruturas propostas e têm o mesmo valor para uma análise, porém nesse caso específico, elas estão inseridas localmente nas partes estruturais do texto, propostas por van Dijk.

Em seu livro *Discurso e Contexto*, van Dijk (2020) desenvolve uma vasta e pormenorizada construção teórica acerca do conceito de contexto. Superando a definição de contexto como algo que está relacionado a uma dada situação, condições, circunstâncias ou pano de fundo, o autor propõe uma teoria do contexto nova e multidisciplinar definindo-o como

Um tipo específico de modelo mental, isto é, como representações das próprias situações comunicativas feitas subjetivamente pelos participantes, e não como situações comunicativas enquanto tais” (VAN DIJK, 2020, p. 43).

Sendo assim, é feita a relação entre discurso, cognição e sociedade, ou seja, essa relação entre discurso e sociedade é mediada e não direta. Dessa forma, os contextos são construídos subjetivos dos participantes; experiências únicas; tipos de especiais modelos

---

três categorias descritas neste capítulo foram utilizadas como exemplificação, uma vez que temos a limitação de espaço. Para um aprofundamento, sugiro a leitura da obra *Ideología y discurso: una introducción multidisciplinaria*. Barcelona: Ariel, 2003.

mentais (modelos de contexto); tipos específicos de modelo de experiência; controlam a produção e a compreensão do discurso; têm bases sociais (cognições compartilhadas); são dinâmicos; amplamente planejados e culturalmente variáveis (VAN DIJK, 2020).

Tabela 2: Estrutura do discurso: Contexto.	
	Contexto
Etapa/ definições	Tempo Lugar Circunstâncias Tipos e meio de comunicação (oral x escrito, livro, periódico, internet etc.)
Participantes	Identidades Associação comunitárias, grupos etc. Papéis (comunicativos, falante, ouvinte etc. sociais, institucionais etc. Relações (por exemplo, de poder, de amizade, de família etc.
Atos/ atividade/ interação	Atos de fala (afirmar, perguntar, prometer etc.) Atos de comunicação (contar, protestar etc.) Atos sociais (cooperar, defender etc.) Atos políticos (votar, governar etc.) Atividade social (visitar o médico, apresentar uma conferência etc.)
Cognição pessoal e social	Intenção e objetivo (dos atos) Conhecimento (sobre os conhecimentos dos participantes, <i>Common Ground</i> Atitude/ideologia

Fonte: Tradução feita pelo autor, a partir de material didático distribuído pelo professor van Dijk. A publicação foi autorizada pelo linguista.

Logo, para realizar o estudo linguístico em ACD é necessário um panorama contextual mais amplo e detalhado, que podemos chamar de contexto sócio-histórico-cultural. Para desenvolvê-lo é preciso utilizar as categorias elencadas anteriormente na tabela

2, identificando, entre outros, os papéis desses participantes, suas intenções, e os modelos de contextos utilizados, por exemplo, na construção da notícia. Desse modo, será possível, como citado anteriormente, analisar como essas estruturas são entendidas e memorizadas. Passemos agora à estrutura do discurso no texto e na fala.

Tabela 3: Estrutura do discurso: Texto/fala	
	Texto/fala
Expressão multimodal	Sons (fonética, fonologia): Entonação, ênfase, ritmo, volume, música Gestos Visuais (Semiótica): Tipografia, cor, tamanho, fotos, esquemas, tabelas, perspectiva, foco etc.
Sintaxe oracional	Ordem e categorias (substantivo, verbo etc.) das palavras Estrutura funcional (sujeito etc.) de cláusulas Pronomes
Semântica local (proposicional)	Predicado (propriedades, relações) Argumentos (participantes x, y, z; objetos, pessoas etc. Modalidade (necessidade, possibilidade, obrigação etc. Distribuição da informação (tópico, comentário/foco etc. etc. Metáforas Evidências/comprovação (fontes do discurso) Implicação e pressuposição Postura, perspectiva, opinião etc. Tipos de descrição: atos, atores, precisão, imprecisão, ambiguidade etc.
Semântica sequencial (relação entre as proposições e enunciados)	Correferência Coerência referencial, relação entre fatos, eventos no mundo, modelo mental; Temporal; Condicional/causal Coerência funcional (generalização, especificação, contraste, exemplo etc.

Semântica global	Tipos de descrição global (autoapresentação positiva etc.) Macroestrutura: tópico, temas discursivos Enquadres/frames
Estruturas globais formais/ Superestruturas convencionais: esquemas, formatos	Estruturas conversacionais (abertura, fechamento, <i>side sequences</i> , reparação etc.) Estruturas narrativas Estruturas argumentativas Estruturas convencionais de gêneros (notícia na imprensa, artigo científico etc.)
Estruturas/ operações retóricas	Sons: rimas, aliteração etc. Sentidos: hipérboles, eufemismos, repetição etc.
Estruturas pragmáticas	Dêixis, indexicalidade Cortesia, deferência
Estruturas conversacionais/ interativas	Mudanças de turnos, interrupções Reparações (Des) acordos, alinhamentos etc. Análise epistêmica: quem tem acesso, primazia, direito etc. de contar experiências
Estratégias complexas (vários níveis)	Identidade Ideológicas (nós x eles) Autoapresentação Persuasão (Des) legitimação Acusação Epistêmicas (mostrar a verdade) Valoração (avaliação) Doxásticas (formular opiniões)

Fonte: Tradução feita pelo autor, a partir de material didático distribuído pelo professor van Dijk. A publicação foi autorizada pelo linguista.

Entre as estratégias textuais focalizaremos nosso exemplo nas categorias fontes do discurso da semântica local,

e na macroestrutura da semântica global. O discurso citado é, sumariamente, a atribuição de vozes nos textos jornalísticos. Ao construir a notícia, o jornalista escolhe quem fala, o que fala e se essa declaração será de forma direta ou indireta. Portanto, o enunciador tem sempre um interesse e um propósito quando retoma o discurso do outro, ou seja, reforçar um ponto de vista, usar como argumento de autoridade etc. Dessa forma,

citação significa gerenciar as palavras de outros para transmitir e servir ao propósito do escritor, dando uma inclinação para o que é dito. Isso contrasta com outras visões, como as apresentadas no jornalismo de formação, argumentando que a citação não só torna o discurso do escritor mais objetivo e credível, mas isenta-o de qualquer responsabilidade (CALSAMIGLIA E LÓPEZ FERRERO, 2003, p. 5-6, tradução do autor).

Conseqüentemente, durante a análise, é preciso verificar os propósitos para o uso de determinadas vozes, por exemplo, a utilização de citações de autoridades, como especialistas em diversas áreas de segurança, saúde, educação, presidentes dos poderes constituídos em uma república; e, em contrapartida, o silenciamento de outras.

Para van Dijk (2018) as notícias têm uma estrutura esquemática que inclui o título e o lead, os eventos principais, os eventos prévios, os comentários e a avaliação. Essa macroestrutura traz elementos como os títulos, que condensam o sentido do texto, por isso são considerados como tópicos principais e de grande importância para determinar o significado do discurso. O próprio lead, primeiro parágrafo da notícia que jornalisticamente responde às seguintes questões: O que? Quem? Quando? Onde? e Por quê? Tem o objetivo de sumarizar as principais informações. Em razão disso, atente-se à importância de verificar como essas estruturas afetam as mentes dos receptores (VAN DIJK, 2018), determinando que é mais importante pensar sobre os assuntos abordados<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Fica evidente que, pela limitação de páginas desse artigo, não há como desenvolver em detalhes os conceitos abordados, muito menos abordar todas as categorias das tabelas

A partir dessa dissecação feita pelo autor da estrutura do discurso, indo da micro à macro análise textual, é possível, além da verificação detalhada do tecido textual, confirmar o caráter multidisciplinar dos Estudos Críticos do Discurso, incluindo até estruturas pragmáticas em sua análise, reforçando ainda mais os ECD/ACD como um método de análise e não uma teoria, ou seja, é preciso utilizar vários campos de estudo para analisar o *corpus* sob vários ângulos e, em muitas situações, utilizando diferentes ferramentas teóricas.

Em relação ao texto, segundo van Dijk (2005), uma proposição pode ser definida como a estrutura do significado conceptual de uma frase. É a partir dela que o leitor/ouvinte vai criar ou modificar seus modelos mentais sobre o assunto abordado. A partir das construções proposicionais, o texto desenvolve uma semântica global que é “aquilo que todos nós intuitivamente conhecemos como temas ou tópicos. Os tópicos sumarizam conceptualmente o texto e especificam a sua informação mais importante” (VAN DIJK, 2005, p.65), como visto anteriormente com os conceitos de lead e manchete. A partir do que é dado no texto, é importante ressaltar a noção de implicação. Para van Dijk,

palavras, frases e outras expressões textuais podem implicar conceitos ou proposições que podem ser inferidas com base no conhecimento que a todos é comum. Esse traço do discurso e da comunicação tem importantes dimensões ideológicas. A análise do “não dito” é por vezes mais reveladora do que o estudo que é realmente expresso num texto (VAN DIJK, 2005, p. 66).

E por fim, os modelos de contextos. Os textos não têm significado em si, são os falantes da língua/produtores do discurso que atribuem significado a ele por meio dos processos mentais (van Dijk, 2005). Para cada instância de significado é criado um modelo mental. Esse, por sua vez, vai atualizando-se, a partir de novos contatos sobre o mesmo tema. Assim, para interpretar um texto, o destinatário acessa os modelos contextuais que

---

apresentadas. Para o aprofundamento, também sugiro a leitura das obras: *Discurso, Notícia e Ideologia* (2005) e *Discurso e Poder* (2018), ambas do linguista Teun A. van Dijk.

são as representações mentais que controlam muitas das características da produção do discurso e da sua compreensão, tais como gênero, escolha de tópicos, significados locais e coerência, por um lado, mas também actos de fala, estilo e retórica, por outro (VAN DIJK, 2005, p. 49).

Ainda segundo van Dijk (2005), os modelos contextuais são aquelas representações na memória episódica que atuam como controle global de um evento comunicativo. Em alguns casos, esses contextos são dados na própria proposição sendo assim chamados de modelos de contextos preferenciais, ou seja, “enquanto... estas condições de controle da mente são largamente contextuais (dizem algo sobre os participantes num evento comunicativo), *outras condições são discursivas, isto é, dependem das estruturas e estratégias do texto e fala em si mesmas.*” (VAN DIJK, 2005, p. 26, grifo nosso). Assim, ao inserir frases de contexto, o produtor/locutor indica ao leitor/ouvinte como determinada estrutura discursiva deve ser pensada.

### Considerações finais

O papel da ACD/Estudos Críticos do Discurso é fundamental como ferramenta para desvelar no discurso ideologias que apagam as assimetrias de poder e que reproduzem e estabilizam enunciados preconceituosos com o objetivo de naturalizá-los na sociedade. Sabemos que a ideologia é reproduzida pelo discurso. Dessa forma, a mídia tem um papel fundamental para construir ou reforçar os modelos mentais a partir do que é divulgado. Portanto, o acesso preferencial à imprensa e o que é relatado por ela evidenciam o conceito de poder social simbólico e persuasivo que pode controlar as mentes dos leitores ou telespectadores (VAN DIJK, 2005).

Dessa forma, com o objetivo de desvelar as relações de poder e as ideologias perpassadas por meio da linguagem, os Estudos Críticos do Discurso ou a Análise Crítica do Discurso e sua natureza sociocognitiva são fundamentais para que seja possível uma análise



aprofundada e minuciosa dos discursos midiáticos. A partir do levantamento de categorias, que vão da macro à microanálise é possível, por exemplo, chegar ao quadrado ideológico proposto por van Dijk, em que é evidenciada a polarização entre grupos inseridos no discurso. Assim, é descosturando, puindo e até mesmo rompendo o tecido textual que podemos chegar às estratégias discursivas imbricadas nos discursos. Essas, por sua vez, com o objetivo de manter estruturas de dominação.

Ao mostrar as entranhas do texto jornalístico e todas as estruturas ideológicas pertencentes a ele, estamos oportunizando à sociedade verificar como as estruturas de poder e de dominação serão reproduzidas por textos que têm o objetivo de manter o *status quo* e legitimar as ideologias dos grupos que detém o poder (WODAK, 2004), mas que são “vendidos” como isentos, que apenas contam a “verdade” dos fatos. O que devemos, como analistas críticos do discurso, é basear-nos numa análise multidisciplinar e aprofundada, uma vez que cada situação de fala é “distorcida” por estruturas de poder.

E, para romper as estruturas dominantes que estabilizam as convenções e as naturalizam, mascarando os efeitos da ideologia na produção de significados, fazendo-os assumir formas estáveis e naturais (WODAK, 2004) é preciso, nos termos da ACD/Estudos Críticos do Discurso, desenvolver um trabalho em que não basta apenas descrever em pormenores as estruturas linguísticas e estratégias discursivas envolvidas na dominação, mas sim, prescrever, alertar, dizer o que é preciso ser feito para mudar, por meio da língua, uma determinada “realidade social”. Mas podemos afirmar que a ACD também tem a função de servir como resistência, mostrando à sociedade como as relações de poder se evidenciam na e pela linguagem.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Hahud; Yara Frateschi. 11 ed. São Paulo: Hucifec, 2004 [1979].

CALSAMIGLIA H., LÓPEZ FERRERO, C. Role and position of scientific voices: reported speech in the media. *Discourse Studies*. v. 2, n. 5, p. 147-173, 2003.

GUIMARÃES, Cleber Pacheco. Análise Crítica do Discurso: Reflexões sobre Contexto em van Dijk e Fairclough. *Revista Eutomia*. v. 1, n. 9, p. 438-457, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MELO, Iran F., SATO, Denise T.B., BATISTA JR., José Ribamar. *Análise do discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018.

MORAES, D. *Crítica da mídia & hegemonia cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

PALOMANES, Rosa; MARTELOTTA, Mário Eduardo. Linguística cognitiva. In: Mario Eduardo Toscano Martelotta (org.) *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 177-192.

PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2012.

RAMALHO, Viviane, RESENDE, Viviane M., *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 217-233.

VAN DIJK, T.A. *Discurso e contexto*. Uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2020.

VAN DIJK, T.A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2018.

VAN DIJK, T.A. Estágio de orientação. *Breve Resumen de Estructuras del Discurso. Versión 4.0 (Março, 2016)*. Conversa com: Teun A. van Dijk, mar. 2016a.

VAN DIJK, T.A. Estudos Críticos do Discurso: Uma Abordagem Sociocognitiva. *Discourse & Society*. v. 10, n. 1, p. 167-193, 2016b.

VAN DIJK, T.A. Discurso e cognição na sociedade. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 19, n. 1, p. 19-52, 2015.

VAN DIJK, T.A.; MEDEIROS, B. W. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O. Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. *Linha D'Água*, v. 26, n. 2, p. 351-381, 2013.

VAN DIJK, T.A. *Discurso, notícia e ideologia*. Porto: Campo das Letras, 2005.

VANDIJK, T.A. *Ideología y discurso: una introducción multidisciplinaria*. Barcelona: Ariel, 2003.

VAN DIJK, T.A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1992.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Revista Linguagem em (Dis)curso*. v.4, n. Especial, p. 223-243, 2004.

WODAK, R.; MEYER, M. *Methods of Critical Discourse Analysis*. 2. ed. London: Sage, 2009.

# Leitura, desigualdade social e manipulação discursiva

*Anderson Ferreira  
Izilda Maria Nardocci  
Iasmim C. R. Brillhante*

## Considerações iniciais

**N**este capítulo, examinamos a relação entre leitura, desigualdade social e manipulação discursiva. Considerando a ideia segundo a qual a manipulação se inscreve nos discursos em circulação social, defendemos que a produção da leitura desses discursos se manifesta na fronteira entre a crítica e a desigualdade social, sendo, pois, a manipulação discursiva constitutiva da produção da leitura. Nossa hipótese é que, ao entrar em contato com discursos ilegítimos, o leitor é, em alguns casos, manipulado discursivamente para, não somente apoiar ideias contra seus próprios interesses, mas assimilar “ideias preconcebidas que compõem a opinião pública, os hábitos de pensamento, as banalidades e os estereótipos, aos quais podemos também chamar de 'ideologia dominante', preconceitos ou clichês” (TODOROV, 2009, p. 79).

Para os nossos propósitos, fundamentamo-nos num aparato-teórico metodológico interdisciplinar que mobiliza investigações

dos campos da Comunicação e das Mídias (BRETON, 1999; CHARAUDEAU, 2011); da Filosofia do Direito (BOBBIO *et al.*, 2000), da Educação (FREIRE, 2011), da Crítica Literária (CANDIDO, 2011) e dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) (VAN DIJK, 2008; 2015), deste último, evocamos a noção de “manipulação discursiva”.

O *corpus* de análise foi construído para dar conta das discussões teóricas propostas por van Dijk (2008), com destaque para a última seção em que fizemos uma análise mais específica acerca da estratégia de manipulação discursiva numa relação intrínseca entre imagem e texto.

Assim, afora as Considerações iniciais e finais, o presente capítulo se divide em quatro seções. Na primeira seção, procedemos uma breve reflexão sobre a intricação entre leitura, manipulação e discurso. Na segunda, discutimos acerca do papel social da leitura, do direito à leitura e da (des)igualdade social. Na terceira, argumentamos sobre a atuação das mídias na manipulação discursiva, isto é, na produção e reprodução de discursos ilegítimos. Na última seção, realizamos algumas análises, para explicitar por meio do *corpus* a relação entre cognição e manipulação discursiva.

Agradecemos a todos e todas do grupo GEDIM<sup>1</sup> o convite para colaborar neste livro e os parabenizamos pela tarefa que há 10 anos realizam com base nos estudos críticos do discurso sobre as mídias.

---

1 O GEDIM é coordenado pela Profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi Almeida, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), e, desde 2012, desenvolve pesquisas no campo linguístico a partir dos discursos inseridos nas mídias com relação à opressão e à violência que envolve gênero, raça e classe social, além de análises acerca dos discursos religiosos e jurídicos. O aporte teórico se pauta principalmente por meio da Análise Crítica do Discurso, uma abordagem sociocognitiva pelo viés do teórico holandês Teun A. van Dijk. O grupo promove interface com outras abordagens linguísticas, baseando-se na multidisciplinaridade permitida e defendida pela ACD. Conta, também, com a participação de professores(as)/pesquisadores (as) de grupos de estudos de diferentes instituições, no Brasil e fora dele, como é o caso do próprio van Dijk e seus colaboradores. O Grupo vem se destacando por suas pesquisas linguísticas sobre o discurso a partir da perspectiva crítica por meio de importantes trabalhos apresentados em eventos nacionais e internacionais, publicações em revistas de alto fator de impacto, livros de grande relevância acadêmica e por meio de trabalhos finais orientados e avaliados por grandes nomes do meio acadêmico. Além disso, o GEDIM se encontra engajado por meio do compromisso com a justiça social.

## Leitura, manipulação e discurso

Se é possível afirmar com Todorov (2009, p. 79) que “a todo momento um membro de uma sociedade está imerso num conjunto de discursos que se apresentam a ele como evidências, dogmas aos quais ele deveria aderir”, precisamos demonstrar que a produção da leitura desses discursos nunca se apresenta de forma transparente, evidente, ou isenta de manipulação. Assim, para um conjunto expressivo de leitores, a quem a leitura crítica fora interdita, a produção da leitura é uma prática social desequilibrada e desigual, desde o primeiro contato formal com a palavra (FREIRE, 2011). A nossa hipótese é que a desigualdade social e a manipulação discursiva são constitutivas na produção da leitura, que exige uma visada crítica dos discursos.

A manipulação como uma técnica que se desenvolve de maneira ampla em sociedades democráticas é uma discussão bem conhecida nos estudos do discurso e da comunicação, embora seus efeitos no período pós-guerra fria foram abrandados, de acordo com Breton (1999). O que pretendemos acrescentar é uma tomada de posição que observa as formas de manipulação no e pelo discurso, tendo em vista que os discursos entram em contato com os sujeitos de uma sociedade por meio da leitura que esses sujeitos fazem do “mundo” e da “palavra” (FREIRE, 2011).

Em debates público-midiáticos mais “abertos”, aquele a quem se acusa ser manipulado é reconhecido, muitas vezes, como indivíduo pouco escolarizado, ou “alienado”, neste último, numa acepção impressionista do termo. Por sua vez, em debates sociais mais engajados (acadêmicos, por exemplo), o manipulado é inscrito num quadro social mais estabilizado pelas relações de poder. Nesses debates, noções como as de classe, gênero e raça, por exemplo, são levadas em conta, trazendo à luz, também, questões socioeducacionais.

Em ambos os debates, não se questiona, muitas vezes, a relação inextricável entre leitura e manipulação discursiva. Em alguns casos, quando defendemos que a manipulação é um

problema de leitura, somos compreendidos como se estivéssemos dizendo: “é preciso oferecer educação de qualidade”, ou seja, é como se quiséssemos reforçar a necessidade de ampliar o acesso (material e tecnológico) à leitura: angariar mais leitores, fornecer-lhes livros e afins, bibliotecas, computadores e internet etc.<sup>2</sup>

Na verdade, estamos defendendo que a manipulação, numa sociedade democrática, “implica o exercício de uma forma de influência deslegitimada por meio do discurso” (VAN DIJK, 2008, p. 234), e, portanto, ocorre não apenas na leitura da “palavra”, mas, em particular, na leitura dos discursos em circulação social que se realizam, também, por meio de falas, imagens, vídeos, som entre outros, reforçando que

a manipulação é ilegítima em uma sociedade democrática porque (re)produz ou pode reproduzir desigualdade: ela serve aos interesses dos grupos dos poderosos e seus falantes, e fere os interesses dos grupos e falantes menos poderosos. Isso significa que a definição não está baseada nas intenções dos manipuladores, nem na maior ou menor consciência dos receptores acerca da manipulação, mas em termos de suas consequências sociais (VAN DIJK, 2008, p. 237).

Sendo, pois, a leitura uma prática social que envolve discursos, essa influência ilegítima, conforme já afirmamos, é constitutiva em sua produção.

Um leitor especialista atento, mesmo imbuído de grande generosidade humanitária, luta consigo mesmo para não cair na armadilha de pensar que o direito de ler um texto em suas variadas dimensões quase sempre é sequestrado de um leitor “não especialista”. Ele luta ainda, muitas vezes isolado, para fornecer instrumentos eficazes (e de poder) para que este outro leitor possa penetrar em determinados discursos em circulação social, sem se perguntar, contudo, se tais instrumentos estariam acessíveis a todos.

---

<sup>2</sup> Defenderemos sempre a educação de qualidade, a ampliação dos acessos material e tecnológico, a descentralização dos espaços de leitura etc., contudo, a nossa discussão diz respeito à manipulação discursiva na produção da leitura, mesmo que a conquista desses acessos tenha sido efetivada.

Não é sem razão que grupos de estudos como o GEDIM (Grupo de Estudos sobre o Discurso da Mídia) tem se dedicado há uma década para proceder análises das práticas discursivas das mídias jornalísticas em suas diversas formas de textualização. Trabalhos nesse sentido revelam que precisamos de uma análise do discurso sofisticada (VAN DIJK, 2015) para, por exemplo, destrançar formas discursivas de manipulação.

Com efeito, trata-se de uma tarefa monumental, para usar a expressão de Beaugrande (1997), pois, a análise crítica, embora engajada, não evita a manipulação, e os instrumentos por elas fornecidos não estão acessíveis a todos os membros de uma sociedade, apesar de muitos desses membros terem pleno acesso (material e tecnológico) à leitura. Nesse sentido, a desigualdade social na leitura possui uma dupla dimensão: material e discursiva.

### O poder social da leitura: direito e desigualdade social

Apreensões heurísticas sobre a leitura, à medida que ampliam nossa compreensão sobre o tema, qualificam os modos de ação pela leitura, reduzindo, de modo paradoxal, o conceito de leitura. Basta ver, na reflexão do eminente educador brasileiro, Paulo Freire, a especificação marcada depois da palavra “leitura”: “a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura *crítica* implica a percepção das relações entre o texto e o contexto” (FREIRE, 2011, p. 20).

Mesmo ponderando sobre a precisão do termo “crítico” na atual conjuntura sociopolítica brasileira, compreendemos que ele qualifica a palavra “leitura”, isto é, não é por meio de qualquer leitura que alcançaremos a compreensão do texto e suas relações com o contexto, é, em particular, por meio de uma leitura “crítica”. Assim, não há dúvida de que essas especificações (leitura “crítica”, “reflexiva”, “autônoma”, “engajada” etc.) suscitam (re)ações pela leitura, com base numa desejável coparticipação político-comunitária dos sujeitos no mundo social. Em última instância, encorajam a leitura contra a manipulação discursiva.



Além disso, essas (re)ações pela leitura incitam um gesto que inscreve um leitor-modelo capaz de coproduzir uma compreensão mais abrangente do seu entorno sociopolítico e não apenas do ato de ler. De outro modo, exigem do leitor uma capacidade de percepção crítica da ideia de cultura (EAGLETON, 2011). Deixemos em suspenso as discussões sobre o que é ser “crítico” numa dada sociedade e foquemos em certo poder social da leitura.

A questão do poder social da leitura contempla a necessidade de fornecer acesso à educação, à tecnologia e aos objetos culturais como ocorre em sociedades avançadas. Essa categoria pode ser tensionada, já que sempre possibilita levantar discussões a respeito da maneira pela qual esses acessos vêm sendo utilizados, e a respeito dos procedimentos históricos de exclusão/inclusão, igualdade/desigualdade. Como o princípio da igualdade é abstrato, ele representa uma relação de paridade entre os indivíduos, situações ou coisas, mas não possui uma significação descritiva por si só. Dessa forma,

A igualdade é pura e simplesmente um tipo de relação formal, que pode ser preenchida pelos mais diversos conteúdos. Tanto isso é verdade que, enquanto X é livre é uma proposição dotada de sentido, X é igual é uma proposição sem sentido, que, aliás, para adquirir sentido, remete a resposta à seguinte questão: igual a quem? (BOBBIO *et al.*, 2000, p. 12).

Portanto, a ideia de justiça social se vincula à ideia de isonomia. Com efeito, a justiça social deve ser almejada pelo Estado, a fim de que se garanta a concretização de todos os valores resguardados pela Lei Máxima. A justiça pensada assim não é apenas uma imposição ética, mas um comprometimento estatal, posto que representa uma de suas finalidades básicas, senão a mais importante.

No interior dessa discussão, precisamos encontrar pistas para refletir acerca do poder social da leitura enquanto poder simbólico. Conforme argumenta Bourdieu (1989, p. 14), esse poder trata de “construir o dado pela enunciação, de fazer ver e

fazer crer, de confirmar ou transformar a visão de mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo”. Trata, antes de tudo, de levantar uma barreira entre texto e leitor, que, tal qual um monumento, coloca a leitura

obliterada por uma relação de forças (entre mestres e alunos, ou entre produtores e consumidores), das quais se torna o instrumento. A utilização do livro por pessoa privilegiada o estabelece como um segredo do qual somente eles são os “verdadeiros intérpretes”. Levanta entre o texto e seus leitores uma fronteira que para ultrapassar somente eles entregam os passaportes, transformando a sua leitura (legítima, ela também) em uma “literalidade” ortodoxa que reduz as outras leituras (também legítimas) a ser apenas heréticas (não “conformes” aos sentidos do texto) ou destituídas de sentido (entregues ao ouvido). Deste ponto de vista, o sentido “literal” é o sinal e o efeito de um poder social, o de uma elite. Oferecendo-se a uma leitura plural, o texto se torna uma arma cultural, uma reserva de caça, o pretexto de uma lei que legitima, como “literal”, a interpretação de profissionais e de clérigos socialmente autorizados (CERTEAU, 1998, p. 267).

Contudo, o poder social da leitura não está impregnado apenas numa tradição escriturística, para usar o termo de Certeau (1998). Ele nasce dessa tradição, mas se prolonga como efeito social na produção da leitura. De fato, as ações de escrever e ler um texto, sem, neste último caso, marcar nele um lugar, sempre foram fundadas na desigualdade social.

Acerca da desigualdade social, Maingueneau (2013) exemplifica a prática de produção de textos da seguinte maneira:

a maior parte dos membros de uma sociedade é capaz de produzir enunciados no âmbito de um certo número de gêneros de discurso: trocar algumas palavras com um desconhecido na rua, escrever um cartão postal para amigos, comprar uma passagem de trem numa bilheteria etc. Mas nem todo mundo sabe redigir uma dissertação filosófica, uma defesa a ser apresentada junto a uma jurisdição administrativa. Pode-se ver aí uma manifestação particularmente clara da desigualdade social (MAINGUENEAU, 2013, p.48).

Na concepção colocada por Maingueneau (2013), a desigualdade social pode ser atribuída a certa competência textual, reduzida à sua produção escrita.<sup>3</sup> Sendo bem simplistas, a falta dessa competência dificultaria a produção de textos, digamos, mais elaborados, como uma dissertação filosófica.

Porém, escrever não se equipara a ler. No caso da “jurisdição administrativa”, exemplo dado por Maingueneau (2013), embora poucos membros de uma sociedade sejam capazes de escrevê-la, sabemos que esse gênero de discurso produz efeitos num conjunto mais vasto de membros dessa mesma sociedade, ou seja, mesmo se nunca produzirmos certos gêneros de texto/discurso, de uma forma ou de outra esses gêneros nos interpelam na produção de sua leitura, e mesmo em seus efeitos legalistas e midiáticos, possíveis centelhas da manipulação discursiva.

Portanto, parece-nos que a manifestação da desigualdade social se revela bem mais abrangente na dimensão da leitura. De fato, se precisamos produzir a “leitura” de tudo que nos interroga, ou ler, sem cessar, o “conjunto de discursos que se apresentam [...] como evidências, dogmas aos quais [deveríamos] aderir” (TODOROV, 1999, p. 79), fica a questão de saber de que maneira podemos nos marcar como sujeitos nessa leitura? É, então, a partir dessas reflexões que mobilizamos questões sobre o direito à leitura e sua relação com a desigualdade social.

Embora se alardeie acerca do avanço da tecnologia na contemporaneidade, o direito à leitura está longe de ser conquistado no Brasil, em particular, em sua forma material de acesso, mesmo que na Constituição o princípio da igualdade se traduza em norma de eficácia plena, cuja exigência de cumprimento independe de qualquer norma regulamentadora, assegurando a todos e todas, igual tratamento perante a lei, e, principalmente, igualdade material.

---

<sup>3</sup> A noção de competência textual é compreendida pelos linguistas como a capacidade de o usuário da língua, numa interação social, produzir e ler textos em circulação social.

Mas, quando observamos apenas os dados da Alfabetização, ainda temos, em pleno século XXI, 11 milhões de brasileiros e brasileiras que não sabem ler, segundo o IBGE<sup>4</sup>; apesar de possuímos, no atual momento, garantias<sup>5</sup> e os meios materiais, tecnológicos e cognitivos para enfrentar esse e outros problemas de acesso à leitura. Por isso, “se as possibilidades existem, a luta ganha maior cabimento e se torna mais esperançosa, apesar de tudo que o nosso tempo apresenta de negativo (CÂNDIDO, 2011, p.172).

É Antônio Cândido, em seu célebre ensaio intitulado *O direito à Literatura*, quem oferece-nos alternativas para discutir sobre leitura e desigualdade social. Na contemporaneidade, afirma ele em seu texto, toleramos a existência paradoxal de uma racionalidade altamente técnica que permite o progresso e, ao mesmo tempo, provoca a degradação. Essa realidade nos adverte que a desigualdade social se manifesta no acesso aos direitos e estes são dados ao conhecimento não apenas por meio do discurso dos Direitos Humanos ou pela Constituição brasileira, mas, em particular, na tensão entre esses discursos e os diversos discursos em circulação social.<sup>6</sup>

Cândido (2011) expõe que

pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também

---

4 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2020/11/12/brasil-tem-11-milhoes-de-analfabetos-aponta-ibge>. Acesso em: 30 jun. 2022.

5 Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL).

6 O princípio da igualdade e a dignidade da pessoa humana são princípios que caminham juntos. Podemos dizer ainda que, sem aquele, este não existe. Nessa conjuntura, devemos considerar a dignidade em sua universalidade, pois todos são iguais em direito – como se verifica na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, não há o que se dizer na não consideração das diferenças existentes entre os homens, pois “a pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDRT, 2007, p. 16).

indispensável para o próximo. Esta me parece a essência do problema, inclusive no plano estritamente individual, pois é necessário um grande esforço de educação e autoeducação a fim de reconhecermos sinceramente este postulado. Na verdade, a tendência mais funda é achar que os nossos direitos são mais urgentes que os do próximo (CÂNDIDO, 2011, p. 174).

Desse modo, supomos haver o exercício de uma forma de influência ilegítima em discursos antagonistas ao discurso dos direitos humanos. É, pensamos, na produção da leitura desses discursos antagonistas que encontramos formas de não somente “achar que nossos direitos são mais urgentes que os do próximo” (CÂNDIDO, 2011), mas de naturalizar que aos outros cabe somente o direito ao básico.

Se considerarmos que o direito à leitura suscita apenas o direito de ter acesso a livros, bibliotecas, computador, internet etc., é possível tomar a leitura como um bem que não pode ser negado a nenhuma pessoa. Dizer, pois, que a um analfabeto foi negado o direito à leitura não é nada trivial e nem se trata de uma hipótese fraca. Porém, afirmar que o direito à leitura precisa ser conquistado ainda hoje, mesmo entre aqueles que tiveram pleno acesso à educação formal, a princípio, soa como uma fala impressionista.

Mas o direito à leitura que defendemos não é apenas o direito necessário aos bens culturais, materiais e tecnológicos, é, também, o direito de produzir uma leitura “justa”, isto é, receber informações completas, devidas, relevantes (VAN DIJK, 2008). O que não significa sermos ingênuos a ponto de considerar que grupos dominantes passem de uma hora para outra a serem justos, éticos e simpáticos ao discurso da liberdade e da igualdade como direitos básicos de todo o ser humano.<sup>7</sup> Produzir uma leitura “justa” significa, em última instância, ser capaz de desmontar a manipulação nos discursos em circulação social.

---

7 Artigo. 1º. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948).

À primeira vista, essa tarefa pode parecer inexecutável. Talvez, o seja se a realizarmos de modo isolado. O homem para ser considerado como pessoa, diz Bobbio *et al.* (2000, p. 7), “deve ser, enquanto indivíduo em sua singularidade, livre; enquanto ser social, deve estar com os demais indivíduos numa relação de igualdade”. Por isso, trabalhamos coletivamente no intuito de explicar como alguns discursos manipulam e, sobretudo, como fazem “as pessoas agirem contra sua total consciência e interesses, [sendo que] a manipulação serve aos interesses do manipulador”. (VAN DIJK, 2008, p. 234).

Assumimos, antes de tudo, que as formas ilegítimas dos discursos se materializam por meio de gêneros textuais (escritos ou orais), por isso, a manipulação ocorre sempre por meio da produção da leitura desses textos/discursos<sup>8</sup>. É, sem dúvida, a leitura dos discursos em circulação social que coloca os sujeitos em contato com formas ilegítimas de discursos, as quais ensinam que os direitos básicos (moradia, alimentação, educação e saúde) são privilégios de uma minoria abastada. Por isso, conforme enfatiza van Dijk (2008), a manipulação não envolve apenas poder, mas abuso de poder e dominação das mentes.

## Discurso, mídias e manipulação

É comum ouvirmos alguém acusar, em conversas, debates e análises, as mídias de serem manipuladoras. Porém, a manipulação, do modo que aqui pensamos, é exercitada nos e pelos discursos dados à leitura e, por isso, é difícil sustentar a tese “fraca” de que as mídias são por si só manipuladoras, uma vez que elas não são produtoras exclusivas das formas ilegítimas dos discursos.

No final dos anos 1990, no mundo ocidental, os grandes demagogos políticos passam a ter ampla audiência na televisão,

---

8 A concepção de leitura implica uma apreensão heurística empreendida pelo eminente educador Paulo Freire que pensa na leitura do mundo e na leitura da palavra, ou seja, na leitura da “palavramundo”. Também, a concepção de texto supera o texto escrito e oral, inclui aí as conversações, imagens, vídeos e gêneros nativos digitais.

obtendo, com isso, vitórias expressivas nas urnas.<sup>9</sup> Naquela conjuntura política, ninguém mais sabia como lutar contra as técnicas de manipulação (bem antigas e conhecidas, aliás), nem mesmo quando se tratava de refutar o discurso demagogo de um político de extrema direita, como lembra, na citação a seguir, Breton (1999).

Intimidado, diante de milhares de telespectadores, a explicar-se sobre o assassinato, por parte de seus militantes, de um jovem comorense que passava por eles numa noite de panfletagem, o principal dirigente de um partido de extrema direita consegue convencer que seus homens são vítimas e que a vítima era culpada. Mais tarde, ele e seus ajudantes diretos conseguirão, diante dos mesmos jornalistas incapazes de desmontar a manipulação do discurso, convencer que o “lobby judeu” controla a presidência da República francesa (BRETON, 1999, p. 8).

Diferente do caso relatado por Breton (1999), existem situações em que as mídias são responsabilizadas (e não culpadas) de modo direto pela manipulação. Recordamos, por exemplo, a atuação do Grupo Globo durante a ditadura militar e a sua *mea-culpa* décadas depois.<sup>10</sup> Todavia, as mídias, conforme argumenta Charaudeau (2011, p. 252), “manipulam de uma maneira que nem sempre é proposital, ao se automanipularem, e, muitas vezes, são elas próprias vítimas de manipulações de instâncias exteriores”.

Seria bastante simplista acusar as mídias tradicionais de manipuladoras, como o fazem certos grupos político-ideológicos em ascensão no Brasil atual. Além disso, as mídias não atuam como um aparelho estatal em sociedades democráticas. Elas, além de desempenharem um papel importante de informação no funcionamento dessas sociedades, criticam umas às outras e são, naturalmente, alvo de críticas de um público mais amplo que lê as suas informações em diferentes plataformas tecnológicas.

---

9 No Brasil, tivemos o caso do ex-presidente Fernando Collor de Mello com o seu bordão de governo de “caça aos marajás”, do qual ele mesmo foi presa.

10 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 21 mai. 2022.

Apesar de todos os defeitos das mídias jornalísticas, elas “relatam fatos e acontecimentos que se produzem no mundo, fazem circular explicações sobre o que se deve pensar desses acontecimentos, e propiciam o debate. Nesse aspecto, as mídias mantêm um espaço de cidadania, sem o qual não há democracia razoável (CHARAUDEAU, 2011, p. 252).

De qualquer forma, mesmo mantendo um espaço de cidadania, as mídias não estão isentas de estarem a serviço dos interesses dos grupos dos poderosos e de seus produtores de discursos.

Nesse sentido, a proposta de van Dijk (2008), acerca da noção de manipulação discursiva, contribui para tornar mais claro o papel das mídias como *médiuns* de formas ilegítimas do discurso.<sup>11</sup> A análise da manipulação como noção que envolve abuso discursivo de poder, segundo essa proposta, deve ser realizada por meio da tríade sociedade, cognição e discurso, considerando o abuso de poder como uma das formas de dominação que resultam em injustiças sociais (VAN DIJK, 2008, 2015; TOMAZI; ROCHA e ORTEGA, 2015).

Nesse quadro, a manipulação discursiva se desenvolve por meio das “mentes” dos manipulados, justificando uma abordagem cognitiva. Ao passo que a abordagem social se justifica na medida em que a manipulação se apresenta como uma forma de interação conversacional que implica poder e abuso de poder no e pelo discurso, como esclarece van Dijk:

a manipulação é um fenômeno social – especialmente porque ela envolve interação e abuso de poder entre grupos e atores sociais –

---

11 Sobre os *médiuns*, Debray (1993, 1998) costuma falar em mensagem, *médium*, meio e mediação para esclarecer as quatro etapas do percurso mediológico. O filósofo francês trata a mensagem como militância, messianismo, ministério; o *médium*, como memória, material, maquinaria, monumento; o meio como mundo, modo, macrossistema técnico; e, por fim, a mediação como mistura, maldição ou milagre. Embora focalizemos as mídias, é preciso ter em conta que a manipulação se desenvolve por meio dos discursos realizados em gêneros de texto/discurso (orais ou escritos), “dados” à leitura em diferentes esferas de atividade (religiosa, jurídica, publicitária, cotidiana etc.). De forma que a manipulação discursiva não se inscreve apenas em gêneros que circulam nas mídias, ela também é gerida em falas e escritas diversas, como em conversas cotidianas, panfletos publicitários recebidos na rua, cultos, missas, chamamentos, aulas, entre outros, por meios dos *médiuns*.



é um fenômeno cognitivo, porque a manipulação sempre implica a manipulação das mentes dos participantes, e é um fenômeno discursivo-semiótico, porque a manipulação é exercida através da escrita, da fala e das mensagens visuais (VAN DIJK, 2008, p. 235).

Na proposta de van Dijk (2008), o discurso manipulador precisa em primeiro lugar ser analisado considerando o *ambiente social* em que ele ocorre, depois em sua dimensão cognitiva e discursiva. Discutiremos a tríade sociedade, cognição e discurso de modo conjunto, mas, para tornar mais clara a intrincação entre leitura, desigualdade social e manipulação discursiva, seguiremos, fornecendo alguns exemplos no caminho metodológico proposto por van Dijk, que discute, no capítulo *Discurso e Manipulação* (VAN DIJK, 2008), as noções de ambiente social, cognição e discurso, respectivamente.

### **O ambiente social e as mídias**

Como fora dito, o discurso manipulador precisa ser analisado considerando o contexto em que ele ocorre, com base na “pertença de grupos, posição institucional, profissão, recursos simbólicos ou materiais e outros fatores que definem o poder dos grupos e de seus membros” (VAN DIJK, 2008, p. 235). Com essas bases, podemos verificar a existência de controles dos meios de comunicação e dos lugares da fala pública, exercidos pelos membros das elites simbólicas, tais como políticos, jornalistas, escritores, professores universitários, e, também, apresentadores de TV, religiosos e influenciadores digitais, tendo em vista que a produção da leitura desses discursos se realiza por meio de gêneros de texto/discurso.

Para van Dijk (2008), os manipuladores apenas são capazes de manipular por que possuem acesso às formas do discurso público. Nesse ponto, para esclarecer a nossa posição em relação a leitura e a desigualdade social, compreendemos essas formas de acesso como uma competência genérica, segundo a qual os manipuladores seriam capazes de produzir e participar de

gêneros de texto/discurso legitimados em dada sociedade. van Dijk (2008) traz alguns exemplos desses gêneros, a saber: os debates parlamentares, as notícias, os artigos de opinião, os livros escolares, os artigos científicos, os romances, os shows de televisão e as publicidades.

Esses exemplos revelam os grupos e sujeitos que têm acesso e controle aos gêneros de texto/discurso em circulação social e quais não têm. A desigualdade social, então, revela-se no fato de apenas alguns membros da sociedade poderem participar ativamente desses gêneros, enquanto a maioria desses membros serem por eles apenas reconhecidos na condição de “receptores”, isto é, interpelados para a produção de sua leitura, a qual se dá, muitas vezes, de modo violento, hermético, impositor e invasor.<sup>12</sup> No caso da internet, exemplo trazido por van Dijk (2008), não pensamos ser uma “forma do discurso público”, mas um espaço onde circulam os gêneros de texto/discurso oferecidos à leitura.

Contudo, mesmo que apenas alguns sujeitos da sociedade tenham acesso e controle a certa produção de gêneros de texto/discurso, é preciso que eles estejam ligados a determinados grupos de poder (institucional, profissional, organizacional). Nesse sentido, eles dependem do poder que esses grupos têm em dado momento, para que possam, por meio deles, reproduzir esse poder. Assim o fazem, por exemplo, os políticos, os jornalistas, os professores universitários etc., através de suas instituições, profissões e organizações.

É verdade que políticos, jornalistas e professores universitários confirmam e reproduzem seu poder por intermédio de gestos particulares no bojo de suas instituições. Porém, na era digital, esses gestos não têm efeitos apenas naquele entorno, mas são percebidos num raio de distância bem mais amplo.<sup>13</sup> Se

---

12 Respectivamente, poderíamos citar discursos dos campos jornalístico, jurídico, parlamentar e publicitário como violento, hermético, impositor e invasor, lembrando que eles sempre que é preciso trocam de posição. Por exemplo, uma ordem jurídica de reintegração de posse pode ser muito violenta, assim como uma publicidade pode ser bastante impositora etc.

13 Remetemos o leitor ao relato de Breton (1999) sobre um político de extrema

considerarmos, por exemplo, que influenciadores digitais exercem poder por meio do “discurso público”, precisamos admitir que essa influência, muitas vezes ilegítima, ocorre sem responder a um grupo de poder claramente especificado.

No caso de influenciadores digitais, o que se revela é quase sempre uma saliência da “pessoa”, de carne e osso, isto é, a preeminência do nível individual e da interação pessoal (VAN DIJK, 2008), como suscita o título da notícia a seguir, que destaca não um “grupo” de poder, mas um nome particular: “Maíra Cardi”.

## **Maíra Cardi cita 'estupro alimentar', polemiza e rebate: 'Tiraram de contexto'**

Influenciadora afirma que ninguém tem direito a forçar alguém a comer

Fonte: Folha S. Paulo<sup>14</sup>

Na verdade, o procedimento de destacar um nome para certo “acontecimento” faz parte do *modus operandi* da imprensa. Porém, no espaço digital da internet, é comum pensarmos em “seguidores” de certa pessoa (influenciadores (as), *youtubers*, *tiktokers*), como se cada opinião individual evidenciasse um efeito social concretizado, isto é, como se uma maneira particular de ver o mundo tivesse contida em si a “realidade” social, psicológica, espiritual etc. Logo, como argumenta van Dijk (2008, p. 242), as experiências e as opiniões dos indivíduos são, por um lado, corporificações dos modelos mentais e, por outro, “constituem uma instanciação específica de crenças socialmente compartilhadas”.

---

direita, na França da década de 1990, que convence a opinião pública que o “lobby judeu” controla a presidência da República. No Brasil atual, lembramos da campanha feita pela presidência da República para impor o uso pela população do “Kit-Covid”, conjunto de práticas e remédios sem comprovação científica contra o Coronavírus.

14 Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2022/03/maira-cardi-cita-estupro-alimentar-polemiza-e-rebate-tiraram-de-contexto.shtml>. Acesso em 23 mai. 2022.

Nesse sentido, produz-se um efeito de apagamento das relações entre o sujeito de fala e os grupos de poder para os quais ele se converge. Conforme lembra van Dijk (2008, p. 237) “só faz sentido falar de manipulação [...] quando falantes ou escritores estão manipulando outros em seus papéis como um membro de uma coletividade dominante. Dito de outra forma, quando há manipulação discursiva no caso de influenciadores(as), ela deve ser observada no desvelamento entre o sujeito de fala e os grupos de poder.

Dessa forma, no caso da notícia anterior, a relação entre influenciadora (“Maíra Cardi”) e grupos de poder (publicidades, redes sociais, empresas, por exemplo) não está clara, mas é constitutiva. Além disso, os grupos de poder no espaço digital não precisam mais ser pensados como “coisas pesadas”, grandes instituições transeculares, mas compreendidos como intrínsecos a certos processos, como ter milhares de seguidores, vinculações intensas como algoritmos digitais e repercussão na mídia noticiosa. Esse, talvez, possa ser o ambiente social a se formular nesses casos, considerando que a produção da leitura desse discurso público se daria desigual, haja vista a hipertrofia das (des)informações.

Com base nisso, é preciso admitir que, mesmo diante da digitalização do discurso público, nunca houve uma ruptura completa entre grupos de poder e seus membros. Na verdade, o que ocorreu foi uma incorporação de pessoas (influenciadores digitais, por exemplo), dentro dos grupos, instituições e organizações tradicionais de controle, que agora dominam a internet. O jogo parece não ter mudado, quem antes se encontrava “à margem do analógico”, pode se inserir no digital para, em muitos casos, continuar produzindo e reproduzindo o poder da ideologia dominante.

Esse ponto nos parece relevante quando consideramos que as formas de influência ilegítima ocorridas no e pelo discurso são “acessadas” pela leitura que produzimos dos gêneros de texto/discurso, em sua dimensão multissemiótica. Essa influência ilegítima não é exercida apenas por meio de textos impressos, mas

também de filmes, imagens, sons, algoritmos etc., reforçando o seu estatuto multimodal.<sup>15</sup> Quando compreendemos o direito à leitura, para além do acesso material e tecnológico, traçamos uma discussão por intermédio da igualdade, da justiça e da ética. Desse modo, o fato de “a manipulação ser “ilegítima em uma sociedade democrática porque (re)produz ou pode reproduzir desigualdade” (VAN DIJK, 2008, p. 237), diz muito acerca da leitura que produzimos do mundo social.

Além da consideração ao ambiente social, conforme anunciamos, van Dijk (2008) defende que manipular pessoas envolve manipular suas mentes. Trata-se, contudo, de um termo que merece ser mais bem compreendido, já que não tem a ver com técnicas interindividuais e neoliberais de gestão de pessoas. Passamos, então, na próxima seção, a discorrer sobre a proposta do linguista neerlandês a respeito da Memória de Curto Prazo, da Manipulação Episódica e da Manipulação da Cognição Social, proposta para a qual trazemos alguns exemplos.

### **Cognição e manipulação discursiva: proposta de análise**

A respeito da Memória de Curto Prazo (MCP), van Dijk (2008) esclarece que os discursos, em geral, e suas formas ilegítimas, em particular, envolvem o processamento da informação na memória de curto prazo (MCP). Nesse sentido, do ponto de vista cognitivo, a manipulação não tem nada de extraordinário, já que utiliza propriedades gerais do processamento cognitivo. Basta ver o que ocorre, por exemplo, com a MCP no processamento de publicidades.

No anúncio, dado à leitura num ambiente de consumo, observamos que o supermercado destaca a quantidade em litros em letras grandes (5LTS), e o valor total de litros em letras miúdas (R\$ 19,90). Já o valor de cada litro é destacado em letras ainda maiores (R\$ 3,98). Porém, a unidade que está à venda é de 5 litros, portanto, o preço real fica em R\$ 19,90. “A manipulação nesse caso

---

15 A “sociedade do espetáculo” é um bom exemplo (DEBORD, 1997).

pode residir no fato de que, ao chamar a atenção para a informação A em vez da informação B, o resultado da compreensão pode ser parcial ou tendencioso” (VAN DIJK, 2008, p. 239).



Fonte: Arquivo pessoal

Sem dúvida, esse exemplo ilustra uma forma legítima/ilegítima que “consiste no controle de algumas [...] estratégias parcialmente automatizadas de compreensão do discurso” (VAN DIJK, 2008, p. 238), que incluem aí não apenas anúncios desse tipo, mas títulos de notícias, reportagens, slogans publicitários, gráficos econômicos etc. De fato, conforme enfatiza van Dijk, esse tipo de estratégia atrai mais atenção, economiza tempo e memória e, sobretudo, contribui para um processamento mais detalhado e para uma melhor representação e lembrança. Assim,

características específicas do texto e da fala – como sua representação visual – podem afetar especificamente o gerenciamento da compreensão estratégica na MCP, fazendo com que os leitores prestem mais atenção em algumas partes da informação do que em outras. (VAN DIJK, 2008, 238).

Esses casos de anúncios informativos, dificilmente são tratados como manipulação. No máximo, essas estratégias levam a pecha de “pegadinha”, “truque” ou “propaganda enganosa”, contra as quais as pessoas podem recorrer aos órgãos de defesa do consumidor. Porém, estratégias desse tipo como índices “positivos” do governo, informes econômicos, cambiais, financeiros, em seus jogos de números, por exemplo, obliteram a leitura das informações e servem, em outros ambientes sociais, aos interesses de grupos, instituições e organizações de poderosos, na medida que contrariam os interesses dos grupos dominados.

A análise cognitiva simplesmente explicita o modo como as pessoas são manipuladas pelo controle de suas mentes, mas não pode formular porque isso é errado. Trata-se não de uma condição cognitiva, mas de uma condição contextual, normativa, social e ética. Nas palavras de van Dijk (2008, p. 240), “as dimensões cognitivas, sociais, discursivas e éticas estão envolvidas, nesse caso, de impedimento ou direcionamento ilegítimo do processo de compreensão discursiva”. E continua:

A dimensão ética também pode envolver o outro critério (cognitivo), qual seja, se esse controle de compreensão é intencional ou não – como é o caso para a distinção entre homicídio doloso (intencional) e homicídio culposo (acidental). Isso significa que nos modelos de contexto dos falantes ou escritores há um plano explícito para prejudicar ou influenciar a compreensão (VAN DIJK, 2008, p. 240).

O impedimento ou direcionamento ilegítimo, por exemplo, são, portanto, efeitos endógenos à produção da leitura e não apenas se apresentam como restrições materiais e tecnológicas.

No que se refere à Manipulação Episódica, van Dijk (2008) assinala que, embora a manipulação baseada na MCP afeta processos estratégicos da compreensão de discursos específicos, a maior parte da manipulação é direcionada para resultados mais estáveis e, portanto, focada na Memória de Longo Prazo (MLP), ou seja, é focada no conhecimento, atitudes e ideologias, e, também,

nas memórias pessoais, experiências e representações que são associadas à memória episódica.

No interior da memória episódica, consta a nossa memória para eventos comunicativos, na forma de modelos mentais específicos, com suas próprias estruturas esquemáticas. Com essa proposta, van Dijk (2008) separa o gesto de falar/escrever do gesto de ouvir/ler. O primeiro acionaria, particularmente, um modelo mental pessoal, subjetivo, retirado de alguma experiência; o segundo produziria uma construção de um modelo mental.

Na verdade, essa separação visa apenas ilustrar um dado procedimento, uma vez que a produção da leitura recorre tanto ao material linguístico e semiótico de modo a construir o modelo mental, como inclui nossas próprias opiniões e emoções. Esse modelo mental é a base para as futuras memórias, e, também, a base “de conhecimentos adicionais, tais como a aquisição do conhecimento, das atitudes e das ideologias baseada na experiência” (VAN DIJK, 2008, p. 240). Tendo em vista a importância dos modelos mentais para produção da leitura, observaremos que a manipulação discursiva focará na formação, na ativação e nos usos de modelos da memória episódica.

Podemos ilustrar esse procedimento, trazendo à tona um caso recente de saúde pública, com ampla cobertura da mídia jornalística global e com desdobramentos ainda em andamento.

Trata-se do surto da doença chamada “varíola dos macacos”, uma doença rara, parente próxima e menos grave da varíola comum, que vem se espalhando pelo mundo. Até a finalização deste trabalho, eram mais de 250 casos confirmados em aproximadamente 16 países, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). Especialistas afirmam que a doença se espalha por contato próximo e prolongado de humanos com macacos infectados.

Para ilustrar a ação da varíola dos macacos, a notícia integra uma foto das mãos de uma pessoa negra, supostamente contaminada pela doença em questão. No enunciado abaixo da



notícia principal, consta o número de casos e nações afetados. Mais abaixo, no rodapé da foto, o crédito da imagem é dado à agência britânica de notícia *Reuters*, a maior agência internacional de notícias do mundo, com sede em Londres, embora a mesma foto seja creditada a outras agências.

## Varíola dos macacos: os países onde doença já foi detectada

Até o momento, foram contabilizados mais de 80 casos em 15 nações.



Por BBC  
23/05/2022 20h33 · Atualizado há 2 dias



Embora deixe marcas, a varíola dos macacos não é considerada uma doença grave — Foto: REUTERS

Fonte: G1<sup>16</sup>

Pensando neste último ponto, digitamos em programas de busca a entrada “varíola dos macacos” para verificar o banco de imagens relacionadas ao tema. Notamos, então, que a maioria das fotos do banco de imagem sobre a “varíola dos macacos” são de pessoas negras. Seguindo um pouco a notícia nesse mesmo site jornalístico, lemos a seguinte passagem:

[...] mais de 80 casos foram confirmados fora das regiões em que a enfermidade é endêmica, em 15 países no total: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Israel, Itália, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça [...].

Fonte: G1

<sup>16</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/05/23/variola-dos-macacos-os-paises-onde-doenca-ja-foi-detectada.ghtml>. Acesso em: 26 mai. 2022.

As regiões em que a enfermidade é endêmica ficam na África Central e Ocidental. Os países citados acima são aqueles em que foram confirmados os casos fora dessas regiões. Esse primeiro ponto pode ser relacionado àquilo que van Dijk (2008) considera como manipulação episódica, conforme discutimos anteriormente. Na manipulação episódica, foca-se na memória de longo prazo (MLP), a qual consta os conhecimentos, atitudes e ideologias. Para isso, a manipulação mobiliza fotos e as associa aos textos.

Ora, por que falar de manipulação nesse caso?

Em primeiro lugar, porque a representação que se faz da África, particularmente, no Brasil, é de uma África parada no tempo, homogênea, sem diversidade e, sobretudo, associada à pobreza, à fome, às guerras, às safaris etc., conforme comenta a jornalista Flora Pereira.<sup>17</sup> Nesse sentido, as mídias têm um papel central, pois, além de todos os estereótipos negativos sobre o continente africano, ajudaram a construir uma África associada à doença, ao atraso e à incivilidade, numa visão, particularmente, eurocentrista que as próprias mídias, até hoje, produzem e reproduzem. Por isso, não é de estranhar que, na notícia anterior, embora o enunciado enumere 15 países de maioria branca, a foto escolhida para ilustrar a doença é de uma pessoa negra.

Em segundo lugar,

O discurso é a prática social que relaciona esses dois campos de racismo. Ele próprio é uma prática social que se destaca entre outras, sendo quase exclusivamente a prática das elites e das instituições simbólicas, o que “fazem”, elas o fazem pela fala ou pela escrita. Ao mesmo tempo, o discurso é praticamente a única maneira por meio da qual os preconceitos racistas são expressos e reproduzidos na sociedade. Essas cognições sociais são, em geral, adquiridas através das mídias, dos manuais escolares e das

---

17 Em entrevista, Flora Pereira, diretora e idealizadora do projeto Afreaka, discute alguns desses estereótipos negativos como fome, pobreza e passividade. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/afrika-sem-estereotipos/>. Acesso em: 26. mai.2022.

conversas cotidianas com membros da família, conhecidos ou colegas – conversas que podem ser inspiradas pelo que as pessoas veem na TV ou leem nos jornais (VAN DIJK, 2015, p. 33).

Nessa ótica, se os manipuladores pretendem que o leitor/ouvinte compreenda o discurso tal qual eles (manipuladores) determinam, é fundamental que os leitores construam modelos mentais tais quais os “desejados” pelos manipuladores. O direito à leitura passa a ser cessado, já que, desde saída, a produção da leitura não se apresenta igual e justa, o que fragiliza ou impossibilita o exercício da crítica contra os manipuladores.

No que tange à Manipulação da Cognição Social, trata aqui da influência ilegítima de atitudes em uma dada cultura. Mesmo que pareça improvável em discussões sobre raça e etnia hoje no Brasil, as crenças compartilhadas socialmente sobre a África ainda prevalecem na memória de longo prazo (MPL) e podem ser acionadas para justificar, por exemplo, uma prática declaradamente, racista.

Van Dijk (2008) enfatiza que, nesse caso, o conhecimento sociocultural forma o núcleo dessas crenças e permite agir, interagir e comunicar de forma significativa com outros membros da mesma cultura, ou mesmo para atitudes e ideologias sociais compartilhadas com outros membros do mesmo grupo. Por isso, ativistas e pacifistas podem se unir, enquanto racistas e antirracistas dificilmente estarão do mesmo lado.

Essas representações sociais são adquiridas no decorrer da nossa vida e, se mudanças ocorrerem, serão paulatinamente progressivas. De outro modo, essas representações, também, influenciam a formação e a ativação dos modelos mentais pessoais dos membros de grupos. Por exemplo, o fato de militares, no Brasil, nomearem o golpe de 1964 de “revolução” não é apenas uma luta pelo conceito ou um revisionismo histórico, mas tem relação com os modelos mentais formados desse evento.

Porém, não há necessidade de compararmos membros de classe e/o instituições opostas para observarmos que a produção

da leitura sobre determinado evento pode ser diferente. Acerca desse ponto, van Dijk (2008) esclarece:

Apesar das coações gerais das representações sociais na formação dos modelos mentais e, por extensão, na produção e compreensão do discurso, dois membros de um mesmo grupo social, de uma mesma classe ou instituição, ou ainda em um mesmo evento comunicativo, não produzirão o mesmo discurso nem interpretarão um dado discurso da mesma forma. Em outras palavras, os modelos mentais de eventos ou situações comunicativas (modelos de contexto) são a interface necessária entre o social, o compartilhado e o geral, bem como o pessoal, o singular e o específico no discurso e na comunicação (VAN DIJK, 2008, p. 242).

De fato, os objetivos globais da manipulação discursiva, segundo van Dijk (2008) são o controle das representações sociais compartilhadas por grupos de pessoas, considerando que essas crenças controlam o que as pessoas fazem e dizem em muitas situações por um período longo. Mais do que isso, esse controle está inscrito no discurso e, por isso, a leitura desse discurso não se apresenta plenamente livre, justa ou igualitária.

Em virtude da importância das representações sociais para a interação e o discurso, a manipulação focará na cognição social e, por conseguinte, em grupos de pessoas de uma coletividade, como o fazem as formas ilegítimas de discurso que circulam nas chamadas “bolhas” da internet. Essa estratégia envolve, a princípio, indivíduos e seus modelos mentais particulares no bojo do tecido social.

É, portanto, nesse sentido, que podemos dizer com van Dijk (2008, p. 243) “que a manipulação é uma prática discursiva que envolve tanto as dimensões cognitivas quanto as sociais”. Com efeito, é necessário quase sempre verificar as estratégias discursivas que influenciam as crenças socialmente compartilhadas.

## Considerações finais

A nossa proposta visou examinar a relação entre leitura, desigualdade social e manipulação discursiva. Conforme discutimos, a manipulação é um fenômeno antigo, que, segundo Breton (1999), perdeu interesse como conceito em meados do século XX, mas como prática nunca parou de operar. Sem aceitar uma ideia impressionista de manipulação, tentamos argumentar que as formas ilegítimas da fala pública no interior de uma democracia já estão inscritas em certos discursos.

O preconceito daqueles que evocam o termo “manipulação” para acusar, muitas vezes com razão, grupos dominantes de manipular grupos dominados (políticos manipulam seus eleitores, por exemplo) é pensar que o processo de manipulação tem relação com o acesso (por si só) à educação, ou seja, quanto mais baixo o grau de instrução, mais fácil será a manipulação de uma pessoa. Essa crença tem levado a saídas ingênuas, como aquela que compreende a “educação” como uma panaceia. Se fosse assim, quase um sistema judiciário inteiro, em consórcio com as mídias, não seriam manipulados e manipuladores como o foram no caso da Lava Jato.<sup>18</sup>, – supondo que em ambas as instituições (judiciário e mídia jornalística) agregam pessoas de grau de instrução elevado.

Esse fato nos levou a mobilizar a noção de manipulação discursiva conforme desenhada por van Dijk (2008). Porém, não investimos em processos de manipulação que ocorrem ao longo do tempo, como a já citada Lava Jato, ou mesmo, em processos

---

<sup>18</sup> A Lava Jato foi a maior investigação de desvio e lavagem de dinheiro público já realizada no Brasil. Em 2021, a 2ª turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por 3 votos a 2 declarar o juiz do caso, Sérgio Moro, parcial, isso significa dizer que, durante todo o processo, parte da grande mídia, incapaz de desmontar a manipulação do discurso, considerou como corretas todas as decisões tomadas em favor de uma “luta” contra a corrupção, mesmo que essa luta fosse ao arrempio da lei. Contudo, para que o STF tomasse essa decisão, foi preciso que parte das mídias jornalísticas independente e outros atores sociais como críticos à Lava Jato fizessem investigações sobre a operação, como é o caso do site The Intercept Brasil e El país, também da cineasta Maria Augusta Ramos. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/lava-jato-foi-uma-grande-encena%C3%A7%C3%A3o-diz-cineasta/a-62141583>. Acesso em 13 jul.2022. Podemos ler também o livro de Letícia Duarte “Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil (DUARTE, 2020). Esse caso de manipulação político-midiático merecia uma análise à parte, deixamos aqui a sugestão.

de manipulação imbricados com as mídias, conforme se dedicam, entre outros, os trabalhos realizados pelo grupo GEDIM. De nossa parte, apenas tentamos mostrar que a manipulação discursiva não é um fenômeno tão simples de notar, sobretudo quando estamos nela imersos. Ela envolve, como mostramos, o social, o cognitivo e o discurso num só golpe. Por isso, argumentamos que a manipulação discursiva é parte constitutiva da produção da leitura.

Por fim, tratamos as formas de fala “pública” como gênero de texto/discurso – dispositivo comunicacional multissemiótico. Se considerarmos que lemos: debates parlamentares, reportagens, notícias, aulas, *talk-shows*, publicidades, entrevistas, programas de TV e rádio, vídeos na internet, *podcasts* etc., além de ampliarmos o conceito de leitura, enfatizamos que a leitura desses gêneros nem sempre ocorre de forma justa, ética e igual.

É preciso, pois, assumir que, para destrançar a manipulação discursiva – para acusar, refutar e reconhecer as formas ilegítimas do discurso –, há a necessidade de o leitor se marcar como sujeito da leitura, isto é, de proceder uma leitura crítica dos discursos em circulação social.

## Referências

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007.

BEAUGRANDE, Robert de. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society*. Norwood, New Jersey, Ablex Publishing Corporation, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale [et al.]. Coord. Trad. João Ferreira; ver. Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacasi. 13. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989.

BRASIL, *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16. mai. 2022.

BRETON, Philippe. *A manipulação da palavra*. São Paulo: Edição Loyola, 1999.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In.: CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011.

CERTEAU M. de. *A invenção do cotidiano: a arte de fazer*. 3. ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Vozes: Petrópolis, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso das mídias*. 2. ed. 2ª reimpressão. Trad. Ângela S.M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARTIER, Roger. (org.). *Práticas da leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 77-105.

DEBRAY, Régis. *Curso de midialogia geral*. Trad. João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1993.

DEBRAY, Régis. Régis Debray: as tecnologias da crença. *Revista FAMECOS*, n. 9, p. 8-14, 1998.

DUARTE, Letícia. *Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*. The Intercept Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. 2. ed. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2011.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. ampl. Trad. Cecília P. de Souza; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013a.

TODOROV, Tzvetan. *A Literatura em perigo*. Trad. Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

TOMAZI, Micheline Mattedi; ROCHA, Lúcia Helena Peyroton da; ORTEGA, Jéssica Cabral. Violência machista em manchetes jornalísticas. In.: *Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito*. TOMAZI, Micheline Mattedi; ROCHA, Lúcia Helena Peyroton da; POMPEU, Júlio César (org.). São Paulo: Terracota, 2016, p. 43-64.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. A. Discurso das elites e racismo estrutural. In.: LARA, Gláucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (org.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 31-48.

# Cenografia, instâncias enunciativas e a constituição da voz identitária no discurso literário periférico

*Candido Ferreira de Souza Junior*

*Mário Acrísio Alves Junior*

*Jarbas Vargas Nascimento*

## Considerações iniciais

O presente capítulo tem como tema a constituição da cenografia literária e a forma como se instaura um sujeito coletivo, pois representa a voz de uma comunidade discursiva periférica. Na atualidade, o termo periferia negocia novos efeitos de sentido, ao adicionar em seu campo semântico-discursivo não somente o distanciamento geográfico e econômico em relação ao centro-urbano, mas, sobretudo, por colocar em cena uma identidade individual e coletiva, marcada pelos fenômenos da desertificação, do abandono, da pobreza, da dominação, da exploração e da subalternidade humana. Na verdade, a periferia produz discurso e, certamente, é representativa do espaço cultural, na medida em que desvela aspectos da sociedade brasileira e da identidade nacional. Para tratar dessa questão, selecionamos o aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa (AD) e como objeto de



análise o discurso *Canção Infantil*, produzido por César MC, que nos possibilitam compreender, pela linguagem materializada no *rap*, questões político-culturais de nossa sociedade.

Nosso interesse pelo discurso *Canção Infantil* se justifica não somente pela relevância da cultura popular capixaba no espaço discursivo literário-periférico, mas também pelo fato de o *rap*, gênero lítero-musical, exteriorizar posicionamentos de politização com o intuito de resgatar esteticamente dados da identidade periférica, cujo valor cultural deve ser reconhecido urgentemente. Considerando a pertinência dessas questões, objetivamos examinar a cenografia literária periférica e o modo como se instaura, nessa cenografia, um sujeito coletivo, representante de uma comunidade discursiva, que garante e valida a eficácia de seu discurso.

A fim de atingir o objetivo proposto, recorreremos à AD, na perspectiva enunciativo-discursiva de Maingueneau (1995, 1997, 2000, 2001, 2005, 2009, 2015, 2020), cuja tese do discurso literário categoriza a Literatura como uma instituição discursiva, com um propósito político-social. Para dialogar com Maingueneau, trazemos Spivak (2014), para quem o sujeito da periferia não pode ocupar um posicionamento particularizado e restrito, pois é irredutivelmente múltiplo. Buscamos, ainda, as reflexões de Charaudeau (2009), que tratam a identidade discursiva como a possibilidade de o sujeito conscientizar-se de sua existência, perceber seu corpo, valorizar seus conhecimentos de mundo, suas crenças e suas ações.

Nosso percurso de desenvolvimento desse capítulo segue os seguintes passos: primeiramente, discutimos, com base em Wiebke (2010) a noção de periferia como espaço sociocultural e identitário e não como um lugar econômica e geograficamente demarcado em relação ao centro-urbano. Em seguida, apresentamos as noções de subalternidade e identidade, conforme Spivak (2014) e Charaudeau (2009, 2015). Na sequência, tratamos da hipótese do discurso literário como discurso constituinte, conforme postula Maingueneau (1995, 2000, 2008, 2009, 2015). Os discursos constituintes, de fato, possuem determinadas propriedades

relacionadas às suas condições de emergência, funcionamento e circulação. São instauradores de seu próprio processo enunciativo em sua cenografia, carregando uma encenação inseparável do universo de sentido que o texto procura impor. Finalmente, procedemos à análise do discurso literário periférico *Canção Infantil*, examinando a constituição da cenografia e as marcas de identidade de um sujeito periférico, que se manifesta política e esteticamente, para evidenciar uma identidade social e denunciar vivências nas condições de periferia.

O discurso *Canção Infantil* constrói uma cenografia literária, na voz de um sujeito paratópico, que articula a sua própria enunciação, para fazer desvelar um sujeito periférico, cuja voz se sobrepõe à sua voz individual, para validar e legitimar as vozes da comunidade da periferia de metrópoles brasileiras.

### A periferia como espaço sociocultural e identitário

Atualmente, o conceito de periferia não pode ser apreendido apenas em relação a aspectos geográficos e econômicos ou em termos de uma segregação socioespacial. Por isso, a adoção de um novo conceito de periferia implica observar como esse espaço é construído e considerar suas transformações histórico-culturais e semânticas. A periferia envolve aspectos histórico-culturais identitários, bem como os sujeitos que ocupam espaços periféricos são também históricos e contribuem para sua caracterização. Assim, para Wiebke (2010), a periferia é construída pelos sujeitos que ocupam ou não essa condição, pela mídia e pelas autoridades públicas, na medida em que objetivam criar uma imagem representativa dessa construção social.

Nesta perspectiva, para abordarmos a periferia, precisamos entender as condições em que ela se naturaliza e pensá-la em relação àquilo que ela produz. Além disso, considerá-la em suas relações com as contradições sociais. Um outro ponto de vista a observar é conceber a periferia como um espaço de manifestação de identidade e não somente em seus aspectos geoeconômicos ou

de seus vínculos com o centro urbano. Embora ampliemos a noção de periferia, estamos cientes de que as relações humanas não podem ser configuradas fora dos espaços físicos, pois é neles que as interações socioculturais, dialógicas e identitárias são construídas. Por isso, um conceito produtivo de periferia deve associar o físico, o econômico e o social em uma dimensão histórico-identitária. Neste sentido, não é possível apreender a periferia independente das relações de poder, seja ele político ou outros poderes paralelos, legais ou ilegais que moldam essa condição de vida. A periferia é uma construção social, uma condição objetiva e resulta da interação de diferentes variáveis que a constroem (WIEBKE, 2010).

A noção de periferia parece-nos compreensível, quando nos referimos apenas a questões espaciais e econômicas; no entanto, torna-se complexa, quando implica outras dimensões, tais como as de política, cultura e identidade, como argumenta Wiebke (2010). Assim, a inclusão de propriedades culturais, sociais, políticas e identitárias na concepção de periferia pode acarretar novas abordagens no tratamento de textos/discursos produzidos nessa condição e pelos sujeitos periféricos. Tais perspectivas permitem-nos ampliar a concepção de periferia e integrar a seu conceito dimensões socioculturais, políticas e identitárias. Neste sentido, a periferia não pode ficar circunscrita à marginalização, mas deve se inscrever no contexto da cultura popular, para ganhar identidades socioespaciais com propriedades político-culturais.

Levando em consideração as reflexões de Wiebke (2010), podemos afirmar que a periferia se constitui como uma realidade concreta produtora de discursos. Nela materializam situações reais de vida, cujo papel identitário carecem novas reflexões, principalmente, quando abordadas em discursos como *Canção Infantil* produzido por César MC. O discurso *Canção Infantil* nos permite compreender, pelo confronto do tema com o código linguageiro nele materializados, sintomas político-sociais da realidade brasileira. Examinar a produção cultural periférica implica, por conseguinte, a conscientização de diferentes tensões

político-sociais. Assim, não podemos reduzir a noção de periferia a uma região econômico-geográfica, pois a periferia não se delimita à localização marginalizada, mas uma condição em que sujeitos individuais e coletivos revelam posicionamentos culturais e identitários.

Nossa reflexão impôs-nos como necessário colocar a questão da natureza da periferia, tendo em vista que deslocamos a espacialidade que o termo histórica e academicamente carrega, para ressignificá-la identitária e socialmente. A noção de sistema social, segundo Bourdieu (1983), ajuda-nos a compreender a periferia como espaço social, na medida em que ela reflete posicionamentos sociais e identitários projetados por/nos discursos produzidos nessa condição. Isso revela um movimento de negociação de efeitos de sentido que resulta das condições sócio-histórico-culturais, dos enunciados proferidos por sujeitos periféricos e da imagem que deles se constitui discursivamente.

### **Subalternidade e identidade**

Uma dimensão parece-nos apresentar-se como essencial em nossa proposta, ao mesmo tempo em que reconhecemos a necessidade de prudência ao abordá-la. Trata-se da identidade dos sujeitos em foco.

Essencial porque compreendemos que, para proceder ao exame de um ato de linguagem, qualquer que ele seja, recorreremos à questão identitária do sujeito por ser ela a base das interações ou, no entendimento de Charaudeau (2009), o fundamento da competência comunicacional, à medida que compreendemos que esse sujeito não é apenas um ser de natureza social, mas também um ser de enunciação, dotado, assim, de uma identidade discursiva. Prudência porque não devemos pretender uma abordagem que esgote o tema do ser em sua totalidade identitária, sendo importante destacar que nos interessam, particularmente, os conceitos de identidade cultural e identidade discursiva (CHARAUDEAU, 2009). Falamos em identidade discursiva amparados pelas

contribuições de Charaudeau (2015), para quem a totalidade do sujeito pressupõe a fusão de suas identidades social e discursiva, sendo esta última resultante dos traços do sujeito revelados a partir de seus atos de linguagem. Nesse sentido, compreendemos ser inevitável pensarmos acerca do lugar de enunciação ocupado pelo sujeito, o que corresponderia à sua identidade social.

Spivak (2014), em sua obra “Pode o subalterno falar?”, ao expor reflexão sobre o lugar da mulher indiana no período pós-colonial, conceitua o subalterno como aquele situado nas “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2014, p.12). Ao relatar o caso de uma jovem sobre quem pesa a sobredeterminação histórica que coloca o subalterno feminino sem encontrar os meios necessários para se fazer ouvir, Spivak (2014) declara que o subalterno, sujeito sem voz, é dependente da criação de espaços por meio dos quais possa se autorepresentar.

O lugar ocupado pelo sujeito de periferia é geralmente marcado por uma representatividade subalterna. Essa é, evidentemente, a identidade discursiva assumida pelo sujeito enunciativo de discursos como *Canção Infantil*, cuja cenografia revela a voz do subalterno e, nessa medida, o discurso em estudo é caracterizado como uma arte literária produzida na/pela periferia, a qual, reitera-se, não se apresenta, aqui, em sua acepção de *locus* geográfico, mas como posicionamento, ao mesmo tempo, identitário, social e enunciativo-discursivo.

Assim, ainda que o sujeito subalternizado esteja à margem dos lugares sociais e de enunciação institucionalmente marcados e legitimados, não encontrando acesso aos prestigiosos pedestais por onde possa se fazer conhecer como ser de fala, acreditamos na força da cultura popular como expressão de contrapoder por meio da qual, em um contexto democrático, ainda que radicalmente polarizado como no Brasil dos últimos anos, identidades são reafirmadas. Cultura popular, pois, deixa de ser apenas um

conceito quando se apresenta como base para a reiteração de identidades sociais, as quais, por sua vez, constroem identidades discursivas em que o comportamento linguageiro do enunciador representa a voz da periferia, como ocorre no discurso *Canção Infantil*, em exame neste capítulo.

Podemos considerar que a cultura popular, ao integrar e incluir diferentes vozes, de diferentes esferas da sociedade, identifica certos gêneros literários ou musicais ditos marginalizados, como participantes da cena cultural de uma sociedade e, logo, homologa voz ao subalterno, ainda que como resultante de um jogo de tensões e de relações assimétricas de poder. Neste tensionamento, já não consideramos mais o absolutismo unilateral da força soberana nas relações de poder, mas que as práticas discursivas dialógicas (responsivas) conduzem processos de dissenso, buscando atribuir uma justa medida aos embates socioideológicos. A esse respeito, vale mencionar a ponderação de Charaudeau (2015), para quem a identidade, individual ou coletiva, não repousa sobre uma homogeneidade. Em suas palavras, tal pressuposto de unicidade, de uma entidade homogênea, “[...] é o que impede que se atinja a identidade plural dos seres e das comunidades e, infelizmente, é uma ilusão em nome da qual muitos abusos são cometidos.” (CHARAUDEAU, 2015, p.17). Em sua abordagem de análise discursiva, Charaudeau, inspirado pela teoria social de Bourdieu, propõe que o sujeito é dotado de autonomia, dentro de um espaço de manobras por meio do qual expõe sua tomada de posição.

Ainda ao abordar a questão identitária a propósito dos desníveis e das desigualdades sociais, Charaudeau propõe que, dentre certos domínios da atividade humana que se articulam à linguagem, está o domínio dos valores, “[...] na medida em que estes precisam ser ditos para existir, já que é dessa forma que os atos de linguagem que os veiculam dão sentido à nossa ação.” (CHARAUDEAU, 2015, p.13). O autor segue em sua argumentação destacando um dos efeitos pela busca da construção de uma identidade, que consiste na inclinação do grupo para si mesmo, e explica:

O grupo que se sente ameaçado na sua identidade pela presença de um outro grupo que tende a dominá-lo poderá reagir reivindicando valores que lhe são próprios e voltando-se para si mesmo. Assim se constroem os regionalismos, os comunitarismos, os partidos e outros agrupamentos comunitários (CHARAUDEAU, 2015, p.20).

Em concordância com essa afirmação, acreditamos na força reivindicatória de algumas formas de expressão popular, como é o caso do discurso lítero-musical *Canção Infantil*, em apreço neste capítulo. Compreendemos que tais expressões constroem ou realçam a voz da periferia, reafirmando sua identidade social e, logo, legitimando o discurso do subalterno, que (d)enuncia suas angústias e mazelas pessoais, ao mesmo tempo em que o faz em nome de toda uma coletividade.

### **A Análise do Discurso de linha francesa e a constituição da cenografia no Discurso Constituinte Literário**

Para dar conta dos objetivos a que nos propusemos, consideramos a relevância dos estudos em AD no âmbito da Linguística contemporânea, principalmente sua natureza interdisciplinar, o que leva Maingueneau (2009) a propor a hipótese do discurso literário e incluí-lo na categoria de discursos constituintes. Essa abordagem de Maingueneau visa a desfazer a ruptura entre os campos da Linguística e da Literatura, dissolver impasses epistemológicos, histórica e academicamente enraizados, para incluir, na análise de diferentes textos, posicionamentos político-culturais e identitários, como empreendidos por César MC, na criação do discurso *Canção Infantil*.

A noção de discursos constituintes foi proposta por Maingueneau & Cossutta (1995), a fim de tratarmos daqueles discursos que têm a pretensão de legitimar a totalidade da produção discursiva. Para eles, esses discursos são aqueles capazes de dar sentido aos atos do conjunto da sociedade e definem-

se pela posição que ocupam no interdiscurso, pelo fato de não reconhecerem discursividade para além da sua e de não poderem se autorizar senão por sua própria autoridade. Com o fim de autorizar-se a si mesmos, os discursos constituintes buscam a proximidade com uma fonte legitimadora, quer seja a razão, a verdade, a tradição. O paradoxo constitutivo do funcionamento de tais discursos é que o Absoluto que os autoriza é supostamente exterior ao discurso, para lhe conferir sua autoridade, mas deve ser construído por esse mesmo discurso para poder fundá-lo. Assim, eles se tornam ao mesmo tempo auto e heteroconstituintes.

Para Maingueneau (2000), os discursos filosófico, religioso, científico e literário podem ser considerados constituintes na nossa sociedade. Interessa-nos, aqui, especialmente o discurso literário, objeto de nossa análise. De acordo com Maingueneau (2009), o discurso literário, como todo discurso constituinte, não é um simples vetor de ideias, mas articula, por meio de seu dispositivo enunciativo, textualidade e espaço institucional. Ou seja, o texto não está dissociado do seu ambiente enunciativo nem das instituições sociais que ele representa. Na verdade, é a própria enunciação que constrói esses espaços possíveis para a sua inteligibilidade. Ao pensar a situação de comunicação ou situação de enunciação, Maingueneau (2015) opta pela utilização do termo *cena* que, segundo ele, apresenta a vantagem de poder se referir ao mesmo tempo a um quadro e a um processo. “O discurso pressupõe certo quadro, definido pelas restrições do gênero, mas deve também gerir esse quadro pela encenação de sua enunciação.” (MAINGUENEAU, 2015, p. 117).

Esse processo de enunciação mobiliza a interação de pelo menos três cenas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. A cena englobante é aquela que diz respeito ao tipo de discurso, entendido como um setor da atividade social que pode ser caracterizado por uma rede de gêneros de discurso. Já a cena genérica diz respeito à forma como o discurso irá se manifestar em uma realidade tangível, como um gênero de discurso, que estabelece, entre outras coisas, a finalidade do discurso, os



papéis dos parceiros na interação, um modo de inscrição na temporalidade, a periodicidade da enunciação, sua continuidade e mesmo seu prazo de validade. (Maingueneau, 2008).

No entanto, quando estamos diante de uma materialidade discursiva, não é com o quadro cênico que interagimos primeiramente, mas com a cenografia. De acordo com Maingueneau (2001), a cenografia leva o quadro cênico para o segundo plano. Trata-se da forma como o discurso se apresenta, a fim de capturar a adesão do seu co-enunciador. Apreendendo o discurso literário como um discurso constituinte, compreendemos que, pela cenografia, ele constrói a sua própria situação de enunciação. A cenografia, então, não é um simples alicerce para a transmissão de conteúdos, mas o centro em torno do qual gira a enunciação. O discurso literário encena o seu próprio processo de comunicação, uma encenação inseparável do universo de sentido que o texto procura impor. Segundo Maingueneau, a literatura é um discurso cuja identidade “[...] se constitui através da negociação de seu próprio direito de construir um dado mundo mediante uma dada cena de fala correlativa que atribui um lugar a seu leitor.” (MAINGUENEAU, 2009, p. 264). Assim, a noção de cenografia adiciona à ideia teatral de cena a dimensão de *grafia*, que não se restringe a um suporte gráfico, mas a um processo fundador, ao que Maingueneau (2009, p. 63) chama de *inscrição*:

Produzir uma inscrição não é tanto falar em seu nome, quanto seguir o rastro de um Outro invisível, que associa os enunciadores-modelo de um dado posicionamento e para além disso, a presença da fonte que funda o discurso constituinte: seja a tradição, a verdade, a beleza.

Uma cenografia implica certo uso do código linguageiro que é, igualmente, indissociável ao discurso. “O código linguageiro que mobiliza o discurso é, com efeito, aquele através do qual ele pretende que se deva enunciar, o único legítimo junto ao universo de sentido que ele instaura” (MAINGUENEAU, 2008, p. 52). No caso do discurso literário periférico, percebemos que as cenografias mobilizadas buscam legitimar o próprio exercício

da fala da periferia. O código linguageiro e a variedade linguística utilizados não são elementos neutros, ao contrário, são aqueles que se pretendem como os únicos legítimos para instaurar os efeitos de sentido que o discurso visa a negociar, estabelecendo uma relação com a sociedade e com a comunidade discursiva que mobiliza.

A cenografia e o código linguageiro, por sua vez, fazem emergir uma voz que dá corpo a um *ethos* discursivo. O enunciador se investe de uma autoridade ligada à fonte legitimante. Sua fala advém de outro lugar, que não é dele mesmo, mas de uma fonte enunciativa legitimadora. Para Maingueneau (2000), a legitimação do discurso não passa apenas pelas proposições de ideias, mas é manifestada nesta corporalidade, que emerge do próprio movimento de leitura. O *ethos* discursivo, por sua vez, valida tanto a cenografia quanto o código linguageiro empregados, em um movimento recíproco de validação, em que ambos sustentam um ao outro. (Maingueneau, 2010).

Para a AD, a questão do *ethos* discursivo passa, necessariamente, por representações sociais, por uma ideia de mundo compartilhada por certa comunidade discursiva, conforme nos lembra Charaudeau: “[...] a visão que uma sociedade tem do corpo depende dos imaginários coletivos que ela constrói para si.” (CHARAUDEAU, 2009, p. 117). Assim, o *ethos* discursivo se constitui por meio de uma construção semântico-discursiva elaborada pelo enunciador e que estabelece uma interação com o co-enunciador, numa perspectiva sociodiscursiva. Como se trata de uma ação socialmente avaliada, sua manifestação só pode ser compreendida na enunciação, a partir da cenografia instaurada em uma dada condição sócio-histórico-cultural.

## Analizando o Discurso Literário Periférico Canção Infantil

Aprendemos o texto *Canção Infantil*, produzido por César MC, como discurso literário periférico, na medida em que

compreendemos o *rap* como gênero lítero-musical, que tematiza questões de cunho político-social. O *rap*, sigla para *rhythm and poetry*, faz parte da cultura *hip-hop*, surgida na década de 1960, nos Estados Unidos, em meio às lutas das comunidades negras por direitos sociais e contra o racismo. Dois dos principais líderes desse movimento antirracista foram Malcon X e Martin Luther King, ambos morreram assassinados. De acordo com Moreira (2016), essas lutas “eram uma forma de os negros mostrarem sua indignação diante de um sistema opressor, separatista e excludente, que fazia, por exemplo, negros e brancos terem assentos apartados uns dos outros nos ônibus.” (MOREIRA, 2016, p. 25).

No Brasil, a cultura *hip-hop* chega com força nos anos de 1980, principalmente em São Paulo, considerado o berço desse movimento no país. Moreira (2016) destaca que era comum o encontro de jovens, em condição de periferia, no centro de São Paulo, para dançar *break*, inclusive com acirradas competições, a fim de que se reconhecessem os melhores dançarinos. Foram marcantes, desde o início, características culturais, essencialmente, de uma identidade social determinada.

O sujeito criador do discurso aqui em análise é artisticamente conhecido por Cesar MC. É um *rapper* capixaba, negro, filho de servidores públicos, nascido e criado na condição periférica, no Morro do Quadro, na cidade de Vitória-ES. Suas características histórico-culturais e identitárias permitem-nos situá-lo na subalternidade, traço social e discursivamente homologado e legitimado pelo/no discurso *Canção Infantil*, no qual, esteticamente, o enunciador insere suas experiências cotidianas no plano estético-cultural. O lançamento oficial do discurso lítero-musical *Canção Infantil* aconteceu no dia 27 de junho de 2019, pelo canal *Pineapple Storm*, conhecido por divulgar lançamentos do *rap* nacional. O *clip* de lançamento contou com a participação da *rapper* negra Cristal, que vive em situação de periferia, em Vila Nova, Porto Alegre. A grande novidade, no entanto, divulgada na época por Cesar MC em seu canal oficial no *Instagram*, foi a participação do *Coral Serenata*, formado por crianças, de vida periférica, entre cinco e

Micheline M. Tomazi Almeida (org.).

quinze anos de idade, do Morro do Quadro. Segue na íntegra o discurso *Canção Infantil*.

*Canção Infantil*

*Cesar Mc*

A vida é uma canção infantil  
A vida é uma canção infantil  
Era uma casa não muito engraçada  
Por falta de afeto não tinha nada  
Até tinha teto, piscina, arquiteto  
Só não deu pra comprar aquilo que faltava  
Bem estruturada, às vezes lotada  
Mas memo lotada uma solidão  
Dizia o poeta, o que é feito de ego  
a rua dos tolos gera frustração  
Yeah, yeah, yeah  
Hmm, hmm, hmm  
Yeah, yeah, yeah, yeah  
Hmm, hmm, hmm  
Yeah, havia outra casa, canto da quebrada  
Sem rua asfaltada, fora do padrão  
Eternit furada, pequena, apertada  
Mas se for colar tem água pro feijão  
Se o mengão jogar, pode até parcelar  
Vai ter carne, cerveja, refri e carvão  
As moeda contada, a luz sempre cortada  
Mas fé não faltava, tinham gratidão  
Yeah, yeah, yeah  
Mas era tão perto do céu  
Yeah, yeah, yeah  
Mas era tão perto do céu  
Como era doce o sono ali (como era doce o sono ali)  
Mesmo não tendo a melhor condição (mesmo não tendo a  
melhor condição)  
Todos podiam dormir ali (todos podiam dormir ali)  
Mesmo só tendo um velho colchão (mesmo só tendo um velho

colchão  
Mas era feita com muito amor  
Mas era feita com muito amor  
A vida é uma canção infantil  
É, sério, pensa, viu?  
Belas e feras, castelos e celas  
Princesas, pinóquios, mocinhos e...  
É, eu não sei se isso é bom ou mal  
Alguém me explica o que nesse mundo é real  
O tiroteio na escola, a camisa no varal  
O vilão que tá na história ou aquele do jornal  
Diz (diz) por que descobertas são letais?  
Os monstros se tornaram literais  
Eu brincava de polícia e ladrão um tempo atrás  
Hoje ninguém mais brinca, ficou realista demais  
As balas ficaram reais perfurando a eternit  
Brincar nós ainda quer, mas o sangue melou o pique  
O final do conto é triste quando o mal não vai embora  
O bicho-papão existe, não ouse brincar lá fora  
Pois cinco meninos foram passear  
Sem droga, flagrante, desgraça nenhuma  
A polícia engatilhou: Pá, pá, pá, pá  
Mas nenhum, nenhum deles voltaram de lá  
Foram mais de cem disparos nesse conto sem mora  
Já não sei se era mito essa história de lobo mau  
Diretamente do fundo do caos procuro meu cais no mundo de  
cães  
Os manos são maus  
no fundo a maldade resulta da escolha que temos nas mãos  
Uma canção infantil, à vera  
Mas lamento, velho, aqui a bela não fica com a fera  
Também pudera, é cada um no seu espaço  
Sapatos de cristal pisam em pés descalços  
A rapunzel é linda sim, com os dreads no terraço  
Mas se a lebre vim de juliet, até a tartaruga aperta o passo  
Porque é sim tão difícil de explicar  
Na ciranda, cirandinha, a sirene vem me enquadrar

Micheline M. Tomazi Almeida (org.).

Me mandando dar meia-volta sem ao menos me explicar  
De costa barros a guadalupe, um milhão de enredos  
Como explicar para uma criança que a segurança dá medo?  
Me explicar que oitenta tiros foi engano  
Oitenta tiros, oitenta tiros, ah  
Carrossel de horrores, tudo te faz refém  
Motivos pra chorar até a bailarina tem  
O início já é o fim da trilha  
Até a Alice percebeu que não era uma maravilha  
Tem algo errado com o mundo, não tire os olhos da ampulheta  
O ser humano, em resumo, é o câncer do planeta  
A sociedade é doentia e julga a cor, a careta  
Deus escreve planos de paz, mas também nos dá a caneta  
E nós, nós escrevemos a vida, iphones, a fome, a seca  
Os homi, os drone, a inveja e a mágoa  
O dinheiro, a disputa, o sangue, o gatilho  
Sucrilhos, mansões, condomínios e guetos  
Tá tudo do avesso, faíamos no berço  
Nosso final feliz tem a ver com o começo  
Somente o começo, somente o começo  
Pro plantio ser livre a colheita é o preço  
A vida é uma canção infantil, veja você mesmo  
Somos pinóquios plantando mentiras e botando a culpa no  
Gepeto  
Precisamos voltar pra casa  
Onde era feita com muito amor  
Onde era feita com muito amor<sup>1</sup>

Com base na AD, cujo constructo teórico-metodológico permite-nos colocar em diálogo a Linguística, a Literatura e os Estudos Culturais, nesta seção, procedemos ao exame da constituição da cenografia literária e a forma como se instaura um sujeito coletivo, representativo de uma comunidade discursiva periférica no discurso *Canção Infantil*. A complexidade da movimentação das instâncias subjetivas necessária à criação

---

1 Link do vídeo no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=Ri-eF5PJ2X0>

desse discurso impulsiona-nos a unir em uma só voz, como um mecanismo de extensão polifônico, o criador César MC, o enunciador e a comunidade discursiva periférica.

O discurso está organizado a partir de uma relação interdiscursiva entre o mundo lúdico infantil e o mundo real vivido pelos sujeitos que ocupam o espaço social periférico. O código linguageiro *infantil*, que compõe o título do discurso, negocia efeitos de sentido que vão muito além de uma mera questão de faixa etária. Ele se manifesta como um tom dado ao discurso, um posicionamento, a fim de denunciar e problematizar os conflitos sociais. No funcionamento do discurso, o sujeito enunciador traz à tona as tensões vividas no espaço sociocultural e identitário da periferia, moldando, assim, uma identidade periférica que se inscreve no contexto da cultura popular. Uma cenografia literário-periférica se instaura, buscando conquistar a adesão dos co-enunciadores.

Logo de início, temos um embate discursivo-social que se dá por um processo de interdiscursividade com um dos discursos infantis mais conhecidos no Brasil: *A Casa*, de Vinícius de Moraes. De início, nele se institui uma voz que, por meio de um processo antitético, faz uma crítica social à classe média brasileira. A casa descrita no discurso é exatamente o oposto da casa de Vinícius de Moraes. Ela tem tudo, parede, teto, arquiteto, piscina, mas / *por falta de afeto, não tinha nada* /. O recorte seguinte anuncia uma outra casa.

Sem rua asfaltada, fora do padrão/ Eternit furada, pequena,  
apertada / Mas se for colar tem água pro feijão / Se o mengão  
jogar, pode até parcelar / Vai ter carne, cerveja, refri e carvão  
/ As moeda contada, a luz sempre cortada / Mas fé não faltava,  
tinham gratidão/

Assim, a identidade do sujeito periférico começa a ser estabelecida pela relação com o Outro. Ser oposto ao Outro é ser alguém socialmente estabelecido. Compreendendo a periferia como condição sociocultural e identitária, construído não só pelos

sujeitos que ocupam essa condição, mas pela sociedade em geral, percebemos que olhar para o Outro pode ser um elemento de afirmação social. Importante perceber que o código linguageiro se diferencia daquele do primeiro recorte. Agora existem marcas de uma variação linguística, que se distancia da norma padrão-culta da Língua Portuguesa, para valorizar a oralidade e a interlíngua que caracterizam a comunidade discursiva da periferia. Compreendendo também que a língua é ideológica e socialmente estratificada, ou seja, nela se confrontam diversas visões de mundo, diversos posicionamentos, estabelece-se um conflito com o Outro, que acaba por demarcar a condição sociocultural periférica.

O enunciador serve-se da cenografia literária para acionar dados da memória discursiva ligada ao campo da Literatura Infantil, manifestando por meio de códigos linguageiros como *castelos, princesas, mocinhos*; além de sujeitos discursivos como *Pinóquio, Bicho-papão, Rapunzel, Lobo Mal, Alice, a Bela e a Fera*. Cada um desses sujeitos remete a conceitos ético-morais e sociais, que se entrecruzam na sociedade contemporânea para constituir a identidade socialmente reconhecida.

O terceiro recorte expande a cenografia engendrada e a relação interdiscursiva com o mundo literário infantil, a partir do enunciado que marca e dá título ao discurso: *A vida é uma canção infantil*.

A vida é uma canção infantil / É, sério, pensa, viu? / Belas e feras,  
castelos e cela / Princesas, pinóquios, mocinhos e./

Fica evidenciada a crítica social produzida pelo sujeito enunciador, o que está em consonância com a própria natureza constitutiva político-ideológica do gênero de discurso lítero-musical *rap*.

Os monstros se tornaram literais / Eu  
brincava de polícia e ladrão um tempo atrás /  
Hoje ninguém mais brinca, ficou realista demais / As balas  
ficaram reais perfurando a Eternit /



O discurso instaura o seu próprio modo de dizer. À medida que a enunciação se desenvolve, a cenografia faz emergir um *ethos* discursivo para equipar o sujeito enunciador e o sujeito criador, Cesar MC. Na verdade, o discurso engendra um enunciador paratópico que, ao criar sua enunciação, produz uma voz representativa de uma coletividade, ou seja, da comunidade discursiva periférica. Além disso, um hiperenunciador, representativo de uma identidade sociocultural periférica é quem enuncia no discurso, a fim de validar os enunciados e dar sentido à própria comunidade como espaço social e condição identitária. A voz que se instaura se sobrepõe à voz do próprio enunciador. O tom de crítica configura-se em denúncia. A morte de cinco rapazes, em novembro de 2015, torna-se uma agressão que ameaça a própria existência de um sujeito social periférico. Uma identidade social foi atingida com os disparos da polícia:

/ Pois cinco meninos foram passear / Sem droga, flagrante,  
desgraça nenhuma / A polícia engatilhou: Pá, pá, pá, pá / Mas  
nenhum, nenhum deles voltaram de lá / Foram mais de cem  
disparos nesse conto sem moral /

A enunciação avança e, agora, confronta estruturas de poder, ao retratar o episódio de abril de 2019, quando militares do Exército dispararam mais de oitenta tiros contra um carro que transportava uma família da zona oeste do Rio de Janeiro. O enunciador coloca em questão, na cenografia literária, o papel das Forças Armadas brasileiras, pois aqueles que deveriam proteger a sociedade como um todo, são justamente aqueles que agredem os sujeitos e a comunidade periféricos. / *Como explicar para uma criança que segurança dá medo?* /. Ao mesmo tempo, a própria voz da Forças Armadas é questionada, devido à explicação oficial de que o ocorrido teria acontecido por um engano.

/ Me explicar que oitenta tiros foi  
engano / Oitenta tiros, oitenta tiros / ah  
Carrossel de horrores, tudo te faz refém/ Motivos pra chorar até  
a bailarina tem /

O último recorte do discurso questiona a própria essência do ser humano, a quem se atribui a responsabilidade pelo caos social. A sociedade é descrita como doentia. Agora, já não é mais uma mera questão de estruturas sociais, mas reflete-se sobre a condição interior do próprio ser humano.

Tem algo errado com o mundo, não tire os olhos da ampulheta /  
O ser humano, em resumo, é o câncer do planeta / A sociedade é  
doentia e julga a cor, a careta /

O discurso religioso é acionado na memória discursiva e a doutrina do livre arbítrio é evocada na metáfora da caneta. O posicionamento religioso torna-se um componente importante da identidade periférica. O enunciador, então, busca ofuscar discursos deterministas, pois, para ele, a caneta, como metáfora para as decisões pessoais, representa ações dos grupos sociais identitários e está nas mãos das pessoas. Há uma responsabilidade pessoal nas mazelas sociais.

Deus escreve planos de paz, mas também nos dá a caneta / E  
nós, nós escrevemos a vida,/ iphones, a fome, a seca / Os homi,  
os drone, a inveja e a mágoa / O dinheiro, a disputa, o sangue, o  
gatilho / Sucrilhos, mansões, condomínios e guetos / Tá tudo do  
avesso, faziamos no berço /

A imagem que se sobressai, neste último recorte, é a de um sujeito inconformado com as escolhas que a humanidade faz, ao retratar um mundo adoecido por tantas mazelas. O enunciador, no entanto, conclui com uma mensagem de esperança: podemos voltar para casa. Fazendo um jogo discursivo com a própria enunciação, ele referencia os enunciados iniciais, retomando aquela casa descrita no início do discurso. Aquela que, mesmo com */Eternit furada, pequena apertada/ [...] era feita com muito amor / Onde era feita com muito amor /*. A casa representativa da identidade do sujeito e da comunidade periféricos.

## Considerações finais

Ao término deste capítulo, verificamos que nos empenhamos em examinar a constituição da cenografia literária e a forma como se instaura um sujeito, representativo de uma comunidade discursiva periférica. Para essa tarefa, tomamos como objeto de análise o discurso lítero-musical *Canção Infantil*, produzido por César MC, sujeito em condição de periferia. A Análise do Discurso de linha francesa (AD) fundamentou nossa reflexão, mas possibilitou um diálogo interdisciplinar, próprio da natureza dessa disciplina. Embora Maingueneau (1995, 1997, 2000, 2001, 2005, 2009, 2015, 2020) tenha relevância nesse estudo, trouxemos para dialogar sobre as questões aqui tratadas, Spivak (2014), Charaudeau (2009) e Wiebke (2010).

Verificamos que o discurso literário *Canção Infantil* engendra um sujeito coletivo e paratópico, representante de uma comunidade discursiva, para tematizar a experiência de vida na condição de periferia. O enunciador, para justificar a constituição da cenografia, coloca em cena os acontecimentos de violência ocorridos na sociedade brasileira e faz críticas ao sistema autoritário imposto pela elite, que ignora a condição sub-humana dos sujeitos da periferia. Resignificamos o conceito de periferia, na medida em que, na atualidade, a periferia negocia novos efeitos de sentido, por colocar em cena uma identidade coletiva, marcada pelos fenômenos da desertificação, do abandono, da pobreza, da dominação, da exploração e da subalternidade humana.

A partir desses dados, recolhidos do procedimento analítico, ficou-nos evidente que a identidade pressupõe a fusão das identidades social e discursiva, revelados a partir dos atos de linguagem dos sujeitos e da interação que faz com o outro, em situação de comunicação. Nesse sentido, compreendemos que o lugar de enunciação ocupado pelo sujeito, na cenografia literária periférica, corresponde à sua identidade social e de sua comunidade discursiva.

A cenografia literária instituída no discurso periférico de César MC identifica recortes ou grupos de recortes, cuja enunciação consolida um sujeito que carrega em sua individualidade, também, uma identidade coletiva. Comprendemos que o discurso literário periférico *Canção Infantil* opera com estratégias linguístico-discursivas, marcadas pelo código linguageiro em uso na periferia, por mecanismos decorrentes de eventos violentos reais e por fenômenos de abandono, de pobreza, de dominação e de exploração humana. Vale ressaltar, que o enunciador seleciona um dos recortes do discurso para denunciar, de maneira mais explícita, a condição de pobreza da periferia, ao comparar, por um lado, a presença de sujeitos amorosos, habitando a periferia e, por outro, de sujeitos hipócritas, habitando, por sua vez, casas elitizadas.

Por fim, as questões propostas pela cenografia literária de *Canção Infantil* revelam tensões sociais, que precisam ser enfrentadas e que a AD deve inserir em suas problemáticas, pois se referem ao sujeito e à identidade social e discursiva. A partir da reflexão dessas questões, julgamos ser possível reforçarmos a importância da Linguística, por trazer à discussão o discurso literário, principalmente aquele produzido em condição de periferia.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*, Rio Janeiro: Marco Zero, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick. *Identidade social e identidade discursiva: o fundamento da competência comunicacional*. 2009. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>>. Acesso em 06 de maio de 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In.: LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (org.). *Discurso e (des)igualdade social*. Trad. Clebson Luiz de Brito; Wander Emediato de Souza. São Paulo: Contexto, 2015, p. 13-29.

MAINGUENEAU, Dominique; COSSUTTA Frederic. *L'analyse des*

discours constitutants. *Langages*, n. 29, p. 112-125, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, Unicamp, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. Analisando discursos constituintes. *Revista do GELNE*, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Péres (org.). São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Péres (org.). São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. *Variações sobre o ethos*. Trad. Marcos Marcionílio, São Paulo: Parábola, 2020.

MC, Cesar. Canção Infantil. 2019. *YouTube*: PineappleStormTV. Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=Ri-eF5PJ2X0>. Acesso em: 08 Julho 2022.

MOREIRA, Tatiana Aparecida. *Discursividade, poder e autoria em raps brasileiros e portugueses: arenas entre a arte e a vida*. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chacravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra R. G. Almeida, Marcos P. Feitosa e André P. Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

WIEBKE Keim. Pour un modèle centre-périphérie dans les sciences sociales. *Revue d'anthropologie des connaissances*. [En ligne], 4-3/ 2010, mis en ligne le 01 décembre 2010, consulté le 25 mai 2022.

# Relações de discurso, organização tópica e dimensão epistêmica: recursos para a análise da “episteme em ação”

*Gustavo Ximenes Cunha*

## Considerações iniciais<sup>1</sup>

**E**m toda produção discursiva, a mobilização de saberes e conhecimentos constitui um aspecto fundamental que levou estudiosos da linguagem pertencentes a horizontes teóricos bastante distintos, como Bakhtin, Jakobson ou Grice, a focalizarem o plano informacional do texto e do discurso. Contudo, um aspecto para o qual se deu menor atenção e para o qual se desenvolveram menos conceitos e instrumentos de análise é o modo como, ao longo de uma interação, os saberes são não só mobilizados, mas também negociados pelos interlocutores. Assim, os procedimentos envolvidos na dinâmica da negociação de saberes – como estes são reivindicados, contestados, legitimados, apropriados pelos interlocutores – foram objeto de menor atenção.

---

<sup>1</sup> Este capítulo apresenta parte dos resultados de pesquisa pós-doutoral. A pesquisa, que se intitula “Uma abordagem interacionista para o estudo do papel das relações de discurso na construção de imagens identitárias em contextos de formação profissional”, realizou-se no período de outubro/2021 a julho/2022 na Universidade de Genebra, Suíça, sob a supervisão do Professor Laurent Filliettaz.

No âmbito da Análise da Conversa, esse aspecto da interação é considerado central, porque, por meio de sua descrição, é possível identificar os procedimentos ou métodos (GARFINKEL, 2018) que os interlocutores realizam para fazer circular conhecimentos e se posicionar em relação a eles, atuando conjuntamente na construção de uma ação social (SCHEGLOFF, 2007, FILLIETTAZ, 2018, MONDADA, 2019). Focalizando essa dimensão epistêmica das interações, Heritage (2012; HERITAGE; RAYMOND, 2005) tem dado importantes contribuições para a compreensão do modo como, ao longo da interação, os interlocutores mobilizam e negociam saberes e conhecimentos.

Na perspectiva desse autor, cada locutor possui um território ou domínio epistêmico que abarca um conjunto de informações, bem como seu modo de acesso a elas, seus direitos e suas responsabilidades sobre essas informações. Porém, esse território não constitui um domínio estável de cuja posse o locutor teria garantias do início ao fim da interação. Ao contrário, é ao longo da interação que cada locutor, por meio das linguagens verbal e não-verbal, reivindica uma autoridade epistêmica sobre determinado tópico, revela a fonte ou origem, mais ou menos autorizada, de seus conhecimentos, reivindica uma primazia epistêmica sobre determinadas informações, contesta ou endossa a autoridade epistêmica de seu interlocutor, reconhece a primazia epistêmica deste na abordagem de dado tópico, etc.

Tomando a sequência de pares adjacentes como unidade de análise, o autor descreve os métodos, principalmente lexicais, sintáticos e prosódicos, que materializam essa “episteme em ação”. Por exemplo, a depender do status epistêmico do locutor em relação a seu interlocutor, ou seja, do acesso relativo do locutor a determinado domínio de conhecimentos, a construção interrogativa pode codificar uma pergunta retórica – se o locutor conhece o assunto – ou uma pergunta genuína – se o locutor o desconhece (HERITAGE, 2012).

Neste trabalho, exploramos esse aspecto da organização das interações, revelando como ocorre a gestão da dimensão

epistêmica em um fragmento de um debate eleitoral. Contudo, entendemos que o estudo dessa gestão ganha em extrapolar os níveis sobretudo sintático e lexical, focalizados nos trabalhos de Heritage (2012; HERITAGE; RAYMOND, 2005), e analisar a estrutura da interação como um todo, o que inclui tanto o modo como os turnos se sucedem ao longo da interação, quanto o modo como, no interior de cada turno, os atos se articulam e as informações que expressam se organizam em diferentes níveis hierárquicos. Assim, em nossa análise, incorporamos ao estudo da dimensão epistêmica contribuições da Pragmática do discurso, tal como desenvolvida por Eddy Roulet e equipe (ROULET, 1999; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001), contribuições que permitem um estudo detalhado da estrutura da interação e de sua organização tópica.

Para alcançar o objetivo colocado neste trabalho, o próximo item apresenta os instrumentos de análise, oriundos da Pragmática do discurso, que consideramos pertinentes para o estudo da dimensão epistêmica das interações. Em seguida, com base nessas contribuições, estudaremos a dimensão epistêmica de um fragmento do último debate eleitoral da campanha de 2018 à Presidência da República do Brasil.

### **Pragmática do discurso: relações de discurso e organização tópica**

No âmbito da Pragmática do discurso constituída em torno de Eddy Roulet<sup>2</sup>, o estudo da forma de organização tópica tem como finalidade descrever o modo como as informações são ativadas e se encadeiam ao longo do discurso, bem como a hierarquia e as relações existentes entre elas. Para isso, combinam-se a descrição da estrutura informacional do discurso, ou seja, a descrição de como cada ato se ancora em informação presente na

---

<sup>2</sup> Neste item, procedemos a uma apresentação sucinta da Pragmática do discurso (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). Em outros trabalhos nossos, podem ser consultadas apresentações aproximadas ou complementares dessa abordagem (CUNHA, 2020, 2021a, 2021b).



memória discursiva dos interlocutores<sup>3</sup>, e a descrição da hierarquia e das relações existentes entre os constituintes do texto. Nessa abordagem, a informação presente na memória discursiva em que cada ato se ancora é o tópico, que pode ser definido de forma mais precisa como:

uma informação identificável e presente na consciência dos interlocutores, que constitui, para cada ato, o ponto de ancoragem mais imediatamente pertinente, mantendo uma relação de ‘a propósito’ (*aboutness*) com a informação ativada por esse ato (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 255).

Com base na combinação desses dois planos da organização do discurso – o da cadeia informacional e o das relações de discurso –, alcança-se a descrição do modo como as informações (os conceitos, suas propriedades e as relações que estabelecem entre si) são geridas ao longo da interação. Neste trabalho, como as relações e as hierarquias entre as informações mobilizadas ao longo da interação receberão uma atenção maior, apresentamos a seguir, de forma um pouco mais detalhada, o modo como a Pragmática do discurso estuda o plano das relações textuais e discursivas.

Nesse quadro teórico, o termo “relação” ganha sentidos distintos conforme seja considerado do ponto de vista do texto ou do ponto de vista do discurso<sup>4</sup>. Do ponto de vista textual ou hierárquico, o texto é concebido como uma estrutura composta por três constituintes:

3 Definida por Berrendonner (1983, p. 230) como “o conjunto dos saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores”, a memória discursiva abarca “os diversos pré-requisitos culturais (normas comunicativas, lugares argumentativos, saberes enciclopédicos comuns, etc.) que servem de axiomas aos interlocutores para conduzir uma atividade dedutiva”, assim como “as enunciações sucessivas que constituem o discurso” (BERRENDONNER, 1983, p. 230-231).

4 Nessa abordagem, o discurso, definido como “interação verbal situada” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 42), constitui uma forma de organização complexa e abrangente, resultante da interseção das dimensões linguística, textual e situacional. Já o texto tem uma definição bastante específica e diz respeito à forma como os constituintes textuais (trocas, intervenções e atos) se organizam hierarquicamente, sendo, portanto, seu estudo pertencente ao domínio hierárquico. Desse modo, o texto constitui uma dimensão específica da composição do discurso, ao lado das dimensões situacional e linguística (FILLIETTAZ; ROULET, 2002; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

- i) *ato*: unidade mínima de análise;
- ii) *intervenção*: maior unidade monológica e constituída de atos, intervenções e trocas subordinadas;
- iii) *troca*: maior unidade dialógica e constituída pelas intervenções produzidas pelos interlocutores ao longo da interação ou do processo de negociação.

Entre esses constituintes, estabelecem-se três tipos de relações hierárquicas ou textuais: de dependência, independência e interdependência (ROULET, 1999, ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). O constituinte dependente (*troca*, *intervenção* ou *ato*) é aquele cuja presença está ligada à presença de outro e, por isso, é chamado de subordinado, podendo ser suprimido do texto sem comprometer sua estrutura global. A ele se relaciona o constituinte (*ato* ou *intervenção*) responsável pelo sentido e pela força ou orientação ilocucionária da intervenção, o qual, por isso mesmo, tem o estatuto de principal. A relação de independência se verifica quando a presença de um constituinte independe da de outro, como no caso das intervenções ou atos coordenados. A relação de interdependência ocorre quando um constituinte da estrutura hierárquica não pode existir sem o outro, como nas trocas formadas por pergunta e resposta, em que a intervenção de resposta depende da intervenção de pergunta e vice-versa (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; MARINHO; CUNHA, 2014).

Do ponto de vista do discurso, concebe-se o termo “relação” como a articulação de um constituinte do texto (*ato*, *intervenção* ou *troca*) e uma informação previamente estocada na memória discursiva dos interlocutores (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). Assim, essas relações combinam as informações de ordem textual anteriormente definidas (os constituintes do texto e a hierarquia entre eles), de ordem referencial ou cognitiva (a memória discursiva) e de ordem linguística (os marcadores lexicais e sintáticos das relações).

Para o estudo dessas relações de discurso, definem-se dois grandes tipos de relações: as relações ilocucionárias e as relações interativas. As ilocucionárias se ocupam da articulação entre as intervenções constitutivas da troca produzida pelos interlocutores ou, mais precisamente, entre uma intervenção e as informações da memória discursiva com origem na ou nas intervenções anteriores. As relações ilocucionárias se subdividem em duas categorias genéricas: as iniciativas (pergunta, pedido, asserção) e as reativas (resposta, ratificação) (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). Essas relações permitem o desenvolvimento linear da interação, bem como o alcance da completude dialógica (ou o alcance do duplo acordo) pelos interlocutores (ROULET *et al.*, 1985; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

Por sua vez, as relações interativas articulam os constituintes que compõem cada intervenção constitutiva da troca ou, mais acertadamente, um desses constituintes e uma informação já pertencente à memória discursiva dos interlocutores. Dessa forma, as relações interativas são responsáveis pela completude monológica de cada intervenção e possibilitam, por isso, o desenvolvimento da interação. Afinal, para que o interlocutor possa, por exemplo, aceitar ou recusar um convite do locutor, é preciso que o convite tenha sido produzido de modo suficientemente completo, completude que pode ser alcançada por meio das relações interativas. Essas relações se subdividem em oito categorias: preparação, topicalização, argumento, contra-argumento, comentário, reformulação, sucessão e clarificação.

Segundo Roulet (2002, p. 146), a proposição dessas categorias de relações interativas se baseia na “existência de classes de marcadores linguísticos, como as construções sintáticas e os conectores que, além de instruções específicas, partilham um conjunto de instruções comuns”, o que permite reunir diferentes conectores como marcadores de categorias genéricas de relações: argumento, contra-argumento, reformulação, etc. Essas categorias se caracterizam ainda, conforme o autor (2002, p. 149), por “traços cognitivos de base de natureza interacionista”,

como preparar, narrar, apoiar/sustentar, completar e reformular/revisar (CUNHA, 2021a).

Como se pode observar, ambos os tipos de relações (ilocucionárias e interativas) são fortemente articuladas, na medida em que é o estabelecimento das relações interativas, necessário à construção de cada intervenção constitutiva da troca, que permite o desenvolvimento da troca e a articulação de suas intervenções por meio das relações ilocucionárias.

Quanto ao aspecto propriamente linguístico das relações de discurso, a língua oferece recursos que permitem aos interlocutores sinalizarem as relações (ilocucionárias e interativas) que vão estabelecendo. As ilocucionárias podem ser sinalizadas por quatro tipos de marcadores de ato ilocucionário: os marcadores denominativos (verbos performativos, como *pedir*, *ordenar*), os marcadores indicativos (sintagmas adverbiais, interjeições, etc., como *por favor*), os marcadores potenciais (verbos modais, como *dever*, *poder*) e os marcadores de orientação ilocucionária (as construções declarativa, interrogativa, imperativa) (ROULET, 1980; ROULET *et al.*, 1985; CUNHA, 2021b).

Já as relações interativas podem ser sinalizadas por conectores e expressões conectivas (*porque*, *mas*, *assim*, *na verdade*, etc.) e por construções sintáticas, como o deslocamento de sintagmas à esquerda, sinalizando a topicalização (GROBET, 2000). No Quadro 1, apresentamos na coluna da esquerda as relações interativas e na coluna da direita conectores do português que as sinalizam. As únicas relações que não possuem conectores típicos (ou gramaticalizados) são as de comentário, preparação e clarificação, que se caracterizam sobretudo pelo tipo de hierarquia entre os constituintes.

Como será mostrado no item de análise, a representação do processo de negociação desenvolvido pelos interlocutores, ao longo de uma troca, se faz por meio de estruturas hierárquico-relacionais. Nessas estruturas, representam-se os constituintes textuais (trocas, intervenções, atos), as relações textuais (hierárquicas) que

esses constituintes estabelecem entre si, os quais, como vimos, podem ser principais, subordinados ou coordenados uns em relação aos outros, bem como as relações de discurso (interativas e ilocucionárias) por meio das quais esses constituintes se encadeiam em informações da memória discursiva.

Quadro 1: relações interativas e conectores do português

<b>Relações</b>	<b>Expressões conectivas ou posições dos constituintes</b>
Argumento	<i>porque, pois, visto que, uma vez que, devido a, se, então, portanto, de modo que, para que, a fim de, assim, daí, mesmo, por exemplo, aliás</i>
Contra-argumento	<i>mas, porém, entretanto, no entanto, contudo, todavia, embora, apesar de, mesmo que/se, ainda que, somente, só que</i>
Reformulação	<i>ou seja, ou melhor, enfim, finalmente, em suma, no final, afinal, em todo caso, de qualquer maneira, isto é</i>
Topicalização	<i>quanto a, no que se refere a, com relação a, ou o deslocamento à esquerda</i>
Comentário	Quando o constituinte subordinado sucede o principal
Preparação	Quando o constituinte subordinado precede o principal
Sucessão	<i>em seguida, depois (que), posteriormente, então</i>
Clarificação	Quando uma troca se subordina a um constituinte principal

Fonte: Marinho e Cunha (2012, p. 145).

No próximo item, verificaremos como o conjunto de conceitos e instrumentos de análise aqui apresentados pode ser útil no estudo dos procedimentos empregados pelos participantes de um fragmento de debate eleitoral para realizar a gestão da dimensão epistêmica da interação.

## Episteme em ação: análise de um fragmento de debate eleitoral

Como informado nas considerações iniciais, analisaremos neste trabalho um fragmento de um debate eleitoral da campanha à Presidência da República do Brasil, ocorrida em 2018. Promovido pela Rede Globo, ele ocorreu no primeiro turno eleitoral, em 04/10/2018 (quinta-feira), três dias antes da votação em 07/10/2018 (domingo). Como no segundo turno não houve debates, o debate escolhido foi o último dessa campanha<sup>5</sup>. Desse debate participaram os seguintes candidatos: Alvaro Dias (Podemos), Ciro Gomes (PDT), Fernando Haddad (PT), Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Boulos (Psol), Henrique Meirelles (MDB) e Marina Silva (Rede), além do moderador, jornalista William Bonner. O trecho selecionado para análise, transcrito a seguir, começa aos 26m19 e termina aos 28m54 do debate; participam da passagem considerada o moderador e dois candidatos, Fernando Haddad e Guilherme Boulos.

Fragmento “ditadura nunca mais”: 26:19 – 28:54<sup>6</sup>

A. BONNER > HADDAD: (1) o próximo candidato a fazer pergunta agora é Fernando Haddad do PT/ (2) segundo o sorteio de que participaram já os assessores de todos os partidos\ ((Haddad se dirige ao púlpito)) (3) candidato Haddad/ (4) a quem o senhor quer fazer a pergunta/

B. HADDAD > BONNER: (5) pra . quais candidatos eu posso fazer a pergunta/ ((indicador da mão esquerda erguido))

---

5 Uma análise preliminar desse fragmento e realizada com base em outros objetivos e instrumentos de análise encontra-se em Cunha (2022). O debate completo está disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/05/veja-a-integra-do-debate-na-globo.ghtml>. No YouTube, o debate está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=epDDSEVnLmI>. Acesso: 10 abr. 2022.

6 Na realização da transcrição, foram adotadas as seguintes convenções: segmento acentuado (MAIÚSCULA); entonação ascendente (/); entonação descendente (\); aumento do volume da fala (+segmento+); diminuição do volume da fala (osegmentoo); segmento incompreensível (XX); segmento cuja transcrição é incerta ((segmento)); alongamento silábico (:); truncamento (Segmen-); pausas de duração variável (. .. ..); relação de alocação (LOC1 > LOC2) (>); tomadas de fala em recobrimento (sublinhado); comentário do transcritor relativos a deslocamentos corporais, condutas gestuais ou ações não-verbais (((comentário))) (FILLIETTAZ, 2018, p. 49).

C. BONNER: (6) Boulos e Alvaro Dias\

D. HADDAD: (7) °Boulos\°

E. BONNER: (8) Guilherme Boulos por favor do Psol/ ((silêncio de 6 seg. enquanto Boulos se dirige ao púlpito))

F. HADDAD: ((ao longo de toda a intervenção, olha predominantemente para a câmara)) (9) Boulos (10) eu te escolhi (11) porque você é um candidato SÉrio\ ((olha para Boulos)) (12) e eu queria perguntar pra você ((olha para Boulos)) o seguinte/ (13) há três candidatos que apoiam o governo Temer/ (14) Henrique Meirelles Geraldo Alckmin e o deputado há vinte e oito anos Jair Bolsonaro\ (15) só falam em cortar direitos\ . (16) Bolsonaro agora veio com a ideia de cortar o décimo terceiro/ abono de férias/ cobrar imposto de renda dos pobres que são isentos/ cortar o bolsa família e introduzir a cpmf\ (17) o que qui você acha disso/

G. BOULOS: ((silêncio de 5 seg., Boulos respira fundo aos 27:16, tem o olhar captado pela câmara, arregala os olhos e olha para Haddad, antes de iniciar a resposta. A ação de arregalar os olhos é acompanhada de risos da plateia. Ao longo de toda a intervenção, Boulos olha alternadamente para Haddad e para a câmara)) (18) olha Haddad/ (19) eh:: sua pergunta é muito importante e verdadeira\ (20) coloco essas questões\ (21) mas eu quero falar aqui de outra coisa que eu acho que num merece riso (22) porque o momento é grave\ (23) num dá pra gente fingir que tá tudo bem: (24) nós tamo há meses fazendo uma campanha que tá marcada pelo ódio\ . (25) faz trinta anos que esse país saiu de uma ditadura\ .. (26) muita gente morreu\ . (27) muita gente foi torturada/ . (28) tem mãe que não conseguiu enterrar o seu filho até hoje\ .. (29) outro dia eu conversava com meu sogro/ (30) e ele contava das torturas que sofreu durante a ditadura militar\ .. (31) faz trinta anos (32) mas eu acho que a gente nunca teve tão perto/ . disso que aconteceu naquele momento\ (33) se nós tamo aqui hoje podendo discutir o futuro do Brasil/ (34) é porque teve gente que derramou sangue/ . pra ter democracia\ ((olha para a câmara)) (35) se você vai poder votar no domingo (36) é porque teve gente que deu a vida pra isso\ .. ((respira fundo)) (37) e olha/ .. quando eu nasci (38) o Brasil tava numa ditadura\ .. (39) eu não quero que as minhas filhas/ . cresçam no país com uma ditadura\ . (40) sempre começa assim/ . (41) arma/ (42) com tudo se resolve na porrada/ . (43) que a vida do ser humano não vale nada/ .. (44) eu

acho que nós temo que dar um grito nesse momento (45) colocar a bola no chão (46) e dizer/ ditadura nunca mais\

H. HADDAD > BOULOS: (47) (muito bem\)

I. PLATEIA: (*aplausos e gritos*)

J. BONNER: (48) eu peço por favor à plateia que não se manifeste por gentileza\

Embora seja de curta extensão, o fragmento selecionado se compõe de duas trocas. Da primeira, que vai do turno A ao E, participam o moderador, Haddad e, ao final, Boulos. Nessa troca, a intervenção iniciativa formada pelos atos (1-4) é produzida pelo moderador e se liga à intervenção seguinte por uma relação de pergunta, já que o ato central dessa intervenção ((4) “a quem o senhor quer fazer a pergunta/”) é marcado pela construção interrogativa por meio da qual o locutor evidencia desconhecer uma informação pertencente ao domínio epistêmico do interlocutor, assumindo, assim, uma postura de menor conhecimento. Em seguida, com o ato (5), Haddad, antes de responder à pergunta do moderador, pede um esclarecimento a ele (“pra . quais candidatos eu posso fazer a pergunta/”). Com esse pedido de esclarecimento, o candidato abre uma troca subordinada de clarificação (CUNHA, 2021c) com a qual evidencia que a pergunta do moderador não lhe permite reagir e informar a qual adversário deseja endereçar sua pergunta. Ao solicitar o esclarecimento, formulando um ato marcado pela construção interrogativa, o candidato evidencia um desconhecimento e atribui ao moderador a primazia sobre a distribuição dos turnos de fala entre os participantes do debate, o que está em congruência com o status epistêmico do moderador. Na troca subordinada iniciada pelo candidato, sua pergunta é seguida da resposta do moderador ((6) “Boulos e Alvaro Dias\”), que encerra a troca subordinada.

É somente após a resposta do moderador em (6) que Haddad pode responder à pergunta feita em (4) (“a quem o senhor quer fazer



a pergunta/”). Em (7), o candidato informa que fará a pergunta a Boulos. Na sequência, o moderador ratifica a resposta de Haddad, convidando Boulos a se dirigir ao púlpito ((8) “Guilherme Boulos por favor do Psol/”). Nessa troca formada pelos turnos A-E e pelos atos (1-8), que exerce uma função essencialmente metadiscursiva, por atuar na organização da interação e por tratar da distribuição dos turnos de fala e dos direitos de fala dos adversários, verifica-se a dinamicidade da dimensão epistêmica e do modo como a cada turno a postura epistêmica dos interlocutores se altera (HERITAGE; RAYMOND, 2005). A estrutura dessa troca pode ser representada na figura 1<sup>7</sup>.

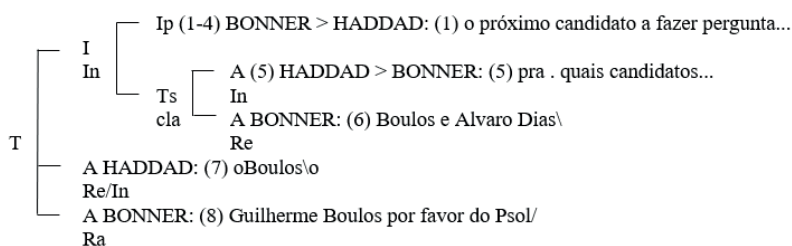


Figura 1: macroestrutura, troca 1.

A segunda troca de que o fragmento do debate é formado vai do turno F ao J e abarca aos atos (9-48). Do ponto de vista macroestrutural, essa troca possui uma estrutura simples, por ser formada por uma intervenção iniciativa de pergunta, produzida por Haddad, por uma intervenção reativa de resposta, produzida por Boulos, por duas ratificações da fala de Boulos, produzidas simultaneamente por Haddad ((47) “muito bem\”) e pela plateia ((*applausos e gritos*)), e pela reação do moderador à ratificação da plateia ((48) eu peço por favor à plateia que não se manifeste

<sup>7</sup> As estruturas hierárquico-relacionais constantes deste item se compõem das seguintes informações: ato = a; intervenção = I; troca = T; iniciativa = In; reativa = re; principal = p; subordinado = s; argumento = arg; contra-argumento = c-a; comentário = com; reformulação = ref; preparação = pre; sucessão = suc.

por gentileza\). Representamos a macroestrutura dessa troca na figura 2.

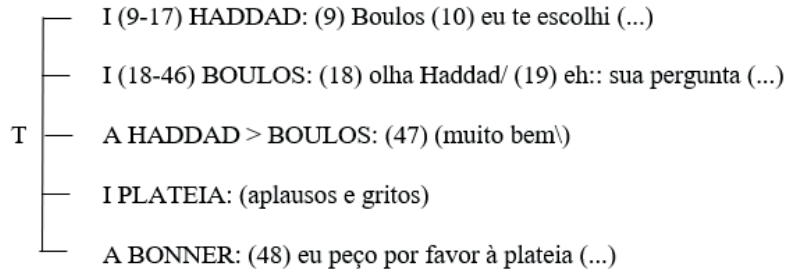


Figura 2: macroestrutura, troca 2.

A simplicidade da macroestrutura contrasta com a complexidade estrutural da pergunta feita por Haddad e da resposta dada por Boulos. Por isso, vamos focalizar a estrutura dessas duas intervenções, verificando de que forma ambos os candidatos, no contexto do debate, reivindicam para si uma autoridade epistêmica.

Na intervenção de Haddad, formada pelos atos (9-17), os atos (9-11) (“(9) Boulos (10) eu te escolhi (11) porque você é um candidato Sériol”) exercem uma função essencialmente ritual e argumentativa (GOFFMAN, 1973), na medida em que com eles o candidato justifica a escolha de Boulos como interlocutor, elogiando-o. Por meio em especial do ato (11), o candidato justifica sua escolha, evidenciando conhecer uma propriedade do adversário (sua seriedade). Com isso, ele torna público que sua escolha não é aleatória e justifica-se com base em um saber prévio. A intervenção formada por (9-11) subordina-se por uma relação de argumento a todo o restante da intervenção formado pelos atos (12-17).

Na intervenção (12-17), o ato (12) (“e eu queria perguntar pra você ((*olha para Boulos*)) o seguinte/”) exerce uma função preparatória e metadiscursiva em relação à intervenção (13-17) em

que Haddad faz a pergunta. Nessa intervenção, a pergunta, feita no ato (17) (“o que qui você acha disso/”), é antecedida por uma intervenção complexa (13-16) por meio da qual Haddad expressa informações do seu domínio epistêmico relativas a uma parte dos adversários ((14) “Henrique Meirelles Geraldo Alckmin e o deputado há vinte e oito anos Jair Bolsonaro”). Nessa intervenção (13-16), o candidato, primeiro, reivindica uma postura epistêmica de alguém que conhece os interesses desses adversários ((13) “há três candidatos que apoiam o governo Temer/”; (15) “só falam em cortar direitos\ .”). Em seguida, no ato (16), focaliza um dos adversários, para justificar sua afirmação de que eles “só falam em cortar direitos\”: (16) “Bolsonaro agora veio com a ideia de cortar o décimo terceiro/ abono de férias/ cobrar imposto de renda dos pobres que são isentos/ cortar o bolsa família e introduzir a cpmf\”. A postura epistêmica reivindicada por Haddad nessa intervenção (13-16) é a de alguém cujo saber sobre os adversários contra os quais se coloca tem origem no que eles mesmos disseram (“só falam em X”; “Bolsonaro agora veio com a ideia de X, Y, Z”). Assim, a fonte ou origem epistêmica das informações que expressa são os próprios adversários.

Ainda que a pergunta de Haddad seja marcada pela construção interrogativa ((17) “o que qui você acha disso/”), constata-se que, dado o modo como o candidato preparou a pergunta com a intervenção (13-16), o que ele busca é não necessariamente enriquecer seu domínio epistêmico com as informações de Boulos sobre o que pensa dos adversários, mas um alinhamento de Boulos contra esses mesmos adversários. Como observado por Heritage (2012), o status epistêmico do locutor (mais ou menos conhecedor dos assuntos que aborda) tem ascendência sobre a estrutura sintática dos atos que produz. Assim, mesmo um ato marcado pela construção interrogativa pode não constituir uma pergunta genuína. O modo como os atos se articulam na pergunta de Haddad pode ser representado por meio da figura 3.

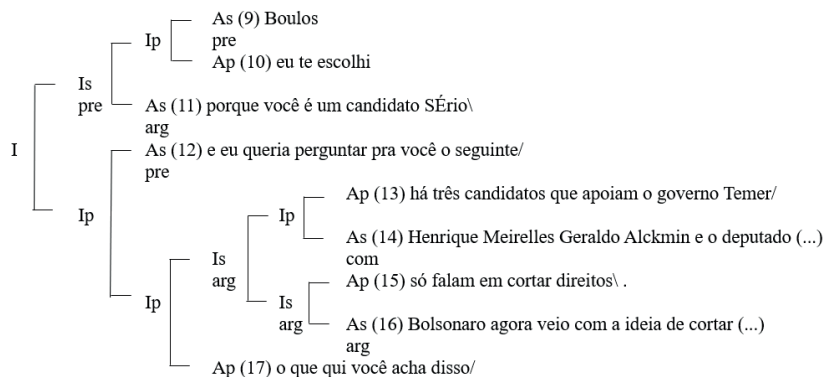


Figura 3: estrutura intervenção Haddad.

Após cinco segundos de silêncio, em que, por meio de expressões faciais, cria uma expectativa sobre o conteúdo de sua fala, Boulos inicia sua resposta, formada pelos atos (18-46)<sup>8</sup>. Na intervenção formada pelos atos (18-20), o candidato alinha-se ao adversário, evidenciando ter compreendido que, com sua pergunta, o que o Haddad busca é menos saber de fato o que ele pensa sobre o corte de direitos defendido por parte dos adversários e mais o desenvolvimento da crítica a esses mesmos cortes (“(18) olha Haddad/ (19) eh:: sua pergunta é muito importante e verdadeira\ (20) coloco essas questões”). Porém, a partir do ato (21), Boulos modifica parcialmente o tópico da pergunta de Haddad (corte de direitos) e mobiliza um tópico que, embora relacionado ao primeiro, é mais amplo, tópico que pode ser sintetizado como “luta pela democracia”. No ato (21), a modificação parcial do tópico é sinalizada pela relação de contra-argumento sinalizada pelo conector “mas” e pelo sintagma “outra coisa”: (21) “mas eu quero falar aqui de outra coisa que eu acho que num: num merece riso”. E, em toda a longa intervenção formada pelos atos (21-46), Boulos desenvolve o tópico “luta pela democracia”.

Nessa intervenção, o candidato, com os atos (21-22) (“(21) mas eu quero falar aqui de outra coisa que eu acho que num:

<sup>8</sup> Para uma descrição da linguagem não-verbal e de sua articulação com a linguagem verbal nesse mesmo fragmento do debate, cf. Cunha (no prelo).

num merece riso (22) porque o momento é grave\”), prepara os ouvintes para o restante de sua fala e lhe permitem reivindicar uma primazia ou superioridade epistêmica no trato desse novo tópico em relação, em especial, à parte da plateia que, durante os cinco segundos de silêncio que antecederam o início da resposta, haviam se manifestado por meio de risos. A intervenção formada pelos atos (23-46) é fortemente argumentativa, uma vez que, por meio dela, Boulos busca trazer argumentos que sustentem a afirmação ou o apelo que faz ao final, nos atos (44-46): “(44) eu acho que nós temo que dar um grito nesse momento (45) colocar a bola no chão (46) e dizer/ ditadura nunca mais\”. Em outros termos, com a intervenção formada pelos atos (23-43), o candidato busca construir uma autoridade epistêmica que lhe permita, nos atos finais de sua fala (44-46), convocar os ouvintes (eleitores) a lutar contra a ameaça de retorno da ditadura, não votando no candidato que, nessa eleição, representava essa ameaça (Jair Bolsonaro).

Na intervenção formada pelos atos (23-43), os atos (23-24) possibilitam ao candidato expressar seu conhecimento sobre características da campanha eleitoral diretamente ligadas à gravidade do momento político, gravidade expressa no ato (22): “(23) num dá pra gente fingir que tá tudo bem: (24) nós tamo há meses fazendo uma campanha que tá marcada pelo ódio\ .”. A menção ao fato de que a campanha tem como característica o ódio permite a Boulos fazer um recuo temporal e mostrar-se conhecedor do que ocorreu no período da ditadura militar que se instaurou no Brasil a partir de 1964. No ato (25), o candidato informa que “faz trinta anos que esse país saiu de uma ditadura\” e, desenvolvendo o tópico “ditadura”, apresenta, nos atos (26-31), uma lista de crimes cometidos no período pelos militares (assassinatos, sequestros e torturas). Na menção aos crimes, o candidato apresenta-se implicitamente como a fonte das informações, já que não as associa de modo explícito a outras origens epistêmicas. A única exceção são os atos (29-30), em que Boulos representa uma outra interação na qual seu território epistêmico foi enriquecido por informações dadas por um familiar: “(29) outro dia eu conversava

com meu sogro/ (30) e ele contava das torturas que sofreu durante a ditadura militar\ ..” Com o ato (31) (“faz trinta anos”), que reativa parte das informações expressas em (25) (“faz trinta anos que esse país saiu de uma ditadura\ ..”), o candidato conclui esse recuo temporal e passa a tratar do presente.

A transição do passado para o presente é feita pelo candidato por meio de uma relação de contra-argumento sinalizada pelo “mas”: “(32) mas eu acho que a gente nunca teve tão perto/ . disso que aconteceu naquele momento\”. Com essa relação, o candidato evidencia que, ao contrário do que se possa imaginar, os crimes cometidos no passado podem voltar a ser cometidos no presente, se um novo regime militar e ditatorial se instaurar no país. A relação se estabelece, assim, entre um segmento de sua fala (a intervenção que produzirá a partir do ato (32) até o (43)) e a inferência derivada da intervenção anterior, inferência presente na memória discursiva de parte dos interlocutores e segundo a qual um novo regime militar não poderia se instaurar no país. Dessa forma, o candidato reivindica a postura de alguém que não só conhece o passado do país, mas, dado esse conhecimento, é capaz de fazer alertas sobre o futuro. Por isso, ele assume uma postura de maior conhecimento em relação àqueles que pensam que a ditadura militar é parte do passado da política brasileira.

Na intervenção formada pelos atos (32-43), o ato (32) traz a ideia central que o candidato busca defender nessa intervenção e para a qual os atos (33-43) trazem argumentos ((32) “mas eu acho que a gente nunca teve tão perto/ . disso que aconteceu naquele momento\”). Nos atos (33-43), o candidato coloca-se explicitamente como alguém com maior acesso epistêmico a informações do que os adversários e o eleitor, o que lhe permite não só informar, mas alertar, reativando o tópico dos assassinatos cometidos pelos militares na ditadura. Nos atos (33-34), Boulos direciona um primeiro alerta aos adversários participantes do debate: “(33) se nós tamo aqui hoje podendo discutir o futuro do Brasil/ (34) é porque teve gente que derramou sangue/ . pra ter democracia\”. Em seguida, nos atos (35-36), ele reformula

esse mesmo alerta, mas agora o dirige ao eleitorado: “(olha para a câmara)) (35) se você vai poder votar no domingo (36) é porque teve gente que deu a vida pra isso\..”.

Após realizar os alertas, o candidato os subordina à intervenção formada pelos atos (37-43), que se inicia com os atos: “(37) e olha/ .. quando eu nasci (38) o Brasil tava numa ditadura\ .. (39) eu não quero que as minhas filhas/ . cresçam no país com uma ditadura\ .” Com essa subordinação, Boulos faz dos crimes cometidos pelos militares no período da ditadura e mencionados nos alertas as razões que o levam agora a não querer que suas filhas cresçam “no país com uma ditadura\”. Ao final da intervenção formada pelos atos (37-43), com os atos (40-43), o candidato justifica a afirmação feita no ato (39) (“eu não quero que as minhas filhas/ . cresçam no país com uma ditadura\ .”). Essa afirmação se justifica pela observação de fatos ocorridos durante a campanha, os quais se referem a promessas e afirmações do então candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro, como a flexibilização da compra e do porte de armas pela população, ações e declarações violadoras dos direitos humanos e a exaltação do período da ditadura militar e dos crimes ocorridos no período: “(40) sempre começa assim/ . (41) arma/ (42) com tudo se resolve na porrada/ . (43) que a vida do ser humano não vale nada/ ..”.

Como informado, em toda a longa intervenção formada pelos atos (23-43), Boulos expressa argumentos com que busca reivindicar para si uma autoridade epistêmica que lhe permita sustentar a afirmação ou o apelo que faz ao final de sua fala, nos atos (44-46): “(44) eu acho que nós temo que dar um grito nesse momento (45) colocar a bola no chão (46) e dizer/ ditadura nunca mais\”. E como anteriormente descrito, ao abordarmos a macroestrutura das trocas de que o fragmento analisado se compõe, a fala de Boulos recebe duas ratificações produzidas simultaneamente por Haddad ((47) “muito bem\”) e pela plateia ((*aplausos e gritos*)). Essas ratificações evidenciam que, do ponto de vista dos interlocutores presentes no estúdio onde se realizou o debate, foi bem sucedido o procedimento adotado

por Boulos de reivindicar uma legitimidade epistêmica nos atos (23-43), colocando-se como um locutor com acesso epistêmico privilegiado a determinadas informações, para então fazer um apelo ao eleitorado, nos atos (44-46), contra o retorno da ditadura ou contra sua exaltação. A figura 4 representa nossa interpretação, anteriormente descrita, sobre a maneira como se articulam os constituintes textuais que compõem a resposta de Boulos.

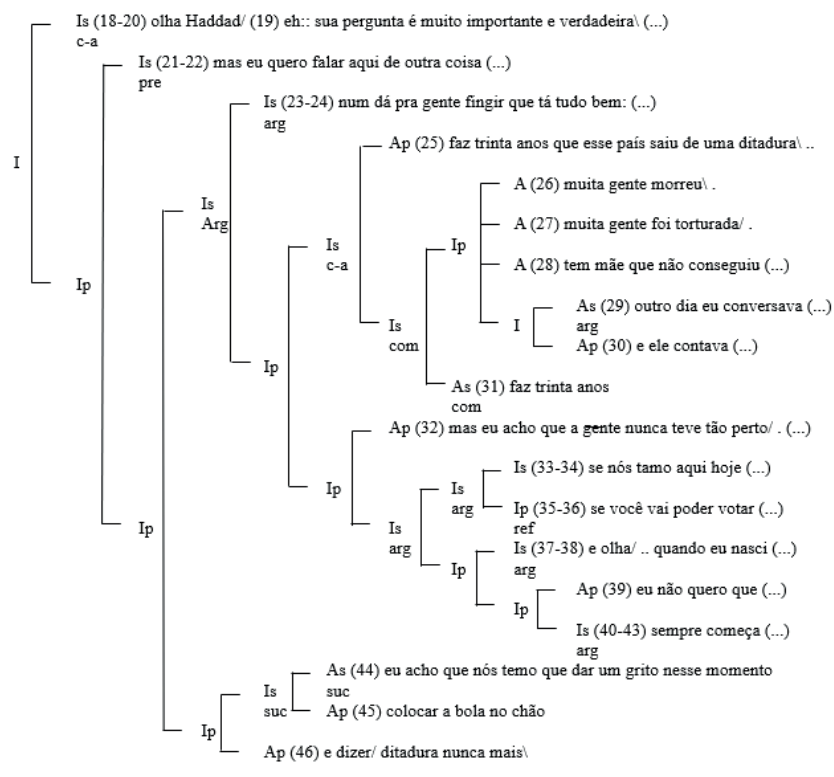


Figura 4: estrutura intervenção Boulos

## Considerações finais

Neste trabalho, nosso objetivo foi o de estudar a dimensão epistêmica das interações, revelando que esse estudo ganha em extrapolar os níveis sintático, lexical e prosódico, privilegiados no



âmbito da Análise da Conversa (HERITAGE, 2012; HERITAGE; RAYMOND, 2005). Buscando instrumentos de análise na Pragmática do discurso (ROULET, 1999; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; FILLIETTAZ; ROULET, 2002), incorporamos à análise a descrição da estrutura da interação como um todo, o que abarca tanto o desenvolvimento sequencial dos turnos, quanto a estruturação interna de cada turno ou intervenção.

Por meio da análise de um fragmento de um debate eleitoral presidencial, foi possível evidenciar que parte essencial dos procedimentos realizados pelos interlocutores (o moderador do debate e os candidatos Fernando Haddad e Guilherme Boulos) na gestão da dimensão epistêmica corresponde ao modo como eles não só mobilizam informações, mas as hierarquizam e as articulam por meio de relações de discurso (argumento, contra-argumento, reformulação, etc.). Na fala de Haddad, a relação de preparação permite justificar a escolha de um candidato como interlocutor, enquanto a ação de subordinar críticas contra adversários à sua pergunta permite tentar obter a adesão ou o alinhamento do interlocutor. Na fala de Boulos, por sua vez, a ação de contra-argumentar permite mobilizar novos tópicos ou sinalizar transições/oposições temporais, a de reformular permite endereçar alertas a diferentes segmentos dos interlocutores (adversários ou eleitorado), e a ação de argumentar permite reivindicar uma autoridade epistêmica e sustentar apelos aos eleitores.

Focalizando a dimensão epistêmica de um fragmento de debate eleitoral, buscamos evidenciar que o estudo dessa dimensão é fundamental para a compreensão do modo como, em uma interação, ocorre a negociação de sentidos e que esse estudo necessita extrapolar o limite do ato de fala ou do enunciado. Mas, além disso, cabe destacar que esse estudo constitui uma etapa básica e incontornável para a compreensão de como, em uma interação, se desenvolve a gestão de imagens identitárias (faces) e de lugares entre os interlocutores (KERBRAT-ORECCHIONI, 1992; STEVANOVIC, 2018; STEVANOVIC; PERÄKYLÄ, 2012;

LOSA; FILLIETTAZ, 2017). Afinal, a negociação de quem são os interlocutores uns para os outros (gestão de imagens identitárias) e a negociação dos poderes de que dispõem para agir e impor ações (gestão de lugares) pressupõem a negociação da autoridade e do território epistêmicos de que gozam os interlocutores para dizer (afirmar, alertar, perguntar, etc.) (gestão de saberes). É, assim, na articulação dessas três dimensões (epistêmica, dramatúrgica e deôntica) (FILLIETTAZ, 2018) que entendemos que o estudo das interações pode encontrar um campo bastante promissor de investigações, com a condição de se valer de conceitos e instrumentos de análise precisos para isso, como aqueles que, neste trabalho, buscamos no âmbito da Pragmática do discurso para o estudo da dimensão epistêmica.

## Referências

- BERRENDONNER, A. Connecteurs pragmatiques et anaphore. *Cahiers de linguistique française*, v. 5, p. 215-246, 1983.
- CUNHA, G. X. Elementos para uma abordagem interacionista das relações de discurso. *Revista Linguística*, v. 36, p. 107-129, 2020.
- CUNHA, G. X. Relações de discurso e completude monológica: o impacto da restrição ritual sobre o estabelecimento das relações interativas. *Forma y Función*, v. 34, p. 1-24, 2021a.
- CUNHA, G. X. Tipologia de marcadores ilocucionários e seu papel no estudo das relações de discurso. *Revista do GEL*, v. 18, p. 10-34, 2021b.
- CUNHA, G. X. Para uma caracterização formal e funcional da troca subordinada de clarificação. *DIACRITICA*, v. 35, pp. 207-228, 2021c.
- CUNHA, G. X. Competência interacional e co-construção de sentidos: uma análise dos comportamentos verbais e não-verbais de participantes de um debate eleitoral. *Calidoscópio*, v. 20, p. 303-321, 2022.
- GARFINKEL, H. *Estudos de etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- FILLIETTAZ, L. *Interactions verbales et recherche em éducation: principes, méthodes et outils d'analyse*. Genebra: Section des sciences de l'éducation, 2018.
- FILLIETTAZ, L.; ROULET, E. The Geneva Model of discourse analysis:

an interactionist and modular approach to discourse organization. *Discourse Studies*, v. 4, n. 3, p. 369-392, 2002.

GOFFMAN, E. *La mise en scène de la vie quotidienne. Les relations en public*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1973.

GROBET, A. *L'identification des topiques dans les dialogues*. Tese de Doutorado. Universidade de Genebra, Genebra, 2000.

HERITAGE, J. Epistemics in action: action formation and territories of knowledge. *Research on language and social interaction*, v. 45, n. 1, p. 1-29, 2012.

HERITAGE, J.; RAYMOND, G. The terms of agreement: indexing epistemic authority and subordination in talk-in-interaction. *Social Psychology Quarterly*, v. 68, n. 1, p. 15-38, 2005.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les interactions verbales*. Paris, Armand Colin, 1992.

LOSA, S.; FILLIETTAZ, L. Negotiating Social Legitimacy in and across Contexts: Apprenticeship in a 'Dual' Training System. In: ANGOURI, J.; MARRA, M.; HOLMES, J. (Eds.). *Negotiating Boundaries at Work: Talking and Transitions*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2017, p. 109-129.

MARINHO, J. H. C.; CUNHA, G. X. O papel das expressões “com efeito” e “seja como for” na conexão textual. *Mal-Estar e Sociedade*, v. 8, p. 139-166, 2012.

MARINHO, J. H. C.; CUNHA, G. X. A construção da cadeia referencial em textos de estudantes universitários. *ALFA*, v. 58, p. 11-33, 2014.

MONDADA, L. Contemporary issues in conversation analysis: Embodiment and materiality, multimodality and multisensoriality in social interaction. *Journal of Pragmatics*, v. 145, p. 47-62, 2019.

ROULET, E. Stratégies d'interaction, modes d'implication et marqueurs illocutoires. *Cahiers de linguistique française*, v. 1, p. 80-103, 1980.

ROULET, E. *La description de l'organisation du discours. Du dialogue au texte*. Paris: Didier, 1999.

ROULET, E. De la necessite de distinguer des relations de discours semantiques, textuelles et praxéologiques. In: ANDERSEN, H. L.; NOLKE, H. (Eds.). *Macro-syntaxe et macro-sémantique*. Berne: Peter Lang, 2002, p. 141-165.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Peter Lang, 2001.

Micheline M. Tomazi Almeida (org.).

ROULET, E.; AUCHLIN, A.; MOESCHLER, J.; RUBATTEL, C.; SCHELLING, M. *L'articulation du discours en français contemporain*, Berne: Peter Lang, 1985.

SCHEGLOFF, E.A. *Sequence organization in interaction: a primer in Conversation Analysis I*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

STEVANOVIC, M. Social deontics: A nano-level approach to human power play. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, p. 1-21, 2018.

STEVANOVIC, M.; PERÄKYLÄ, A. Deontic Authority in Interaction: The Right to Announce, Propose, and Decide. *Research on Language & Social Interaction*, v. 45, n. 3, p. 297-321, 2012.



## Sobre os autores

### Anderson Ferreira

Pós-Doutor em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É doutor pela PUC-SP, com estágio sanduíche pela Universidade do Minho, Portugal, com bolsa CAPES/PDSE, sob coorientação da profa. Dra. Maria Aldina Marques. Desenvolve Estágio Pós-doutoral em Linguística, com bolsa CAPES/PNPD, pela Universidade Federal do Espírito Santo, PPGEL, sob a supervisão do Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento. É Bacharel e Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo, Unifesp, e Licenciado em Letras Português-Literatura pela Universidade Guarulhos, UNG. No momento, é Professor substituto na Universidade Federal do Espírito Santo, Ufes/DLL. Contribui com o Grupo DisCult, da PUC-SP, liderado pelo prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento, e com o Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia, GEDIM, liderado pela Profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi. Pesquisa sobre o ensino de Língua Portuguesa e a produção da leitura em sua perspectiva ético-discursiva no espaço digital.

### Ariel Sessa

Possui graduação em Letras Português pela Universidade Federal do Espírito Santo (2004), especialização em Gestão

Educacional pelo ISECUB (2009), mestrado em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (2015) e atualmente cursa desde 2018 doutorado em Linguística no PPGEL/Ufes, sob orientação da profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi (Ufes) e coorientação do prof. Dr. Daniel de Mello Ferraz (USP), com previsão de término em 2022. É membro do Grupo de Estudos sobre o Discurso da Mídia (Gedim) e da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (Aled). Desenvolve pesquisas relacionadas ao discurso de mídia por meio da abordagem sociocognitiva de van Dijk, compreendida pelos Estudos Críticos do Discurso com temas voltados ao grupo social LGBTQIA+. É servidor público desde 2009, ocupando o cargo efetivo de Secretário Executivo na Ufes desde 2011. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7589-6436>

### **Camilla Reisler Cavalcanti**

Professora há vinte e cinco anos, atualmente faz doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, bolsista CAPES). Mestre em Estudos Linguísticos com foco em Análise Crítica do Discurso e Multimodalidade (UFES, bolsista CAPES). Possui graduação em Letras e Literatura/inglês pela UFES e Letras/português e espanhol pela Universidade Cruzeiro do Sul além de especialização em Linguística e Ensino de Línguas e Educação Especial e Inclusiva.

### **Candido Ferreira de Souza Junior**

Doutorando e Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Bacharel em Teologia pelo Seminário Bíblico de Vitória - SEBIV. Bolsista FAPES. Tem experiência na área de ensino bíblico e teológico, atuando principalmente nas seguintes disciplinas: Teologia Sistemática, Panorama Bíblico, Hebraico Bíblico e Tabernáculo. Membro do Grupo de Estudos

Sobre o Discurso da Mídia – GEDIM – PPGEL/UFES; membro do Grupo de Pesquisa Discurso e Cultura – DISCULT – PUC-SP. Tem desenvolvido pesquisas na área da Análise do Discurso de Linha Francesa (AD), principalmente sobre Discurso Teológico e Discurso Religioso. E-mail: candido.souza@edu.ufes.br.

### **Daniela Littig Endlich**

Graduada em Letras - Português pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Participa do Grupo de Estudos Sobre o Discurso da Mídia (GEDIM), além de ter sido bolsista Fapes de Iniciação Científica com a pesquisa "Estudos Críticos do Discurso Sobre a Violência Infantojuvenil na Mídia Jornalística Capixaba". Tem como interesse de pesquisa os Estudos Críticos do Discurso (ECD) de van Dijk direcionados aos crimes de abuso sexual infantojuvenil e de violência de homens contra as mulheres, observando como esses crimes são divulgados nas mídias.

### **Fábio Luiz Malini de Lima**

Professor Associado III no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde coordena o LABIC (Laboratório de Pesquisa sobre Imagem e Cibercultura). Atua na pesquisa aplicada no campo da ciência de dados, discursos políticos e análises de redes sociais. É professor do quadro permanente do Programa em Pós-Graduação em Linguística (Mestrado e Doutorado).

### **Georges Bitti Chilela**

É mestrando em Estudos Linguísticos (Ufes); Especialista em Estudos Avançados de Comunicação (Cândido Mendes); Graduado em Comunicação Social/Jornalismo (Faesa) e em Língua Portuguesa e Literatura Portuguesa (Ufes). E-mail: georgebitti@hotmail.com



### **Gustavo Ximenes Cunha**

É Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizou Pós-Doutorado na UFMG (2014-2015) e na Université de Genève (2021-2022). É Professor da Faculdade de Letras da UFMG e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN/UFMG). É pesquisador do Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso (GEPTED/UFMG) e do Grupo de Estudos sobre Discurso Midiático (GEDIM/UFES). É membro do GT Descrição do Português, da ANPOLL, e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Seus trabalhos investigam a relação entre estrutura do discurso, recursos linguísticos e interação.

### **Izilda Maria Nardocci**

Pós-doutorado, doutorado e mestrado em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Especialização em tecnologias aplicadas à educação pela PUC/SP; Letras pela Faculdade de Educação São Luís-Jaboticabal/SP e Pedagogia pela Faculdade de Educação Antonio Augusto Reis Neves-Barretos/SP. Professora do Departamento de Português da PUC-SP e professora convidada da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo-ESMPSP para atuar na gestão e planejamento pedagógico de cursos on-line a distância. Iniciou sua carreira em escolas públicas, atuando posteriormente no Ensino Médio da rede particular por dezesseis anos.

### **Iasmim Cristina Rodrigues Brilhante**

Graduanda em Direito no Centro Universitário de Lavras – UNILAVRAS; Graduanda em Letras (Português e Inglês) na Universidade Federal de Lavras – UFLA. Participou do Núcleo de Estudos Multidisciplinar em Ciências Forenses – NECIF pelo Centro Universitário de Lavras. Atua como Revisora e Formatadora de textos acadêmicos. Atualmente, desenvolve pesquisa interseccionando Direito, Poder e Escrita Jurídica.

## Jarbas Vargas Nascimento

Pós-doutor na área de Letras, pela UNESP - *Campus Assis*. Doutor em Letras (Semiótica e Linguística Geral) pela USP. Mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP, Bacharel e Licenciado em Letras e em Filosofia pela Faculdade Nossa Senhora Medianeira - SP. É professor titular do Departamento de Ciências da Linguagem e do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professor voluntário do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Desenvolve pesquisas na área da Análise do Discurso (AD). Orientador de pesquisas de iniciação científica, monografias de conclusão de pós-graduação *lato sensu*, dissertações e teses nas áreas de língua portuguesa e linguística. É líder do Grupo de Pesquisa DisCult (PUC-SP). Ocupou vários cargos de gestão acadêmica, desde coordenador de curso, vice-coordenador, chefia de departamento e pró-reitoria de cultura e relações comunitárias. E-mail: jvnf1@yahoo.com.br.

## Josilene Ferreira

Possui graduação em Letras Português/Inglês pela Faculdade Multivix Nova Venécia (2006), especialização em Estudos da linguagem pela Faculdade Saberes (2010), e atualmente cursa, desde 2021, Mestrado em Linguística no PPGEL/UFES, sob orientação da profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi (UFES), com previsão de término em 2023. É membro do Grupo de Estudos sobre o Discurso da Mídia (Gedim). Desenvolve pesquisas relacionadas ao discurso por meio da abordagem sociocognitiva de van Dijk, compreendida pelos Estudos Críticos do Discurso com temas voltados para a mulher. Atua como professora desde 2006, e no momento compõe a equipe pedagógica do Instituto Ponte desde 2022.

### Lidia Gurgel Neves-Hora

Jornalista formada pela Universidade de São Paulo (USP), é doutoranda em Estudos Linguísticos na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, bolsista do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, CBEAL) e mestre em Relações Internacionais e Comunicação pela Universidad Complutense de Madrid, com pesquisa em jornalismo internacional e linguagem. Tem 20 anos de experiência na área de jornalismo, web e redes sociais, principalmente nas áreas de políticas públicas e divulgação da ciência.

### Mário Acrísio Alves Junior

Possui licenciatura plena em Letras-Português pelo Centro de Ensino Superior de Vitória (2007), mestrado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo (2011) e doutorado em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015). Estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo, de 2015 a 2018, sob supervisão da professora Dr<sup>a</sup> Micheline Tomazi. Atuou como docente no Instituto Federal do Espírito Santo, em regime estatutário, e, atualmente, é professor no Departamento de Línguas e Letras [ ] DLL/UFES. Membro do Grupo de Estudos sobre Discurso da Mídia (GEDIM-UFES) e do Grupo de Estudos Discurso e Cultura (DisCult-PUC/SP). Suas pesquisas mais recentes estão direcionadas aos fenômenos do *ethos* discursivo e da patemização no discurso, a partir de uma articulação da vertente Semiolinguística de Análise do Discurso com teorias da Enunciação e da Argumentação. E-mail: marioalwes@hotmail.com.

### Marta Aguiar da Silva (UFES)

Membro do Grupo de Estudos sobre o Discurso da Mídia (GEDIM). Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade

Federal do Espírito Santo (PPGEL/UFES). Mestre em Letras (Estudos Discursivos) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Graduada em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB - DEDC/Campus X - Teixeira de Freitas-BA.

### **Micheline Mattedi Tomazi Almeida**

É docente do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo, onde atualmente também desempenha a função de coordenadora do Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia (Gedim). Atua como membro da Comissão Editorial da Revista (Con)textos Linguísticos e da revista PERcursos Linguísticos, ambas produções do PPGEL- UFES. É membro do Grupo de Trabalho (GT) em Linguística Textual e Análise da Conversação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll), membro da Associação de Linguagem e Direito (Alidi) e da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (Aled). Está como delegada Aled-Brasil para o biênio 2020-2021 e 2022-2023. Dedicar-se à área de Linguística, com pesquisas voltadas à orientação sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso. Suas produções recentes têm envolvido os seguintes temas: violência doméstica contra mulheres, feminicídio, discurso da mídia sobre violência contra mulheres, notícias, redes sociais.

### **Sabrina Wanzeler Garcia**

É mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL-UFES), sob a orientação da professora doutora Micheline Mattedi Tomazi. É graduada em Letras-Português (Licenciatura) pela Ufes. Atualmente é professora efetiva de Língua Portuguesa na rede estadual de ensino do Espírito Santo. Integra ainda o Grupo de Estudos sobre o Discurso da Mídia (Gedim/Ufes).

### **Raquelli Natale**

É doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É mestra em Linguística também pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduada em Letras-Português pela Universidade Federal do Espírito Santo e em Comunicação Social (Publicidade de Propaganda) pela Faculdade Novo Milênio. É pesquisadora no Grupo de Estudos sobre Discurso Midiático (GEDIM/UFES) e professora de Língua Portuguesa no Instituto Federal do Espírito Santo.

### **Renata Barreto da Fonseca**

Possui Graduação em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa pela UFES (2002) e Mestrado em Linguística (2013) pela mesma instituição. É professora da PMVV, lecionando Língua Portuguesa desde 2004. Trabalhou na Prefeitura Municipal de Vitória durante 10 anos e leciona na rede Estadual de Ensino desde 2016. É revisora de obras como: *Ver e contar: cinema, literatura e jornalismo*; *Notas sobre a FAMES* e *Que arte é essa?* No Mestrado, desenvolveu estudos sobre: ambiguidade, publicidade e produção de sentido. Doutora em Linguística (2022) pela UFES, estuda os postais da série: *Objetos Deslocados* produzidos pela artista Cristiane Reis, que abordam a temática da violência contra mulheres no ES, tendo como aporte teórico os Estudos Críticos do Discurso (ECD) de base Sociocognitiva. É membro do GEDIM (Grupo de Estudos sobre o Discurso da Mídia) coordenado pela professora Doutora Micheline Mattedi Tomazi (UFES)- <http://orcid.org/0000-0002-3210-8281>


### **Tamiris Demoner**

É graduada em Letras Português pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e mestre em Estudos Linguísticos pela mesma instituição. Atualmente é professora contratada de Língua Portuguesa na rede estadual de ensino do Espírito Santo. Integra

ainda o Grupo de Estudos sobre o Discurso da Mídia (Gedim/Ufes), coordenado pela professora Doutora Micheline Mattedi Tomazi.

### **Teun A van Dijk**

Foi Professor de Estudos do Discurso na Universidade de Amsterdã até sua aposentadoria em 2004, e desde 1999 é Professor de Estudos do Discurso na Universidade Pompeu Fabra, Barcelona. Na época da redação deste artigo, era Professor Visitante do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Após seus primeiros trabalhos sobre poética generativa, gramática de texto e psicologia do processamento do discurso, seu trabalho desde a década de 1980 tomou um rumo mais crítico, concentrando-se nas relações entre discurso e racismo, notícias, poder, ideologia, contexto e conhecimento, áreas em que publicou muitos artigos e livros. Foi editor fundador das revistas internacionais *Poetics and Text* (agora *Text & Talk*), e atualmente é editor fundador de *Discourse & Society*, *Discourse Studies*, *Discourse & Communication* e *Discurso & Sociedad*. Possui três doutorados honorários e lecionou extensivamente em todo o mundo, especialmente na América Latina, onde fundou, em 1995, com Adriana Bolívar, a Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED). Para mais detalhes, consulte seu site [www.discourses.org](http://www.discourses.org). E-mail: [vandijk@discourses.org](mailto:vandijk@discourses.org).

 (27) 3376-0363

 [facebook.com/EditoraMilfontes](https://facebook.com/EditoraMilfontes)

 @espacomilfontes

Conheça mais sobre a Editora Milfontes.  
Acesse nosso site e descubra as novidades que preparamos para Você.  
Editora Milfontes, a cada livro uma nova descoberta!



Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas  
Cormorant Garamond.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada  
a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.



---

MILFONTES

Este livro representa todo o resultado de empenho de graduandos, mestrandos e doutorandos que desenvolveram pesquisas desde 2012 até então no Grupo de Estudos Sobre Discursos da Mídia – o Gedim, coordenado pela Dra. Micheline Mattedi Tomazi e composto por outros pesquisadores doutores, além de ter a colaboração estrangeira de Teun A. van Dijk. Esse grupo, registrado no CNPq, está ligado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo, pertencente à linha 2 de pesquisa, voltada para o Estudo Sobre Texto e Discurso. Assim como os Estudos Críticos do Discurso vêm semeando e agregando pessoas, de diferentes partes do Brasil, engajadas no campo da pesquisa crítica e no papel do discurso na manutenção das relações desiguais de poder e de dominação, o Gedim tem desenvolvido pesquisas discursivas que se inscrevem em uma perspectiva crítica comprometida com a prática analítica do abuso de poder, da desigualdade social, dos movimentos de resistência e contradiscursos, assim como com os macro-movimentos sociais, a partir de uma proposta que se ocupa da interface entre discurso-cognição-sociedade.

*Micheline M. Tomazi Almeida*

[www.editoramilfontes.com.br](http://www.editoramilfontes.com.br)

ISBN: 978-65-5389-066-4

